

(RE)PENSAR A ARQUITECTURA NO ESPAÇO PRISIONAL **PROJECTO PARA UM NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM SETÚBAL**

Pedro Gonçalo Quendera Maurício [Licenciado]

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Orientação Científica

Professor Doutor Ricardo Jorge Fernandes da Silva Pinto

Professor Doutor Jorge Luís Firmino Nunes

Júri

Presidente | Professor Doutor Francisco Carlos Almeida de Nascimento e Oliveira

Vogal | Professora Doutora Maria da Soledade Gómez Paiva de Sousa

Documento Definitivo

Faculdade de Arquitectura | Universidade de Lisboa

Lisboa, Março de 2019



(RE)PENSAR A ARQUITECTURA NO ESPAÇO PRISIONAL **PROJECTO PARA UM NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM SETÚBAL**

Pedro Gonçalo Quendera Maurício [Licenciado]

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica

Professor Doutor Ricardo Jorge Fernandes da Silva Pinto

Professor Doutor Jorge Luís Firmino Nunes

Júri

Presidente | Professor Doutor Francisco Carlos Almeida de Nascimento e Oliveira

Vogal | Professora Doutora Maria da Soledade Gómez Paiva de Sousa

Documento Definitivo

Faculdade de Arquitectura | Universidade de Lisboa

Lisboa, Março de 2019

Este trabalho é escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

aos meus pais e avós

AGRADECIMENTOS

A todos os que fizeram parte do meu percurso académico enquanto estudante de arquitectura, aos que me incentivaram a dar mais de mim, aos que me apoiaram durante estes cinco anos e a todos os que compreenderam o meu período de isolamento dedicado a esta tese, o meu absoluto reconhecimento.

Aos meus avós pelos ensinamentos e valores. Aos meus pais pelo empenho e dedicação incondicional depositados em mim, sem eles nada seria possível. Particularmente por serem mais dois orientadores nesta tese, guiando-me e apresentando-me ao tema aqui a ser desenvolvido, o que facilitou a concepção deste documento e que, pelo incentivo e na sua opinião crítica ao trabalho desenvolvido, muito contribuiu para o “limar das pontas” na proposta projectual. Ao meu irmão por ter sido o modelo que contribuiu indubitavelmente para chegar aqui, assim como pelo companheirismo e por ser um crítico acérrimo ao trabalho desenvolvido, o que me influiu a não partir pelo utopismo e a ter os pés bem assentes na terra. À Catarina, pelo apoio e eupatia, que nos hiatos do meu isolamento, fez questão de ressaltar a importância do *carpe diem*. Por fim, ao Thor, a minha fiel companhia.

A todos os amigos que fizeram parte deste percurso académico, que partilharam experiências, conhecimento e o gosto pela arquitectura, mas sobretudo pelos momentos de ócio e de confraternização que, nunca fugindo a esta matéria que nos uniu e nos enriqueceu enquanto família. Em particular ao Guerreirinho, por encarnar o papel de Virgílio nestes cinco anos de *Divina Comédia*; ao Aragão, pelo gosto particularmente refinado que partilhamos na arquitectura e do que levamos da vida, sem dúvida o meu *alter ego*; a todos os que cabem debaixo do tapete, aqueles com quem partilhei os melhores anos da faculdade e que fizeram dos dias e noites de trabalho menos pesados, pelo conhecimento partilhado, companheirismo e apoio - e por, de algum modo, serem parte de mim -, sem eles toda a experiência que foram os meus anos de faculdade seriam indubitavelmente mais vazios.

Aos meus orientadores: o professor Ricardo Silva Pinto pela forma pragmática e descontraída que abordou e acompanhou esta tese que se revelou complexa desde início e por construir as bases para o desenvolvimento do projecto; o professor Jorge Nunes, pela disponibilidade e interesse pelo tema abordado, transmitindo o seu contributo e conhecimento fundamentais na estruturação do documento. Por fim, apesar de não ter cunho no desenvolvimento desta tese, à minha *alma mater*, a professora Soledade Paiva de Sousa, que me abriu portas à arquitectura quando iniciei os estudos nesta faculdade e que forneceu o meu conhecimento e gosto por esta actividade.

RESUMO

A prisão é actualmente um lugar com uma amplitude de acção bastante vasta, longe dos ideais oitocentistas que forneceram as bases para o nascimento desta instituição enquanto instrumento de privação da liberdade. Hoje, os sistemas penais tendem a desenvolver um carácter mais humano no tratamento dos reclusos, apostando na reabilitação e procura de uma maior eficácia da sua reinserção social e combate à reincidência criminal, o que faz da prisão um lugar cada vez mais dinâmico pela sua pluralidade programática.

A presente tese tem por objectivo a projecção de um novo estabelecimento prisional em Setúbal (EPS), respondendo à necessidade urgente de uma modernização do sistema prisional português, não apenas pela sobrelotação das prisões, mas sobretudo quando olhamos para o seu *status quo*, longe do discurso político que tenta escamotear as condições precárias de avançado estado de degradação, demonstrando o cenário decadente da instituição e das condições desumanas em que nela se vive. Em concordância com o lugar de intervenção, o EPS é um dos oito estabelecimentos nesta situação de decadência que serão desactivados gradualmente até à construção de cinco novas prisões, das quais uma que será erguida no mesmo distrito.

Numa abordagem ao contexto prisional, procura-se desenvolver uma reflexão e discurso crítico quanto às valências da prisão enquanto medida por excelência de defesa da sociedade contra os prevaricadores, mostrando como os modelos penitenciários foram desenvolvendo estratégias inovadoras de controle e vigilância até à concepção actual da arquitectura prisional. Desta forma, pretende-se compreender como a arquitectura influencia a atmosfera do espaço prisional e como esta representa um factor determinante no processo de reabilitação do recluso, sendo imperativo reconhecer os mecanismos e técnicas utilizadas nestas instituições que apresentam eficácia enquanto máquina do sistema penal, buscando, a partir daí, as valências que servirão como directrizes na concepção projectual do espaço prisional.

Por fim, os conceitos teóricos aqui analisados servirão como mote para o desenvolvimento da proposta arquitectónica, procurando a concepção de um estabelecimento prisional que respeite a dignidade humana e promova a reabilitação dos reclusos assim como a valorização da pluralidade de actividades como processo de reinserção.

PALAVRAS-CHAVE: ARQUITECTURA PRISIONAL | RECLUSÃO | REABILITAÇÃO | REINSERÇÃO SOCIAL | HUMANIZAÇÃO

ABSTRACT

The prison is currently a place with a very wide range of action, far from the eight century ideals that provided the foundations for the birth of this institution as an instrument of deprivation of liberty. Today, criminal systems tend to develop a more humane character in the treatment of inmates, betting on rehabilitation and seeks greater effectiveness of its social reintegration and combating criminal recidivism, that makes the prison an increasingly dynamic place for its programmatic plurality.

The aim of this thesis is to project a new prison facility in Setúbal (EPS), responding to the urgent need for a modernization of the portuguese prison system, not only for the overcrowding in it's prisons, but especially when we look at their *status quo*, far from the political discourse that attempts to disguise the precarious conditions of advanced state of degradation, demonstrating the decadent scenery of the institution and the inhumane conditions in which it lives. In agreement with the place of intervention, the EPS is one of the eight establishments in this situation of decay that will be gradually deactivated until the construction of five new prisons, of which one will be erected in the same district.

In an approach to the prison context, it seeks to develop a reflection and critical discourse regarding the valences of prison as a measure par excellence in the Defense of society against the prevaricators, showing how the penitentiary models were developing innovative control and surveillance strategies to the current conception of prison architecture. Thus, we intend to understand how the architecture influences the atmosphere of the prison space and how it represents a determinant factor in the rehabilitation process of the prisoner, being imperative to recognize the mechanisms and techniques used on these institutions that are effective as a machine of the penal system, seeking, through there, the valences that will serve as guidelines in the projectual conception of the prison space.

Finally, the theoretical concepts analyzed here will serve as a motto for the development of the architectural proposal, seeking the conception of a prison establishment that respects human dignity and promotes the rehabilitation of prisoners as well as the Appreciation of the plurality of activities as a reinsertion process.

KEYWORDS: PENAL INSTITUTION | RECLUSION | REHABILITATION | SOCIAL
REINTEGRATION | HUMANIZATION

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	VII	
RESUMO	IX	
ABSTRACT	XI	
ÍNDICE DE FIGURAS	XV	
INTRODUÇÃO	XXIX	
 CAPÍTULO I ANTECEDENTES E GÉNESE DA PRISÃO		
1.1. “A FORNALHA ONDE SE ACENDE A VIOLÊNCIA”	3	
1.2. INSTITUIÇÕES PENAIS PIONEIRAS	6	
1.2.1. <i>BRIDEWELL</i>	7	
1.2.2. <i>RASPHIUS</i> E <i>SPINHUIS</i>	8	
1.2.3. INICIATIVAS PAPAIS E DE LOMBARDA	10	
1.2.4. <i>MAISON DE FORCE À GAND</i>	11	
1.3. O NASCIMENTO DA PRISÃO	12	
1.3.1. O MOVIMENTO REFORMISTA	12	
1.3.2. DEFININDO MODELOS PENAIS E ARQUITECTÓNICOS	14	
 CAPÍTULO II O CAMPO DE ACÇÃO DA ARQUITECTURA NAS PRISÕES		
2.1. AS TIPOLOGIAS CARCERÁRIAS – EVOLUÇÃO E REFERÊNCIAS	21	
2.2. UMA “CIDADE” SEGREGADA DA CIDADE	34	
2.3. A CELA - ENTRE O ISOLAMENTO E O SILÊNCIO	36	
2.4. A DIMENSÃO DA PSICOLOGIA NA ARQUITECTURA DAS PRISÕES	39	
 CAPÍTULO III SISTEMAS PRISIONAIS EUROPEUS E O CASO PORTUGUÊS		
3.1. SISTEMAS PRISIONAIS EUROPEUS - APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS	51	
3.3. ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS PORTUGUESES – PARADIGMA ACTUAL	54	
3.4. REGULAMENTO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	57	
 CAPÍTULO IV CASOS DE ESTUDO		
4.1. ESCANDINÁVIA - A HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	63	
4.2. PROJECTOS DE REFERÊNCIA	67	
4.2.1. PRISÃO DE HALDEN, NORUEGA	68	
4.2.2. DANISH STATE PRISON, DINAMARCA	72	
4.2.3. PRISÃO MAS D’ENRIC, CATALUNHA	76	
4.2.4. PRISON + SCHOOL HYBRID, BROOKLYN	79	
4.3. PROJECCÕES FUTURAS: REALIDADE VS FICÇÃO	82	
 CAPÍTULO V LUGAR DE INTERVENÇÃO: ARRÁBIDA [SETÚBAL]		
5.1. A PRISÃO À MARGEM DA CIDADE	91	
5.2. RESERVA BIOGENÉTICA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	93	
5.3. ARRÁBIDA COMO LUGAR DE RETIRO	96	
 CAPÍTULO VI PROPOSTA: PROJECTO DE ARQUITECTURA		
6.1. MEMÓRIA DESCRITIVA	101	
 CONSIDERAÇÕES FINAIS		109
FONTES DOCUMENTAIS		113
ANEXOS		123
PEÇAS DESENHADAS		205

INDÍCE DE FIGURAS

FIGURA 1 | RETRATO DE ROBERT-FRANÇOIS DAMIEN

[<https://parciparla.fr/28-mars-1757-execution-damiens/>]

FIGURA 2 | SUPLICIO PÚBLICO DE DAMIENS NA PRAÇA DE GRÈVE (1775)

[<https://medium.com/colecao-dublinense/mantendo-a-compostura-at%C3%A9-o-%C3%BAltimo-segundo-2dc4241815e5>]

FIGURA 3 | MEMBROS E TRONCO DE DAMIENS ATIRADOS À FOGUEIRA APÓS SER ESQUARTEJADO

[<https://www.france-pittoresque.com/spip.php?article14406>]

FIGURA 4 | PRESPECTIVA AÉREA DA BRIDEWELL

[<https://www.classicalimages.com/products/1756-maitland-large-antique-print-of-bridewell-palace-prison-london-england>]

FIGURA 5 | INTERNOS A TRABALHAR NOS PÁTIOS INTERIORES DA RASPHUIS (1611)

[TRIGUEIROS, *Da Prisão à Cidade Punitiva, Utopia e Realidade*, 2000, p.70]

FIGURA 6 | PRESPECTIVA EXTERIOR DA RASPHUIS (1664)

[[https://nl.wikipedia.org/wiki/Rasphuis_\(Amsterdam\)](https://nl.wikipedia.org/wiki/Rasphuis_(Amsterdam))]

FIGURA 7 | INTERNAS TRABALHANDO EM COSTURA NA SPINHUIS (1787)

[PINTO, *Raúl Rodrigues Lima, un Arquitecto del Estado Novo; La Arquitectura Penitenciaria*, 2009, p.366]

FIGURA 8 | INTERIOR DA CASA DE CORRECÇÃO DE S.MICHEL, ROMA

[<http://users.libero.it/clara.marco/wch2004/eng01.htm>]

FIGURA 9 | VISTA SOBRE O OSPIZIO GENERALE (1686)

[J. Barbault (1718-1772), <https://wellcomecollection.org/>]

FIGURA 10 | PRESPECTIVA DA MAISON DE FORCE À GAND, CONFORME PROJECTO ORIGINAL (1772)

[PINTO, *Raúl Rodrigues Lima, un Arquitecto del Estado Novo; La Arquitectura Penitenciaria*, 2009, p.372]

FIGURA 11 | RETRATO DE JOHN HOWARD

[Mather Brown (1761-1831) <http://johnhoward.ca/about-us/history/biography-john-howard/>]

FIGURA 12 | RETRATO DE CESARE BECCARIA

[Autor desconhecido, <https://www.liberliber.it/online/autori/autori-b/cesare-beccaria/>]

FIGURA 13 | RETRATO DE JEREMY BENTHAM

[Henry William Pickersgill (1782-1875), https://en.wikipedia.org/wiki/Jeremy_Bentham]

FIGURA 14 | DÉMOLITION DE LA BASTILLE (1789)

[Jean-Pierre Houël (1735-1813)]

FIGURA 15 | TIPOLOGIA PANÓPTICO

[Elaborado pelo autor]

FIGURA 16 | SECÇÃO, ALÇADO E PLANTA DO *PANOPTICON* DE JEREMY BENTHAM (1791)

[<https://www.litencyc.com/images/penitentiarypanopticon1791.jpg>]

FIGURA 17 | VISTA DAS GALERIAS DE ACESSO ÀS CELAS DA STATEVILLE CORRECTIONAL CENTER (CRET HILL, ILLINOIS)

[http://murderousminds.tumblr.com/post/166809992209/theconcretemama-stateville-correctional-center?is_related_post=1]

FIGURA 18 | TORRE CENTRAL DE VIGIA (SCC)

[http://murderousminds.tumblr.com/post/166809992209/theconcretemama-stateville-correctional-center?is_related_post=1]

FIGURA 19 | INTERNOS DISPOSTOS EM ILHARGA NO PRESIDIO MODELO (ISLA DE LA JUVENTUD, CUBA)

[<http://www.hiddenarchitecture.net/2016/11/panopticism-presidio-modelo.html>]

FIGURA 20 | AXONOMETRIA DO PRESIDIO MODELO

[<http://www.hiddenarchitecture.net/2016/11/panopticism-presidio-modelo.html>]

FIGURA 21 | TORRE CENTRAL DE VIGIA E CELAS CIRCUNDANTES NO PRESIDIO MODELO

[<http://www.hiddenarchitecture.net/2016/11/panopticism-presidio-modelo.html>]

FIGURA 22 | TIPOLOGIA RADIAL

[Elaborado pelo autor]

FIGURA 23 | VISTA DO INTERIOR DO BLOCO DE CELAS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LISBOA (EPL)

[Peter Shulthess, <https://observador.pt/2017/09/08/the-portuguese-prison-photo-project-eles-fotografaram-o-adn-das-prisoas-portuguesas/>]

FIGURA 24 | VISTA AÉREA DO EPL

[<https://www.facebook.com/EPL-Estabelecimento-Prisional-de-Lisboa-216345801758993/>]

FIGURA 25 | PLANTA SÍNTESE DO EPL, PROJECTO DO ENGENHEIRO JÚLIO FERRAZ (1874)

[PINTO, *Raúl Rodrigues Lima, un Arquitecto del Estado Novo; La Arquitectura Penitenciaria, 2009*, p.587]

FIGURA 26 | PLANTA BAIXA DA *PRISON DE LA PETIT ROQUETTE*, PARIS (1836-1974)

[http://data.decalog.net/enap1/liens/plans/PARIS_033.jpg]

FIGURA 27 | PETIT ROQUETTE INSERIDA NA CIDADE PARISIENSE

[http://s1.lprs1.fr/images/2016/08/17/6046597_1-0-499669942.jpg]

FIGURA 28 | UN CONCERT CELLULAIRE ORGANISÉ PAR LES FRÈRES LIONNET À LA PETIT ROQUETTE (1885)

[M. RENOARD, <http://prisons-cherche-midi-mauzac.com/des-prisons/la-chapelle-cellulaire-en-application-de-la-loi-du-5-juin-1875-14938>]

FIGURA 29 | TIPOLOGIA POSTE TELÉGRAFO

[Elaborado pelo autor]

FIGURA 30 | VISTA AÉREA DA PRISÃO DE *FRESNES-LÈS-RUNGIS*

[<https://fresnes2020.wordpress.com/2015/03/30/fresnes-constructions-remarquables-8-1/>]

FIGURA 31 | ZONA DESPORTIVA INSERIDA NOS ESPAÇOS RESIDUAIS, NA *FRESNES*

[<http://www.leparisien.fr/fresnes-94260/fresnes-la-justice-saisie-sur-l-insalubrite-de-la-prison-03-10-2016-6172581.php>]

FIGURA 32 | DESENHO DA VISTA DO INTERIOR DA CELA DA PRISÃO DE FRESNES PARA O EXTERIOR

[<https://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-2004-2-page-217.htm>]

FIGURA 33 | ÁTRIO DOS EDÍFÍCIOS EDUCATIVOS E LAZER (PRISÃO MAS *D'ENRIC*)

[<https://urbannext.net/rogerpaez/mas-denric-penitentiary/>]

FIGURA 34 | ZONA DESPORTIVA INSERIDA NOS ESPAÇOS RESIDUAIS, NA MAS *D'ENRIC*

[<https://urbannext.net/rogerpaez/mas-denric-penitentiary/>]

FIGURA 35 | PLANTA DE COBERTURA DA MAS *D'ENRIC*

[<https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-257717/centro-penitenciario-mas-d-enric-aib-estudi-d-arquitectes-estudi-psp-arquitectura>]

FIGURA 36 | TIPOLOGIA CONCENTRACIONÁRIA

[Elaborado pelo autor]

FIGURA 36 | CADEIA CENTRAL DO NORTE (PAÇOS DE FERREIRA)

[<https://www.jn.pt/justica/interior/apanhados-a-fugir-da-cadeia-de-pacos-de-ferreira-nos-contentores-do-lixo-8999021.html>]

FIGURA 36 | GALERIA DE ACESSO ÀS CELAS

[<https://www.sncgp.pt/2017/08/23/rusga-na-cadeia-apanha-portatil/>]

FIGURA 36 | PLANTA PISO TÉRREO DA CADEIA CENTRAL DO NORTE (1957)

[PINTO, *Raúl Rodrigues Lima, un Arquitecto del Estado Novo; La Arquitectura Penitenciaria, 2009*, p.585]

FIGURA 40 | COMPLEXO DE JUSTIÇA DE ZAA NSTAD (PAÍSES BAIXOS)

[Fonte Google Earth]

FIGURA 41 | PARLATÓRIO (ZAA NSTAD)

[<https://www.egm.nl/en/projects/justitieel-complex-zaanstad/387>]

FIGURA 42 | GALERIA INTERIOR DE ACESSO ÀS CELAS (ZAA NSTAD)

[<https://www.egm.nl/en/projects/justitieel-complex-zaanstad/387>]

FIGURA 43 | TIPOLOGIA CAMPUS

[Elaborado pelo autor]

FIGURA 44 | BLOCO ADMINISTRATIVO HALDEN PRISON

[<https://publicartnorway.org/content/uploads/2014/06/Halden-fengsel-1440x550.jpg>]

FIGURA 45 | PLANTA-TIPO DO BLOCO DE CELAS

[<https://i.pinimg.com/originals/f7/b8/40/f7b8409b9d59008850fe8ff3db971d07.jpg>]

FIGURA 46 | AEROFOTOMAPA DA HALDEN PRISON

[<http://www.terrapinbrightgreen.com/wp-content/uploads/2016/08/Screen-Shot-2016-08-09-at-9.46.25-AM.png>]

FIGURA 47 | PRESPECTIVA AÉREA DA WEST KIMBERLEY REGIONAL PRISON (AUSTRÁLIA)

[<https://architectureau.com/articles/west-kimberley-regional-prison/>]

FIGURA 48 | PERCURSOS EXTERIORES, MOSTRANDO A DIVERSIDADE ARBORÍSTICA E FLORÍSTICA

[<https://architectureau.com/articles/west-kimberley-regional-prison/>]

FIGURA 49 | ZONA DESPORTIVA DA WEST KEMBERLEY

[<https://architectureau.com/articles/west-kimberley-regional-prison/>]

FIGURA 50 | TIPOLOGIA SUPERVISÃO DIRECTA

[Elaborado pelo autor]

FIGURA 51 | PLANTA PISO DE CELAS NA METROPOLITAN CORRECTIONAL CENTER (CHICAGO)

[https://chicagomodern.files.wordpress.com/2012/03/3_layout.jpg]

FIGURA 52 | METROPOLITAN CORRECTIONAL CENTER (1975)

[https://c1.staticflickr.com/7/6215/6391264437_978494bbf8_b.jpg]

FIGURA 53 | ESPAÇO DE CONVÍVIO EXTERIOR NO TERRAÇO DO EDIFÍCIO

[<http://i.yochicago.com/images/hpmain/775/282775.jpg>]

FIGURA 54 | COMPLEXO DE JUSTIÇA DE LEOBEN (ÁUSTRIA) | EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS

[<https://www.world-architects.com/en/hohensinn-architektur-graz/project/justizzentrum-leoben>]

FIGURA 55 | EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS

[<https://www.world-architects.com/en/hohensinn-architektur-graz/project/justizzentrum-leoben>]

FIGURA 56 | SEPARAÇÃO ENTRE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS/REINserção SOCIAL E PRISÃO

[<https://www.world-architects.com/en/hohensinn-architektur-graz/project/justizzentrum-leoben>]

FIGURA 57 | RECLUSO A TRABALHAR EM FERRAGEM, NA PRISAO DE COIMBRA

[<http://visao.sapo.pt/iniciativas/visaosolidaria/2016-01-03-Profissao-recluso>]

FIGURA 58 | RECLUSO EXECUTANDO PEÇAS DE ARTESANATO

[<http://visao.sapo.pt/iniciativas/visaosolidaria/2016-01-03-Profissao-recluso>]

FIGURA 59 | CELA INDIVIDUAL DO CONVENTO DE LA TOURETTE

[<http://www.thepalettepages.com/wp-content/uploads/2014/06/Picture-23.-Monk-Room-Covent-of-La-Tourette-Le-Corbusier-00000001-5.jpg>]

FIGURA 60 | PLANTA E CORTE DA CELA DE LA TOURETTE

[Autor desconhecido]

FIGURA 61 | RECLUSO NO INTERIOR DA SUA CELA – HALDEN PRISON

[<http://www.thestoryinstitute.com/halden/>]

FIGURA 62 | RECLUSA NO INTERIOR DA SUA CELA – PRISÃO DE TIRES

[<http://visao.sapo.pt/iniciativas/visaosolidaria/2016-01-03-Profissao-recluso>]

FIGURA 63 | CASA GÁLVEZ (CIDADE DO MÉXICO) – LUIS BÁRRAGAN

[<http://flavorwire.com/258874/15-sublime-pink-buildings/2>]

FIGURA 64 | UNITÉ D’HABITATION DE MARSEILLE – CORBUSIER

[<https://assets.hiphotels.com/images/media/218890/4.jpg>]

FIGURA 65 | SESC POMPEIA – LINA BO BARDI

[http://linabobarditogether.com/wp-content/uploads/2012/12/06_SESC_nelson_kon-630x421.png]

FIGURA 66 | ESCOLA SECUNDÁRIA GARCIA DA HORTA – BAK GORDON

[https://images.adsttc.com/media/images/53ad/7b5a/c07a/8056/b700/004f/large_jpg/0707.GORTA.PUB-FG01-236.jpg?1403878210]

FIGURA 67 | CASA DAS HISTÓRIAS – SOUTO DE MOURA

[<https://iduna.pt/wp-content/uploads/2016/01/127-1.jpg>]

FIGURA 68 | TEATRO E AUDITÓRIO EM POITIERS – CARRILHO DA GRAÇA

[https://images.adsttc.com/adbr001cdn.archdaily.net/wp-content/uploads/2012/05/1337221967_1291736413_330.jpg]

FIGURA 69 | CAPILLA DE LAS CAPUCHINAS – LUIS BARRAGÁN

[<http://arquitecturadepaisaje.blogspot.com/2010/06/capilla-de-las-capuchinas.html>]

FIGURA 70 | PAVILHÃO DE PORTUGAL – SIZA VIEIRA

[<https://i.pinimg.com/originals/f1/81/88/f18188793f3e053e455719e79f0e394a.jpg>]

FIGURA 71 | GLASGOW RIVERSIDE MUSEUM – ZAHA HADID

[https://www.burohappold.com/wp-content/uploads/2016/04/Glasgow-Riverside-Museum_01_BuroHappold-Engineering_Ben-Kirkpatrick.jpg]

FIGURA 72 | TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA – GRAÇA DIAS

[<http://s3.transloadit.com.s3.amazonaws.com/4b30ae61b7c84e42b6be045272ec3211/82/7b1aa7c1d7adbb0ad3d652a17b7de8/Captura-de-ecr-2013-06-26-s-14.57.44.png>]

FIGURA 73 | TORRE DE PALMA WINE HOTEL – JOÃO MENDES RIBEIRO

[https://images.adsttc.com/media/images/5462/d566/e58e/ce12/6900/008b/large_jpg/Interior--047_IMG0130.jpg?1415763292]

FIGURA 74 | CASA GILARDI – LUIS BARRAGÁN

[<https://architecturepin.com/wp-content/uploads/2018/07/pinsideutopiaundineprohljpgnorthxwhite-1532461959gn8k4.jpg>]

FIGURA 75 | KUNSTHAUS ZURICH EXTENTION – DAVID CHIPPERFIELD

[<https://i.pinimg.com/originals/a2/c9/d1/a2c9d1bda1bf5055aeefdaccdd83a79e.jpg>]

FIGURA 76 | CASA FEZ – “ALVARINHO” SIZA VIEIRA

[https://images.adsttc.com/media/images/5013/782e/28ba/0d15/0700/0223/large_jpg/stringio.jpg?1414560528]

FIGURA 77 | IGREJA DE SAINT JACQUES DE LA LANDE – SIZA VIEIRA

[<https://www.disup.com/wp-content/uploads/2018/02/alvaro-siza-vieira-iglesia-saint-jacques-de-la-lande-foto-joao-morgado-disup-9-830x553.jpg>]

FIGURA 78 | | CENTRO DE INFORMAÇÃO DA ROTA DO ROMÂNICO - SPACEWORKERS

[<https://www.spaceworkers.pt/wp-content/uploads/2012/12/001.jpg>]

FIGURA 79 | CENTRO DE ARTES DE SINES – AIRES MATEUS

[<https://images.adsttc.com/media/images/5014/33ad/28ba/0d5b/4900/01d4/slideshow/stringio.jpg?1418134316>]

FIGURA 80 | THERM VALS – PETER ZUMTHOR

[https://vsmallfires.files.wordpress.com/2012/12/vals-diptych-b_medium-resolution1.jpg]

FIGURA 81 | MUSEU DE ARTE E ARQUEOLOGIA DO VALE DO CÔA – CAMILO REBELO E TIAGO PIMENTEL

[<https://www.archdaily.com.br/br/01-45392/museu-de-arte-e-arqueologia-do-vale-do-coa-camilo-rebelo-e-tiago-pimentel>]

FIGURA 82 | BANDEIRAS EUROPEIAS NA FRENTE DO EDIFÍCIO SEDE DA COMISSÃO EUROPEIA (BRUXELAS)

[<https://cdnbr2.img.sputniknews.com/images/1124/81/11248173.jpg>]

FIGURA 83 | RECLUSO ACOMPANHADO DA ESPOSA E FILHO NA ALA DE VISITAS ÍNTIMAS

[<https://amp.businessinsider.com/images/58e3edbd77bb70b0078b62c2-960-720.jpg>]

FIGURA 84 | MAPA DOS DISTRITOS JUDICIAIS EM PORTUGAL CONTINENTAL E ILHAS

[Mapa adaptado pelo autor]

FIGURA 85 | ENTRE A PRISÃO E A LIBERDADE

[<https://www.publico.pt/2018/03/20/sociedade/noticia/portugal-entre-os-paises-europeus-com-cadeias-sobrelotadas-1807304>]

FIGURA 86 | PRISÃO NA ILHA DE *BASTOY*, NORUEGA

[<https://pulitzercenter.org/reporting/norways-bastoy-prison-focus-human-ecology>]

FIGURA 87 | RECLUSO DESCANSANDO AO SOL NA PRISÃO DE *BASTOY*, NORUEGA

[<https://www.theguardian.com/society/2013/feb/25/norwegian-prison-inmates-treated-like-people>]

FIGURA 88 | GRAFFITI DO ARTISTA URBANO *DOLK* – HALDEN PRISON

[<https://www.moma.org/interactives/exhibitions/2013/designandviolence/halden-prison-erik-moller-architects-hlm-architects/>]

FIGURA 89 | FACHADA POENTE DO BLOCO ADMINISTRATIVO - HALDEN PRISON

[<https://www.irisht Examiner.com/lifestyle/features/the-big-read-the-most-humane-prison-in-the-world-345677.html>]

FIGURA 90 | RECLUSOS EM CONVÍVIO NO EXTERIOR

[<https://www.moma.org/interactives/exhibitions/2013/designandviolence/halden-prison-erik-moller-architects-hlm-architects/>]

FIGURA 91 | FLORESTA INTRA-MUROS

[<http://assemblepapers.com.au/2014/10/31/michael-madsen-interview-cathedrals-of-culture/>]

FIGURA 92 | INTERIOR DA CELA

[<https://www.telegraph.co.uk/news/picturegalleries/worldnews/8661522/Norway-killer-Anders-Behring-Breivik-could-be-held-in-the-luxury-Halden-Fengsel-prison.html?image=1>]

FIGURA 93 | EXTERIOR DO BLOCO DE CELAS

[Erick Moller Arkitekter, <https://danish.tm/article/the-worlds-most-humane-prison/>]

FIGURA 94 | VISTA DA GALERIA DE ACESSO ÀS CELAS INDIVIDUAIS

[<https://gbdmagazine.com/2018/prison-design/>]

FIGURA 95 | RECLUSOS A JOGAR VIDEOJOGOS

[<http://www.designindaba.com/articles/creative-work/can-architecture-prison-contribute-rehabilitation-its-inmates>]

FIGURA 96 | SALA DE CONVÍVIO

[<https://moneyinc.com/10-prisons-that-are-nicer-than-most-luxury-hotels/>]

FIGURA 97 | ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO MUSICAL

[<http://uk.businessinsider.com/tour-of-halden-prison-2014-10>]

FIGURA 98 | ESPAÇO DE SERVIÇO RELIGIOSO

[<http://www.thestoryinstitute.com/halden/>]

FIGURA 99 | PRESPECTIVA DE UMA UNIDADE INDEPENDENTE NA PRISÃO DE *STORSTRØM*

[<https://divisare.com/projects/373466-c-f-moller-architects-torben-eskerod-storstrom-prison-falster>]

FIGURA 100 | PLANTA PRESPECTIVA DA CELA

[<https://divisare.com/projects/373466-c-f-moller-architects-torben-eskerod-storstrom-prison-falster>]

FIGURA 101 | PLANTA DE UMA UNIDADE INDEPENDENTE, STORSTRØM

[<https://divisare.com/projects/373466-c-f-moller-architects-torben-eskerod-storstrom-prison-falster>]

FIGURA 102 | PRESPECTIVA AÉREA DA PRISÃO STORSTRØM

[<http://aasarchitecture.com/wp-content/uploads/Denmark-s-new-state-prison-by-C-F-Moller-Architects-00.jpg>]

FIGURA 103 | ZONA DESPORTIVA EXTERIOR, À DIREITA O PAVILHÃO MULTIUSOS

[<https://inhabitat.com/denmark-just-opened-the-worlds-most-humane-maximum-security-prison/>]

FIGURA 104 | CAPELA

[<https://divisare.com/projects/373466-c-f-moller-architects-torben-eskerod-storstrom-prison-falster>]

FIGURA 105 | INTERIOR DA CELA

[<https://architizer.com/projects/storstrom-prison/>]

FIGURA 106 | SANITÁRIOS INDIVIDUAIS NO INTERIOR DAS CELAS

[<https://architizer.com/projects/storstrom-prison/>]

FIGURA 107 | CORREDOR DAS UNIDADES INDEPENDENTES E ESPAÇOS DE CONVÍVIO

[<https://architizer.com/projects/storstrom-prison/>]

FIGURA 108 | EXTERIOR DAS UNIDADES INDEPENDENTES

[<https://architizer.com/projects/storstrom-prison/>]

FIGURA 109 | INTERIOR DO CENTRO PENITENCIÁRIO MAS D'ENRIC

[<https://www.designboom.com/architecture/mas-denric-penitentiary-catalonia/>]

FIGURA 110 | PLANTA DO PISO TÉRREO DAS UNIDADES INDEPENDENTES

[<https://www.archdaily.com/354873/mas-d-enric-penitentiary-aib-estudi-d-arquitectes-estudi-psp-arquitectura>]

FIGURA 111 | AXONOMETRIA DE UMA UNIDADE INDEPENDENTE

[<https://www.archdaily.com/354873/mas-d-enric-penitentiary-aib-estudi-d-arquitectes-estudi-psp-arquitectura>]

FIGURA 112 | PRESPECTIVA AÉREA DO CENTRO PENITENCIÁRIO MAS D'ENRIC

[<https://www.archdaily.com/354873/mas-d-enric-penitentiary-aib-estudi-d-arquitectes-estudi-psp-arquitectura>]

FIGURA 113 | ESPAÇO RESIDUAL ENTRE UNIDADES INDEPENDENTES

[<https://urbannext.net/mas-denric-penitentiary-3/>]

FIGURA 114 | COBERTURA VERDE EM ALUSÃO À ENVOLVENTE FLORESTAL

[<https://www.designboom.com/architecture/mas-denric-penitentiary-catalonia/>]

FIGURA 115 | ZONA ADMINISTRATIVA

[<https://www.archdaily.com/354873/mas-d-enric-penitentiary-aib-estudi-d-arquitectes-estudi-psp-arquitectura>]

FIGURA 116 | EXTERIOR DA ZONA DESPORTIVA, COM PISCINA SEMI-OLÍMPICA À DIREITA

[<https://www.josehevia.es/wp/wp-content/uploads/2015/08/AiB-Masdenric-26.jpg/>]

FIGURA 117 | ENTRADA DA MAS D'ENRIC

[<https://www.designboom.com/architecture/mas-denric-penitentiary-catalonia/>]

FIGURA 118 | CELA DUPLA

[https://www.diaridetarragona.com/__export/1495445087116/sites/diaridetarragona/img/historico/12576fce3a1310f.jpg]

FIGURA 119 | RENDER DA PRISCHOOL, DE GLEN SANTAYANA

[<https://architizer.com/projects/storstrom-prison/>]

FIGURA 120 | PÁTIO NOS ESPAÇOS RESIDUAIS ENTRE AS BANDAS EDIFICADAS

[<https://www.archdaily.com/464371/a-radical-new-approach-to-prison-design/52cb5d46e8e44e3a3c000043-a-radical-new-approach-to-prison-design-photo>]

FIGURA 121 | PRESPECTIVA AÉREA - MAQUETA

[<https://www.archdaily.com/464371/a-radical-new-approach-to-prison-design/52cb5d46e8e44e3a3c000043-a-radical-new-approach-to-prison-design-photo>]

FIGURA 122 | VISTA PRESPECTIVA DA BANDA DE CELAS - MAQUETA

[<https://www.archdaily.com/464371/a-radical-new-approach-to-prison-design/52cb5d46e8e44e3a3c000043-a-radical-new-approach-to-prison-design-photo>]

FIGURA 123 | PONTES DE SIMBIOSE ENTRE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS/ ESPAÇOS COMUNS

[<https://www.archdaily.com/464371/a-radical-new-approach-to-prison-design/52cb5d46e8e44e3a3c000043-a-radical-new-approach-to-prison-design-photo>]

FIGURA 124 | RENDER DO ALÇADO NASCENTE

[https://futuresplus.files.wordpress.com/2013/07/render_wide-end_gs2.jpg]

FIGURA 125 | PLANTA DO PISO TÉRREO

[<https://www.archdaily.com/464371/a-radical-new-approach-to-prison-design/52cb5d46e8e44e3a3c000043-a-radical-new-approach-to-prison-design-photo>]

FIGURA 126 | VISTA AÉREA - MAQUETA

[<https://www.archdaily.com/464371/a-radical-new-approach-to-prison-design/52cb5d46e8e44e3a3c000043-a-radical-new-approach-to-prison-design-photo>]

FIGURA 127 | BUOY PRISON - PACIFIC OCEAN PLATAFORM PRISON COMPETITION

[<https://www.archdaily.com/343359/pacific-ocean-platform-prison-competition-entry-povilas-zakauskas-tomas-vaiciulis-kristijonas-skirmantas>]

FIGURA 128 | RECLUSOS USANDO A REALIDADE VIRTUAL PARA LHERES PREPARAR PARA A VIDA FORA DA PRISAO

[<https://www.archdaily.com/464371/a-radical-new-approach-to-prison-design/52cb5d46e8e44e3a3c000043-a-radical-new-approach-to-prison-design-photo>]

FIGURA 129 | *MS ONE SPACE PRISON* – LOCKOUT (2012)

[Excerto do filme Lockout, 2012]

FIGURA 130 | TYRION LANNISTER PRESO NA *SKY CELL* – GAME OF THRONES (2011-2019)

[Excerto da série Game of Thrones, 2014]

FIGURA 131 | *PRISÃO DE AZKABAN* – HARRY POTTER AND THE ORDER OF THE FENIX (2007)

[Excerto do filme *Harry Potter and the Order of the Fenix*]

FIGURA 132 | DR. HANNIBAL LECTER – THE SILENCE OF THE LAMBS (1991)

[Excerto do filme *The Silence of the Lambs*]

FIGURA 133 | VISTA AÉREA DA CORDILHEIRA DA ARRÁBIDA

[Imagem capturada através do Google Earth]

FIGURA 134 | LUGAR DE INTERVENÇÃO

[Imagem capturada através do Google Earth]

FIGURA 135 | SERRA DO RISCO

[Fotografia de Céu Santos, in <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnar/class-carac>]

9

FIGURA 136 | PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA (ÁREA TERRESTRE)

[Levantamento Topográfico e do edificado adaptado pelo autor]

FIGURA 137 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ARRÁBIDA, SITUADO DA ENCOSTA DA SERRA

[Fotografia de Céu Santos, in <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnar/class-carac>]

FIGURA 138 | SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA PEDRA MUA

[Fotografia de Céu Santos, in <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnar/class-carac>]

«Being on earth implies to be under the sky. Although the sky is distant and intangible, it has concrete “properties” and a very important characterizing function. In daily life we take the sky for granted; we notice that it changes with the weather, but hardly recognize its importance for general “atmosphere”. It is only when we visit places very different from our home that we suddenly experience the sky as “low” or “high”, or otherwise different from what we are used to.»

Christian Norberg Schulz,
*Genius Loci. Towards a Phenomenology of
Architecture*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho incide no dualismo marcadamente negativo das instituições penais em Portugal que, por um lado, apresentam uma desactualização face ao paradigma actual do sistema penal assim como pelas actividades e condições de salubridade dentro das prisões e, por outro lado, a sobrelotação que compromete a segurança e gestão a par da localização actual da maioria das prisões no centro da cidade (resultado do crescimento das *urbe*) acentuam os problemas anteriormente referidos, provando que muitas destas cadeias não constituem condições dignas ao ser humano que é privado da sua liberdade – e apenas dela. Com isto, o Comité para a Prevenção da Tortura e Tratamentos Desumanos, numa visita às cadeias portuguesas, apontaram o estado decadente destas instituições, alarmando para a necessidade de obras nas actuais prisões e a desactivação urgente de oito cadeias, visando a construção de cinco novos estabelecimentos por todo o país. O Estabelecimento Prisional de Setúbal está na mira desta reforma prisional em curso, sendo esta desactivada gradualmente até à construção de uma nova cadeia na área distrital que unirá as cadeias da comarca distrital de Setúbal e, possivelmente, o Estabelecimento Prisional de Lisboa.

Com uma população de cento e quarenta reclusos por cada 100 mil habitantes, Portugal é um dos países Europeus com maior taxa de reclusão actual, superando a média europeia (116 reclusos por cada cem mil habitantes). Contudo, um aumento substancial de oito por cento da população criminal registou-se nos primeiros anos do período de crise financeira, registando o sexto com maior aumento da sua população, de acordo com a Estatística Penal Anual do Conselho da Europa. Com este aumento crítico, agravou-se consequentemente a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais – que se encontram nesta situação desde 2011 -, com 113 reclusos por cada cem lugares. Prisões como o Estabelecimento Prisional de Setúbal viram a sua taxa de lotação a rondar os 185 por cento. Celas destinadas a albergar um recluso - seguindo as Regras Penitenciárias Europeias - com oito metros quadrados (apesar de ser uma das maiores superfícies por recluso na Europa), integrando a par de dormitório um lavatório, sanita e chuveiro, são agora destinados a três e por vezes quatro detidos, que estão encarcerados nestes limites dezoito horas diárias com janelas de meio metro quadrado, instigando péssimas condições de renovação do ar e consequente propagação de doenças. Relacionado com a degradação das condições nos estabelecimentos prisionais, está o desinvestimento do Estado nestas instituições que albergam indivíduos à sua guarda, ao qual o sistema prisional português é dos que menos investe na sua população penitenciária, com apenas 47 euros por recluso, representando 250 milhões de euros anualmente investidos pelo estado português. Como explica o anterior Provedor de Justiça, José Francisco de Faria Costa «a privação de liberdade, mesmo que assente em legítimos e fundados pressupostos, não pode corresponder à restrição de outros direitos que são perfeitamente compatíveis com o cumprimento de uma medida

processual de prisão preventiva ou com uma pena de prisão. As pessoas que estão em situação de reclusão estão à guarda do Estado, o mesmo equivale a dizer que estão à sua responsabilidade. O que significa que é dever da comunidade pugnar para que as condições em que aquelas se encontram sejam condignas, saudáveis e seguras»^[1]

O fracasso retumbante das prisões enquanto máquina do sistema penal moderno com visa a readaptar o culpado e reduzir a criminalidade é um factor presente e ao qual o sistema penal nos países escandinavos tem vindo a colmatar gradualmente ao longo das últimas décadas. Países como a Holanda, Suécia, Dinamarca e a Noruega, são exemplos disso, actuando na reforma da prisão enquanto edifício que representa um ecossistema artificial de reinserção do criminoso através da arquitectura – a arquitectura como ponto-chave no combate à reincidência criminal. A taxa de reincidência de ex-condenados baixou drasticamente nestes países, diminuindo a criminalidade e consequentemente a lotação das prisões, contribuindo para o encerramento gradual de prisões por falta de internos, enquanto que países como os Estados Unidos veem as suas instituições penais lotadas, invertendo a tendência da Escandinávia, registando-se maior reincidência criminal, o que leva a uma maior taxa de crime. A esta propensão negativa deve-se a um sistema penal em voga há mais de um século (no exemplo dos Estados Unidos e Brasil) e que desde os anos 80 do passado século cingem ao isolamento e repressão, não existindo uma reforma penitenciária que viabilize a reestruturação das prisões e dos seus métodos de adestramento, sendo evidente a situação crítica das estruturas penitenciárias e métodos punitivos actuais mostrando-se ineficientes e que produzem resultados muito precárias na vertente da reinserção social do recluso.

A regeneração dos indivíduos é condição *sine qua non* para o sucesso da prisão enquanto máquina do sistema penal e é este o objectivo chave deste trabalho, pretendendo alcançar um ensaio sobre novas abordagens mais humanas ao paradigma actual das prisões, prendendo-se por uma intenção de procura de uma nova arquitectura no contexto prisional que integre as normativas actuais estipuladas pelo Sistema Penal Português, formalizado pelas Regras Penitenciárias Europeias e Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos. Para tal é necessário examinar o contexto actual das prisões no nosso país comparado com modelos divergentes adoptados no norte da Europa e noutros casos isolados, passando pelas condições económicas, sociais e políticas que fundamentam uma reforma prisional urgente em Portugal, tema que tem vindo a ser assunto de debate trivial pelas condições e escassez de espaço, mas que, ironicamente, tem sofrido pelo desinteresse da sociedade neste mesmo assunto. Como modelo de prisão a adoptar estão as prisões escandinavas, as quais são o exemplo de sucesso nos seus objectivos de combate à reincidência e diminuição da população reclusa, adoptando - neste projecto a ser realizado - métodos

^[1] FONSECA, Vida de Prisão, 2018, p.43

análogos à arquitectura das instituições penais portuguesas, não partindo da utopia, mas sim de uma maior aproximação à realidade actual.

Posto isto, o presente trabalho é estruturalmente composto, numa visão geral, por dois momentos: uma componente teórica e uma componente prática, em que a primeira sustenta a concretização da segunda materializada no projecto para um novo Estabelecimento Prisional em Setúbal. A estrutura da componente teórica é faseada e aborda, numa primeira fase, o nascimento da prisão e o seu desenvolvimento nos séculos posteriores até à actualidade, estudando os casos mais relevantes desse desenvolvimento e os diferentes “experimentos” teóricos e materializados da qual foi alvo ainda na sua situação embrionária nos seus diversos contextos e realidades. Numa segunda fase, procura-se desvendar o paradigma actual no nosso país e, numa seguinte, do paradigma internacional e quais as valências e caducidades enquanto máquina do sistema penal.

Por fim, na componente prática, as escolhas projectuais seguem os projectos de referência aqui apresentados, estudados pela sua relevância e eficácia quanto aos objectivos inerentes destas instituições, destacando as diversas valências que este tipo de projecto deve incumbir à arquitectura, que passa pela segurança e vigilância, a pluralidade das actividades no interior da mesma e a criação de uma atmosfera que vise à reabilitação dos reclusos, num equipamento que cumpre tanto os seus objectivos funcionais como sociais.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES E GÊNESE DA PRISÃO

1.1. “A FORNALHA ONDE SE ACENDE A VIOLÊNCIA”

Antes de abordarmos o nascimento da prisão como instrumento de privação de liberdade e a sua evolução ao longo dos séculos até à actualidade, é importante conhecermos primeiro o que as antecedeu. Com apenas três séculos decorrentes do nascimento da prisão, esta representa uma ínfima parte da história da justiça penal (não descorando a sua importância enquanto mecanismo de defesa) que remonta aos primórdios da civilização, onde o conceito de prisão correspondia a um confinamento físico involuntário de um indivíduo, assegurando assim a sua presença aquando do seu julgamento que, maioritariamente, se resumia à pena capital ou desterro. Na antiga Grécia, a estes espaços de confinamento denominados no império romano por *ergastulum* subsistiram como lugar de privação de liberdade, tendo um carácter de custódia para criminosos e escravos que geralmente trabalhavam nas pedreiras na antiga Acaia e Arcádia, dado que a pena capital, exílio e multas representavam o principal cunho punitivo na sua estrutura penal. Platão já antecipava as prisões e o sistema correcional moderno, distinguindo três variantes de cárceres: um primeiro para crimes leves, crimes mais comuns que, por essa razão, alojariam um grande número de criminosos por um período não superior a dois anos; um segundo para crimes mais graves de período de confinamento não menor a cinco anos, integrando sociedade filantrópicas que fariam visitas nocturnas com o intuito de ensinar aos internos a “virtude da alma”^[1], visando um benefício ao carácter moral dos mesmos; um terceiro para os incorrigíveis que seriam encarcerados por toda a vida, interditos a visitas e alimentados por escravos.

Séculos mais tarde, no período da Idade Média, a justiça penal regia-se pelo poder soberano alimentado pela religião que julgava os indivíduos regendo-se pelo juízo de deus, onde a tortura e flagelação tornava os calabouços dos castelos e as masmorras autênticos lugares de morte na qual os condenados à pena capital muitas vezes não alcançavam o dia da sua sentença. Segundo as ideologias da igreja católica, estas torturas pelos pecados praticados em vida serviam de penitência para aliviar os castigos no *inferno*, representando-o teatralmente para que os demais indivíduos ajam de acordo com as “leis de deus” em vida, para que a vida pós-morte seja privada de dor e sofrimento, sabendo que a justiça persegui-los-á independentemente do sofrimento causado. Os suplícios eram vistos como uma técnica de castigo não comparável com o extremismo de uma raiva sem lei. Havia um «código jurídico da dor»^[2], em que «o sofrimento (...) regia-se por uma produção regulada. O suplício põe em correlação o tipo de efeito corporal, a qualidade, a intensidade, a duração dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso e o estatuto das suas vítimas»^[3].

^[1] Na filosofia de Platão, a modalidade de justiça humana espelha-se nos princípios da alma e tenta dela aproximar-se, defendendo ser esta uma virtude indispensável à vida em comunidade.

^[2] FOCAULT, *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, 1975. p. 43

^[3] Ibid.

Com o tempo, a justiça penal adquiriu um carácter mais bárbaro, fruto de uma época marcada pelo medo, na qual o indivíduo era exposto aos suplícios durante o período de custódia até que este fosse executado em praça pública, prolongando-se o suplício muitas vezes até esta. Nos anos que antecederam o nascimento da prisão, a perversidade dos castigos corporais reinavam nas ruas: «(...) na praça de Grève, e num cadafalso que aí será erguido, atezado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, a sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com enxofre a arder, e nas partes que será atezado serão deitados chumbo derretido, azeite a ferver, piche em fogo, cera e enxofre derretidos, e depois o seu corpo será puxado por quatro cavalos e os seus membros e corpo consumidos no fogo, reduzidos a cinza, que serão lançadas ao vento»^[4]. Apesar da violência expositiva do processo de condenação de *Damiens*^[5], este carece de uma adjectivação ainda mais cruel para descrever a barbaridade passada da condenação aos actos impostos no corpo do condenado que experienciou “a mais terrível das mortes” em que «foi necessário cortar as carnes quase até ao osso», e que após lhe serem separados os quatro membros do corpo, o carrasco pronunciou a sua morte «embora (...) o homem se agitava, mexendo o maxilar inferior como se estivesse a falar»^[6]. À semelhança de outras execuções em praça pública antecederam por um período de tortura como a do

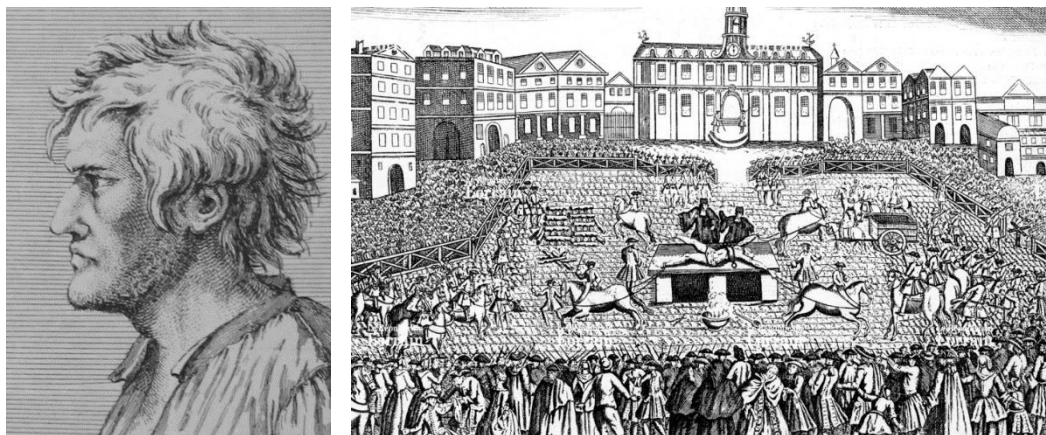


FIGURA 1 - 2 | RETRATO DE ROBERT-FRANÇOIS DAMIEN | SUPLICIO PÚBLICO DE DAMIENS NA PRAÇA DE GRÈVE (1775)

^[4] *Pièces originales et procédures du procès fait à Robert-François Damiens*, 1757, t. III, pp. 372-374. (citado em Foucault, 1975)

^[5] Robert-François Damiens (1715-1757). Francês acusado e condenado a morte por esquartejamento por alegadamente ter atentado contra a vida do rei *Luis XV*, rei esse que se revia como pai de todos os franceses, tratando-se, portanto, de uma tentativa de parricídio. Damiens fora torturado antes da sua execução tentado descobrir um eventual envolvimento de duas facções ligadas à igreja católica romana, que acabaram por não se concretizar. Embora este atentado contra o poder soberano tenha sido repudiado pelo povo francês, este acabara por ter repercussões no que viria a ser apenas o prelúdio da revolução três décadas depois, onde o público que vibrou com a sua morte no cadafalso viriam a ser os mesmos a alçar o seu nome aos heróis da revolução,

^[6] Citado em A.L. Zevaes, *Damiens le régicide*, 1937, pp.201-214. (citado em FOUCAULT, 1975)

regicida *François Ravailac* ^[7], a cerimónia de execução de *Damiens* fora cuidadosamente preparada e tratou-se de um autêntico espetáculo levado à vista de todos, que avocou gente curiosa de províncias distantes e de outros países pela crueldade e perversidade anunciada. Porém, muitos foram também os que repudiaram a crueza do ser humano contra a própria raça, num momento em que deliberadamente não se matou uma pessoa, mas onde se vitimou a humanidade como um todo.

Ao mesmo tempo que muitos aplaudiam a pravidade na praça de Grève em Paris, alguns filantropos – entre eles o famoso amante veneziano *Giácomo Casanova* - assistiam ao “espetáculo dos horrores”, e denunciavam que os animais sedentos de sangue estavam, não no cadafalso, mas sim na plateia. Contudo, havia os que estavam contra a barbaridade dos actos contra *Damiens*, o que resultaram em tumultos contra essa forma desumana de se fazer justiça. Anos mais tarde, a comunidade filantrópica e de pensadores resultantes do iluminismo - indivíduos com um pensamento ideológico comum - subjugou a tirania da arbitrariedade da legislação penal vigente assentada nestes castigos hediondos e extremamente cruéis, que puseram em questão os conceitos da legislação criminal até então impostas em prol dos direitos fundamentais do homem que se encimavam às leis do poder vigente.



FIGURA 3 | MEMBROS E TRONCO DE DAMIENS ATIRADOS À FOGUEIRA APÓS SER ESQUARTEJADO

^[7] François Ravailac (1578-1610). Extremista católico fanático, Ravailac alega ter presenciado uma visão instruindo-o a convencer o rei Henrique IV a converter os huguenotes (protestantes franceses) ao catolicismo. Depois de duas tentativas de encontrar-se com o rei com o intuito de dissuadi-lo de invadir os Países Baixos Espanhóis, decide então matá-lo, protagonizando o regicídio a 14 de Maio de 1610 no bairro Arsenal, em Paris.

1.2. INSTITUIÇÕES PENAIS PIONEIRAS

Num contexto marcado pelas penas cruéis e desumanas, até ao século XVIII as medidas de privação de liberdade não serviam um acto de Direito Penal para com o condenado, servindo apenas como meio de custódia durante um curto intervalo de tempo até ser-lhe atribuída a sentença cravada através de castigos corporais ou penas capitais, de acordo com os métodos de execução da pena. Com isto, estes locais de retenção forçavam a presença do indivíduo acusado pelo delito perpetrado aquando da leitura da sentença e conseguinte aplicação da mesma. Muitas foram as civilizações ao longo dos séculos que moldaram espaços para enclausurar os criminosos em processo de sentença, adaptando edificações alheias a essa função como os calabouços dos castelos modificados para uma função de carácter carcerário instigando as condições morbíparas e esquálidas à qual o condenado é sujeito, derivando daí um consequente ambiente indigno ao habitar do espaço.

Nesta corrente, nos séculos marcados pela transição do mundo feudal para a Idade Moderna em que as migrações em massa para os centros urbanos derivado às guerras frequentes e aparecimento de pequenas indústrias de carácter artesanal provocaram mudanças não apenas intelectuais como sociais e culturais, em que o espírito humanista procurava dar uma resposta menos cruel e desumana a quem ousasse prevaricar contra o poder que regia a sociedade, num período de grande instabilidade e desordem social por toda a Europa, marcada pela proliferação de vagabundos e pequenos delinquentes. Consequentemente, a reacção a esta indigência e criminalidade teve repercussões por toda a Europa, mostrando a preocupação em quebrar este ciclo ascendente criminal assim como, através do espírito humanista, reduzir as penas capitais vistas como actos bárbaros numa sociedade cada vez mais consciente e uma ideologia alicerçada na razão e menos a imprudência das penas levadas a cabo até então. Em correlação com os métodos fracassados de punição da alma através do suplicio e enclausuramento, desenfezou um sistema prisional que alicerçava os seus princípios no isolamento nocturno e trabalho diurno - método adoptado que prevaleceu até aos dias de hoje - reflectidos nos modelos pioneiros deste sistema penal ainda em fase embrionária. Segundo *Foucault*, a disciplina “fabrica” indivíduos como objectos e instrumentos moldando-os à imagem da sociedade, tornando-os dóceis numa hierarquia de clara subordinação em relação ao poder.

1.2.1. BRIDEWELL

No contexto Britânico, o objectivo de combate à criminalidade e diminuição de vagabundos e mendigos nas ruas foi imposto através da criação das *workhouses* e casas de correcção - também designadas *Bridewell*^[8] -, instituições de carácter puramente reformador das camadas marginais da sociedade que servia, sobretudo, como uma casa de trabalho do que prisão, num ambiente constituído por um aglomerado de salas de trabalho e dormitórios abertos sem contacto directo com o exterior, instigando a reabilitação mediante o trabalho regular no seu interior, entendidas «[...] como refúgio e castigo – ou seja, um instrumento didático de punição, dividido entre caridade e o castigo»^[9]. O desígnio destas instituições passa então pela simbiose entre a punição e adestramento, caminhando o delinquente até à civilização através do trabalho, afastando-o consequentemente da ociosidade, insubordinação e pobreza. Pela acuidade do sistema Bridewell, este ganhou repercussão em vários países que instauraram como modelo de sistema penal mesmo após o nascimento da prisão.



FIGURA 4 | PRESPECTIVA AÉREA DA BRIDEWELL

^[8] Construída em 1523 durante o reinado de Henrique VIII, a Bridewell Palace foi concebida para receber a visita de Carlos I de Espanha. Posteriormente, fora empregue como residência real seguindo-se posteriormente o embaixador francês, acabando por ser abandonada aquando do seu deterioramento. Em 1553, Eduardo VI doa o palácio londrino à cidade de Londres, transformando-se em albergue para sem-abrigo, ladrões e autores de crimes menores. Pelo sucesso enquanto prisão, outras prisões foram edificadas empregando os mesmos métodos e o título de Bridewell.

^[9] PINTO, Raúl Rodrigues Lima, *un Arquitecto del Estado Novo; La Arquitectura Penitenciaria*, 2009, p.361

1.2.2. RASPHIUS E SPINHUIS

Na sequência deste período de instabilidade a par com o espírito humanista que reinava na cultura ocidental, em Amesterdão, foram suspensas as penas de morte pelo crime de furto aos menores de 16 anos, dando lugar à criação de soluções alternativas que viabilizem o adestramento destes, com visa a “reencontrarem” o caminho para sociedade. Para tal, *Jan Laurenszoon Spiegel*, solicitado pelos magistrados, idealizou o modelo de casa de correcção - que viria a ser precursora de novas soluções arquitectónicas apesar da sua implantação em edifícios adaptados - levando a cabo a sua proposta através da reconversão de um convento, edifício de funções monásticas que apresentava as características necessárias para uma adaptação ajustada à função e características de controlo, nascendo daí a *Rasphuis* - instituição datada de 1596, foi de sua ordem relevante que «acabaria por ter uma grande repercussão em todos os regimes penitenciários»^[10]. Assim, as obras de adaptação cingiram-se apenas ao reforço da segurança através de elementos que dificultassem a fuga e adaptação das dependências do piso térreo que dava acesso ao claustro central, já que as celas dos monges serviram como módulo habitacional dos internos e que, pela primeira vez, perpetuou o isolamento individual por cela assim como a separação dos internos por sexo, contrariando as práticas levadas até então.

A par desta casa de correcção, a *Spinhuis* nasceu baseada nos mesmos princípios, porém, sendo esta destinada apenas a internos do sexo feminino, as tarefas diárias eram adaptadas às características da mulher à época. À semelhança com as *Bridewell's*, esta instituição tinha um programa de reforma inovador, alicerçado nos princípios da punição em conjunto com a reabilitação do delinquente através do trabalho árduo e quase ininterrupto, «reflexo inegável de uma nova postura religiosa e conceitos mercantilistas e urbanos emergentes nos quais esta sociedade se estava instituindo»^[11], num gesto de regeneração que o afastava dos actos e vida que o levaram ao delito, servindo assim um objectivo educativo que o preparava para a vida laboral na sociedade.

^[10] LIMA, *Arquitectura Prisional*, 1962, p.10. (citado em PINTO, 2009)

^[11] PINTO, *Raúl Rodrigues Lima, un Arquitecto del Estado Novo; La Arquitectura Penitenciaria*, 2009, p.365



1.2.3. INICIATIVAS PAPAIS E DE LOMBARDA

No período compreendido entre os papados de Inocêncio XI e Clemente XII a igreja católica teve um grande impacto na gestão e reintegração laboral dos pobres e delinquentes na cidade de Roma, num período marcado pela reconquista dos crentes através da exuberância da arte Barroca nas igrejas. Essas iniciativas tiveram especial repercussão na imagem da religião católica pela sua importância na estabilização de uma sociedade em mudança, fortalecendo assim a soberania sobre o povo romano. Entre as obras edificadas durante os quatro papados que compreenderam os anos 1676 e 1740 destacam-se o *Ospizio Generale* (1686), que albergava os pobres da cidade, concedendo-lhes trabalho e instrução, e a casa de correcção juvenil junto ao hospital de *S. Michel* (1703), que fora posteriormente ampliado para albergar mulheres, sendo esta perpetuada como a primeira prisão projectada de raiz com um programa funcional específico, contrariando práticas levadas até então de adaptação de edifícios. Aqui utilizou-se pela primeira vez a distribuição de celas distribuídas em diversos pisos através de galerias de distribuição central, permitindo assim a ventilação e iluminação natural pela sua implantação em contacto directo com as paredes exteriores do edifício, potenciando condições de conforto térmico e salubridade até então postas em segundo plano. Sendo estes edifícios de cunho religioso-cristão, a simbologia antagónica entre o bem e o mal estava patente na disposição entre o altar, onde era celebrado o culto religioso e do lado oposto, a flagelação dos mais refractários.

Alguns anos mais tarde, ao norte de Itália, abriu portas a *Casa di Correzione de Milano*, destinada aos delinquentes de Lombardia, utilizando as premissas aplicadas em *S. Michel*, alterando a planta programática para três alas celulares distribuídas em torno do altar-mor, constituindo uma das primeiras tipologias de prisão radial.



FIGURA 8 – 9 | INTERIOR DA CASA DE CORRECÇÃO DE S.MICHEL, ROMA | VISTA SOBRE O OSPIZIO GENERALE (1747)

1.2.4. MAISON DE FORCE À GAND

Com tipologia radial análoga à usada na *Casa di Correzione de Milano*, esta casa de correcção situada em *Ghent* foi pioneira na projecção dos princípios de uma ideologia penitenciária na arquitectura - reflexo das técnicas penitenciárias da segunda metade do século XVIII -, outorgando uma coerência conceptual manifestada na sua estrutura funcional e espacial, modelo incontestável da arquitectura prisional à grande escala, projectada pelo arquitecto Hypollitte Vilain.

Através de uma planta octogonal o edifício distribui os oito corpos de celas radialmente, limitados perifericamente pelas oficinas e espaços de trabalho, constituindo em cada quadrante um edifício independente. Ao centro, os serviços administrativos constituíam um papel primordial onde culminavam os braços que se estendiam desde a periferia, executando a gestão de todos os edifícios independentes dispersos radialmente, potenciando assim o controle e vigilância de toda a instituição - era, portanto, o lugar de domínio face ao todo.

Em semelhança com os casos anteriores verificados em *Rasphuis* e *Spinhuis* e nas *Bridewell's*, a Maison de Force alicerça os seus princípios na reintegração do detido através do trabalho, instigando o trabalho colectivo ininterrupto durante o dia e isolamento individual por cela à noite, pretendendo regenerar o individuo prevaricador dando-lhe ferramentas para que este possa prover-se de habilidades laborais como subsistência futura, contribuindo como força productiva para o desenvolvimento económico mercantilista baseados nos conceitos calvinistas da comunidade. (PINTO, 2009)

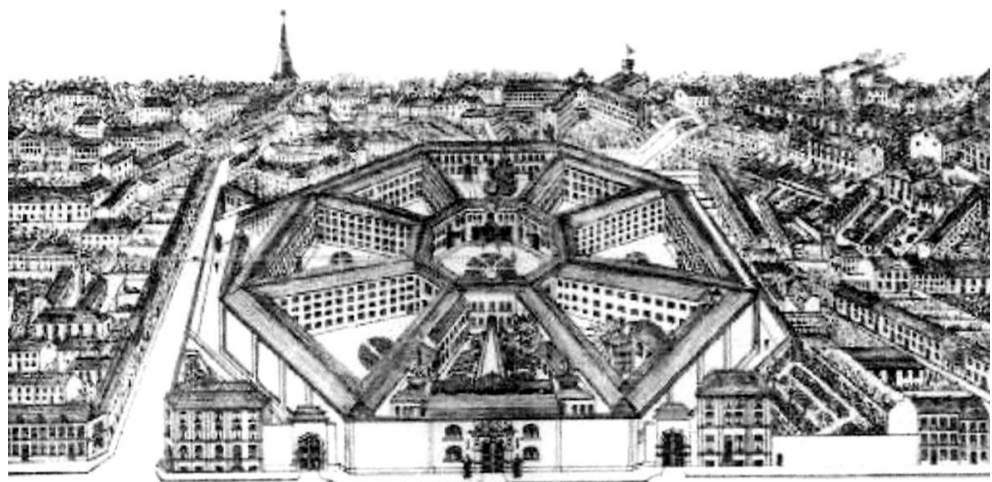


FIGURA 10 | PRESPECTIVA DA MAISON DE FORCE À GAND, CONFORME PROJECTO ORIGINAL (1772)

1.3. O NASCIMENTO DA PRISÃO

1.3.1. O MOVIMENTO REFORMISTA

No início do século XVII, as correntes iluministas tiveram um enorme impacto na mentalidade das sociedades europeias que, através do seu espírito humanista e racionalista baseados no ideal em disseminação dos direitos do humanos, estorvaram o desenrolar das tradicionais formas de administrar a justiça e punição, difundindo um pensamento revolucionário contra o poder e leis vigentes que, conseqüentemente, influenciaram o movimento reformista do sistema punitivo, liderado pelas premissas reformativas de John Howard, Cesare Beccaria e Jeremy Bentham, patentes nos seus escritos concernentes à ciência e direito penal. Alicerçados no princípio defendido por Rosseau de que a sociedade corrompe o homem - que nasce bom e livre -, os reformistas reiteravam que “o problema de todos os males eram os vícios dominantes, que geravam sentimentos que moviam a mente com irracionalidade, causando desejos e ódios inexplicáveis, com conseqüências quase sempre violentas e que potenciavam o caminho até ao crime”^[12].

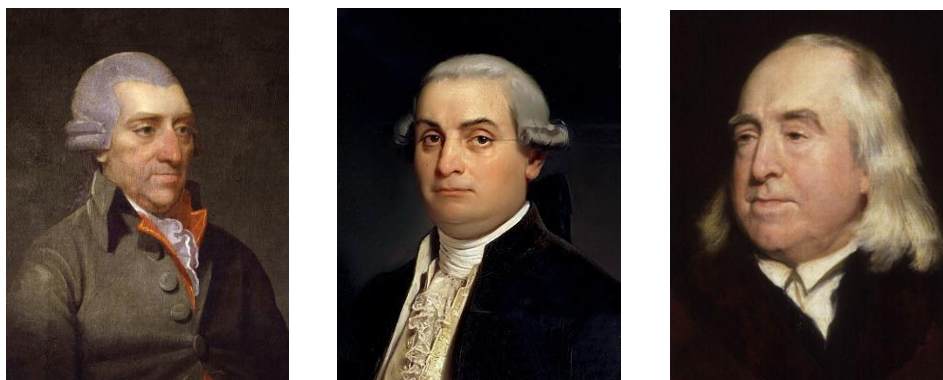


FIGURA 11 – 12 – 13 | RETRATO DE JOHN HOWARD | RETRATO DE CESARE BECCARIA | RETRATO DE JEREMY BENTHAM

O legado deixado por Beccaria constituiu uma mudança fundamental à severidade e arbitrariedade das penas impostas pelo sistema jurídico e propôs que as penas aplicadas sejam menos injustas, devendo estas serem executadas através de princípios racionais como a proporcionalidade entre delito e castigo, instigando o espírito igualitário e imparcial da lei. Por fim, no seu tratado “*Dei Delitti e Delle Pene*”, o reformista assenta a responsabilidade do crime na sociedade, sobretudo quando há uma certa ostracização em prevenir esses delitos através dos valores e princípios fundamentais de educação, cultura e propagação da ciência.

⁽¹²⁾ PINTO, Raúl Rodrigues Lima, *un Arquitecto del Estado Novo; La Arquitectura Penitenciaria*, 2009, p.361

Não obstante, é Howard que formaliza e impulsiona este movimento reformista entre os anos de 1773 e 1779, através do reconhecimento *in situ* das fragilidades das prisões, constatando a atmosfera desumana e insalubre que “corrói” o ser humano ao invés da pretendida regeneração, denunciando o estado degradante em que os edifícios prisionais ingleses se encontravam, contributo fulcral na reforma prisional e na luta por um atmosfera humanista na prisões. Filantropo convertido em inspetor de prisões, Howard defendia o isolamento individual por cela - influenciada nos ideais religiosos praticados nos mosteiros -, para que o culpado possa iniciar o seu longo processo de consciencialização e reflexão sobre os actos que o levaram ao cárcere através do silêncio que, em comunhão com uma educação pedagógica, moral e religiosa, possibilitam a sua reabilitação. Em paralelo com o movimento reformista, começavam a surgir novas abordagens à arquitectura prisional que, até então, não seguia um modelo que atenda às características punitivas deste tipo de instituição. Com isto, e pegando no legado de Howard relativamente às novas preocupações no contexto prisional, estas foram incentivadas pelos cinco pontos basilares : «1. Na escolha de lugares adequados, de preferência junto de cursos de água e fora das cidades; 2. A existência de boas condições sanitárias e de ventilação; 3. A construção em edifícios rectangulares ligados entre si de tal forma que o seu conjunto represente um grande rectângulo; 4. Uma adequada separação entre os vários tipo de reclusos, segundo a idade e o tipo de crime e por último; 5. Permitir uma segurança e poder de visão elevada.»^[13] Em concordância com esta nova postura humanista no ambiente prisional, a expressão arquitectónica que deu inicio a este movimento reformista baseado nos princípios defendidos por Howard materializado na prisão fez-se poucos anos mais tarde, expresso nos conceitos do filósofo Jeremy Bentham que motivaram a tipologia *panóptica*^[14], mostrando uma atitude de preocupação quanto às conjunturas defendidas pelos reformistas, acabando esta por ter repercussões nas novas tipologias que a precederam, sendo ainda aplicados os seus conceitos - embora em contextos distintos - nas novas abordagens à arquitectura prisional.

^[13] REIS, ...um limite, uma prisão na Memória: entre o isolamento e a reinserção, 2008, p. 27

^[14] Ver ponto 2.1. AS TIPOLOGIAS CARCERÁRIAS – EVOLUÇÃO E REFERÊNCIAS

1.3.2. DEFININDO MODELOS PENAIS E ARQUITECTÓNICOS



FIGURA 14 | DÉMOLITION DE LA BASTILLE (1789)

Nascida do século do iluminismo intelectual e filosófico que banhou toda a Europa ocidental, a prisão é uma realidade que deixou claramente o seu cunho nas sociedades ao longo dos séculos e que nela desempenha um papel fulcral na gestão, controlo e adaptação dos indivíduos que, por razões variadas, prevaricaram contra as leis e direitos da sociedade à qual integravam. Desde a época clássica até finais do século XVII, a sua função primordial baseava-se na repressão e punição^[15], características de um sistema punitivo que assentava na aplicação da pena de morte, exílio, galés, trabalhos forçados ou suplício, na qual o encarceramento não era visto como um instrumento penal de punição para a época, mas sim como elemento de custódia. Porém, o suplício – o “espetáculo das mil mortes” – é talvez o método punitivo que gerou a mudança de mentalidade, pois este castigo bárbaro e brutal aplicado directamente no corpo do condenado com o intuito do poder vigente manter a ordem social estabelecida afirmando uma posição violenta para alcançar esse fim, gerou controvérsia e indignação por parte do público que assistia a este espetáculo bárbaro da arte do horrível que resultava em tumultos em apoio ao condenado. Em semelhante contexto penal, as prisões pioneiras são concebidas como modo de repressão do condenado, caracterizando-se como um local displicente ao qual o mesmo é punido através de um mecanismo de pressão psicológica, de trabalho árduo e de uma rotina massacrante, ambiente no qual se previa que “a condenação à prisão temporária ou perpétua equivale à galés”^[16].

^[15] Ver ponto 1.2. INSTITUIÇÕES PENAIS PIONEIRAS

^[16] FOCAULT, *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, 1975. p. 138

Contudo, a transição dos suplícios para a prisão não se deu de imediato. Houve uma mutação gradual na décadas seguintes, cedendo o lugar primeiramente aos trabalhos forçados em praça pública, uma punição dita "gentil", na qual os interesses humanitários não eram de todo o foco principal desta mudança, mas sim a adequação de penas correspondentes aos delitos, a afirmação dos reformistas perante a natureza imprevisível e iniquamente distribuída da violência do soberano sobre o corpo do condenado, reclamando o filantropismo e o humanismo iluminado e a própria dignidade do Homem.

Fruto também do iluminismo, o sistema penitenciário moderno e a criação das prisões segundo os novos códigos éticos e legislativos surgem nas décadas seguintes, no início do século XIX, tendo como base o código de acção penal que determina e fragmenta o tempo diário do condenado, numa subtileza punitiva que contrasta fortemente com os métodos punitivos aplicados no século anterior. Para os iluministas a punição teria de ser mais do que uma vingança sob o corpo do culpado. Com vista a esta renovação do sistema punitivo do suplício para a prisão a meados do século XVIII, embora que ainda presente o corpo do condenado através de mecanismos de redução alimentar, masmorra e expiação física, a punição focou-se agora não no corpo do condenado, mas sim na sua alma, dado que a execução pública revela-se estéril face a uma mentalidade em mudança que encarava a educação como um instrumento que permita a ascensão a um nível superior de civilização por parte do Homem e que consequentemente seja de algum modo um contributo, não só no adestramento e regeneração do condenado, como também para o desenvolvimento social inerente à época. «A expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições»^[17]. Nesse sentido, a educação é o ponto-chave no combate à criminalidade, generalizando-se a ideia de que a esmagadora maioria dos criminosos à época advêm de uma carência intrínseca de formação, objetivando a criminalidade como proveniente das classes mais baixas, população repleta de vícios e dada ao ócio, o criminoso como homem da natureza que carece de cultura. «A ociosidade adormece o corpo, adormece e embota o espírito, faz perder os bons hábitos, degrada e produz nos prisioneiros ideias tristes, melancólicas, de aflição e pesar, às quais muitos sucumbem; ou lhes dá aso a perverterem-se, desmoralizando-se uns aos outros. Não é a ociosidade somente a mãe de todos os vícios, como se diz vulgarmente, ela é também a de muitas enfermidades»^[18]. Com isto, a educação penitenciária assume um papel fundamental no sistema penitenciário regenerador - assim, a

^[17] Ibidem, p. 18

^[18] FONSECA, Vida de Prisão, 2018, p.23

regeneração do condenado é conseguida através da actividade laboral, dotando este de meios que o afastem e evitem cair novamente na reincidência do crime ao qual se expôs inicialmente.

A reforma do sistema punitivo encaminha-se numa noção de punição com visa anular a vantagem do crime pela desvantagem produzida pela pena, eliminando a reincidência criminal pela diminuição da atractividade do crime à priori – ou seja, a punição deve causar um impacto no individuo que o faça levar ao arrependimento sobre o crime praticado. Para tal as penas devem ser findadas com o intuito de mostrar a sua eficácia e servir de exemplo para quem opte pela via do crime para atingir determinado objectivo, assumindo virtudes ao criminoso para que este possa sucumbir aos crimes que o condenaram, através de dispositivos correctivos voltados para o futuro, que não sirvam para apagar a marginalidade dos actos no passado, mas que transforme o sujeito prevaricador numa óptica futura de reintegração e utilidade para com a sociedade. Associa-se então à penalidade uma vertente mais correctiva rejeitando progressivamente a punição, com o objectivo da recuperação e regeneração social do condenado como principal foco, esculpindo-se um elo entre questões humanitárias e filantrópicas do iluminismo com o emergente sistema penal do século XIX. O pensamento de Jeremy Bentham é fulcral nas bases penais que enquadram e legitimavam o uso sistemático da prisão enquanto sanção penal por excelência, transformada num mecanismo de combate à crescente criminalidade, ostracizando a ideia de punição e adoptando um carácter de readaptação do condenado, preconizando como castigo a privação da sua liberdade, emergindo novas técnicas de poder através do isolamento – e consequentemente solidão -, a auto regulação através da reflexão e o trabalho (que apesar da controvérsia gerada na época devido à deslealdade de concorrência, visava apenas o efeito no corpo e alma do condenado). A par de um sistema punitivo regenerador, a arquitectura tem um papel fundamental na passagem de testemunho para a prisão, de modo ao processo regenerativo se processasse eficazmente, pretendendo-se por isso uma estrutura robusta e compacta para a prevenção contra mecanismos evasivos e invasivos, permitindo ao mesmo tempo uma total operacionalidade de meios de supervisão de eventuais actos abusivos, tanto por parte de reclusos como dos próprios funcionários, havendo assim uma gestão imparcial da correcta operacionalidade do sistema punitivo.

Tendo em conta os aspectos mencionados, a prisão surge como algo inevitável à actuação penal contemporânea à época, por mais que existissem outros projectos de punição defendidos por outros reformadores e por mais críticas constantemente apontadas sobre a sua ineficácia e o seu perigo inerentes desde a sua génese, estas instituições completas e austeras abrangem toda uma panóplia de valências no adestramento do condenado, recorrendo «à disciplina, segregação,

vigilância, cuidados com a renovação do ar e com a higiene sanitária, trabalho e penitência»^[19]. Posto isto, podemos então considerar a prisão como uma «peça fundamental na panóplia punitiva»^[20] pelas suas características imediatas e civilizadas de punir o criminoso face a outros métodos punitivos, erguendo a justiça penal ao patamar da humanidade.

^[19] TRIGUEIROS, *Da Prisão à Cidade Punitiva, Utopia e Realidade*, 2000.

^[20] FOUCAULT, *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, 1975. p. 263

CAPÍTULO II

O CAMPO DE ACÇÃO DA ARQUITECTURA NAS PRISÕES

2.1. AS TIPOLOGIAS CARCERÁRIAS – EVOLUÇÃO E REFERÊNCIAS

Resultante da reforma penal que surge definitivamente na segunda metade do século XVIII, a arquitectura veio complementar os fundamentos teóricos dos reformistas para a criação de modelos de construção especificamente destinados à acomodação de indivíduos em situação de privação de liberdade, procurando sistematizar esses princípios no espaço arquitectónico. A concepção dos modelos pioneiros radial e panóptico despontaram o desenvolvimento de análises e estudos da arquitectura prisional que, agora detentora de um espaço físico inteiramente designado para responder ao programa, poderia ser aperfeiçoada através do amadurecimento dos fundamentos teóricos a par da arquitectura.

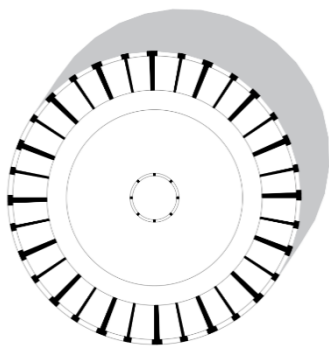


FIGURA 15 | TIPOLOGIA PANÓPTICO

PANÓPTICO

Precursora do movimento que marca uma nova atitude no contexto penitenciário nos países ocidentais, esta tipologia representa a materialização do olho que tudo vê expressa pelo reformador prisional e filósofo Jeremy Bentham, apresentando uma solução à atitude arquitectónica deste tipo de instituição. Este conceito materializado na arquitectura das prisões é possível através da organização espacial concêntrica da vigilância sobre o todo – um só guarda vigia a ala prisional, sem que este seja visto -, num edifício cilíndrico virado sob si mesmo, apresentando as celas alinhadas segundo uma circunferência, agrupadas por vários pisos em volta do pátio central coberto. A solução arquitectónica foi amplamente difundida noutras instituições, nomeadamente nas que *Goffman* apresenta como instituições totais (tema abordado mais à frente em 2.3.) pela sua relevância na questão da vigilância, na qual há uma enorme facilidade de gestão dos internos, evitando evasões em massa e violência, impossibilitados pela permanência isolada nas suas ilhargas, como refere *Foucault* “cada indivíduo no seu lugar, em cada lugar um indivíduo”^[21]. Contudo, as suas valências enquanto “máquina de vigiar” foram destruídas pela sua impunidade quanto à qualidade do ar e orientação solar, visto que não há uma hierarquia de gestão do espaço tendo em conta os factores climáticos.

Tendo em conta os aspectos mencionados, esta tipologia acabou por não ser irradiada no contexto penitenciário, mas que influenciou as prisões doravante, nunca tendo sido projectada segundo as matrizes de Bentham, havendo, porém, alguns edifícios como o *Stateville Correctional Center* (1925) e o *Presídio Modelo* (1931) que seguiram os conceitos base e matriz dos blocos de celas, conectados a um edifício central, possibilitando o contacto com o exterior e onde se enraízam os espaços e serviços colectivos.

^[21] FOCAULT, *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, 1975. p. 137

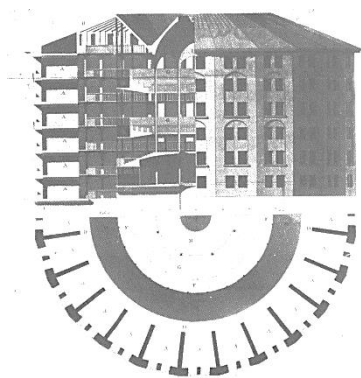


FIGURA 16 – 17 – 18 | SECÇÃO, ALÇADO E PLANTA DO PANOPTICON DE JEREMY BENTHAM (1791) | VISTA DAS GALERIAS DE ACESSO ÀS CELAS DA STATEVILLE CORRECTIONAL CENTER (CREST HILL, ILLINOIS) | TORRE CENTRAL DE VIGIA

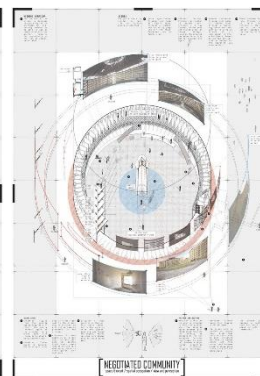
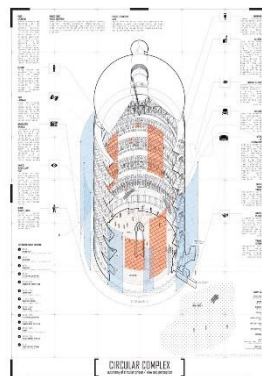


FIGURA 19 – 20 – 21 | INTERNOS DISPOSTOS EM ILHARGA NO PRESIDIO MODELO (ISLA DE LA JUVENTUD, CUBA) | AXONOMETRIA DO PRESIDIO MODELO | TORRE CENTRAL DE VIGIA E CELAS CIRCUNDANTES NO PRESIDIO MODELO

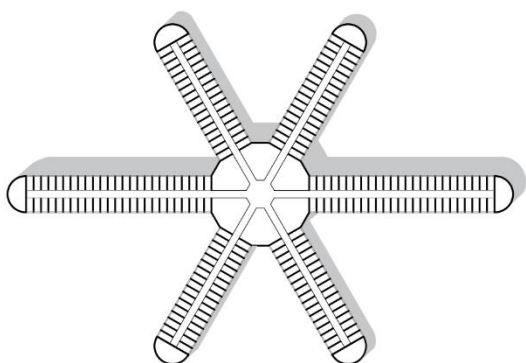


FIGURA 22 | TIPOLOGIA RADIAL

RADIAL

Tipologia antecedente ao panoptismo de Bentham, a reutilização e inovação do modelo da Maison de Force (ver 1.2.4.) marca o abandono da configuração espacial circular das celas do panoptismo, empregando o conceito de espaço central de vigilância que supervisiona todos dos braços de celas que convergem nesse ponto, existindo, porém, a necessidade de um guarda de sentinela no átrio central que controla constantemente as rotinas dos internos – visto ser o culminar dos percursos de acesso às celas – e outro(s) que percorra(m) as galerias interiores para observar os reclusos dentro das celas. A utilização deste modelo de arquitectura prisional advém, a par de outros factores, do aumento da população urbana fruto do fluxo migratório do mundo rural para as zonas urbanas durante o século XIX, construindo-se estas estruturas megalómanas visível na envergadura que esta tipologia acarta na sua inserção topográfica nos arrabaldes das cidades. Através desta evolução formal e espacial é possibilitada a organização das celas em blocos independentes estratificados por vários pisos, conseguindo através disso albergar um número considerável de internos individualmente em cada cela e proporcionar ao mesmo tempo uma vigilância mais rigorosa pela independência dos corpos de celas uns com os outros, facilitando o controle dos internos cingidos ao piso e bloco, diluindo os efeitos colaterais de motins e possíveis evasões/invasões. Ao centro, o átrio de vigilância conecta os blocos de celas aos espaços sociais internos e externos, assim como aos serviços administrativos, geralmente alocados fora do espaço central para evitar o possível acesso dos internos. Contudo, e em semelhança com a tipologia do panóptico, o modelo radial acaba por não resolver os problemas de insalubridade fruto da ineficiente qualidade de renovação do ar e orientação solar, perpetuada pela disposição radial que não oferece uma hierarquia de orientações.

Esta tipologia predominou na arquitectura prisional do século XIX e acabara por ser vastamente difundida, sendo construídas prisões de tipologia radial por toda a Europa e América. Entre elas está o Estabelecimento Prisional de Lisboa (1874) e a *Prison de la Petit Roquette*, em Paris (1836).

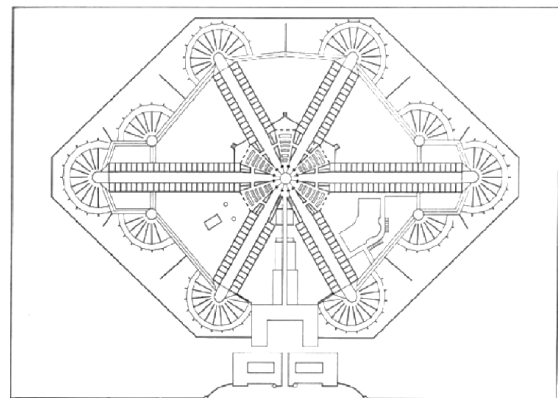


FIGURA 23 – 24 – 25 | VISTA DO INTERIOR DO BLOCO DE CELAS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LISBOA (EPL) | ALA E DO EPL | PLANTA SÍNTESE DO EPL, PROJECTO DO ENGENHEIRO JÚLIO FERRAZ (1874)

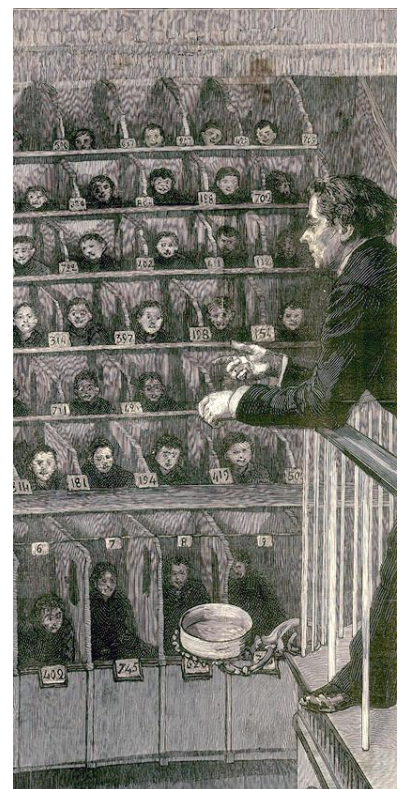
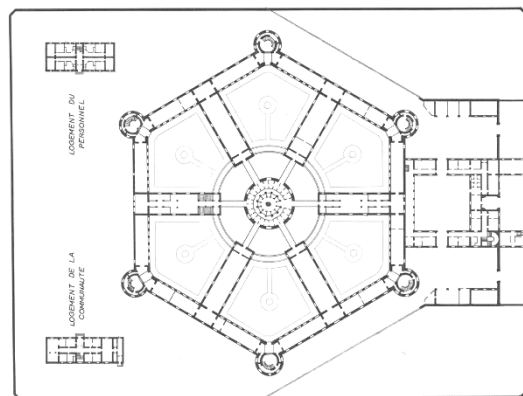


FIGURA 26 – 27 – 28 | PLANTA BAIXA DA PRISON DE LA PETIT ROQUETTE, PARIS (1836-1974) | PETIT ROQUETTE INSERIDA NA CIDADE PARISIENSE | UN CONCERT CELLULAIRE ORGANISÉ PAR LES FRÈRES LIONNET À LA PETIT ROQUETTE (1885)

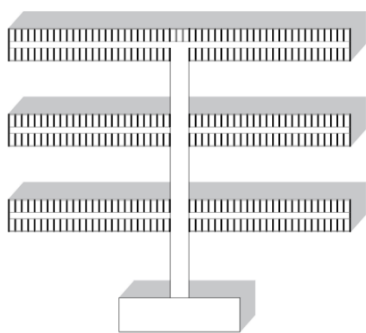


FIGURA 29 | TIPOLOGIA POSTE TELÉGRAFO

POSTE TELÉGRAFO

Depois de um século marcado pela afirmação do modelo radial na arquitectura prisional que dá primazia à optimização do espaço e ao estado de opressão contínua do condenado através do controlo, o contributo do pensamento humanista do século das luzes espelha-se numa melhoria gradual do espaço arquitectónico das prisões que acabaria por ter um impacto possante numa nova tipologia de forte pendor humanista, atendendo aos aspectos de salubridade do edifício e à hierarquização dos espaços quanto à sua orientação. Assim nasce em 1898, através do projecto de *P.H. Poussin* para a prisão de *Fresnes-lès-Rungis* (a segunda maior de França), uma nova composição arquitectónica do espaço prisional que foge à organização radial e panóptica, num desenho modular dos diferentes espaços que compõem a prisão dispostos paralelamente entre si, de funcionamento análogo à malha urbana de uma cidade, em que os blocos culminam num eixo central perpendicular aos módulos que, ao contrário da rua que perfaz o nexo de união, este opera como elemento desagregador entre módulos, aproveitando os espaços residuais entre módulos para actividades laborais e lúdicas. Esta semelhança com a malha urbana remete uma morfologia idêntica aos edifícios habitacionais, fortemente influenciada pelo movimento modernista do início do século XX com uma linguagem mais racional e lógica, diluindo o aspecto austero que as prisões até então outorgavam, contribuindo, simultaneamente, para uma relação de inserção na malha urbana, visando o crescimento da cidade sobre a mesma. Assim, este esquema construtivo confia uma semelhança à vida fora da prisão, diminuindo o impacto negativo do cárcere, mostrando mais uma vez o impacto humanista presente neste modelo.

Esta tipologia, também denominada de *pente* ou *espinha*, acabaria por ser disseminada em diversos países muito pelo contributo do arquitecto americano Alfred Hopkins no seu livro *Prisons and Prison Building*, onde descreve ao pormenor as directrizes usadas por *Poussin* em *Fresnes*. Prisões mais recentes como o *Centre Penitenciar Puig de les Basses* ou o *Centre Penitenciar de Mas d'Enric* são exemplos da utilização actual desta tipologia, empregando o eixo central, não como elemento desagregador dos módulos, mas como nexo de união, materializado numa avenida que corta longitudinalmente o complexo.



FIGURA 30 – 31 – 32 | VISTA AÉREA DA PRISÃO DE *FRESNES-LÈS-RUNGIS* | ZONA DESPORTIVA INSERIDA NOS ESPAÇOS RESIDUAIS, NA *FRESNES* | DESENHO DA VISTA DO INTERIOR DA CELA DA PRISÃO DE *FRESNES* PARA O EXTERIOR

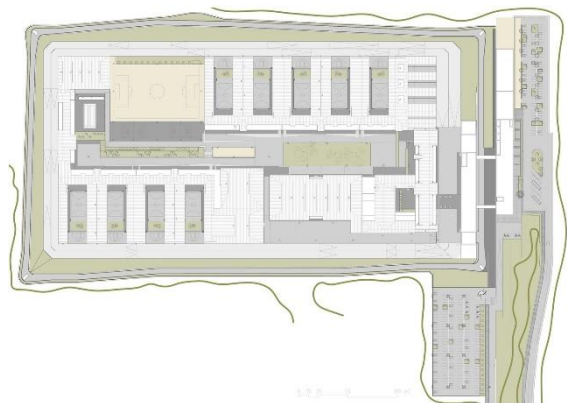


FIGURA 33 – 34 – 35 | ÁTRIO DOS EDÍFÍCIOS EDUCATIVOS E LAZER (PRISÃO *MAS D'ENRIC*) | ZONA DESPORTIVA INSERIDA NOS ESPAÇOS RESIDUAIS, NA *MAS D'ENRIC* | PLANTA DE COBERTURA DA *MAS D'ENRIC*

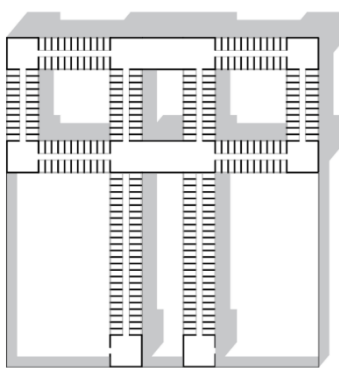


FIGURA 36 | TIPOLOGIA CONCENTRACIONÁRIA

CONCENTRACIONÁRIA

Paralelamente à construção da *Fresnes-lès-Rungis*, na Alemanha, nascia uma outra tipologia no mesmo seguimento do pensamento humanista de organização programática análoga à em espinha, desenhada tendo em principal foco a segurança e vigilância com visa a suplantar eventuais lacunas de ordem organizacional dos esquemas construtivos adoptados anteriormente, dos quais resultavam grandes motins e evasões, reduzindo as contingências de ordem de segurança assim como controlar as rebeliões no interior do espaço prisional. Com isto, surge uma tipologia marcadamente racional, semelhante à organização espacial dos palácios e hospitais renascentistas denominada concentracionária, em que «este novo partido [...] consiste principalmente na concentração e centralização das celas e das camaratas, de modo a evitar qualquer evasão ou revolta dos reclusos»^[22]. A sua composição espacial denota grandes volumes que se manifestam perante o todo, projectados nestes volumes, geralmente em configuração de ferradura, as celas prisionais justapostas por pisos, que se sobrepõem às zonas sociais, ladeados pelos serviços administrativos que, por sua vez, constituem uma cerca que duplica o muro exterior. Esta tipologia acabaria por se concretizar em Portugal, em meados do século XX, no projecto para a Cadeia Central do Norte (Paços de Ferreira).

Acompanhando o percurso de humanização das prisões, esta tipologia desenvolve um espaço amplo em todo o seu perímetro que potenciam as actividades que visam a reinserção do recluso na sociedade, estando pensadas actividades educativas e laborais dentro da prisão «passando estas actividades a praticarem-se de forma colectiva aproveitando o esforço individual de cada um, numa gestão de equipa, nunca explorada até ao momento. Paralelamente, são introduzidas as actividades extra-muros, possíveis dada a implantação destes edifícios fora dos aglomerados urbanos, junto a terrenos amplos que potenciavam a actividade agrícola»^[23]. Este incentivo visa uma nova realidade social que insere o recluso numa realidade de aproximação à vida em sociedade, fomentando o gosto pelo trabalho como principal factor de interacção social.

^[22] LIMA, *Arquitectura Prisional*, 1960, p.35

^[23] REIS, *...um limite, uma prisão na Memória: entre o isolamento e a reinserção*, 2008, p. 39

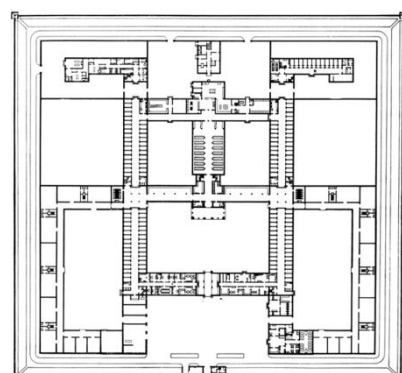


FIGURA 37 – 38 – 39 | CADEIA CENTRAL DO NORTE (PAÇOS DE FERREIRA) | GALERIA DE ACESSO ÀS CELAS | PLANTA PISO TÉRREO DA CADEIA CENTRAL DO NORTE (1957)

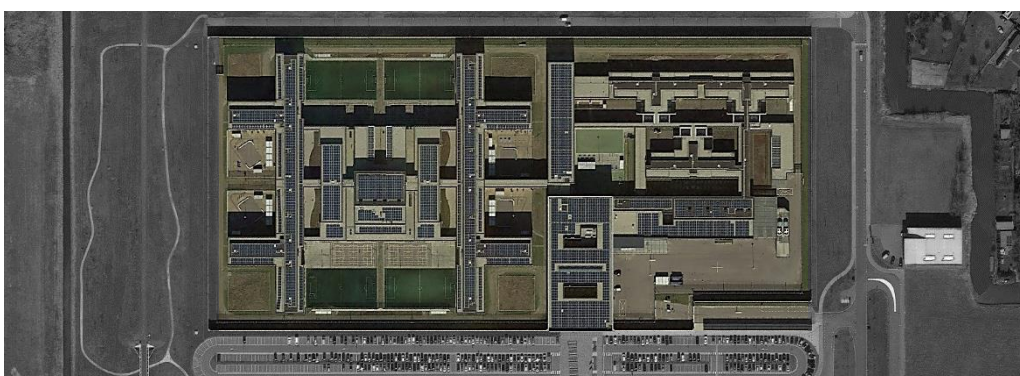


FIGURA 40 – 41 – 42 | COMPLEXO DE JUSTIÇA DE ZAASTAD (PAÍSES BAIXOS) | PARLATÓRIO (ZAASTAD)| GALERIA DE ACESSO ÀS CELAS (ZAASTAD)

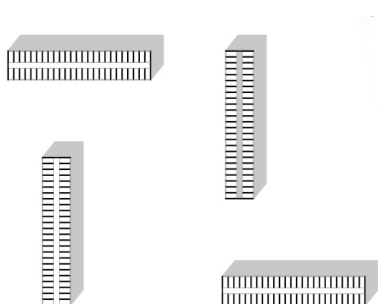


FIGURA 43 | TIPOLOGIA CAMPUS

CAMPUS

Na sequência de dois séculos de busca incessante por uma tipologia que sirva toda a abrangência humanista e de segurança nas instituições penais, surge em meados do século XX uma proposta mais arrojada, de estratégia de implantação em tudo idêntica à solução espinha e concentracionária, levando a prisão para fora dos centros urbanos, possibilitando as actividades laborais extra-muros. Porém, esta nova tipologia rompe com a contiguidade do edificio num todo, unido por percursos ou alas que convergem os módulos num ponto comum. Com isto, a tipologia campus (ou pavilhonar) dispersa-se por todo o vasto território perimétrico intra-muros, possibilitando a separação de reclusos em unidades distintas segundo classes, consubstanciadas pelos espaços residuais que são usados como áreas de actividades laborais para cultivo e actividades desportivas e lúdicas que constituem um vínculo entre os blocos de celas e os que albergam os diversos serviços e zonas comuns.

Raúl Rodrigues Lima^[24], arquitecto do estabelecimento prisional de Tires (cadeia de mulheres) projectada segundo este modelo, conjectura a tipologia pavilhonar como «o partido arquitectónico mais indicado no futuro [...] aumentando ainda mais as possibilidades de recuperação e regeneração dos reclusos que, os novos estabelecimentos prisionais hão-de forçosamente tender cada vez mais para se transformarem em pequenos agrupamentos pavilhonares, sem aspecto intimidativo, nem ambientes pesados ou deprimentes, onde vivam sob vigilância discreta e depois do trabalho em comum, pequenos núcleos de reclusos agrupados pelo seu tratamento semelhante, suas tendências culturais e religiosas, a maior ou menor possibilidade de regeneração»^[25]. Esta prognose feita pelo arquitecto do *Estado Novo* revelou-se acurada e a disseminação desta tipologia por diversos países em todo o mundo revela a sua importância como estratégia de regeneração do condenado, incitando abordagens à atmosfera prisional mais humanistas como são abordadas na prisão de Halden e na Danish State Prison, ambas no norte da Europa, assim como a West Kimberley Regional Prison, na Austrália, que se enquadram em mais que uma tipologia, formal e conceptualmente.

^[24] Ver 3.2. O LEGADO DE RAÚL RODRIGUES LIMA

^[25] LIMA, *Arquitectura Prisional*, 1962, p. 38



FIGURA 44 – 45 – 46 | BLOCO ADMINISTRATIVO HALDEN PRISON | PLANTA-TIPO DO BLOCO DE CELAS | AEROFOTOMAPA DA HALDEN PRISON



FIGURA 47 – 48 – 49 | PRESPECTIVA AÉREA DA WEST KIMBERLEY REGIONAL PRISON (AUSTRÁLIA) | PERCursos EXTERIORES COM VARIEDADE ARBORÍSTICA E FLORÍSTICA | ZONA DESPORTIVA DA WEST KEMBERLEY

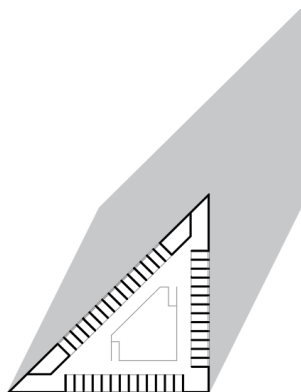


FIGURA 50 | TIPOLOGIA SUPERVISÃO DIRECTA

SUPERVISÃO DIRECTA

Rompendo com todas as tipologias que deram o seu contributo à arquitectura prisional dos últimos dois séculos, uma nova eclode nas cidades, instalando-se no núcleo da urbe em diálogo com a sua envolvente. Esta abordagem surge pela preocupação na matéria da economia e rentabilização do espaço prisional que põe em causa a eficácia destas instituições como potencializadores da regeneração dos criminosos que, no contexto penitenciário dos Estados Unidos da América, a maior abrangência destas instituições em termos de vigilância e reinserção não tiveram grande impacto na prevenção dos motins e na reincidência criminal. Com isto, surge uma nova tipologia que reacende as estratégias e conceitos defendidas por Bentham na tipologia panóptico, isolando pequenos grupos de internos por piso com uma supervisão 360º de apenas um guarda em sentinela no centro do piso, resolvendo assim a questão de economia de espaço e de pessoal dos serviços prisionais que se revela importante, sobretudo se tivermos em conta a implantação da *Metropolitan Correctional Center*, em Chicago, onde o custo por metro quadrado do solo incentiva a construção em altura, distribuindo em 18 dos seus 27 pisos as pequenas comunidades estratificadas segundo classes e/ou duração do tempo de prisão preventiva. Contudo, estas instituições construídas no centro das cidades acabariam por não beneficiar na regeneração do condenado pela sua frieza do espaço construído e pela carência de espaços destinados ao desporto, lazer e educação, funcionando, por isso, apenas para os indivíduos que esperam o seu julgamento e se encontram em prisão preventiva, o que acaba por beneficiar pela proximidade com os tribunais. As prisões projectadas actualmente enquadram-se numa lógica de conjunção entre aspectos formais e conceptuais de diferentes tipologias, como é exemplo o Complexo de Justiça de Leoben (Áustria), que desenvolve um espaço de características morfológicas e implantação que vão de encontro à tipologia em espinha, revelando paralelamente uma «organização [que] procura respeitar os conceitos da de supervisão directa. Esta liberdade permite uma maior riqueza formal e funcional que exponencia as potencialidades de todas estas tipologias investigadas e aplicadas ao longo da história da arquitectura prisional»^[26]

^[26] REIS, ...um limite, uma prisão na Memória: entre o isolamento e a reinserção, 2008, p. 47

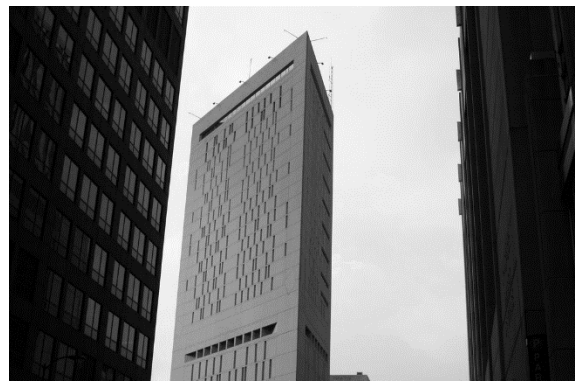
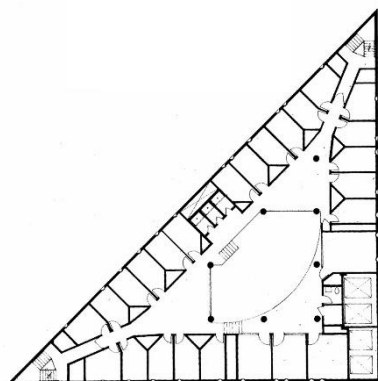


FIGURA 51 – 52 – 53 | PLANTA PISO DE CELAS NA METROPOLITAN CORRECTIONAL CENTER (CHICAGO) | METROPOLITAN CORRECTIONAL (1975) | ESPAÇO DE CONVÍVIO EXTERIOR NO TERRAÇO DO EDIFÍCIO

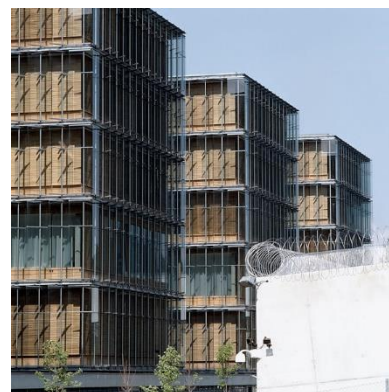


FIGURA 54 – 55 – 56 | COMPLEXO DE JUSTIÇA DE LEOBEN (ÁUSTRIA) | EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS | SEPARAÇÃO ENTRE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS/REINserÇÃO SOCIAL E PRISÃO

2.2. UMA “CIDADE” SEGREGADA DA CIDADE

Decorrente de uma arquitectura de carácter disciplinar, a prisão materializa o conceito de privação de liberdade, uma institucionalização da pena que reflecte uma arquitectura de hierarquia funcional alicerçada no isolamento do indivíduo, na qual acolhe os condenados a uma medida de privação de liberdade evitando fugas ou evasões dos mesmos durante o período à qual foi decretada a medida. Neste espaço desenvolve-se um ecossistema no qual a pena de prisão ramifica-se em três funções basilares: Vigiar, Punir e Reeducar: «a função de vigiar prende-se com o acto de evitar não só a fuga ou evasão, mas igualmente assegurar que ao recluso lhe são garantidos todos os seus direitos, liberdades e garantias, exceptuando aqueles que lhe foram retirados face à pena aplicada. Relativamente à função de punir, esta não pode ser de carácter físico ou lesivo da pessoa, quer física como psicologicamente. Assim, a expiação dos crimes não deve incidir no corpo devendo actuar principalmente sobre o coração, para que o indivíduo reflita nos seus actos e modifique o seu intelecto, corrigindo a sua conduta e vontade em praticar actos criminosos. Quanto à função de reeducar, esta é porventura a mais importante sendo efectuada através da ocupação, formação e acompanhamento do recluso pelos técnicos dos serviços prisionais e reinserção social, cujo objectivo é reeducar o recluso para o direito e permitir que este seja incluído e aceite pela sociedade que o condenou»^[27].

Na busca por uma instituição penal que reúna estas três funções, a prisão moderna surge como uma pequena cidade, um lugar que espelha a vida fora dos muros, num ambiente mais controlado, mas que desenvolve dentro do seu perímetro muito mais que o confinamento dos indivíduos, explorando uma variedade de actividades para que os internos possam manter um contacto indirecto com o exterior, tendo por isso uma especial correlação no combate à reincidência criminal. Essa necessidade de coexistirem actividades laborais e educativas no ambiente prisional não servem apenas à pura distração dos internos, servindo sobretudo como um mecanismo de reintegração na sociedade à qual foram privados durante um período, «[...] ninguém consegue inserir-se na sociedade se não tiver hábitos de trabalho. Há quem não trabalhe na prisão porque não quer, e há quem, querendo trabalhar, não lhes arranjam o que fazer lá dentro»^[28]

Tendo em conta esta nova abordagem de interdependência com o exterior, a prisão é hoje uma instituição com uma abrangência de serviços que explora diversas áreas e actividades num só lugar, brotando uma pequena cidade segregada da civilização, sendo por isso, maioritariamente edificada fora do espaço urbano, destoando os efeitos colaterais da prisão no desenho urbano

^[27] CAMPOS, *Sistemas Prisionais Europeus*, 2015, p. 5

^[28] Testemunho de Joana, ex-reclusa (citado em FONSECA, 2018)



FIGURA 57 – 58 | RECLUSO A TRABALHAR EM FERRAGEM, NA PRISAO DE PAÇOS DE FERREIRA | RECLUSO EXECUTANDO PEÇAS DE ARTESANATO

como na própria segurança e vigilância contra factores invasivos e evasivos à prisão.

A reacção a esta nova programática mais abrangente teve repercussões na própria arquitectura prisional, desenvolvendo-se instituições que não constroem apenas para o abrigo dos criminosos, desenvolvem sim uma comunidade num ecossistema multifacetado para internos, técnicos dos serviços prisionais e reinserção, poder administrativo e outras entidades ou indivíduos que aí trabalham directa ou indirectamente, o que requer uma diversidade programática nos edificios que compõe o todo. Novas actividades e maior amplitude das mais obsoletas reidentificam actualmente a prisão, devendo os projectos para novos estabelecimentos prisionais focar os módulos funcionais de acordo com o programa de necessidades para os internos, atendendo a espaços destinados a actividades laborais, de refeição, convívio, desportivas e lazer, religiosas, de serviços (alimentação, lavandaria e manutenção), educativas e de formação. A par disso, as possibilidades de contacto com o exterior devem também ser materializadas em espaços destinados ao efeito, tendo em conta as visitas – que deverão, no aspecto familiar, atender às necessidades de acompanhamento familiar por um profissional -, as visitas íntimas e visitas pastorais privadas de um representante qualificado de serviços religiosos. Na mesma vertente, deverão ser facilitados locais serviços de atendimento médico, incluindo dentista e psicólogo, atendimento jurídico e dos serviços sociais, projectados para o efeito.

Tendo em conta os factores descritos, estes constituem os requerimentos aplicáveis e indispensáveis no projecto que contribuem para se desenvolverem as condições necessárias de habitabilidade e conforto numa instituição de controlo e vigilância marcadamente austeras, criando uma atmosfera prisional semelhante à vida em comunidade, agregando a multiplicidade programática num só, resultando daí uma maior autonomia face às necessidades internas numa “cidade” segregada da cidade.

2.3. A CELA – ENTRE O ISOLAMENTO E O SILÊNCIO

Na óptica de Goffman, as prisões são o exemplo de uma instituição total, estabelecida como «um lugar de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, extraídos da sociedade mais ampla durante um período de tempo estimável, levam um troço da sua vida fechada e formalmente administrada»^[29]. Em semelhança à prisão, Goffman classifica outros exemplos de instituições totais que constituem esta sociedade disciplinar, espaços de isolamento, vigilância e controle, estratificando-os em cinco grandes grupos: em primeiro as instituições para os que não têm capacidades de se integrar na sociedade, que necessitam de cuidados como em lares, orfanatos e lugares para pessoas incapazes ou com deficiência motora ou intelectual; em segundo, os lugares destinados aos cuidados de pessoas incapazes de cuidar de si mesmas, àqueles que constituem um perigo para a sociedade, embora que de modo involuntário, materializados em hospícios, sanatórios e nas antigas leprosas; Em terceiro lugar, os lugares destinados aos indivíduos que constituem um perigo intencional eminente para com a comunidade – as prisões; em quarto, os lugares de ensino e disciplina, onde os indivíduos são “formatados” para executar algo de modo adequado – quartéis, internatos e outras instituições de ensino e permanência; por fim, os lugares destinados ao refúgio do mundo, locais de retiro geralmente de serventia à instrução religiosa e aproximação à divindade – conventos, mosteiros e abadias. A este último grupo pertence a vida monacal cristã e é-lhe atribuída a arquitectura da cela, pioneira na prática do isolamento individual e emancipação espiritual. Aqui os monges seguiam a disciplina eclesiástica, almejando alcançar a cura divina da alma através do isolamento, uma mitigação da austeridade primitiva usada durante séculos para corrigir os monges mais obstinados, condenados pela lei canónica, com aplicações hodiernas como meio de favorecer o silêncio e a contemplação.

Sendo a prisão uma instituição de isolamento, reflexo de uma sociedade disciplinar moderna que se revê no processo de controle e adestramento dos corpos dóceis que surgiu em torno desta, a individualização dos internos é o foco

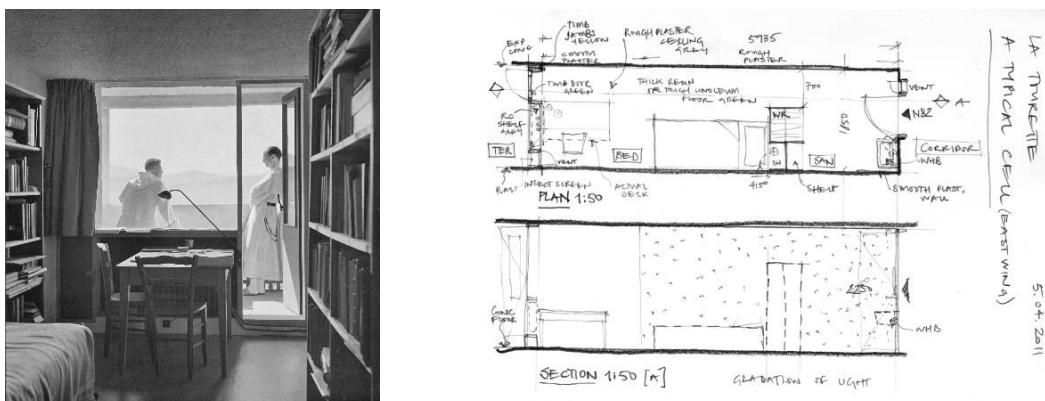


FIGURA 59 - 60 | CELA INDIVIDUAL DO CONVENTO DE LA TOURETTE | PLANTA E CORTE DA CELA DE LA TOURETTE

^[29] GOFFMAN, *Asylums*, 1968



FIGURA 61 – 62 | RECLUSO NO INTERIOR DA SUA CELA – HALDEN PRISON | RECLUSA NO INTERIOR DA SUA CELA – PRISÃO DE TIRES

basilar da prisão, num lugar regido pela vigilância e disciplina, espelho de uma hierarquia funcional enquadradas numa rede de controle e correcção social. Aqui, distribuídos por pequenos compartimentos que se repetem ao longo do segmento de um edifício, a instituição coordena cada passo do recluso, estratificando e colocando “cada indivíduo no seu lugar, em cada lugar um indivíduo”^[30], podendo a qualquer momento identificá-lo sem que este saiba que está a ser vigiado e controlar o seu comportamento. Acessíveis através de uma galeria central que atribuem a função de ligações de actuação e vigilância, as celas distribuem-se por módulos que fragmentam o espaço e os indivíduos, possibilitando assim o «isolamento como instrumento de castigo e “choque”, onde o condenado deverá se relacionar com a sua consciência»^[31].

“Elemento básico e arquétipo de toda a estrutura carcerária”^[32], a cela, apesar das suas dimensões modestas face ao todo que constitui a prisão, constitui o motor desta instituição e apresenta uma dicotomia entre isolamento e vigilância ininterrupta, um lugar que materializa a privação da liberdade no qual o recluso vê a sua vida em sociedade suspensa, tornando-se esta a sua habitação temporária até findar a sua pena, passando grande parte da sua estadia cerrado e isolado quanto aos outros internos. Aqui é feito o «isolamento do condenado relativamente ao mundo exterior, a tudo aquilo que motivou a infracção, às cumplicidades que a facilitaram. Isolamento recíproco dos reclusos. A pena não só deve ser individual, mas também individualizante»³³. Com isto, a cela deverá adquirir uma série de valências para que se verifique um nível de conforto adequado num lugar em permanente ocupação, anuindo um lugar que viabilize o repouso, condições de trabalho, refeição, lazer e higiene pessoal e saúde.

Verificando as conformidades concernente ao alojamento dos indivíduos, alguns aspectos espaciais e formais são imprescindíveis à correcta projecção de uma cela prisional. Quanto a questões espaciais, esta deverá apresentar uma organização

^[30] FOCAULT, *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, 1975. p. 137

^[31] MANO, *Espaço de Vigiar: Requalificação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada*, 2014

^[32] PINTO, Raúl Rodrigues Lima, *un Arquitecto del Estado Novo; La Arquitectura Penitenciaria*, 2009, p.361

^[33] FOCAULT, *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, 1975. p. 270

que viabilize a vigilância e controle integral da cela por parte dos serviços prisionais através do exterior, salvo os sanitários e duche que poderão estar parcialmente velados do campo de visão da janela da porta. Em correlação com a organização espacial, os níveis de salubridade deverão satisfazer todas as exigências de higiene e saúde, isto através de uma correcta análise da cubicagem de ar disponível, influenciada pelas dimensões da cela e da renovação do ar, devendo as janelas serem suficientemente grandes para o efeito, caso verifique-se ou não ventilação artificial, tendo estas um papel igualmente pujante na iluminação natural do espaço que deverá atender às necessidades de trabalho e leitura, sempre que possível com auxílio de iluminação artificial. Na extremidade do espaço, a porta deverá perfazer uma circunferência de abertura para o exterior da cela evitando que o recluso barrique o acesso à mesma. Quanto a questões materiais, a cela, tal como nas acomodações dos mosteiros e abadias, apresenta uma materialidade muito depurada e singela, mas um pouco mais trabalhada, tendo em conta a condição involuntária dos presidiários. As paredes brancas não só transparecem a sensação de pureza como potenciam a de amplitude e de uma maior abrangência da luz, num espaço embrionariamente pequeno, ocupado pela mobília que a acomoda e permite o habitar temporário dos indivíduos, sendo no caso da cela prisional uma mobília mais trabalhada, mais pensada, que tem em conta aspectos de ordem preventiva, dando especial foco aos pormenores, desenhando os cantos boleados e as peças fixas, que poderiam ser usadas pelo recluso como ferramenta para causar dano a si e/ou aos que compartilham o espaço com ele no trecho prisional.

Numa dimensão mais conceptual, podemos considerar que a cela rege-se por três elementos fulcrais: a porta, a(s) janela(s) e as paredes. Estes elementos transmitem o conceito de privação de liberdade: as paredes são o exercício judicial do confinamento, a clausura à qual o indivíduo é exposto após lhe ser imposta a pena, e que este será o seu habitat até o findar da pena; a porta é um elemento dicotómico, pois representa a comunicação com os demais indivíduos que partilham diariamente o ambiente prisional, e ao mesmo tempo representa o poder, a vigilância ininterrupta do poder jurídico através dos seus representantes; a janela, o elemento que amplia o espaço, que diminui a sensação de clausura imposta pelo outros dois elementos e é sobretudo ela que permite o contacto com o exterior, que permite uma maior proximidade com a vida que lhe foi suspensa, uma “janela” para o mundo num mundo segregado.

Núcleo mínimo na arquitectura prisional, a cela representa a materialização da pena, o elemento básico numa arquitectura de disciplina e controle associada à reclusão que comporta, um lugar projectado para o retiro involuntário do ser humano, tentando faze-lo esquecer os vícios da sociedade que o levaram ao crime, levando-o a uma vida fora dos padrões de sociedade, uma vida suspensa e limitada no espaço e no tempo, tendo repercussões sociais e económicas às quais o recluso vê-se obrigado a adequar o seu comportamento às limitações da cela que restringem a sua experiência de vida.

2.4. A DIMENSÃO DA PSICOLOGIA NA ARQUITECTURA DAS PRISÕES



FIGURA 63 | CASA GÁLVEZ (CIDADE DO MÉXICO) – LUIS BÁRRAGAN

Entendida como um lugar de medo e repressão, a prisão é ainda hoje abordada por muitos como um lugar de atmosfera pesada e tensão vivida pelos internos, materializada na arquitectura da instituição, que se rege por questões económicas e de controle em detrimento de uma arquitectura que promova a ressocialização dos internos. Com isto, a abordagem de reabilitação através da pena mostra *à anterior* uma despreocupação por elementos básicos que apoiam essa regeneração, dificultando o processo de transformação de criminosos em não criminosos que, ao invés, manipula o condenado conduzindo-o a uma adaptação forçada a este novo mundo, lugar de custódia e dependência do poder que o condenou, anulando o sujeito enquanto parte integrante da sociedade, subordinado ao universo criminal «[...] o recluso é submerso num meio completamente artificial, introduzido numa cidade com valores que nada têm a ver com os da vida em liberdade e que parece uma escola de crianças grandes bastante complicadas»^[34].

^[34] ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos: Conferências de criminologia cautelar*, 2012

Com isto, a arquitectura das prisões opta por uma atitude que desmazela o ambiente dentro das instituições, muito pela limitação financeira geralmente imposta a obras neste sector, descorando o papel fundamental da psicologia na arquitectura, ciência que estuda o comportamento humano na sua vertente interna e externa, «[...] centrada no interior do individuo, para uma abordagem externa, ou seja, que tem igualmente em conta os factores exteriores, o ambiente, inicialmente o social e, progressivamente, também o ambiente físico natural e construído»^[35]. Então, a dimensão da arquitectura em conjunto com a psicologia desenvolvem um factor determinante na experiência psicológica quanto ao objecto contruído, numa união entre arquitectura e vida para um ser individual e social, que tem o exemplar desta síntese entre duas realidades opostas na obra de Alvar Aalto, que “destruiu” as premissas defendidas por funcionalistas (Homem como ser social) e organicistas (Homem como individuo). É sabido que a vida nas prisões carece muito desta homogeneização do ser, numa arquitectura marcadamente funcionalista, os indivíduos são abordados na dimensão animal e geométrica, e não a sua totalidade como ser individual e social.

Dentro destes estabelecimentos, a arquitectura molda os indivíduos que, por sua vez, moldam a atmosfera prisional, caracteristicamente pesada e tensa. Segundo Christian Noberg-Schulz - exímio precursor deste contacto entre arquitectura e psicologia -, a arquitectura estrutura-se em três dimensões interdependentes: a *técnica*, a *forma* e o *uso*. Salientando os dois últimos, estes são os responsáveis pelo ambiente arquitectónico, são eles que criam as vivências sociais e individuais de cada um, tendo por base a psicologia da percepção e a semiologia como factores imprescindíveis à estruturação destas dimensões, trabalhando mutuamente para alcançar o resultado pretendido. Com isto, o desenho das prisões deverá reflectir estas duas dimensões, labutando a massa, o espaço e a superfície que constituem a forma em simbiose com o ambiente físico e social, originando uma integridade a diferentes escalas em que a arquitectura esteja presente, desde o plano do edificio até ao do objecto.

No campo do ambiente físico, muitas são as influências que actuam sobre o nosso sistema sensorial nervoso, exaltadas pela visão, audição, tacto, cheiro e pelo paladar. A cor é talvez a que transmite melhor essa relação entre o sujeito, arquitectura e ambiente, obtendo delas qualidades terapêuticas que variam consoante os comprimentos de onda, saturação, claridade e propriedades térmicas, que não só podem ser captadas por meio da visão, como pelo olfacto, podendo mesmo ser sentidas através do tacto. Sendo esta uma reificação de energia, a cor influencia as actividades funcionais física e mental, consciente e inconscientemente na relação espacial e é um potencial mecanismo de manipulação das emoções, pois o cérebro, ao observar os diversos tons, identifica-os e transverte-os em sensações e sentimentos. Dos diferentes

^[35] MUGA, *Psicologia da Arquitectura*, 2005, p.13

matizes resultam diferentes associações que divergem consoante a luminosidade dos espaços, que deverão ser manipulados evitando a sua superestimulação e subestimulação.

Na arquitectura, a sua aplicação decorre do ambiente que se pretende criar e em que circunstâncias os utilizadores do espaço o vão experienciar, seja um ambiente calmo e descontraído ou de agitação, tentando ao máximo evitar uma atmosfera de medo e repressão, muito associada às prisões. Empregue nas superfícies, influencia a experiência do usuário no espaço, análoga à *técnica* que compõe o objecto arquitectónico, assumindo-se como meio de manipulação do espaço. Essa manipulação espacial ocorre ao empregar a cor através da harmonização da mesma dentro do círculo cromático, enveredando geralmente por três soluções: a monocromia, que se caracteriza pelo uso de uma só cor e as suas intensidades e tonalidades, que produzem a sensação de ambientes mais amplos; a utilização de cores análogas, cores vizinhas do círculo cromático, que criam uma sensação de continuidade espacial; e a aplicação de cores complementares, cores opostas, que criam movimento e realce. A aplicação da cor na arquitectura deriva de uma necessidade de estimular equilibradamente os sentidos dos usuários, semelhante à vida na natureza, em que os sentidos não são apenas estimulados pela abrangência da cor e da sua luminosidade, como também em variantes olfactivas, de som e temperatura. Assim, o ambiente arquitectónico deverá procurar a harmonia entre eles, fugindo à variedade excessiva e à unidade monótona.

VERMELHO

Cor dominante e dinâmica de forte acção sobre o humor, o vermelho distingue-se entre os outros matizes pela vivência e ilusão de proximidade, derivada do foco de luminosidade atrás da retina. Este matiz estimula a actividade mental e sexual e acelera a actividade respiratória, tendo um forte cariz de masculinidade que, quando desvanece para o rosa, ganha um cariz feminino, suave e de leveza. Empregue na arquitectura dá vida e alegria às superfícies, transmitindo a sensação de calor e poder, porém, em superfícies extensas torna o ambiente opressivo e tenso.



FIGURA 64 – 65 | UNITÉ D'HABITATION DE MARSEILLE – CORBUSIER | SESC POMPEIA – LINA BO BARDI

LARANJA

Estimulante físico e mental quando empregue subtilmente, o laranja é uma cor jovem com menor dominância que o vermelho, mas de maior ilusão de proximidade, que incentiva a criatividade o entusiasmo, expandindo a mente a novas ideias. Essas propriedades tornam-no ideal para espaços educativos e de trabalho por promover a mudança e o dinamismo. Porém, o uso em superfluidade cria um ambiente intrusivo e causa a sensação física de desconforto térmico (quente), assim como o seu nível de saturação elevado o torna “ruidoso”.



FIGURA 66 – 67 | ESCOLA SECUNDÁRIA GARCIA DA HORTA – BAK GORDON | CASA DAS HISTÓRIAS – SOUTO DE MOURA

AMARELO

Tal como o laranja, o amarelo é um estimulante do sistema nervoso central que incentiva à curiosidade e comunicação. Caracteriza-se por ser uma cor animada e dinâmica de alta luminosidade, sendo a sua aplicação nas superfícies vantajosa para suavizar ambientes mais pesados, geralmente usada em espaços com pouca luz natural pela sua elevada intensidade luminosa. Geralmente é empregue em lugares com a finalidade de chamar a atenção dos transeuntes, despertando a curiosidade do usuário no espaço arquitectónico.



FIGURA 68 – 69 | TEATRO E AUDITÓRIO EM POITIERS – CARRILHO DA GRAÇA | CAPILLA DE LAS CAPUCHINAS – LUIS BARRAGÁN

VERDE

O verde tem um efeito calmante e relaxante no usuário, é o mais repousante e tranquilo entre os matizes. Invoca o contacto com a natureza, o que talvez por isso seja levemente aromática. A ilusão de distância e leveza do espaço proporcionam a sua aplicação em ambientes ligados à saúde e bem estar. Sendo muito reconfortante para os olhos pela sua harmonia e equilíbrio. Contudo, a sua aplicação perto em excesso pode causar a sensação de tédio e estagnação, o que, consequentemente, provoca a monotonia do espaço. A sua aplicação perto do amarelo e do azul concede-lhe algumas das suas propriedades.



FIGURA 70 – 71 | PAVILHÃO DE PORTUGAL – SIZA VIEIRA | GLASGOW RIVERSIDE MUSEUM – ZAHA HADID

AZUL

Matiz vitalizante e nobre, o azul tem um cariz pacificador e é talvez por isso a cor mais acarinhada pelo ser humano. Por ser uma cor fria e distante, a sua aplicação em locais quentes outorga uma sensação de frescura, devendo, pelo mesmo motivo, ser evitada em locais frios. O azul é harmonioso e estimulante para a actividade cerebral, potenciando a concentração e é frequentemente empregue em tons mais escuros em espaços de negócios e de serviço bancário, pois transmite positividade, confiança e segurança. O seu uso excessivo torna o ambiente depressivo.

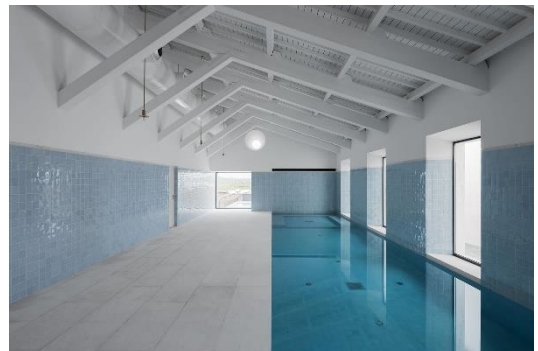


FIGURA 72 – 73 | TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA – GRAÇA DIAS | TORRE DE PALMA WINE HOTEL – JOÃO MENDES RIBEIRO

VIOLETA

Associada à nobreza e ao poder, o violeta tem características que englobam um apanágio diversificado, que sugere a integridade do azul e a autoridade do vermelho. Remete para a sabedoria, misticismo e espiritualidade. A sua tonalidade mais escura é muitas vezes associada à luxúria e exclusividade da matéria, tendo, por outro lado, associações à solidão e tristeza quando é excessivamente empregue. Contudo, por ser uma cor de baixa intensidade luminosa, provoca um ambiente calmo e de bem-estar.



FIGURA 74 – 75 | CASA GILARDI – LUIS BARRAGÁN | KUNSTHAUS ZURICH EXTENTION – DAVID CHIPPERFIELD

BRANCO

O branco engloba todas as cores, é este que possibilita a existência destas através do espectro de luz e, por isso, realça-as dando-lhes vida pela luminosidade que esta reflecte, outorgando profundidade e ampliação espacial. Do ponto de vista psicofisiológico, o branco transparece esterilidade e pureza, sendo por isso uma cor que favorece a multiplicidade de usos no espaço arquitectónico e a suavidade na aplicação de qualquer outra cor, podendo transparecer uma falta de estímulo para o usuário em superfícies virgens.



FIGURA 76 – 77 | CASA FEZ – “ALVARINHO” SIZA VIEIRA | IGREJA DE SAINT JACQUES DE LA LANDE – SIZA VIEIRA

PRETO

Este matiz caracteriza-se como o oposto do branco. Representa a ausência de luz e, consequentemente, da cor que esta produz. Da elegância À depressão, através deste matiz é possível enveredar por falsos caminhos caso a sua aplicação não seja cautelosa. O preto é sóbrio e austero, intensifica as cores e fá-las parecer mais luminosas, tornando-as imponentes e realça-as, devendo sempre ser empregue com outras cores para não cair na indiferença e na prepotência extrema.

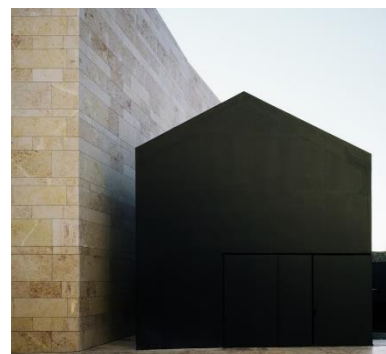


FIGURA 78 – 79 | CENTRO DE INFORMAÇÃO DA ROTA DO ROMÂNICO - SPACEWORKERS | CENTRO DE ARTES DE SINES – AIRES MATEUS

CINZA

Matiz conseguido através da mistura entre o branco e o preto, as propriedades do cinza dependem muito da sua aproximação do seu tom e luminosidade a estas duas “não cores”. Esta matiz é desprovida de energia, por isso, não serve como estimulante emotivo, sendo a sua aplicação carecida de cores mais vibrantes que serão acentuadas pelo cinza, escapulindo os efeitos depressivos e de tristeza do isolamento que esta transparece. Por outro lado, a sua aplicabilidade sugere elegância e formalidade ao espaço, intensificando o seu efeito dramático na proximidade ao preto, tornando-se mais alentador na sua tonalidade prata.

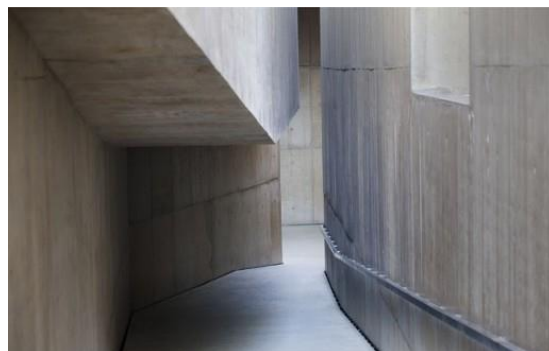
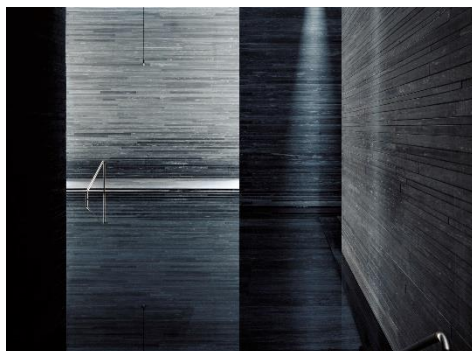


FIGURA 80 – 81 | THERM VALS – PETER ZUMTHOR | MUSEU DE ARTE E ARQUEOLOGIA DO VALE DO CÔA – CAMILO REBELO E TIAGO PIMENTEL

Apesar das associações simbólicas das cores, estas divergem consoante culturas e períodos artísticos e históricos, outorgando uma diversidade ampla na sua interpretação, «enquanto na obra de Luis Barragán a cor evidencia a pureza espacial como elemento emergente à emoção, Siza Vieira adere ao acromatismo das superfícies. Se Lina Bo Bardi emprega o vívido vermelho a alguns elementos arquitectónicos, Legorreta adopta cores exuberantes provenientes da cultura mexicana»^[36].

Em paralelo com a cor, a escolha dos materiais, a sua diversidade e textura são um factor determinante na dimensão psicológica da arquitectura. Através deles é possível o contacto entre a arquitectura e o ser humano e a possível identificação das propriedades espaciais, são eles «o meio físico através do qual a arquitectura se expressa»^[37] e que outorgam o carácter espacial da arquitectura. Há por isso, um diálogo constante entre a matéria e o ser humano, diálogo esse traduzido em sensações diversas mediante o material, os seus acabamentos, adulteração, escala, composição, entre outros, e essa escolha é feita tendo em conta o ambiente que pretendemos gerar, como pretendemos que a matéria que constitui a arquitectura interaja com o ser humano, «utilizados sem grandes transformações assumindo a maior parte das características físicas do material em estado natural ou [...] moldado de forma a se conseguir exacerbar particularidades específicas que servem melhor a um determinado espaço»^[38], por via de uma evidência ou dissimulação das suas características visuais e, em sentido análogo, às propriedades singulares de qualidade acústica e térmica que, aplicadas mediante o seu fim, beneficiam determinado espaço.

Posto isto, a arquitectura das prisões deverá enveredar por um caminho que a leve ao sucesso relativamente aos objectivos virados para a reinserção e tratamento do recluso, incentivando essas metas através do trabalho conjunto entre as diferentes áreas que constituem o projecto de arquitectura para uma instituição como esta. As qualidades provenientes da utilização de determinado material ou cor têm um forte impacto na vida do ser humano e condicionam a sua experiência enquanto indivíduo e ser social.

^[36] PEREIRA, *O papel da cor na arquitetura*, 15 maio 2018, ArchDaily

^[37] FLETCHER, *The influence of material in architecture*, London, 1987 (citado em MARTINS, 2012)

^[38] MARTINS, *Pensar em Arquitetura através da Arquitetura. Percepção do homem no [e do] espaço arquitectónico*, 2012, p. 98

CAPÍTULO III

SISTEMAS PRISIONAIS EUROPEUS E O CASO PORTUGUÊS

3.1. SISTEMAS PRISIONAIS EUROPEUS – APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS



FIGURA 82 | BANDEIRAS EUROPEIAS NA FRENTE DO EDIFÍCIO SEDE DA COMISSÃO EUROPEIA (BRUXELAS)

Numa abordagem aos sistemas prisionais na Europa que se desdobram em diferentes meios de acção segundo país, estes partilham entre si o pendor humanista que a União Europeia infunde aos membros que nela integram, respeitando os valores e condutas presentes na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, transpondo-os para as *Regras Penitenciárias Europeias* «reforçando o papel dos direitos humanos e do objectivo final que, sendo a prisão um serviço público, esta deve reger-se por boas práticas quer a nível ético quer a nível deontológico, baseadas na humanidade do tratamento e no respeito pela dignidade humana»^[39]. Visando a reinserção do indivíduo na sociedade, estas recomendações fixam as directrizes no campo de acção das administrações prisionais em oito partes:

- I. Princípios Fundamentais – relativo à conduta da administração quanto ao respeito pelos Direitos Humanos e aplicação de normas segundo estas;
- II. Condições da Reclusão – relativo às normas de ingresso nos estabelecimentos prisionais assim como os procedimentos de acolhimento desde o transporte até este, higiene, o vestuário e roupa de cama, regime alimentar, contactos com o mundo exterior e as actividades laborais, educativas e de lazer, que não devem ser descoradas segundo credos e ideologias.
- III. Saúde – gestão dos serviços médicos e cuidados de saúde, assim como os seus direitos e deveres, tanto de reclusos como do pessoal médico.
- IV. Ordem e Segurança – concernente às medidas de segurança a serem aplicadas para o normal funcionamento da instituição segundo regras e direitos;
- V. Direcção e Pessoal – formação dos serviços e do pessoal que integram a instituição e inclusão de pessoal especializado, sistema de gestão das

^[39] CAMPOS, *Sistemas Prisionais Europeus*, 2015, p. 26

prisões e meios de avaliação e investigação sobre se a instituição cumpre o seu dever cívico;

VI. Inspecção e Controlo – inspecção regular por parte dos organismos governamentais.

VII. Preventivos – regras aplicáveis segundo as Condições da Reclusão para presos preventivos

VIII. Reclusos Condenados - objectivos, aplicação e organização

IX. Actualização – as regras devem ser actualizadas regularmente

Analisando os diferentes sistemas prisionais na Europa, a França, em semelhança com o sistema português, os serviços prisionais estão sob tutela do Ministério da Justiça. Aqui, dos 190 estabelecimentos prisionais espalhados por toda a região francesa são apoiados pelos serviços de reinserção social, que estão sob a autoridade dos 103 *Services Pénitentiaires d’Insertion et de Probation*, cobrindo todos os departamentos que têm como objectivo a integração e reinserção social de reclusos, “realçando a necessidade de socializar indivíduos que nunca estiveram integrados de forma adequada na sociedade antes de cumprir pena. Os princípios envolvem o respeito pelas vítimas, pela sociedade e pelos infractores e a prevenção da reincidência é um dos seus objectivos”^[40]. Em seguimento dos objectivos de reinserção social, os serviços prisionais franceses reconhecem a importância dos reclusos manterem o contacto com a família e, para tal, foram implantadas medidas para melhorar os espaços de interacção entre o recluso e a família, com direito a três visitas familiares semanais. Uma das medidas mais singulares são as visitas até 72h em celas privadas com cama, casa de banho e kitchenette que visam fomentar os laços familiares, permitindo um contacto com a vida fora da prisão, promovendo a reintegração gradual na vida pós-cárcere.



FIGURA 83 | RECLUSO ACOMPANHADO DA ESPOSA E FILHO NA ALA DE VISITAS ÍNTIMAS

^[40] Ibid., p. 47

Do outro lado do Canal da Mancha, no Reino Unido, os serviços prisionais fragmentam-se em três regiões de acção: Inglaterra e País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte. Na primeira região, gerida pelo Ministério da Administração Interna, conta com 128 estabelecimentos prisionais e é apoiada pelo National Offender Management Service (NOMS), fomentando assim a relação entre os serviços prisionais e a reinserção social. Devido ao aumento populacional, a privatização de 11 estabelecimentos prisionais foi vista como a solução mais eficaz ao problema, no qual as suas valências tinham em foco a rapidez de construção e uma maior eficiência e excelência arquitectónica, o que só desviou o problema de sobrelotação das prisões públicas para as privadas.

Na região de acção que abrange a Escócia, os Serviços Prisionais Escoceses (SPE) gerem um total de 15 prisões que abrangem uma lotação de cerca de 8000 reclusos, sendo dois desses estabelecimentos de gestão privada, abarcando as vantagens referidas na NOMS. Os SPE “[...] são uma agência dependente do governo escocês que foi criado em 1993. O objectivo deste serviço é manter a segurança e a ordem prisional, enquanto cuidam os reclusos com humanidade, oferecendo oportunidades que permitem reduzir a reincidência quando o recluso volta à comunidade”^[41].

Por último, integrado no departamento de Justiça, os Serviços Prisionais Norte-Irlandeses (NIPS) abrangem uma área de acção de apenas 3 estabelecimentos prisionais, em que a sua área de acção incide na reabilitação dos reclusos através de um trabalho conjunto entre instituição, recluso e outras agentes exteriores de apoio à reinserção, permitindo assim controlar o risco de reincidência criminal e melhorar a segurança pública, fomentando assim a estabilidade da comunidade norte-irlandesa.

^[41] Ibid., p. 34

3.2. ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS PORTUGUESES - PARADIGMA ACTUAL

Em Portugal, os estabelecimentos prisionais são na sua totalidade geridos pelo Estado, sendo por isso instituições públicas ao abrigo da Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais que, por sua vez, estão sob tutela do Ministério da Justiça e do Secretário de Estado Adjunto. «A organização dos estabelecimentos prisionais assenta no principio da separação de reclusos, [...] o dever de existência de estabelecimentos prisionais ou unidades especialmente vocacionados para presos preventivos, reclusos que cumpram a pena pela primeira vez, jovens até aos 21 anos ou, sempre que se revele benéfico para o seu tratamento prisional, até aos 25 anos, para mulheres e reclusos que careçam de especial protecção. Para além desses casos, podem ainda ser constituídas unidades, diferenciadas em função da função jurídico-penal dos reclusos, da idade, saúde física e mental e outros factores legalmente previstos, bem como em função de exigências de segurança e regimes de execução de pena»^[42].

Na panóplia dos estabelecimentos dispersos por todo o país, estes variam segundo nível de segurança e em função do grau de complexidade de gestão. O primeiro é classificado em três níveis, diferenciados segundo regime em que decorre a execução da pena e medida privativa da liberdade: nível de segurança média, nível de segurança alta e nível de segurança especial. O segundo, é classificado de acordo com o artigo 2 da portaria nº13/2013, que descreve (sucintamente) «o nível de segurança, a existência de serviços e/ou programas específicos, a gestão financeira e a lotação ou ocupação do estabelecimento em causa»^[43]. A gestão dos 49 estabelecimentos prisionais a nível nacional é distribuída por quatro Distritos Judiciais: Distrito Judicial de Coimbra (9 Estabelecimentos Prisionais), Distrito Judicial de Évora (11 Estabelecimentos Prisionais), Distrito Judicial de Lisboa (15 Estabelecimentos Prisionais) e Distrito Judicial do Porto (14 Estabelecimentos Prisionais). Dentro desta panóplia, estes estabelecimentos distinguem-se entre centrais, regionais e especiais.

Concernente aos números actuais de lotação nas prisões portuguesas, os estabelecimentos prisionais revelavam, nos primeiros meses de 2018, uma taxa de ocupação acima dos 100%, onde a lotação das cadeias nacionais alcança pouco mais de 12 000 camas, em contraste com «[...] a existência de 13.306 presos [...] Uma taxa de ocupação que vinha a baixar, depois das cadeias portuguesas terem *perdido* 767 reclusos, face à aplicação mais generalizada de medidas alternativas à prisão, como a pulseira electrónica ou o trabalho a favor da comunidade, e à abertura de 365 vagas, fruto de obras em alguns estabelecimentos»^[44]. Porém, em contraste com este optimismo de redução da população criminal do país, as condições aviltantes em alguns estabelecimentos prisionais revelam a desordem e incapacidade de gestão nesta área do sector público, com algumas cadeias do

[42] CAMPOS, *Sistemas Prisionais Europeus*, 2015, p. 70

[43] *Ibidem*, p. 71

[44] *Ibidem*, p.17

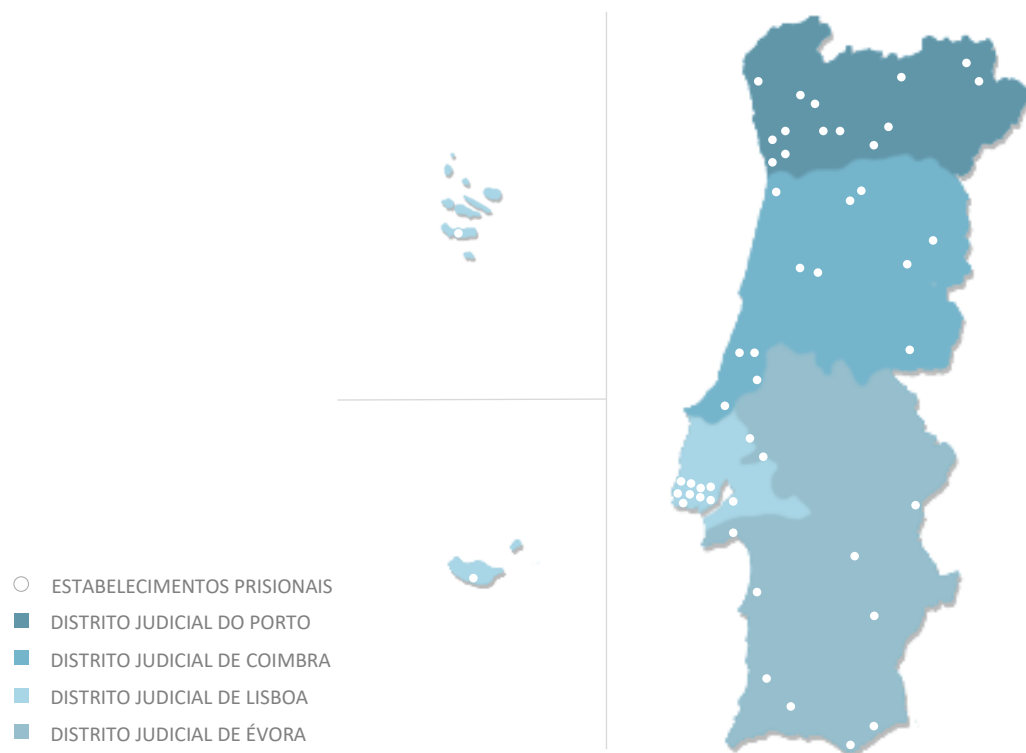


FIGURA 84 | MAPA DOS DISTRITOS JUDICIAIS EM PORTUGAL CONTINENTAL E ILHAS

país em clara sobrelotação, com números acima dos 150% e, nos casos de Aveiro e Viseu, acima dos 200%, evidenciadas estas situações pela imprensa, como denunciou o *jornal i* em 2015, a ocupação dos corredores para os reclusos pernoitarem. Devido à sobrelotação das prisões em Portugal, os estabelecimentos prisionais vêem-se obrigados a confinar na mesma cela dois a três reclusos que, nos termos da lei, são destinadas a albergar apenas um, dividindo o espaço confinados com oito metros quadrados, sendo que, em casos de celas do EPLisboa e EPSetúbal, há celas com menos de 3 metros quadrados por recluso, confinado a esse espaço aproximadamente vinte horas diárias, desrespeitando os sete metros quadrados mínimos por recluso estipulados pela *Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, integrando na sua área total dormitório e equipamento sanitário e banho, contribuindo para a redução da qualidade do ar, sendo que em alguns estabelecimentos prisionais verificam-se «presos alojados em camaratas de 20 e 30»^[45]. Não obstante, o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, em cumprimento do Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade, revelam concordância quanto a esta gestão em situação de sobrelotação das cadeias, estipulando que «o recluso em regime comum é alojado em cela individual, excepto quando [por razões] familiares, de tratamento ou prevenção de riscos físicos ou psíquicos aconselhem o alojamento comum, bem como em casos excepcionais de insuficiência temporária de alojamento»^[46].

^[45] Jorge Alves, presidente do Sindicato Nacional do Corpo de Guarda Prisional, em entrevista ao *Diário de Notícias* (15 de Fevereiro de 2018)

^[46] Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado pelo Decreto de Lei nº51/2011

Por outro lado, as condições de salubridade e estado actual das prisões portuguesas revelam um claro desinvestimento neste sector do Estado. Com uma população acima do previsto para os estabelecimentos prisionais existentes por todo o território português, estes, embora o sucedido, não veem os seus órgãos de gestão e serviços prisionais aumentados que, contrapondo, durante os anos da crise financeira acabara por ser reduzida, dificultando ainda mais a gestão e comprometendo o nível de segurança destas instituições. Prisões como o EPL, cadeia mais antiga em actividade, demonstram bem este cenário decadente na atmosfera prisional, que foram recentemente acusadas de tratamentos desumanos pelo Comité para a Prevenção da Tortura e Tratamentos Desumanos como «totalmente inapropriadas para receber prisioneiros»^[47], onde denunciam as celas nas caves como «frias, escuras, húmidas, em ruínas e com ratos, além de outras zonas da prisão consideradas em avançado estado de degradação»^[48].

Posto isto, o paradigma actual das prisões portuguesas revela uma situação bastante preocupante quanto às suas condições, revelando deficiências a nível da própria instituição e - estando esta sobre o seu alçado - do Ministério da Justiça, limitando-se actualmente a segregar grandes massas reclusivas em verdadeiros ecossistemas isolados da cidade através de acções de reabilitação e/ou ampliação das pré-existentes, que se revelam desactualizadas face ao panorama actual e ineficazes nas suas capacidades de regeneração do recluso pela carência de actividades humanas dentro destes estabelecimentos que são hoje reconhecidas como fundamentais ao processo de reintegração do recluso na sociedade. Esses desvios às normas e leis estabelecidas acabam por ter um forte impacto em toda a atmosfera prisional.

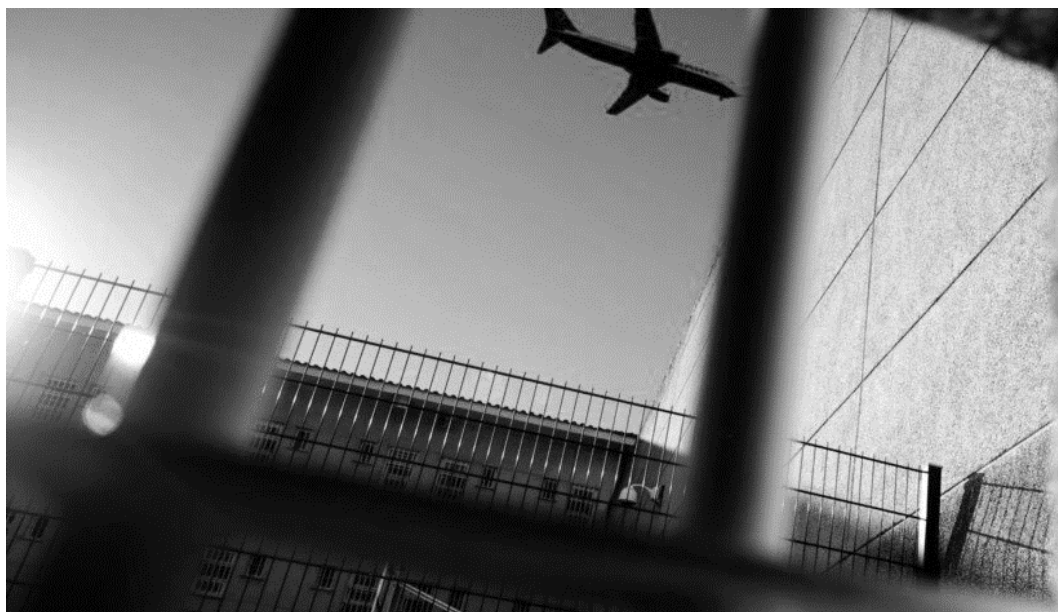


FIGURA 85 | ENTRE A PRISÃO E A LIBERDADE

^[47] GUEDES, Nuno. TSF, fevereiro de 2018

^[48] Ibidem

3.3. REGULAMENTO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

O ordenamento jurídico caracteriza-se por um profundo pendor humanista, rejeitando a pena de morte - do qual Portugal foi pioneiro na abolição deste sistema punitivo - e sanções de natureza perpétua, «medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade de carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida»^[49], instigando as ideias humanistas e filantrópicas de meados do século XVIII, que defendia o término da pena aplicada, resultando daí a virtuosidade da regeneração do condenado, na crença dessa possibilidade inequívoca. «O código traça um sistema punitivo que arranca do pensamento fundamental de que as penas devem ser sempre executadas com um sentido pedagógico e ressocializador»^[50], e estabelece ainda que «a aplicação de penas e medidas de segurança visa a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade». ^[51]

Para uma abordagem homogénea quando estamos perante um projecto de um estabelecimento prisional, é imperativo adquirir os princípios orientadores do *Sistema Prisional Português* e analisar as suas verossimilhanças com as *Regras Penitenciárias Europeias* (ver ponto 4.1.) em vigor, definidas em 1987 e revistas e actualizadas em 2006 por Recomendação do Conselho Europeu. Para tal, é necessário compreender alguns dos seus conceitos e leis basilares do sistema que fundamentem uma correcta sintaxe espacial para o desenvolvimento de uma estrutura de uma instituição que se reveja nos princípios alicerçados na dignidade do ser humano que, por sua vez, constituem as regras precípuas do *Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais*, repartido em seis partes que o definem:

PARTE I. Referente ao âmbito da sua aplicação concernente aos estabelecimentos prisionais à guarda do Ministério da Justiça;

PARTE II. Referente às normas relativas aos reclusos colocados em regime comum em estabelecimento ou unidade prisional de segurança alta;

PARTE III. Referente às normas relativas aos reclusos colocados em regime aberto, dispostos em modalidades de regime aberto no interior e exterior que são condicionadas pelo consentimento do recluso, assim como exigem restrições e controlo nas actividades pedagógicas e laborais que envolvam o contacto com os outros reclusos de regime comum;

PARTE IV. Referente às normas relativas aos reclusos colocados em regime de segurança, aplicadas em consenso com as normas de regime comum;

PARTE V. Referente às regras especiais que se desdobram na aplicação de privação preventiva, prisão por dias livres e regime de

^[49] Constituição da República Portuguesa – Direitos Fundamentais, Artigo 33º, ponto 4

^[50] Dec. Lei n. 48/95, de 15 de março e Lei 59/2007, de 4 de Setembro

^[51] Ibidem

semidetenção, reclusos estrangeiros, mulheres, medida de segurança de internamento e internamento de imputável portador de anomalia psíquica

PARTE VI. Referente aos procedimentos de informação e procedimentos dos estabelecimentos prisionais.

Com a unificação da Direcção Geral de Reinserção Social e da Direcção Geral de Serviços Prisionais, deram lugar à Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, permitindo centrar a intervenção no indivíduo trabalhando *pari passu*, devendo-lhe conferir oportunidades de mudança e reinserção social que foquem no combate à reincidência criminal e na diminuição das negatividades provenientes da privação de liberdade.

CAPÍTULO IV
CASOS DE ESTUDO

4.1. ESCANDINÁVIA - A HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO



FIGURA 86 | PRISÃO NA ILHA DE BASTØY, NORUEGA

“Primeiro formamos os nossos edifícios, depois eles formam-nos a nós”
Winston Churchill, 1943

Poderá a arquitectura carcerária apresentar modelos e propostas concretos de carácter mais humano? Esta é uma questão que está na orla actual dos sistemas penais de diversos países, sobretudo nos países do norte da Europa. Ao analisar a situação actual dos sistemas penitenciários nos países ocidentais, emergem imediatamente problemáticas resultantes de sistemas disciplinares e prisões em particular centradas nos conceitos do panoptismo, dos quais decorrem actos que “corroem” a individualidade, à qual a liberdade individual é antitética aos objectivos sociais benignos, como a reabilitação e a coexistência pacífica. A prisão «(...) é um lugar de trevas onde o olho do cidadão não pode contar as vítimas. Aliás, a escuridão das prisões torna-se assunto de desconfiança para os cidadãos: supõem facilmente que lá se cometem grandes injustiças»^[52]. Por outro lado, a crueldade inerente dos edifícios modelo de prisão na sua génese conceptual, que pretendem ser edifícios nos quais os agentes de estado, dedicados a manter esse mesmo poder, exercem vingança e forçam o adestramento naqueles que desrespeitaram o sistema.

^[52] DANJOU, *Des Prisons*, 1821. P.210 (citado em Foucault, 1975)

No contexto penitenciário dos países nórdicos, denota-se um incremento das capacidades analíticas da arquitectura na vertente social, desenvolvendo um carácter *sui generis* que vai de encontro ao sistema penal destes países, apostando numa abordagem que se enquadra nas normativas e Regras para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela), não forçando a arquitectura às dimensões mínimas aí estipuladas, dando maior amplitude ao papel desta na interacção social do recluso e consequente readaptação do mesmo com vista à futura integração na sociedade. Tendo em conta o sistema prisional dos países ocidentais, o sistema escandinavo afasta-se dos conceitos fulcrais desses e mostra-se como uma antítese ao “regime punitivo” em diversos aspectos, já que o escopo primordial da prisão é a reabilitação, em detrimento da punição. Esta diferenciação colossal entre sistemas deve-se fundamentalmente ao facto da justiça criminal nesses países serem geridas por profissionais na esfera da problemática criminal – juízes e procuradores apenas têm o cunho político de minimizar a taxa de reclusão -, sendo os criminologistas a chave para a modernização deste sistema penal, afastando a política de quaisquer decisões referentes à problemática, promovendo em vez disso um contacto mais activo com académicos da área, havendo um efeito substancial nos objectivos em escopo e nos interesses que daí provêm. A par disto, a realidade do sistema penal de cada país deriva muito da mentalidade da própria sociedade que, em casos opostos ao modelo norueguês, nos Estados Unidos, definem uma retórica baseada na punição como consequência de um carácter vingativo, secundarizando a reabilitação que, contrapondo, nos países do norte da Europa, baseiam o sistema penal na reabilitação desde o primeiro dia, indo de encontro à mentalidade destes países que afirmam a regeneração do individuo como de maior interesse público em matéria de segurança, afirmando-se a própria sociedade como responsável pelo actos dos seus concidadãos e, por conseguinte, da sua regeneração.

Dado estas circunstâncias, foi possível desenvolver uma tipologia de prisão única e inovadora nos países escandinavos que rejeita os muros pesados rematados por arames laminados e janelas obstruídas por grades, que se mostra mais eficaz que os tenebrosos ambientes das prisões ocidentais enraizadas na política da punição, enfatizando, ao invés, a reintegração gradual do recluso. Contudo, esta ideia de conceber o espaço de cárcere concedendo um ambiente confortável ao seu usuário não é bem vista da perspectiva de outros países como os Estados Unidos da América, que assumem que estas medidas não representam qualquer valor punitivo perante o infractor, na qual a dívida que este tem para com a sociedade que se vê penalizada pelos seus actos não é devidamente ressarcida, mantendo o recluso a viver numa óptica de aproximação à sociedade à qual foi segregado. Porém, o sucesso do sistema escandinavo na reabilitação e combate à reincidência ofusca as premissas defendidas pelo sistema americano, provando que uma abordagem mais humana da prisão serve melhor o seu objectivo, e que a reintegração do recluso na sociedade representa o sucesso do sistema penal adoptado. O governo norueguês defende que «quanto menor a diferença entre a



FIGURA 87 | RECLUSO DESCANSANDO AO SOL NA PRISÃO DE BASTOY, NORUEGA

vida dentro e fora da prisão, mais fácil será a transição do cárcere para a liberdade», isso reflecte-se na taxa de reincidência dos dois países: enquanto nos E.U.A. a taxa de ex-reclusos que voltam a reincidir no crime alcança os 70%, nos países escandinavos esse número representa menos de um terço (20%). Apesar do estudo do comportamento humano numa determinada sociedade ser uma matéria complexa e de difícil análise, esta parece ser amplamente discutida e tratada à escala mundial quando nos focamos nesse mesmo estudo em matéria criminal que, em contexto prisional, podem enveredar por diversos caminhos e soluções com visa a baixar os níveis de reincidência criminal, mas que, ao parecer, só o sistema prisional dos países nórdicos alcançam essa meta.

Enraizado nas premissas de Jeremy Bentham, as prisões americanas precedem uma política de controlo que se estende ao físico e mental do recluso. Na óptica das ideias defendidas por Foucault no livro *Surveiller et Punir: Naissance de la Prison*, o autor remete-nos para os efeitos colaterais dessas prisões que corroboram o método de punição do corpo e mente do culpado, causando um deterioramento gradual da mente do recluso, constituindo um efeito negativo para a sua normal reintegração na sociedade. No caso das prisões escandinavas, o controlo é feito de modo a que os erros dos ideais das prisões oitocentistas sejam colmatados e apresentam um efeito reformista no comportamento dos reclusos, já que o foco patenteia-se na mente do culpado, centrando neste todos esses mecanismos de modo pro-activo no controlo para uma consciencialização quanto à sua condição humana, independentemente da natureza dos seus crimes. «A mente é controlada de tal modo que incentiva os reclusos a tomar consciência dos seus actos e reflecta sobre estes, impedindo que a mente divague perante a raiva da sua situação, ao mesmo tempo que sugere punição pelas diferenças subtis entre a prisão e o mundo exterior» ^[53].

^[53] FOWLER, *The Human Factor in Prison Design: Constrasting Prison Architecture in the United States and Scandinavia*, 2015 in Lola Sheppard & David Ruy, 103rd ACSA Meeting Proceedings, *The Expanding Periphery and the Migrating Center*, 2015. p.379

Derivado ao contributo de alguns autores no ramo da psicologia e sociologia, questionando-se sobre o status sociológico das prisões, despontaram-se novas abordagens teóricas, incentivando mudanças radicais no reconhecimento da arquitectura no contexto prisional como mecanismo de combate à reincidência. Esta é de facto o elemento-chave que despontará indirectamente (ou não) ao culpado a consciência dos seus actos, reconhecendo-os como prejudiciais à sociedade, longe da condição humana. Por isso, a escolha do arquitecto na projecção da prisão revela-se a escolha mais sensata no combate à reinserção do culpado, pois este é “treinado” a conceber espaços que focam não só o conforto fisiológico do usuário, envolvendo também o seu bem-estar mental, espaços concebidos com o fim de responder às necessidades funcionais e humanas.

Com modelos já em voga, a estratégia dos países nórdicos para a readaptação do condenado passa por normalizar o design da prisão, ao invés de projectar para compartimentar, sucedendo-se o isolamento e solidão dos presos, numa lógica de a prisão ser a punição do condenado, e não um local que viabilize outros tipos de punição, sendo que a condenação do culpado retira-lhe o seu direito à liberdade, condição absoluta do ser humano, sem nunca lhe sendo retirado qualquer outro direito. Assim, desenvolveu-se um modelo arquitectónico no contexto carcerário que vão de encontro às pretensões de reinserção social e não de castigo, projectando ambientes mais humanos, mais ligados ao quotidiano fora das prisões, excluindo a velha ideologia da masmorra. Aqui, o preso é tratado como um ser a reabilitar, que se desviou do sistema, e por isso deve ser adestrado de modo a “voltar à estrada” da sociedade, e para tal a arquitectura usa estratégias na atmosfera do espaço em trabalho conjunto com a psicologia do comportamento para incrementar a experiência e comportamento tanto de presos, como dos funcionários. Para tal, são usados mecanismos que afectam mental e fisicamente o seu bem-estar, tais como a manipulação da luz, cor, textura, qualidade do ar, a acústica e o acesso à natureza, reforçando um ambiente menos austero e de constante tenebrismo causado em estruturas tradicionais de cárcere, promovendo assim um contacto humano mais abrangente entre presos, arquitectura e funcionários.

4.2. PROJECTOS DE REFERÊNCIA

Atendendo à problemática das prisões portuguesas e visto que a intenção do meu projecto final de mestrado é a de criar um estabelecimento prisional que se afaste dos padrões institucionais levados a cabo no último século e se aproxime das normas e leis actuais, é importante salientar a importância de algumas destas instituições penais projectadas e construídas na última década tendo em conta a aproximação ao contexto penal de reinserção social, nomeadamente na região da Escandinávia, na qual foram criadas novas prisões de raiz para o efeito, desmistificando a ideia de que o adestramento punitivo é necessário ao arrependimento do culpado, passando para uma filosofia de aproximação social que vise a reabilitação do condenado.

Criando uma ponte deste contexto nórdico que se enquadra no protestantismo para o contexto do sul da Europa, é relevante apresentar um caso idêntico e que se relacione, tanto com os ideais penais aqui executados como com esta nova abordagem de prisão que está a dar os seus primeiros passos no combate eficaz à reincidência criminal.

Os casos apresentados focam na atmosfera destas instituições penais, assumindo as suas valências como benéficas à vida interna do prisioneiro, afastando a segregação dos indivíduos que os aproxima progressivamente da vida fora dos muros da prisão. A importância da tectónica e atmosfera são foco na escolha destes projectos de referência para a minha proposta projectual.



FIGURA 88 | GRAFFITI DO ARTISTA URBANO DOLK – HALDEN PRISON

4.2.1. PRISÃO DE HALDEN, NORUEGA



FIGURA 89 | FACHADA POENTE DO BLOCO ADMINISTRATIVO - HALDEN PRISON

A prisão de alta segurança projectada e construída fora do centro urbano da pequena cidade de Halden no sudoeste da Noruega, perto da fronteira com a Suécia, é reconhecida como a prisão mais humana do mundo, na qual a taxa de reincidência é muito menor que noutros países e, inclusive, que a generalidade das prisões norueguesas. Este título tem por base as características peculiares dadas a este tipo de equipamento que, ao invés de usar a punição como factor dominante de combate ao crime através do adestramento dos corpos dóceis, foca na reabilitação do indivíduo, procurando reaver aspectos aos quais o sistema prisional dos países ocidentais foi-se afastando durante o último século, criando uma carência de actividades humanas dentro destes estabelecimentos que são hoje reconhecidas como fundamentais ao processo de reintegração do recluso na sociedade. Projectada numa parceria entre os arquitectos noruegueses HLM arkitektur e o dinamarquês Erik Møller Arkitekter, Halden Fængsel abriu funções em 2010 com capacidade para alojar 258 reclusos e é pioneira entre as prisões construídas de raiz com princípios baseados na reabilitação dos criminosos, filosofia essa que é reflectida na implantação da prisão, topografia, design de interiores e arquitectura, despontando a atenção de vários países a nível mundial na procura de um sistema penal ressocializador eficaz.

Focando a descrição no campo de acção da arquitectura, Halden Fængsel é identificada à priori como uma prisão fora do vulgar, tendo em conta as construídas desde o nascimento deste sistema penal, que focaram os seus princípios no panoptismo – a vigilância e controle constante sobre o recluso –, desenvolvendo-se grandes estabelecimentos que agregavam os diversos espaços que os constituem, existindo assim uma articulação directa entre zonas, numa lógica de concepção volumétrica compacta. Tendo em conta os aspectos formais de implantação, esta prisão foi construída na zona mais alta da planície que apresenta uma grande densidade florestal,

integrando a natureza nas áreas de transição entre blocos dispostos dentro do perímetro definido pelos altos muros curvilíneos, promovendo assim um maior contacto com o exterior e enaltecendo a presença das árvores, num gesto que incentiva a ligação com o exterior da prisão de modo a que a natureza esteja activamente envolvida no factor de ressocialização da arquitectura que, por sua vez, escondem o grande cinto de betão que cerra e constitui uma barreira física entre este lugar e o mundo extrínseco, usado como símbolo e instrumento punitivo, que lhes retira o único direito humano aquando do cárcere – a liberdade. Contudo, estes muros são desprovidos de torres de vigia, arame laminado e vedações eléctricas, o que outorga uma dimensão positiva de uma falsa liberdade ao prisioneiro, afastando ainda mais esta prisão dos ideais de Bentham. Ainda na vertente exterior da prisão, foi projectado um “jardim sensorial”, jardim este que visa uma atmosfera agradável tanto para relaxamento como para trabalho dirigido pela direcção do estabelecimento.

A volumetria compacta das prisões convencionais não é adoptada em Halden, dispersando os diversos blocos por toda a área confinada, em que cada um desses edificios tem a sua própria identidade visual e material, isto com a intenção de produzir uma prisão repleta de diversidade, tal como identificamos em qualquer cidade moderna, simulando uma pequena vila na qual os reclusos possam considerar-se parte integrante da sociedade, numa subtil transição da prisão para a liberdade. Com isto, o carácter institucional é despoletado, emergindo uma afinidade de contraste entre os edificios monolíticos e a magnifica paisagem florestal de topografia ondulante, evidenciado na selecção preeminente de materiais orgânicos na fachada, como pinheiro-larício, tijolo e aço galvanizado. Preenchendo os vãos, foram utilizadas janelas de vidro laminado com óculo de segurança de classe RC 2, desguarnecido de grades metálicas, o que reforça a ideia de emancipação entre interior e exterior, concedendo uma pele ao edificio que se compara a de edificios como escolas, universidades, hospitais e outros edificios de carácter de controle e vigilância. O design interior é diversificado tendo em conta a multiplicidade dos espaços nele existentes, havendo uma evidente diferenciação na decoração entre locais de aprendizagem, oficinas, celas e salas de estar. Cada cela dispõe de 10m², integrando casa de banho privada com duche. Provida de mobiliário cuidadosamente pensado para o projecto, as peças de design foram desenhadas com materiais orgânicos, sobressaltando a madeira pinho que agrega a cama, mesa de cabeceira, secretária e cómoda num só elemento, colmatadas por televisão e minibar, que são disponibilizadas para venda pela direcção

caso os reclusos pretendam adquiri-las. Nas unidades de celas dispersas pelo perímetro intra-muros, as celas são montadas em unidades residenciais constituídas por dez a doze celas, dispondo de sala de estar comum e uma cozinha de apoio onde podem preparar as suas refeições e relaxar após um dia de trabalho. Aqui as paredes enchem-se de cores, numa explosão de 18 diferentes tons cromáticos criando uma noção de diversidade nos diversos lugares, estimulando sensações variadas em paralelo com a utilização repetida da madeira em todos os edifícios que constituem a prisão. Nos Muros exteriores, as obras do artista norueguês Dolk preenchem com o sentido satírico os vazios do cinzento sóbrio do betão.

O trabalho é executado em diversos pontos no perímetro da prisão, dispondo de um edifício destinado apenas a esse fim, o que possibilita ao recluso novas oportunidades aquando da sua libertação após findar a sua pena, constituindo outro grande método de aproximação ao mundo exterior a par com o bloco escolar, que lhes dá a oportunidade de uma educação apropriada a cada indivíduo enquanto servem a sua sentença.

Por último, e não menos importante, os espaços de lazer são vários, agregando actividades diversas: salas de formação, biblioteca, videoteca, sala de informática, local de culto religioso, ginásio, pavilhão desportivo, estúdio de gravação musical, gabinetes médicos e dentista e até mesmo uma casa estilo chalet destinado aos reclusos poderem receber visitas de membros familiares num período compreendido de 24 horas. Há ainda um mini-mercado de nome “A Justiça”, no qual os reclusos podem adquirir produtos para prepararem as suas refeições diárias, caso não optem pelas refeições disponibilizadas pela instituição.



FIGURA 90 – 91 | RECLUSOS EM CONVÍVIO NO EXTERIOR | FLORESTA INTRA-MUROS



FIGURA 92 – 93 | INTERIOR DA CELA | EXTERIOR DO BLOCO DE CELAS



FIGURA 94 | VISTA DA GALERIA DE ACESSO ÀS CELAS INDIVIDUAIS



FIGURA 95 – 96 | RECLUSOS A JOGAR VIDEOJOGOS | SALA DE CONVÍVIO



FIGURA 97 – 98 | ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO MUSICAL | ESPAÇO DE SERVIÇO RELIGIOSO

4.2.2. PRISÃO DE STORSTRØM , DINAMARCA



FIGURA 99 | PRESPECTIVA DE UMA UNIDADE INDEPENDENTE NA PRISÃO DE STORSTRØM

Projecto dos arquitectos C. F. Møller em parceria com Rambøll Consortium, Storstrøm Fængsel - instituição penal de alta-segurança no sul da Dinamarca com capacidade para 250 detidos - abriu portas em 2017 e é a mais recente prisão construída com os princípios fundeados na reabilitação, numa arquitectura que apoia o bem-estar físico e mental dos reclusos, procurando criar uma comunidade vibrante idêntica à de um campus universitário, com um minimalismo marcadamente escandinavo, identificando-se com pequena aldeia de Gundslev situada nas proximidades das instalações. Apesar disso, e tal como no caso de *Halden Fængsel*, a segurança não é esmorecida, assegurada pelos altos muros que ladeiam o espaço confinado, mas sem o auxílio de vedações eléctricas, arame laminado ou torres de vigia, esta é provida de um sistema de segurança baseado numa simbiose com soluções electrónicas (ao contrário de Halden), com mais de 300 câmaras de vigilância espalhadas por toda a área que, combinado com a estrutura orgânica dos edifícios, tornam esta a prisão mais segura da Dinamarca. Em busca pelo título de “prisão mais humana do mundo”, a Storstrøm Prison pretende ser uma pequena comunidade idêntica aos modelos urbanos das cidades, incorporando elementos fundamentais das cidades ocidentais como ruas, praças e jardins que aumentam as ligações com o mundo extrínseco à prisão, assemelhando-se ao máximo com a vida levada no antes e após do recluso cumprir a sua sentença, criando uma ligação temporal contínua na vida do indivíduo, evitando a precariedade do tempo de cárcere que lhe é embutida, elemento prejudicial à reabilitação adequada do mesmo. Mads Mandrup Hansen, arquitecto e sócio responsável por este projecto de instituição penal da C. F. Møller Architects explica que “a abordagem arquitectónica geral é a de criar um edifício com a mesma escala e estrutura de uma pequena comunidade. O resultado é uma arquitectura que fortalece a ambição

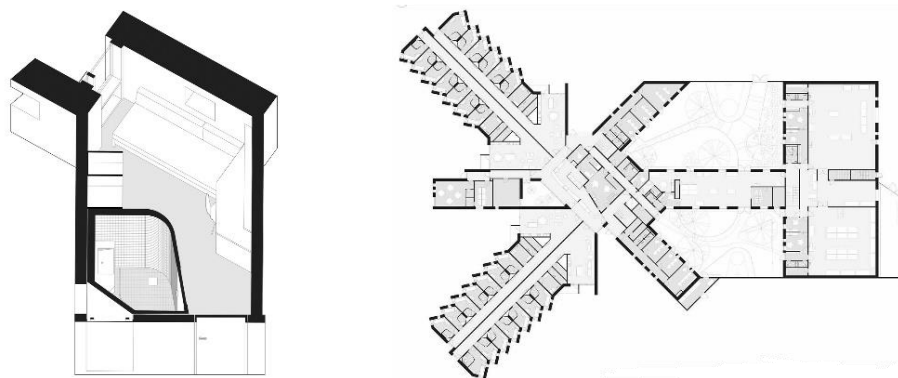


FIGURA 100 – 101 | PLANTA PERSPÉTICA DA CELA | UNIDADE INDEPENDENTE, STORSTRØM

e capacidade de [o recluso] tornar-se parte integrante da sociedade após o término da expiação. Ao mesmo tempo, a arquitectura cria igualmente um ambiente agradável e seguro para os funcionários dos serviços prisionais e garante que a prisão se encaixe naturalmente no ambiente construído em Lolland-Falster, na Dinamarca.”

A atmosfera exterior vive em correlação com os espaços interiores, existindo sempre o aspecto da paisagem na vida tanto dos internos como dos serviços prisionais, proporcionando uma variação espacial e visual num ambiente marcadamente estático e cerrado. As árvores medranças e a relva viçosa tentam atenuar o aspecto maciço do edificado esparsa uniformemente pela área confinada pelos muros, dando vida à pequena comunidade, afastando o aspecto institucional do estabelecimento. Os percursos foram desenhados com a intenção de suavizar o peso do alcatrão em contraste com o verde, sendo estas revestidas por um acabamento superficial de gravilha em tons de branco, preto e vermelho, concedendo-lhes uma identidade e discernindo as ruas que ligam os blocos de celas e as unidades centrais, criando percursos menos austeros pela sua diversidade cromática.

Nos interiores das unidades de acomodação dos presos, a estrutura espacial é definida com uma lógica organizacional radial, facilitando e economizando os meios de controlo que, num ponto central, permite a vigilância dos braços constituídos por celas dispersas em ângulos de 45º e 90º. Assemelhando-se ao caso de estudo anterior, as celas são montadas em unidades residenciais constituídas por quatro a sete celas, auxiliadas por uma comunidade social com acesso a espaço comum com cozinha de apoio na qual os reclusos podem confeccionar as suas refeições a qualquer hora a que lhes é permitido o acesso a este local. Há ainda um pátio desportivo comum em cada unidade residencial, ladeadas por salas de estudo e trabalho, rematadas por muros. Quanto ao interior das celas, estas foram desenhadas com a

mesma lógica das fachadas, com o intuito de provocar uma dinâmica no espaço estático do cárcere e capacitando um estilo de vida suportável durante o cumprimento da sentença, optando por projectar em planta paredes que perfazem ângulos obtusos na extremidade, denotando-se aí a importância da iluminação natural no bem estar dos internos com dois vãos a rasgar as paredes compactas, privilegiando o sistema de vistas da paisagem natural, servindo igualmente para proteger a privacidade dos mesmos. Nos seus 13m² de área, a cela incorpora as necessidades básicas do recluso agregando casa de banho com duche no interior, cama-sofá, armário, secretária e até televisão de 22 polegadas. Em contraste com a expressão angular geral da cela, esta obteve um desenho curvo no seu interior com visa a facilitar a visão quase integral do espaço interior por parte do corpo dos serviços prisionais.

No ponto central que une as cinco unidades residenciais destacam-se dois edificios de morfologia diferente do resto do campus que reúnem as actividades desportivas e educativas, assim como uma série de equipamentos imprescindíveis às necessidades humanas dos reclusos como uma igreja, local de culto, escola, refeitório e mercado (com as mesmas características e condicionantes da prisão de Halden). No projecto foi dado especial foco às actividades desportivas, tendo os arquitectos desenhado um corpo circular que engloba ginásio, pavilhão desportivo e pista de atletismo em redor do mesmo, evidenciando a importância da actividade física na vida intrínseca da prisão, outorgando um impacto benigno na vida mental e social dos reclusos. No departamento dos serviços prisionais foram também projectados dois ginásios para o mesmo efeito, potencializando as comunicações e o bem-estar entre os guardas e reclusos.



FIGURA 102 | PRESPECTIVA AÉREA DA PRISÃO STORSTRØM



FIGURA 103 – 104 – 105 | ZONA DESPORTIVA EXTERIOR, À DIREITA O PAVILHÃO MULTIUSOS | CAPELA | INTERIOR DA CELA



FIGURA 106 – 107 – 108 | SANITÁRIOS INDIVIDUAIS NO INTERIOR DAS CELAS | CORREDOR DAS UNIDADES INDEPENDENTES E ESPAÇOS DE CONVÍVIO | EXTERIOR DAS UNIDADES INDEPENDENTES

4.2.3. PRISÃO MAS D'ENRIC, CATALUNHA



FIGURA 109 | INTERIOR DO CENTRO PENITENCIÁRIO MAS D'ENRIC

Fazendo ponte do contexto prisional dos países do norte da Europa para o da Europa latina, o centro penitenciário Mas d'Enric abriu portas em 2012 e surge como uma das mais recentes instituições penais construídas na última década com os princípios alicerçados na reabilitação e reintegração na sociedade do indivíduo. Segundo os arquitectos AiB, responsáveis pelo projecto deste estabelecimento situado perto de Tarragona (Catalunha), a prisão deverá responder não apenas aos métodos da disciplina como da liberdade, alcançando-os através do trabalho conjunto entre o confinamento e reinserção do indivíduo. A ideia para resolver este paradoxo que as prisões contemporâneas estão cada vez mais a adoptar passa por usar as valências da arquitectura na articulação sintética do problema, passando a ter uma conotação activa na relação entre instituição e indivíduo. Assim, os arquitectos desenvolveram o projecto da prisão Mas d'Enric opondo-se à limitação arquitectónica do espaço, potenciando as suas possibilidades que, por sua vez, dignificam os valores humanos numa atmosfera de conotações marcadamente pesadas face à privação da liberdade.

Ao contrário dos casos de estudo anteriores, Mas d'Enric apresenta uma tipologia de prisão compacta na vertente do poste de télégrafo, optando por uma implantação à qual o edifício é um todo, estendido num imenso tapete que se estende no plano rente ao solo, fechando-se sob si mesmo e forjando uma grande avenida central que se estende longitudinalmente pela área do complexo desde a entrada até ao centro desportivo, eliminando espaços residuais entre edifícios através da contiguidade que possibilita uma flexibilidade organizacional ao gerar pátios ladeados pelas celas que suavizam o aspecto basto da prisão. Assim, o espaço exterior adquire uma centralidade no projecto que se integra numa atmosfera não opressiva e apropriada ao indivíduo, que não descara os seus direitos humanos (salvo a liberdade), introduzindo diversidade espacial e preceptiva, celebrando a ligação com o exterior no coração do campus.

Na relação com a paisagem, os arquitectos preocuparam-se com a adaptação topográfica numa integração suave com o terreno, possibilitando um sistema de vistas que enquadra os montes florestais próximos para um incremento qualitativo visual nos pátios e celas. Do ponto de vista externo à prisão, as suas características de plano rasante concedem-lhe uma camuflagem dentro da área floresta, o que outorga um impacto visual nulo para as comunidades adjacentes à instituição penal. Há ainda uma variedade formal das coberturas e fachadas que mostram uma dinamização do ambiente construído, contrastando com a planta marcadamente rígida que brota uma diversidade material e cromática dentro e fora dos edifícios, evidenciada na quebra da monotonia e estaticidade intrínseca ao conceito de prisão.

As actividades desportivas são claramente um aspecto a ter em conta no projecto demonstrando o cuidado dos arquitectos na projecção de equipamento à partida extremamente austero, mas que aqui vê-se atenuado pelas actividades lúdicas, dispondo de um campo de futsal em cada pátio - existindo ao total nove -, um campo de futebol, ginásio, pavilhão multidesportivo e até piscina semiolímpica descoberta de 25 metros.

Os blocos de celas são distribuídos em torno dos nove pátios existentes em toda a instituição, libertando o nível térreo para minimizar o risco de fuga, integrando aqui refeitórios, salas de computador, bibliotecas, auditórios e ginásio. As celas distribuem-se em L nos dois pisos acima, contabilizando um total de 32 celas por piso com aproximadamente 10m² para cada dois reclusos, dispostos em beliche, integrando casa de banho com duche e lavabos em aço inoxidável delimitada por paredes de metro e meio. Aqui as janelas são providas de grades metálicas, reforçando o impacto do confinamento que nos casos de estudo anteriores abulem à priori na concepção projectual, o que demonstra bem a diferença, não apenas cultural como ideológica e social entre os países latinos e nórdicos.

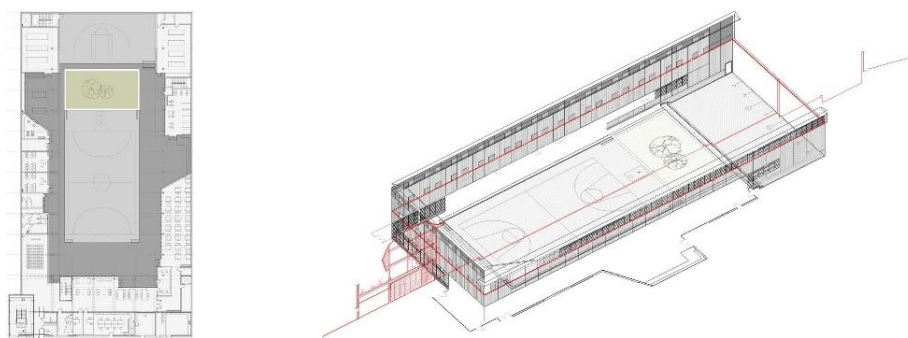


FIGURA 110 – 111 | PLANTA DO PISO TÉRREO DAS UNIDADES INDEPENDENTES | AXONOMETRIA DE UMA UNIDADE INDEPENDENTE

(RE)PENSAR A ARQUITECTURA NO ESPAÇO PRISIONAL
PROJECTO PARA UM NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM SETÚBAL



FIGURA 112 | PRESPECTIVA AÉREA DO CENTRO PENITENCIÁRIO MAS D'ENRIC

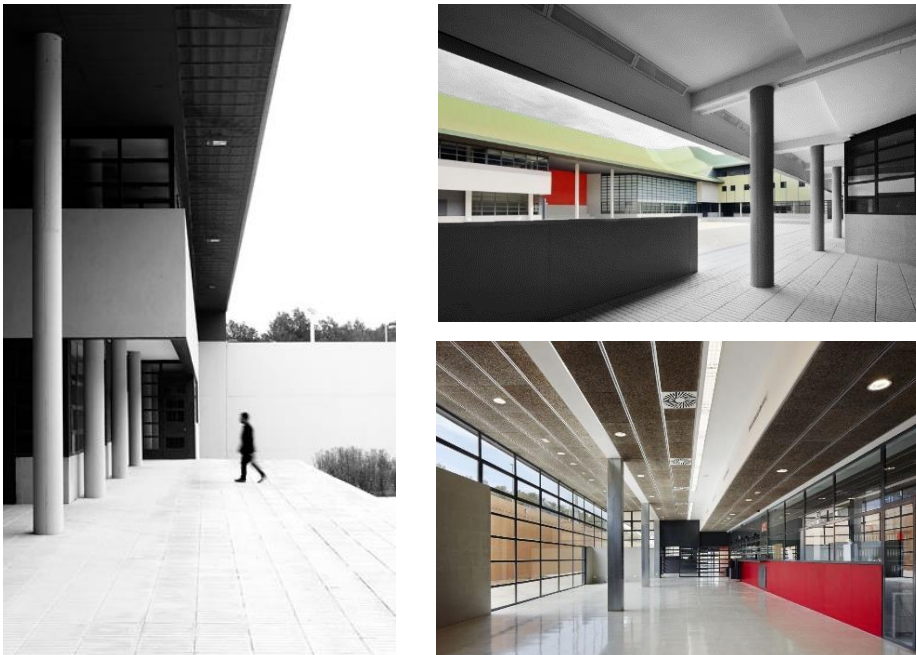


FIGURA 113 – 114 – 115 | ESPAÇO RESIDUAL ENTRE UNIDADES INDEPENDENTES | COBERTURA VERDE EM ALUSÃO À ENVOLVENTE FLORESTAL | ZONA ADMINISTRATIVA

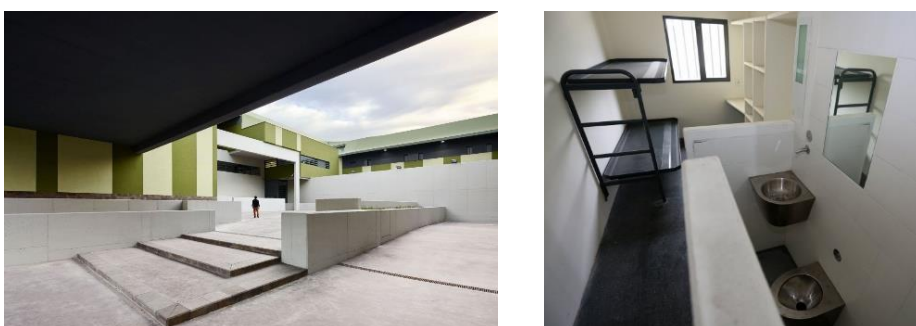


FIGURA 116 – 117 – 118 | EXTERIOR DA ZONA DESPORTIVA, COM A PISCINA SEMI-OLÍMPICA À DIREITA | ENTRADA DA MAS D'ENRIC | CELA DUPLA

4.2.4. PRISON + SCHOOL HYBRID, BROOKLYN



FIGURA 119 | RENDER DA PRISCHOOL, DE GLEN SANTAYANA

Este projecto de referência foi proposto por ser alicerçado nos princípios de reclusão e educação. Ao contrário dos outros projectos anteriormente mencionados, PriSchool foi uma proposta como objecto de estudo por parte de Glen Santayana para a obtenção do grau de mestre em arquitectura pela universidade de Harvard. A relevância do projecto parte na abordagem radical à arquitectura deste tipo de instituição que foca na problemática do “war on drugs”, que teve o seu início no início da década de ’70 nos Estados Unidos, que levou ao crescimento abrupto da população prisional no país a níveis insuportáveis superiores a 500%. Ao mesmo tempo, as prisões americanas estagnaram o seu modelo penal, excluindo novas abordagens à reabilitação do indivíduo, verificando-se que essas prisões não seguem o modelo orientado na reabilitação, como não reflectem verdadeiramente a justiça.

O contributo de Santayana com vista a ajudar a transformação do sistema penal americano passa pela simbiose entre encarceração e educação para criminosos não violentos que representam 92% da população prisional actual, ao qual chamou PriSchool (Prisão-Escola). A intenção é criar uma prisão que fomente a reabilitação do indivíduo apenas para um tipo específico de crime, ao invés de juntar crimes de várias ordens, resultando numa instituição penal de segurança mínima. Para tal, a escola fornece oportunidades educacionais variadas que abrangem capacidades vocacionais e de vida, englobando várias áreas técnicas de trabalho que fornecem aos reclusos mecanismos para a sua integração e contributo futuro na sociedade sentindo-se úteis para com esta, o que tem impacto directo no combate à reincidência criminal. Segundo Glen Santayana “Os reclusos obterão novos conhecimentos práticos e serão providos de melhores capacidades intelectuais que lhes facilitarão na sua transição para a sociedade. Além disso, essa estimulação mental e cognitiva possibilitará um sentido de confiança e dignidade que lhe poderão ter sido suprimidas

durante o encarceramento. Este novo sistema de educação superior integrada na instituição penal irá promover a reabilitação e a criação de novos membros produtivos na sociedade”. Entre as áreas de estudo presentes na escola destacam-se as de natureza técnica, que possibilitam uma maior e mais rápida integração no mundo do trabalho, com especial destaque para a informática na qual a oferta de emprego abrange diversas áreas. Durante o ensino, o recluso-estudante pode alcançar o estatuto de orientador, no qual poderá ter um estudante como seu orientando e vice-versa, o que promove a aprendizagem mútua entre indivíduos.

Morfológicamente, o projecto caracteriza-se por quatro edifícios de 7 pisos em banda que se estendem num gesto serpenteado do topo norte ao topo sul do quarteirão. Cada um desses braços distingue utilidades diferentes, situando-se a poente a escola de criminologia, seguindo-se a prisão, edifício de liberdade condicionada e o edifício comunitário a nascente. Para evitar os espaços residuais entre edifícios, foram projectados grandes corredores-jardim e pátio desportivo, ao centro da massa edificada. A forma distorcida dos edifícios implica uma marcação física onde as funções de cada braço se complementam, criando pontes entre eles, possibilitando aos reclusos e estudantes de criminologia a oportunidade de participar em aulas juntos, promovendo a aprendizagem mútua, na qual aos alunos é-lhes possível uma noção de situações reais das quais apenas teorizaram e que, ao mesmo tempo, fornecem um estímulo intelectual e uma abrangência maior sobre a instituição penal na qual estão enredados e de direito criminal. Esta proximidade entre preso e cidadão comum está fortemente ligada às questões de reabilitação e reinserção na sociedade, tal como nos casos de estudo nos países nórdicos, promovem esse contacto social entre preso e guarda, o que incrementa a consciencialização do crime cometido pelo indivíduo e mantém a sua dignidade enquanto cidadão ao qual lhe foi retirado a liberdade, estorvando a reincidência.



FIGURA 120 | PÁTIO NOS ESPAÇOS RESIDUAIS ENTRE AS BANDAS EDIFICADAS

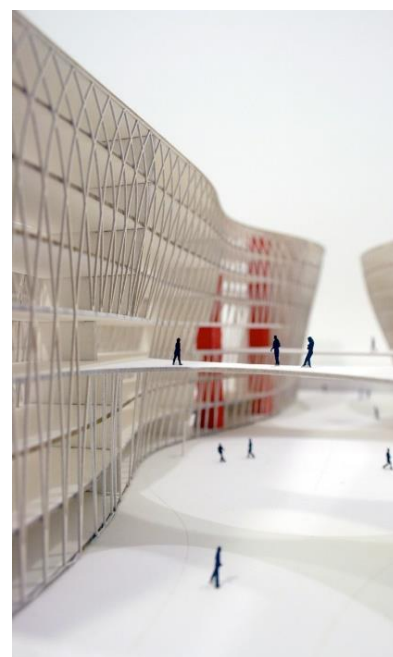


FIGURA 121 – 122 – 123 | PRESPECTIVA AÉREA – MAQUETA | VISTA PRESPECTIVA DA BANDA DE CELAS
| PONTES DE SIMBIOSE ENTRE EDIFICIOS E SERVIÇOS/ESPAÇOS COMUNS

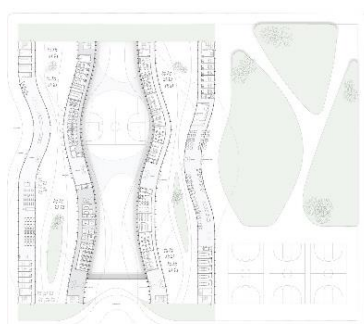


FIGURA 124 – 125 – 126 | RENDER DO ALÇADO NASCENTE | PLANTA DO PISO TÉRREO | VISTA AÉREA
- MAQUETA

4.3. PROJECCÕES FUTURAS: REALIDADE VS FICÇÃO

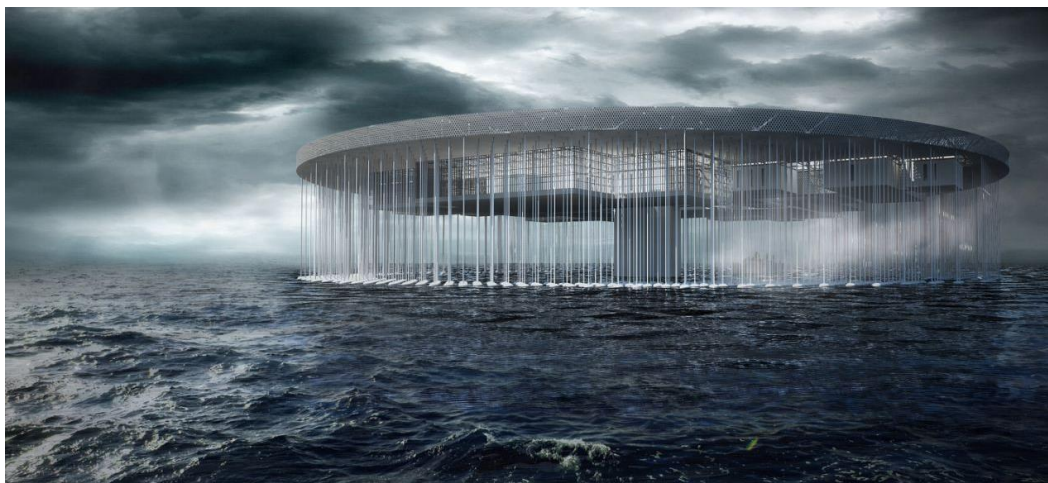


FIGURA 127 | BUOY PRISON - PACIFIC OCEAN PLATAFORM PRISON COMPETITION

Tal como no decorrer dos últimos séculos - sobretudo desde a utilização da prisão como modelo de justiça penal decorrente do pensamento iluminado do Homem no século XVIII -, os sistemas penais tendem a encontrar um caminho mais humano de punir o criminoso. Desde o nascimento da prisão enquanto sistema punitivo sucederam variadas mudanças no conceito de aprisionamento, originando diversas vertentes e ideologias consoante países e culturas que foram ao longo dos anos forjando os seus modelos de prisão com visa a um sistema penal que, apesar de nem sempre bem-sucedido, se pretende cada vez mais eficaz no combate à criminalidade e reincidência. Nas várias vertentes de penas aplicadas observamos um vasto leque que constituem o modelo penal de cada país, aplicando penas mais leves ou pesadas consoante o crime e a reincidência do criminoso (se for o caso), o que contribui para o decréscimo da população prisional europeia e em diversos outros países. Para tal, são usados outros mecanismos de privação da liberdade como a prisão domiciliária, liberdade condicional, monitorização electrónica para crimes menos graves ou como privilégio dado aos condenados com penas grandes pelo bom comportamento dentro da prisão, assim como através do modelo de execução de pena de prisão de Regime Aberto Voltado para o Exterior (RAVE) o qual consiste no trabalho diurno no exterior da prisão durante o cumprimento da pena, mantendo contacto com os aspectos da vida antes do cárcere, fomentando consequentemente a reinserção do criminoso na sociedade.

Estas são apenas algumas medidas de privação de liberdade que apresentam de certo modo uma ruptura face às práticas de encarceramento nos estabelecimentos prisionais, instituições que por vezes acabam por ser tão prejudiciais ao culpado que se vê num ambiente hostil, o que poderá levar novamente a reincidir no crime (ou noutros mais graves) ocasionada pela estagnação dos meios de adestramento e punição e por uma carência de modificação dessa realidade existente. Sendo um sistema penal que desde o seu

nascimento gerou grande controvérsia pela sua semelhança - ainda hoje, em alguns países - às práticas do passado, remontando aos suplícios, não constituindo um processo de teor mais científico e por vezes mais cruel que os mesmos e que devido por vezes ao fracasso retumbante destas instituições em países como os E.U.A. ou Brasil, os criminosos serão reinseridos na sociedade como pessoas tão perigosas quanto o eram antes do seu encarceramento.

Apesar dos inconvenientes desta instituição, a prisão «é a solução detestável, que não sabemos como abandonar»^[54]. A inércia da justiça penal é um dos principais factores que dá força a este sistema penal, restando apenas o “limar das pontas” dos métodos antigos através da reforma do sistema prisional, o que é evidente sobretudo nos países do norte da Europa (ver 4.2) resultando daí um combate à reincidência do crime mais eficaz. Apesar dos progressos que têm vindo a desenvolver-se nestas instituições, não apenas como lugar de retenção e privação da liberdade como pela abrangência de diversas áreas ligadas ao estudo do comportamento humano que auxiliam e potenciam a regeneração do condenado, este modelo de justiça penal poderá “passar à história” - tal como aconteceu com práticas anteriores à prisão -, ou tomar outras proporções mais eficazes que garantam a regeneração após cumprir pena. Com ou sem este elemento segregado da cidade certo é que assistiremos, ainda no decorrer deste século, a uma mudança abrupta na justiça penal.

Na abrangência destas projecções para uma eventual transformação da justiça penal, muitas são as abordagens em torno deste tema que dividiu opiniões desde que se ganhou consciência dos factores negativos a ele inerentes. Algumas abordagens mais pragmáticas focadas na regeneração dos condenados tentam afastar a justiça penal da aplicação constante da pena de prisão que, através deste desvio ao padrão, fornece uma maior eficácia da própria prisão enquanto instituição na regeneração dos internos pela redução gradual dos mesmos, o que implica o acompanhamento e vigilância mais competentes. Como já referido, a



FIGURA 128 | RECLUSOS USANDO A REALIDADE VIRTUAL PARA LHEIS PREPARAR PARA A VIDA FORA DA PRISAO

⁵⁴ FOUCAULT, *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, 1975. p. 264

prisão, a nível ideológico, é o lugar onde os condenados alcançam a consciência social e aprendizagem através da educação, trabalho e outras actividades potencialmente regenerativas para quem atravessa um determinado intervalo de tempo segregado da sociedade. Focando nesses pontos elementares para a reinserção, o projecto de referência Prison + School Hybrid (ver ponto 4.3.4.) traduz bem essa projecção futura para o desenho da prisão, embebida na comunidade para um contacto social o mais aberto possível. Através desse contacto, ambas as partes contribuem para a reabilitação, sendo dado aos condenados a oportunidade de compreender melhor a etiologia do seu próprio comportamento, estimulando-o intelectualmente para que possa entender os factores que o levaram ao crime, enquanto os alunos e investigadores da escola de criminologia estudam o crime directamente de quem o pratica. Abordagens semelhantes a *PriSchool* estimularão mudanças em diversas prisões a curto prazo, o que já atinge repercussões nos países de norte da Europa. Mais e maior cooperação com voluntários ou comunidades locais, justiça restaurativa ou investimento na formação do corpo de guardas dos serviços prisionais em áreas da sociologia humana e psicologia são apenas alguns dos pontos chave com foco na recuperação do individuo para o desenvolvimento futuro destas instituições. Num futuro mais a longo prazo, vão surgindo ideias mais arrojadas e futuristas de se punir o crime, entre as quais a hibernação do criminoso. Contudo, esta abordagem parece algo descabida pela abordagem ineficaz quanto à regeneração do condenado que vê a sua pena findada no dia seguinte à condenação, assim como pela sua reinserção na sociedade dado que lhe foi suprimido um espaço de tempo e será inserido num contexto do qual poderá não ter qualquer ligação: o mesmo acontece em países com penas muito extensas, em que o criminoso passa meio século (ou mais) segregado de um mundo em constante mudança, dificultando a reintegração na sociedade. Porém, outras interpretações mais racionais (contudo, sempre numa visão fictícia para o presente e futuro próximo) surgem, como a utilização do mundo virtual para aproximar o condenado ao mundo “lá fora”, estando em permanente contacto ao longe com o presente, fortalecendo laços familiares colmatando o tempo que lhe foi retirado, diluindo assim efeitos negativos provocados pela distanciação com o mundo. Um dos factores favoráveis é a possibilidade de “reter” o individuo na sua própria casa ou em instituições para efeito, libertando espaço nas prisões para crimes mais violentos, combatendo a sobrelotação nas prisões. Algumas das abordagens da utilização do mundo virtual nos condenados sugere um mecanismo de pressão psicológica estimulando o sentimento de culpa através de imagens e cenários que mostram a decadência que os actos praticados provocarão no mesmo ou, por outro prisma, o mundo virtual poderá também desenvolver mecanismos de ilusão temporal, permitindo que penas mais longas sejam experienciadas virtualmente num período de tempo mais curto, fomentando assim uma regeneração mais rápida e benéfica do individuo.

Numa abordagem mais radical concernente ao futuro das instituições penais está a indústria do cinema que idealiza vários cenários nos quais usam os condenados como instrumentos de articulação ao entretenimento da sociedade, constroem-se prisões na órbita da Terra ou colocam-nos em lugares onde lhes é obsequiada uma chance de serem libertados -simbolizando a esperança do condenado-, mas que no fim essa saída resume-se à morte. Veja-se este último retratado na série televisiva *Game of Thrones*, a *sky cell*, em *Eyrie*, uma masmorra fora do comum pois esta não delimita o prisioneiro a quatro paredes sendo uma delas aberta directamente para fachada do palácio, localizado no alto de um penhasco, no qual o pavimento inclinado por onde escoam as águas residuais incita o prisioneiro a decidir o seu próprio destino.



FIGURA 129 – 130 – 131 | *MS ONE SPACE PRISON – LOCKOUT* (2012) | *TYRION LANNISTER PRESO NA SKY CELL – GAME OF THRONES* (2011-2019) | *PRISÃO DE AZKABAN – HARRY POTTER AND THE ORDER OF THE FENIX* (2007)

Apesar da ficção reinar nestes filmes, o paralelismo com a realidade por vezes é maior que o espectador supõe, mostrando haver uma aproximação cada vez maior àquilo que entendíamos por ficção, transformando-se aos poucos numa alegoria transposta para a realidade. Desde grades metálicas substituídas por laser, prisões sediadas na órbita terrestre ou cenários aterradores, a arquitectura aparece sempre como elemento essencial na sétima arte para criar ambientes futurísticos, numa espécie de “arte de punir” que vai cativando a atenção do público, explorando ambientes sórdidos e aterradores que transmitem uma ideia de prisão que se quer dominada pela privação, medo e tortura mas que ao mesmo tempo

oferece um serviço social de aviso permanente ao espectador de repulsa ao crime e pelas consequências que dele advêm.

Com isto, os avanços feitos nos últimos anos concernentes à transformação das prisões em locais de aprendizagem a par de aplicação de outros modelos de pena menos gravosos fora da prisão parecem ir ao encontro do que se pretende para um sistema penal mais eficiente e humano, superando as projecções mais fictícias que não oferecem uma base mais sólida, o que fortalece a prisão como “a solução detestável, que não sabemos como abandonar”. Contrapondo, a regeneração do indivíduo nem sempre é alcançada, visto que algumas excepções associadas a transtornos de personalidade - como é exemplo a psicopatia - tendem a travar o progresso da prisão enquanto mecanismo reabilitador, sendo que esses indivíduos não comportam um sentimento de remorso e empatia para com os outros. Assim, a estes indivíduos com padrão comportamental que cometeram um acto ilícito caracterizados por uma atitude de dominância desmedida, conduta anti-social, baixa empatia e controle comportamental, carecem de um carácter punitivo na corrente de tratamentos que vão de encontro à privação da liberdade e monitorização regular do paciente, assim como de mecanismos de tratamento de regulação afectiva que ajudam a reduzir a reincidência e a controlar melhor os seus impulsos, numa perspectiva que vai além da punição, visando um tratamento regular do “paciente”.

Posto isto, as prisões comportarão no futuro variadas valências que ainda hoje não são vistas como prioritárias dada a função utilitária basilar da prisão – a privação da liberdade. Certamente este ecossistema complexo coexistirá em simbiose com outras instituições como hospícios, escolas de criminologia ou clínicas de tratamento psicológico que, juntos, alcançarão novas metas, o que contribuirá para a diminuição do crime assim como constituirá o motor para o avanço das ciências criminais e, consequentemente, para o conhecimento antropológico.



FIGURA 132 | DR. HANNIBAL LECTER – THE SILENCE OF THE LAMBS (1991)

CAPÍTULO V

LUGAR DE INTERVENÇÃO: ARRÁBIDA [SETÚBAL]

5.1. A PRISÃO À MARGEM DA CIDADE



FIGURA 133 – 134 | VISTA AÉREA DA CORDILHEIRA DA ARRÁBIDA | LUGAR DE INTERVENÇÃO

Na abordagem referente ao sítio de intervenção foram tidos em conta diversos aspectos relacionados com o cunho negativo dado a este tipo de instituição que, embora se encontrem hoje integrados nas várias cidades do país, a sua implantação fora projectada nos arrabaldes destas, sendo-lhes dada uma conotação negativa logo desde o século XVIII face ao seu aspecto austero e às epidemias que dizimavam parte da população reclusa na época. Depois de uma abordagem de tentar integrar a prisão dentro da zona urbana da cidade de Setúbal, aspecto análogo ao projecto de referência Pri-School (4.3.4), os condicionalismos resultantes da expropriação de terrenos dentro da urbe para a construção de um projecto da envergadura da prisão - que é por si um elemento segregador - abafavam as premissas de contacto mais directo com a população para fomentar a reinserção dos internos.

Assim, à semelhança dos projectos de referência de Halden, Storstrøm e Mas D'Enric, norteei a escolha do sítio de implantação da instituição na periferia da cidade, numa zona com presença menos acentuada do homem, para que o seu impacto social e visual seja o mais diluído possível e que a natureza consuma o seu aspecto compacto. Na Serra de S. Luís, situada no Parque Natural da Arrábida (PNA), num troço de terreno degradado face à diversidade florestal do parque, nasceu a possibilidade de intervir, embora a complexidade inerente a um objecto de estudo de tal envergadura que abarca na sua superfície de aproximadamente 17 mil hectares uma diversidade única de factores que o definem, nos faça render a todo o seu esplendor natural, citando as palavras de Miguel Torga « (...) quando a serra e o mar se juntam, não há nada a fazer nem a dizer. Com fragas e ondas, a vida fica tão perfeita, que seria uma estupidez intervir»^[55].

^[55] TORGA, Miguel, *Diário IV*, 1949

Embora deslocado da zona urbana de Setúbal, o lugar situa-se a apenas 5 km da cidade de Setúbal e a menos de , perto da Aldeia Grande, no prolongamento da estrada nacional 10 (N10) que faz ligação entre Setúbal e Azeitão, atravessando a zona norte do Parque Natural. Confinado entre os dois “muros” de vegetação e pedra que se erguem a sul e a nascente, o lugar de implantação do projecto acompanha o suave declive do planalto a norte, numa área com menor presença de sobreiros que encham todo vale envolvente, preservando grande parte dos que estão presentes *in situ*. Respeitando e preservando a reserva biogenética do PNA, o edifício a projectar insere-se no limite do parque tentando respeitar os valores geológicos, florísticos, faunísticos e paisagísticos locais, desenvolvendo deliberadamente um ecossistema artificial dentro de um natural. Contudo, a complexidade de se trabalhar numa área tão delicada carece de atenções não apenas viradas para o ambientalismo e conservação dos aspectos presentes aquando da criação do PNA, como no próprio assentamento do projecto, adaptando-se à morfologia do lugar e visando a sua futura e inevitável demolição, sendo necessária a aprovação da direcção do Parque para a construção de qualquer edifício novo junto das zonas urbanas, assim como sucedeu em 2005 aquando da construção do Hospital Hospor (actual Hospital da Luz de Setúbal), implantado no limite nascente do plano, junto à cidade de Setúbal.

5.2. RESERVA BIOGENÉTICA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL



FIGURA 135 | SERRA DO RISCO

“Dos solitários bosques a verdura,
Nas duras penedias sustentado
Nesta Serra, do mar largo cercada
Me move a contemplar mais formosura”

Frei Agostinho da Cruz^[56]

Abrangendo uma área de aproximadamente 17 hectares, o Parque Natural da Arrábida é uma Reserva Biogenética situada na orla sedimentar ocidental de Portugal, na Península de Setúbal, que abarca os territórios de Palmela, Sesimbra e Setúbal. Fundada em 1976, compreendia apenas o território terrestre desenhado pela cordilheira alpina da Arrábida, constituída por três eixos distintos: um primeiro composto pelas serras do Louro e S. Francisco; um segundo formado pelas serras do Gaiteiro e S. Luís; e um terceiro eixo composto pelas colinas que emergem entre Setúbal e Outão, as serras da Arrábida – a serra “mãe” – e do Risco, prolongando-se às elevações nos arrabaldes de Sesimbra, que congrega a elevação da Achada, Azóia, Pinheirinhos, culminado no Promontório do Cabo Espichel, onde as escarpas vertiginosas tocam o Atlântico. Em 1998, com a reclassificação do PNA com visa a complementar os objectivos de preservação da natureza do território marítimo concernentes ao Parque publicados em Decreto-Lei nº 622/76, de 28 de julho, as delimitações geográficas passaram a abranger a área marinha Arrábida-Espichel, o que gerou uma onda de indignação dos pescadores da zona de Setúbal que fazem da pesca o seu ganha-pão, erguendo-se o espectro do desemprego numa região fortemente dependente da actividade piscatória, ressurgindo daí o velho confronto entre Ambiente e Economia.

Testemunho vivo das várias etapas fundamentais da história da Terra e dos primeiros estádios de evolução do rio Tejo, a cadeia montanhosa da Arrábida cinzela-se no céu do horizonte da península, um gigante maciço de calcário revestido por um coberto vegetal visível na abrangência de todo território do vale

^[56] CRUZ, Frei Agostinho da in PIREs, António Mateus Vilhena Daniel, *A Serra da Arrábida na Poesia Portuguesa*, 2002. (Citado em COIMBRA, 2014.)

do Tejo, essa onda sinuosa de pedra e mato que «avança impetuosa, e subitamente estaca e se esculpe no ar»^[57], representando um importante marco de toda a região que, a par da sua dimensão e beleza natural, constitui uma barreira orográfica entre as águas territoriais portuguesas e o interior. A biodiversidade desta orla costeira torna o PNA um lugar fascinante e raro, numa paisagem de espaços naturais de influência mediterrânica mais imponentes, dotada de uma riqueza vegetal e animal única.

Caracterizada pela simbiose entre o tosco da pedra e a delicadeza da vegetação, o parque é composto em toda a sua extensão por uma congregação de espécies vegetais de influência mediterrânea e de grandes massas de calcário. Entre pinheiros bravos, azinheiras, sobreiros e alfarrobeiras, as espécies arbóreas estão parcamente esparsas nas serras, encontrando-se aglomeradas e em maior número no sopé poente e sul da serra de S. Luís, assim como nas linhas de fecho definidas pelas poucas torrentes e ribeiras por toda a área do PNA que, por entre os vales, escoam durante todo o ano, verificando-se ainda assim um caudal de escoamento menor do que nas infiltrações profundas. Contudo, o verde rasante que reveste o parque quase por completo é composto por um denso bosque impenetrável de vegetação perene, de caule lenhoso, que se estendem na convergência de três elementos florísticos: euro-atlântico, mediterrânico e macaronésio. As propriedades e características destas espécies «(...) naturalmente carnudas, espinhosas e resinosas de modo a aguentar o calor e a secura do Verão, estas espécies libertam um perfume único característico das matas mediterrânicas. Tudo aqui parece evocar a uma serra antiga, primária e inalterada, montanha que sobreviveu ao teste do tempo e que nos revela por entre os seus caminhos íngremes paisagens há muito perdidas»^[58]. Um dos principais factores que permite esta biodiversidade reside no clima que, pela sua geologia e proximidade com o Atlântico, o torna um lugar de acentuadas características mediterrânicas influenciadas pelas brisas marítimas, o que diminui a amplitude térmica e o aumento da humidade.

Não obstante, a presença humana nesta zona da península de Setúbal foram também elas propiciadas pelas condições geoestratégicas e climatéricas, perpetuando-se a fixação de povos por toda a sua extensão, desde a criação de pequenos habitats durante o período paleolítico, concretizando-se mais tarde - a partir do período neolítico - o assentamento de culturas que desvincularam-se na orla costeira e no interior, uma que explorava o mar através da actividade

^[57] GAMA, *Serra-Mãe*, 8ª Edição, Lisboa, Ática, 2000, p.3

^[58] COIMBRA, Gonçalo Fernandes Galán, *Percurso Arquitectónico na Arrábida: A Arquitectura Portuguesa como Revitalizadora do Património e da Paisagem*, 2014

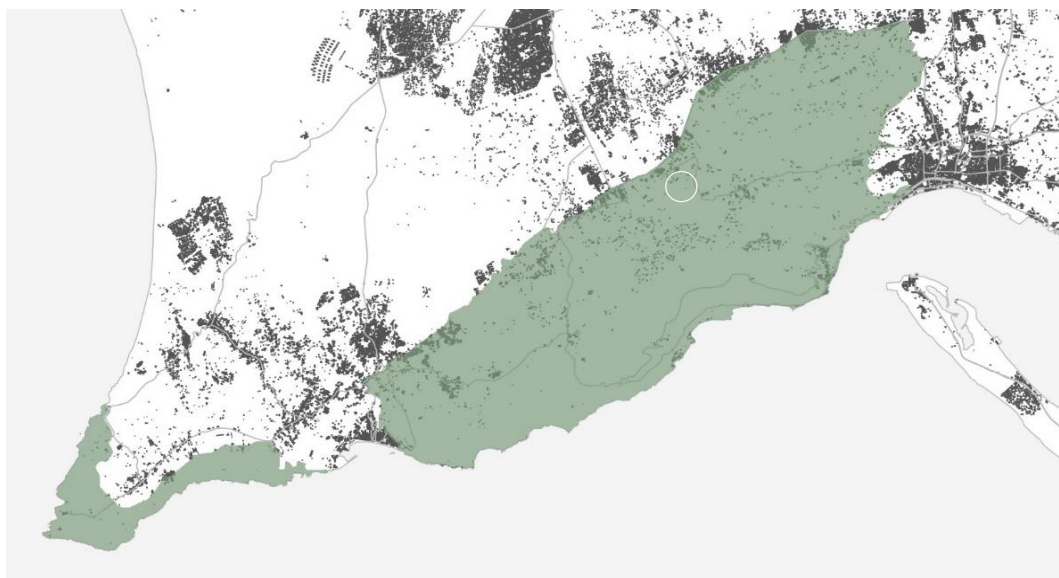


FIGURA 136 | PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA (ÁREA TERRESTRE)

piscatória e outra que se desenvolveu através exploração dos solos e pastorícia. Porém, o assentamento dos povos ao longo dos milénios nas serras foram sendo dissipadas para os vales devido às condições desfavoráveis à sedentarização das colónias nómadas que aqui pretendiam permanecer, constituindo pequenas povoações que se foram desenvolvendo nas zonas actuais de Palmela, Setúbal, Sesimbra e Azeitão. Os únicos exemplos localizados nas encostas das serras desenvolveram-se por motivos maiores de relevância geoestratégica: Sesimbra, construída pela localização no coração abrigado da baía, e Palmela, importante lugar de defesa ocupada ininterruptamente durante os séculos após a sua fortificação durante o período da romanização por povos visigodos, muçulmanos e, posteriormente, pelos cristãos após a sua reconquista em 1158. A partir do século XII, a população fixou-se definitivamente neste território até à actualidade, centralizado pelos quatro polos que circunscrevem a cordilheira da Arrábida: Azeitão, Palmela, Sesimbra e Setúbal. Nestes, a exploração humana fez-se sentir nas diversas actividades, onde encontrou na vasta área a sul da península terras férteis e águas propícias para o desenvolvimento da pesca, particularidade essa espelhada na qualidade dos seus produtos, essencialmente de origem animal e vegetal que brotam vividamente na extensão dos ecossistemas aí presentes.

5.3. ARRÁBIDA COMO LUGAR DE RETIRO

«Entre o céu e o mar, a vastidão da serra. 7 léguas de comprido, acompanhando a saída do rio Sado para o oceano, assim se abre aos nossos olhos a serra da Arrábida. Pelos vales, pelas fragas, pelo verde das encostas, a grandeza da serra prolongada na imensidão do mar, convida à solidão do espírito. Afastados do mundo, muitos procuram o encontro com a natureza, a serenidade das alturas e o apelo da distância que o mar provoca. Silêncio, solidão, eternidade, apelo para a pureza interior, tudo se encontra aqui. Percorrendo os caminhos da serra, ou parando para meditar, a alma enche-se com a paisagem e o espírito liberta-se»^[59]. Lugar idílico e místico, a Arrábida convoca a brisa exalada do azul do oceano mesclado com o aroma perfumado dos matos, espalhado pelas áreas remotas e tranquilas abrigadas pela presença do imenso bosque. Aqui dignifica-se a natureza como lugar de retiro e emancipação do ser, onde, de entre toda a riqueza difundida pelas serras e mar arrabidenses emergem, materializadas pontualmente ao longo dos seus 35km de extensão, construções de carácter religioso transformadas em autênticas aldeias ensimesmadas. No Convento de Nossa Senhora da Arrábida, a vida erma levada pelos monges franciscanos reflecte-se na própria estrutura do convento, enraizada de forma perfeita apesar do declive acentuado da encosta, como que esculpida nas paredes calcárias da serra e trabalhada minuciosamente para que a presença do ser humano não desmistifique o lugar.

Não há dúvida de que a cordilheira da arrábida transporta o sossego e a serenidade de espírito de quem aqui pervaga e habita. Desde a fixação em meados do século XVI, a ordem de S. Francisco alicerça-se na busca de uma vida eremita dos seus frades, a serra ganha uma conotação de eremitério face à natureza que fora perpetuado durante séculos, chegando aos dias de hoje quase que imaculado face ao tempo, uma serra primária e inalterada fora do espaço temporal que invoca paisagens e trilhos ancestrais.



FIGURA 137 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ARRÁBIDA, SITUADO NA ENCOSTA DA SERRA

^[59] PINA, Luís de, *Arrábida e o Seu Convento*, prod. João Martins, Lisboa, 1975

Entre os pontuais lugares de retiro religiosos que se encontram na extensão do Parque, o Santuário de Nossa Senhora da Pedra Mua representa também o expoente do eremitério concebido em conexão com a natureza. Aqui é o mar que ganha preponderância na soledade deste conjunto arquitectónico no extremo da península, despida da fauna e flora presentes nas serras, mas onde o retiro se faz como uma nau que navega em altos mares, buscando a solidão interior nos confins do horizonte azul. Desde a popularização do turismo em meados do século XX, que incentivou uma rede viária de abrangência maior no território português, muitos são os que procuram esse retiro na natureza, este conforto há muito perdido pela escravidão do ser humano face à urbe, “convocando” a necessidade do ser humano se encontrar com a paisagem primitiva, fugindo à agitação que se faz sentir nas cidades. Em domingos solarengos e durante as estações mais quentes observa-se um fluxo de massas em direcção ao ocidente da península de Setúbal, procurando o abrigo solitário das serras, onde se vão encontrando, esparsamente pelo território, pequenas estalagens e hotéis para o abrigo nocturno para quem por estas paisagens pretende se emancipar da monotonia da cidade.

Fazendo ponte para o projecto, este lugar revela em toda a sua abrangência um potencial efeito regenerador dos internos. Aqui, poder-se-á potencialmente estruturar uma comunidade longe dos vícios da cidade, gerando novos indivíduos que não constituam um perigo para os demais concidadãos. Implantada num terreno plano no vale, a abrangência visual das serras afectará o horizonte da prisão, projectando um contacto com o exterior que se estende na visão e no olfacto, reflectidos nos eflúvios do bosque em convergência com a brisa marítima. Assim, a natureza representará um dos factores mais importantes na intervenção psicológica dos internos, assim como revelou as suas propriedades terapêuticas para os frades franciscanos do *conventinho*.



FIGURA 138 | SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA PEDRA MUA

CAPÍTULO VI

PROPOSTA: PROYECTO DE ARQUITECTURA

5.1. MEMÓRIA DESCRITIVA

(Auxiliar leitura com os painéis no fim do documento)

Na abordagem ao projecto para um novo estabelecimento prisional em Setúbal, a escolha do lugar de intervenção definiu a morfologia do edificado e desenho conceptual do próprio projecto, sendo este crucial na relação interior-exterior que se pretende explorar tendo em conta os conceitos de reabilitação dos reclusos, inserindo-os num local fora da cidade onde a natureza e paisagem predominante da cordilheira da Arrábida atenuam o distanciamento do isolamento com o mundo, diminuindo a negatividade da atmosfera e fomentando o sentido de regeneração dos indivíduos. Deste modo, em semelhança ao caso de estudo da prisão Mas d'Enric, os muros não definem a linha do horizonte do espaço prisional, sendo estes rematados pelo movimento sinuoso das serras e planaltos que, em toda a sua amplitude visual, criam um manto verdejante que supera a sobriedade do betão. Em concordância com o lugar escolhido, pretende-se eliminar à priori o impacto destas instituições na *urbe* que, em diversos casos, a sua construção na periferia da cidade não preveem o crescimento da malha urbana, criando muitas vezes uma discordância e interrupção da mesma: veja-se o exemplo do estabelecimento prisional de Setúbal, construído na década de 50 do passado século na periferia da cidade que, actualmente, é “engolido” pela especulação imobiliária que luta pela desactivação o mais rápido possível desta prisão situada num lugar privilegiado, nas portas da cidade de Setúbal e que constitui uma barreira visual e das relações urbanas que acabam por ser interrompidas pelos altos muros que a definem. Assim, no seguimento das valências que formulam a escolha do lugar, a sua implantação nos limites do Parque Natural da Arrábida elimina desde logo esses entraves, dado que o plano não consente novas urbanizações destinada à habitação dentro da sua área de impacto, assim como os equipamentos e construções de carácter público deverão ser aprovadas pela direcção do Parque. Por outro lado, considerando o trabalho como meio de reabilitação crucial à reinserção do recluso na sociedade, o lugar potencia a exploração agrícola intra-muros como na unidade de regime aberto da Quinta da Várzea (Setúbal), numa zona circunjacente às vastas vinhas de Vila Fresca de Azeitão, de qualidade inegável do seu produto, indo ao encontro de estabelecimentos prisionais como Pinheiro da Cruz e Alcoentre onde é produzido vinho para venda ao público. Por último, compreendendo as acessibilidades a este novo estabelecimento e para facilidade de acesso de visitas familiares, advogados ou dos serviços de voluntariado e dos próprios serviços que integram o universo prisional, o lugar situa-se entre Setúbal e Azeitão, no prolongamento da EN10, que liga à A2, apoiada por serviço rodoviário que dispõe de paragem no preciso lugar de intervenção. Esta decisão de não distanciar a prisão da cidade recaí ainda pela proximidade aos tribunais que integram o distrito judicial, onde há um fluxo logístico de meios e de reclusos para as avaliações periódicas da pena.

Os objectivos basilares para a concepção deste novo estabelecimento prisional alicerçam-se, como já referido, na reabilitação dos reclusos integrados em regime fechado, onde lhes é obsequiada uma certa liberdade de fluxo dentro da prisão, abrangendo a possibilidade de trabalho e de um leque de actividades para a ocupação durante o período diurno fora do isolamento que, actualmente, pode ir até às 12 horas. Por outro lado, os objectivos devem abranger o campo de acção da vigilância e controlo, aspectos intrínsecos e fundamentais na boa gestão deste tipo de equipamento. Com isto, desenvolveu-se uma conjuntura favorável à concepção espacial do edificio voltado para o interior, repartido nas suas várias funções e actividades, num esquema programático detalhadamente delineado que visa a eficácia do controlo de fluxos, gerando espaços autónomos que servem individualmente os dois blocos de celas, delimitados através das diferentes cotas em que o edificio assenta no terreno, propensa pelo suave declive que traça a morfologia do terreno. Contudo, a intersecção no ponto central que expande o fluxo das unidades independentes para o bloco administrativo e desportivo acaba por assumi-las como parte integrante de todo o complexo edificado, outorgando um aspecto de uniformidade entre os volumes que constituem o todo.

Quanto aos objectivos programáticos, o complexo prisional dispersa-se em cinco volumes multifuncionais: o bloco administrativo e de serviços, que contempla ainda a zona de visitas; os dois blocos de celas, que integram refeitório e espaço de trabalho; o bloco desportivo; e o bloco religioso que se aparta dos outros volumes, criando uma comunhão desejada com a natureza. Partindo do momento de chegada ao complexo, os altos muros definem o desenho do alçado nascente que encontram aqui o seu ponto de intersecção face ao desnível de um em relação ao outro, outorgando um aspecto de continuidade de toda a fachada que, no seu ponto médio, avança sob a praça que se ergue entre o estacionamento. Este volume em consola destaca a entrada do estabelecimento prisional que conduz à portaria, lugar de controlo de entrada e saída de pessoas (à direita) e veículos (à esquerda), e é através deste ponto que se desenrola o fluxo entre espaços do bloco administrativo/serviços e, consequentemente para todo o complexo.

Através da portaria, as galerias encaminham os visitantes para o parlatório que avança e abre-se a sul sobre um vasto campo verdejante com a Arrábida em plano de fundo, e está dividido em dois espaços, favorecendo o controle e vigilância do contacto entre reclusos e os seus visitantes. Aqui, o pé-direito duplo propicia o aproveitamento da área e, para tal, foi estratificado através de uma mezzanine que oferece espacialmente condições para congregar grande parte dos reclusos e ainda de criar um pequeno recanto para actividades educativas entre reclusos e os seus filhos, estimulando o desenvolvendo os laços familiares, apoiada por uma sala de terapia familiar conjunta. Recuado sobre o duplo pé-direito, o volume que integra as salas de visita de advogado fecha o espaço do parlatório, seguindo a

galeria até ao átrio de entrada dos reclusos, onde o posto de vigia perfaz o controle de entrada e saída, assim como dos quartos de visita íntima no culminar da galeria. Particularizando, estes quartos são destinados aos reclusos e seus cônjuges para que mantenham os laços familiares, tendo este um grande impacto no comportamento dos reclusos, que evitam ao máximo enveredar por condutas negativas, o que acarretaria a perda da visita íntima. O espaço de 13m² com tipologia T0 conta com cama dupla, casa de banho e uma pequena kitchenette para confecção de alimentos. No exterior, há ainda uma área de convívio entre famílias com acesso a um pequeno jardim. No piso acima, as actividades educativas dispersam-se em forma de L sobre a zona de visitas, aglutinando salas de aula e biblioteca que ladeiam um pequeno jardim sensorial, que são, por sua vez, encimadas pelos gabinetes de enfermagem, gabinete médico, de psicologia e de saúde dentária.

Do outro lado do bloco, através da coluna vertical de acessos na portaria, faz-se a conexão com os pisos acima, situando-se no primeiro o refeitório/bar serve todos os serviços internos e externos à prisão e, nos dois pisos mais elevados, os serviços prisionais e administração que partilham a o mesmo desenho em planta - um openspace provido de gabinetes, salas de trabalho e reunião que são rematados por elementos de sombreamento vertical a sul e poente. A norte, o piso mais elevado, dispõe de uma sala polivalente para acções de formação e actividades destinadas sobretudo ao Corpo da Guarda Prisional e agentes jurídicos, que poderão e deverão trabalhar em conjunto com os elementos externos ao estabelecimento prisional. Abaixo, no piso dos serviços prisionais, situam-se o ginásio e dormitórios dos guardas, apoiados com duche e sanitários. Tal como se procura criar uma arquitectura que outorgue uma atmosfera agradável e estimulante aos reclusos, essa mesma intenção serve para os serviços que integram o complexo e para os elementos externos, providenciando uma arquitectura que auxilie as necessidades das suas actividades laborais, podendo exercer a sua função em condições dignas e focando, por outro lado, nos espaços de convívio e de actividades colectivas que fomentem a interactividade entre os diferentes órgãos que integram o complexo. Conectando com o resto do complexo, o acesso ao ponto central de fluxo entre blocos é feito pelo primeiro piso que aqui se abre para o exterior, conectando os diferentes volumes.

A norte, o bloco religioso mostra-se tímido em relação a toda a arquitectura do complexo. Moldado em harmonia com o terreno e dissimulado pela natureza, este espaço sagrado situa-se isolado do resto do edificado, mostrando uma certa emancipação face a toda a instituição o edificio é desenhado à semelhança dos eremitérios dispersos sobre toda a serra, um lugar em que se pretende que os reclusos devotos procurem a redenção dos seus pecados para que se possam perdoar a si mesmos. Projectado para receber diferentes credos e religiões, este pequeno templo erguido em comunhão com a natureza encastra-se no terreno e desenvolve uma pele exterior que o delimita e produz a luz zenital que cai sobre os pequenos jardins compreendidos entre as duas peles.

A ponte, desdobrados no ponto central de todo o complexo desenvolvem-se os blocos de celas que desvinculam-se em duas grandes unidades independentes às diferentes cotas no terreno. No ponto de intersecção dos volumes, o acesso é feito através de uma banda que cerra as duas unidades em U, sobreposta em dois pisos que servem, isoladamente, os dois blocos de celas. No átrio, o posto de vigilância distribuído pelos dois pisos fornece o controlo de fluxos entre os diversos espaços que constituem esta banda, ladeado pelo acesso vertical à unidade inferior que, por sua vez, ladeia a cozinha, também esta distribuída por dois pisos, onde o serviço tanto poderá ser feito por firmas como pelos próprios reclusos, estimulando a diversidade de tarefas laborais de ocupação para estes, factor sine quo non para a sua reinserção futura na sociedade. Servido pela cozinha, o refeitório dos reclusos abrange uma área que permite a polivalência do espaço, sugerindo a sua utilização mais abrangente para a pluralidade de actividades de ocupação do recluso. Aberto para o pátio interior, o refeitório cerra o volume em forma de U das unidades de celas, ladeando um pequeno jardim sensorial de convívio para socialização entre reclusos e guardas que faz a transição entre as celas e os espaços circundantes, enriquecendo e diversificando a atmosfera dos diversos lugares do complexo na criação de estímulos psicológicos positivos e quebrando a sua monotonia.

Na outra frente do pátio interior faz-se o acesso às unidades independentes com controlo de fluxos através de um posto de vigia a meio piso, concedendo-lhe uma amplitude de observação geral de todo o átrio que se estende aos dois pisos acima. Ainda no corpo que liga os dois braços que constituem as celas, desenrola-se atrás do átrio a área dos serviços prisionais que servem, por piso, ambas as alas e fornecem a vigilância e controlo individual a cada ala. Aqui, as medidas de segurança tendem a ser mais atentas, estando em permanente contacto com o recluso durante o período de isolamento na cela e nos períodos que o procede e antecede que, para tal, dispõe de duas salas de controlo directo com as alas, avançado sobre a sala de convívio destinada aos reclusos. Compreendendo o espaço confinado a cada ala prisional, estas dividem-se em alas de 14 e de 18 celas individuais, dispondo de sala de convívio onde os reclusos podem usufruir de espaço para actividades lúdicas, jogos de tabuleiro e ver televisão, dispondo ainda de kitchenette de apoio para confeccionarem os seus próprios alimentos, tal como nos casos de estudo Halden e Storstrøm, desenhando-se espaços que aproximam os reclusos da vida em liberdade, um lugar que, apesar da vigilância, concedem-lhes uma liberdade de fluxos durante o período em que lhes é permitido o acesso ao local. A materialidade diversifica o ambiente que se torna menos opressivo, provendo este espaço de cor e promovendo a relação interior-exterior através dos vãos que se abrem, respeitando a métrica da fachada.

Ao canto da sala, o espaço estende-se por toda a ala para o acesso às celas individuais que compreendem uma área de 11m² que, com 2.4m de largura, pretendendo-se um maior aproveitamento espacial, o que possibilita um maior número de celas por piso. Aqui, desenvolve-se o espaço que isola cada recluso

durante grande parte do dia e que, para tal, este deve ser um espaço que abranja as condições mínimas de habitação em concordância com o efeito regenerativo da arquitectura que deve auxiliar através de espaços menos opressivos e violentos que acabam por correr a mente humana. Dentro da cela, o recluso dispõe de cama, armário, secretária de trabalho e uma pequena instalação sanitária para os cuidados básicos de higiene, num desenho projectual que liberta o espaço livre, auxiliando a amplitude de vigilância dos guardas através da porta, cobrindo apenas a zona de higiene. Quanto à materialidade, foi importante ressaltar a cor e os materiais naturais para combater o ambiente opressivo que a monotonia cromática causa no indivíduo que se vê confinado 12 horas diárias a dimensões mínimas de habitabilidade. As paredes rebocadas e pintadas oferecem uma dualidade cromática entre o branco e o amarelo, matiz empregue por ser, como referido no ponto 2.4., “uma cor animada e dinâmica de alta luminosidade, sendo a sua aplicação nas superfícies vantajosa para suavizar ambientes mais pesados, geralmente usada em espaços com pouca luz natural pela sua elevada intensidade luminosa”. Por outro lado, o emprego da madeira de pinho atenua a artificialidade dos materiais, usando este material natural em torno da cama e secretária, dando uma sensação de conforto e tranquilidade do ambiente, em detrimento das camas metálicas empregues geralmente nas celas prisionais.

No exterior das unidades, a poente, desenvolve-se o complexo desportivo e espaços de trabalho, desdobrados em espaço interior e exterior. Inserido na banda central que fecha os blocos de celas, os espaços de trabalho seguem-se em openspace, divididos por pequenas bancadas de trabalho que servem uma vasta pluralidade de ofícios como marcenaria, serralharia e carpintaria, incentivando ainda ao trabalho da cortiça, produto dominante e abundante no lugar de intervenção, tentando fazer uso aos sobreiros retirados para a construção deste complexo prisional. Por outro lado, o Estabelecimento Prisional de Setúbal recebe actualmente peças de automóveis da empresa AutoEuropa, sediada em Palmela, nas quais os reclusos trabalham e aprendem a manusear estas peças que, ao prestarem serviço a esta empresa, dão-lhes uma oportunidade futura de reinserção laboral, podendo ser executados esses trabalhos nas novas instalações. No exterior, as oportunidades de ocupação laboral estendem-se na agricultura situada junto aos muros. Na vertente desportiva, os campos de jogos e actividades de atletismo preenchem o espaço residual que se estende entre os blocos de celas e os limites da prisão. Através daqui acede-se ao pavilhão desportivo que se divide em dois pisos, cada um individualizando para cada unidade de celas. Dentro do pavilhão, cada piso dispõe de campo de jogos e ginásio apoiados por balneário e gabinete de enfermagem. Acima destes é criado um posto de controlo destinado aos guardas com acesso directo à banda central do complexo. A entrada de luz é feita, no piso superior, através de entrada zenital, sobre o campo de jogos e, no piso inferior, através de iluminação lateral guarnecida pelo interior através de espaldares em todo o seu comprimento, o que evita possíveis fugas e quebras acidentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prisão é hoje vista como modelo de penal por excelência no combate à criminalidade e defesa da sociedade. Contudo, a história da prisão enquanto mecanismo de acção penal é relativamente recente em relação ao confinamento físico involuntário dos indivíduos como meio preventivo que assegurava a sua presença no julgamento em praça pública, prática usada desde os primórdios dos estados democráticos da Grécia antiga até às masmorras alocadas dos ambientes pesados dos castelos na Idade Média, culminando posteriormente na apropriação de mosteiros, hospitais e hospícios. Com isto, pode-se afirmar que o nascimento da prisão resulta, «ao invés, [n]uma nova tecnologia, o aperfeiçoamento, do século XVI ao século XIX, de todo um conjunto de processos para policiar, controlar, avaliar, adestrar os indivíduos, torná-los “dóceis e úteis”»^[60]. Assim, visando um modelo que vá ao encontro dos ideais humanistas no tratamento dos indivíduos, a prisão acabaria por se disseminar enquanto modelo igualitário e universal na generalidade dos países, onde as penas tendem a enveredar por um caminho mais filantropo de regeneração dos reclusos, afastando-se dos actos bárbaros e perversos do passado que em nada contribuem para ressarcir o estado dos efeitos dos seus crimes. Com isto, desenvolveram-se, durante os dois séculos após o nascimento da prisão, estratégias materializadas numa arquitectura pensada discriminadamente com o objectivo de privação de liberdade, desdobrando-se em diferentes tipologias que contribuíram para o aperfeiçoamento das técnicas e mecanismos de gestão e vigilância desta instituição.

Na sua função basilar, as prisões tinham como objectivo o encarceramento e punição, alicerçados no poder e disciplina através do exercício constante de vigilância e controlo, onde o recluso encontra no isolamento e no silêncio da sua cela o caminho para a redenção. Hoje, o sistema penal moderno ostraciza a ideia de punir, dando lugar a novos valores que se regem por um caminho mais humano de readaptação do recluso, guiando-o de volta à vida em sociedade de modo a que este não volte a reincidir no crime. Porém, as ideologias e vontades políticas, assim como o estigma em relação à reabilitação dos criminosos ainda bastante patente na sociedade actual nem sempre correspondem ao seu conteúdo posto na prática, estando a sua máxima expressão patente no próprio planeamento das prisões que se revela antitética aos objectivos programáticos a seguir e às novas funções impostas a estas instituições, desenvolvendo-se uma arquitectura estática e pesada que limita a pluralidade de espaços e actividades essenciais à readaptação dos reclusos que, actualmente, estas instituições devem comportar.

Como referência à reforma do sistema penal em países como a Noruega e Dinamarca estão as prisões como Halden e Storstrom que se regem pelo filantropismo da acção dos serviços prisionais, provando que sistemas penais alicerçados na óptica do punir e na vingança social como o americano revelam-se

^[60] FOUCAULT, *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, 1975. resumo

ineficazes no combate à reincidência criminal e reinserção social. Nestas prisões, os reclusos são tratados com respeito e dignidade, promovendo um contacto social aberto entre estes, guardas e direcção, o que outorga um sentido de aceitação social essencial à sua reinserção pós cárcere.

Seguindo o exemplo das prisões do norte da Europa que pendem para uma arquitectura mais aberta e multifuncional, a coerência associativa entre organização espacial e os objectivos programáticos determinam a eficácia da arquitectura do próprio complexo, expressa na complementaridade interespacial das várias funções que visam diferentes objectivos. Sem nunca destoar a função basilar de vigilância e controlo, as prisões tendem a libertar-se do seu aspecto estático e fechado, abrindo-se para essa correlação entre espaços que dinamizam os fluxos numa abrangência quase total do complexo, suprimindo os espaços residuais que delimitam o acesso por ordem de controlo, aspectos patentes nos muros e redes erguidos para delimitar essas comunicações interior/exterior que se pretende colmatar.

Cingindo ao campo de acção da arquitectura, esta tem um papel fundamental na atmosfera prisional que, apesar de não ser o factor predominante referente aos objectivos de eficácia relativos à reincidência e reabilitação, acaba por diferir e viabilizar os meios para que esse trabalho possa ser desenvolvido e incrementado, assim como a eficiência dos mecanismos de vigilância e controlo, aspectos intrínsecos à função basilar deste tipo de equipamento. Para tal, esta arquitectura deverá desenvolver aspectos que viabilizem uma melhoria no ambiente que, por sua vez, outorguem condições dignas à vida dos indivíduos aqui segregados e privados da sua liberdade num período temporal variável, assim como para toda a equipa e serviços que contribuem diariamente para o bom funcionamento das prisões. A sobriedade e monotonia do ambiente carregado pelo cinzento do betão evidente na generalidade das prisões são um dos principais factores para essa atmosfera pesada, devendo ser incumbido ao arquitecto o objectivo dinamizá-la através dos elementos construtivos e acabamentos que viabilizem estimular a acção humana, promovendo o processo de reabilitação e readaptação e o bem estar dos reclusos e todos os intervenientes.

Perspectivado um aperfeiçoamento da prisão enquanto mecanismo de acção penal em prol da reabilitação, o papel da arquitectura nos estabelecimentos prisionais assumirá gradualmente um factor predominante quanto aos objectivos desta instituição total. Através dela, o encarceramento terá um impacto menos negativo na vida dos reclusos, promovendo os aspectos positivos e perspectivando uma acção integradora em detrimento da punição enquanto meio de adestramento. Este é o lugar onde os indivíduos que se desviaram das normas e leis de uma determinada sociedade poderão alcançar de novo a sua reinserção, promovendo um lugar o menos dissemelhante à vida em sociedade.

FONTES DOCUMENTAIS

| ABREU, J. L. Piu “O Tempo Aprisionado. Ensaio não espiritualista sobre o espírito humano”. Edição Quarteto Editora, Coimbra, 2000. Tradução de: Pedro Elói Duarte. ISBN 972-8535-43-0;

| ADRIANO, Paulo Jorge Antunes dos Santos. “Penitenciária Central de Lisboa, A casa do Silêncio e o Despontar da Arquitectura Penitenciária em Portugal.” Tese de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2010;

| AWOFESO, Niyi. “Disciplinary Architecture: prison design and prisoner’s health”, Hecktoen International Journal – vol.3 - (2011);

| BARBOSA, Ana Ferreira. “Fatores Preditivos da reincidência: análise de uma amostra aleatória de reclusos portugueses do sexo masculino.” Tese de Mestrado em Psicologia, Escola de Psicologia da Universidade do Minho. Braga, 2010;

| BARREIROS, José António. “As Instituições criminais em Portugal no século XIX: subsídios para a sua história”, *Análise Social* XVI – nº3 - (1980): 587-612

| BECCARIA, Cesare. “Dei Delitti e Delle Penne”. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998. ISBN 972-31-0816-X;

| CAMPOS, Sandra Maria Cardita Silveirinha. “Sistemas Prisionais Europeus.” Tese de Mestrado em Direito e Segurança, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2015;

| CARVALHO, Rui Pedro Rego de. “Monotorização da edificação no Parque Natural da Arrábida com base em Sistemas de Informação Geográfica e Detecção Remota” Tese de Mestrado em Gestão do Território, área de especialização em Sistemas de Informação Geográfica e Detecção Remota, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas , Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2015;

| FOCALT, Michel. “Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão” - Introdução de António Fernando Cascais. Éditions Gallimard, 1975, 360 páginas. Tradução de: Pedro Elói Duarte. ISBN 978-972-44-1766-0;

| FONSECA, Pedro Protes da. “Vida de Prisão”. Edição Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018, 82 páginas. ISBN 978-989-8863-94-2;

| FOWLER, Megan, *The Human Factor in Prison Design: Constrasting Prison Architecture in the United States and Scandinavia*, 2015 in Lola Sheppard & David Ruy, 103rd ACSA Meeting Proceedings, *The Expanding Periphery and the Migrating Center*, 2015;

|GAMITO, Ana Maria Baião. “Arquitectura Prisional em Portugal. A Utopia Carcerária”. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2001;

|GOFFMAN, Erving. “Asylums”. Penguin Books LTD, 1961, 336 páginas. Tradução de: Pedro Elói Duarte. ISBN 978-014-01-3739-2;

|HERAS, Ion F. de las. “A prisão como arquitectura menor”, Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social – Vol.9 – nº3 - (2016): 463-480;

|HERTZBERG, Herman. “Lições de Arquitectura”. Traduzido por Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999;

|HOWARD, John, “The State of the Prisons”, J.M. Dent & Sons Ltd. Londres, 1929

|LIMA, Raúl Rodrigues. “Arquitectura Prisional”. Lisboa: SPP, 1962;

|LIMA, Suzann Flávia Cordeiro de. “A Função Social do Espaço Penitenciário”. Dissertação Final de Mestrado em Arquitectura, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2005 ;

|MANO, Maria Lalandia Martins. “Espaço de Vigiar: Requalificação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada”. Projecto Final de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. Lisboa, 2014;

|MARQUES, Ana Beatriz Antunes. “O Panóptico Interespecífico”. Prova Final de Licenciatura em Design de Comunicação e Novos Media, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2014;

|MARTINS, Maria Sofia Vara. “Pensar em Arquitectura através da Arquitectura. Percepção do homem no [e do] espaço arquitectónico”. Tese de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 2012.

|MUGA, HENRIQUE. “Psicologia da Arquitectura”. Edições Gailivro, 2005. 262 páginas. ISBN 989-557-241-7 ;

|PINTO, Ricardo Jorge Fernandes da Silva. “Raúl Rodrigues Lima, un Arquitecto del Estado Novo; La Arquitectura Penitenciaria”, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Universidade Politécnica de Madrid. Madrid, 2009;

|REIS, Adriano Ricardo dos Santos. “...um limite, uma prisão na Memória: entre o isolamento e a reinserção”. Projecto Final de Mestrado em Aquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 2008;

| **ROOS**, Sturm Kraetzer. “Re-Insertar, Re-inventando el Sistema Penitenciario”. Projecto Final de Mestrado em Arquitectura, Escuela Politécnica Superior de la Universidad de Alicante. Alicante, 2014;

| **ROSSI**, ALDO. “L’Architettura della Città”, Padova. Tradução: José Charters de Almeida et al., “A Arquitectura da Cidade”, Edições Cosmos, Lisboa, 1977;

| **FRANSSON**, Elisabeth. GIOFRÈ, Francesca. JOHNSEN, Berit “Prison, Architecture and Humans” - Introdução de António Fernando Cascais. Cappelen Damm Akademisk/ NOASP. Oslo, 2018. 349 páginas. ISBN: 978-82-02-52967-3;

| **SANTAYANA**, Glen. “PriSchool: A Prison + School Hybrid”. Projecto Final de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Harvard. Massachusetts, 2013;

| **TRIGUEIROS**, Conceição – Panóptico: As ordens da Vigilância- uma arquitectura moralista. Portugal: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2011, 112 páginas. ISBN 9789896581091;

| **TRIGUEIROS**, Maria Conceição Birrada de Melo. “Da Prisão à Cidade Punitiva, Utopia e Realidade”. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2000;

| **VAZ**, Maria João. “Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista”, Actas do IV Congresso de Sociologia – nº3 - (2000): 587-612;

| **ZAFFARONI**, Eugenio Raúl. “A palavra dos mortos: Conferências de criminologia cautelar”, São Paulo: Ed. Saraiva, 2012;

| **ZUMTHOR**, Peter “Atmosferas. Entornos arquitectónicos – As coisas a meu redor”. Editorial Gustavo Gili, 2006, 72 páginas. ISBN 978-84-252-2117-0

DOCUMENTAÇÃO ELECTRÓNICA

| BATISTA, Carla. “Arquitectura Penitenciária: A Influência do Espaço no Cotidiano Prisional”

https://issuu.com/carlabatista5/docs/artigo__blog (acedido a 28 de maio de 2018)

| PERUZZOTTI, Chiara; SALA, Luca. “ReHub: un modello di carcere innovativo”.

https://issuu.com/peruzzottichiara/docs/18_06_11_tesi_issuu (acedido a 9 de janeiro de 2019)

| HASSIB, Zolfar. “4 Walls: The Psychological Effects of the Prison Archetype”. -

https://issuu.com/zolfarhassib/docs/real_thesis_da0fc87ec03697 (acedido a 29 de maio de 2018)

| JOLDERSMA, Cisca, “Final Report Prisons of the Future”. Haia, 2016

| LIMA, Suzann Flávia Cordeiro de. “Arquitectura Penitenciária: A Evolução do Espaço Inimigo”, Arquitextos (2005).

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/480> (acedido a 25 de agosto de 2018)

| NAIR, Ammani. “Reforming Community. Prison Design”

https://issuu.com/ammaninair/docs/reforming_community (acedido a 9 de janeiro de 2019)

| PIOTROWSKA, Kate. “Humanisation of cell complexes. Creating balance between equality and hierarchy”

https://issuu.com/katepiotrowska/docs/k.piotrowska__humanisation_of_cell__ (acedido a 9 de janeiro de 2019)

| REIS, Adriano Ricardo dos Santos. “...um limite, uma prisão na Memória: entre o isolamento e a reinserção”.

<https://issuu.com/adriano.rreis/docs/these> (acedido a 10 de abril de 2018)

| ROOS, Strum Kraetzer. “Re-Insertar, Re-inventando el Sistema Penitenciario”.

https://issuu.com/roossturm/docs/pfc-roos_sturm_kraetzer (acedido a 12 de maio de 2018)

| SANTAYANA, Glen. “PriSchool: A Prison + School Hybrid”.

https://issuu.com/gsant004/docs/thesis_prischool (acedido a 20 de abril de 2018)

| SHEKHAWAT, Niharika N. “Correctional Center: Rehabilitating Throught Reformation”

https://issuu.com/niharikashekhawat/docs/correctional_center_-_niharika_n_sh (acedida a 28 de maio de 2018)

| 1757: The Execution of Robert-François Damien

<https://milesraven.wordpress.com/2014/11/05/1757-the-execution-of-robert-francois-damiens-why-it-haunts-john-eagle-the-uncommon-attorney-and-why-it-haunts-his-creator/> (acedida a 12 de maio de 2018)

| AZKABAN – Prison Design

https://issuu.com/cheriansatish/docs/prison_design.docx (acedida a 9 de janeiro de 2019)

| How Architecture Affects Your Brain: The Link Between Neuroscience and the Built Environment

https://www.archdaily.com/876465/how-architecture-affects-your-brain-the-link-between-neuroscience-and-the-built-environment?ad_medium=widget&ad_name=navigation-next (acedida a 9 de janeiro de 2019)

| Prisons of the Future

<https://www.cep-probation.org/projects/prisons-of-the-future/> (acedida a 27 de julho de 2018)

| Through the Lens: When Hollywood Designs Prisons

<https://www.archdaily.com/597008/through-the-lens-when-hollywood-designs-prisons> (acedida a 27 de julho de 2018)

| (proto)PRISON

<http://www.alexwarr.com/protoprison/> (acedida a 9 de janeiro de 2019)

| How prison changes people

<http://www.bbc.com/future/story/20180430-the-unexpected-ways-prison-time-changes-people>

| What Will the Future of Incarceration Look Like?

https://www.vice.com/en_us/article/5g9exx/what-will-the-future-of-incarceration-look-like

| Do Private prisons Have a Future?

<https://thecrimereport.org/2018/04/19/do-private-prisons-have-a-future/>

| Parque Natural da Arrábida

<http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnar> (acedida a 12 de agosto de 2018)

| Parque Marinho da Arrábida

<https://nationalgeographic.sapo.pt/natureza/grandes-reportagens/1701-parque-marinho-da-arrabida?showall=1&limitstart=> (acedida a 12 de agosto de 2018)

| De Outros Espaços, por Michel Foucault

http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html (acedida a 15 de agosto de 2018)

| Doutrina Monástica

http://beneditinos.org.br/2012/11/doutrina-monastica/#_8._-A (acedida a 20 de agosto de 2018)

| O papel da cor na arquitectura

<https://www.archdaily.com.br/br/894425/o-papel-da-cor-na-arquitetura>
(acedida a 30 de agosto de 2018)

| Psicologia das cores na arquitectura

<https://www.fealmeida.com/single-post/2015/09/25/Psicologia-das-cores-na-arquitetura> (acedida a 30 de agosto de 2018)

| Constituição da República Portuguesa – Direitos Fundamentais

<https://portal.oa.pt/cidadaos/direitos-dos-cidadaos-instrumentos-fundamentais/constituicao-da-republica-portuguesa/> (acedida a 3 de agosto de 2018)

| Prisão de Setúbal vai fechar e ser substituída por novo estabelecimento prisional distrital

<https://www.diariodaregiao.pt/2017/10/03/prisao-de-setubal-vai-fechar-e-ser-substituida-por-novo-estabelecimento-prisional-distrital/> (acedida a 12 de fevereiro de 2018)

| Reforma Prisional. Oito cadeias fecham e nascem cinco

<https://www.dn.pt/sociedade/interior/reforma-prisional-oito-cadeias-fecham-e-nascem-cinco-8811966.html> (acedida a 12 de fevereiro de 2018)

ANEXOS

REGRAS DE MANDELA

REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE PRESOS

| ALOJAMENTO

Regra 12

1. As celas ou locais destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um recluso. Se, por razões especiais, tais como excesso temporário de população prisional, for necessário que a administração prisional central adote exceções a esta regra deve evitar-se que dois reclusos sejam alojados numa mesma cela ou local.
2. Quando se recorra à utilização de dormitórios, estes devem ser ocupados por reclusos cuidadosamente escolhidos e reconhecidos como sendo capazes de serem alojados nestas condições. Durante a noite, deverão estar sujeitos a uma vigilância regular, adaptada ao tipo de estabelecimento prisional em causa.

Regra 13

Todos os locais destinados aos reclusos, especialmente os dormitórios, devem satisfazer todas as exigências de higiene e saúde, tomando-se devidamente em consideração as condições climatéricas e, especialmente, a cubicagem de ar disponível, o espaço mínimo, a iluminação, o aquecimento e a ventilação.

Regra 14

Em todos os locais destinados aos reclusos, para viverem ou trabalharem:

- (a) As janelas devem ser suficientemente amplas de modo a que os reclusos possam ler ou trabalhar com luz natural e devem ser construídas de forma a permitir a entrada de ar fresco, haja ou não ventilação artificial;
- (b) A luz artificial deve ser suficiente para permitir aos reclusos ler ou trabalhar sem prejudicar a vista.

Regra 15

As instalações sanitárias devem ser adequadas, de maneira a que os reclusos possam efetuar as suas necessidades quando precisarem, de modo limpo e decente.

Regra 16

As instalações de banho e duche devem ser suficientes para que todos os reclusos possam, quando desejem ou lhes seja exigido, tomar banho ou duche a uma temperatura adequada ao clima, tão frequentemente quanto necessário à higiene geral, de acordo com a estação do ano e a região geográfica, mas pelo menos uma vez por semana num clima temperado.

| EXERCÍCIO E DESPORTO

Regra 23

1. Todos os reclusos que não efetuam trabalho no exterior devem ter pelo menos uma hora diária de exercício adequado ao ar livre quando o clima o permita.
2. Os jovens reclusos e outros de idade e condição física compatíveis devem receber durante o período reservado ao exercício, educação física e recreativa. Para este fim, serão colocados à disposição dos reclusos o espaço, instalações e equipamento adequados.

| SERVIÇOS MÉDICOS

Regra 25

2. Os serviços de saúde devem ser compostos por uma equipa interdisciplinar, com pessoal qualificado e suficiente, capaz de exercer a sua atividade com total independência clínica, devendo ter conhecimentos especializados de psicologia e psiquiatria. Todos os reclusos devem poder beneficiar dos serviços de um dentista qualificado.

Regra 27

1. Todos os estabelecimentos prisionais devem assegurar o pronto acesso a tratamentos médicos em casos urgentes. Os reclusos que necessitem de cuidados especializados ou de cirurgia devem ser transferidos para estabelecimentos especializados ou para hospitais civis. Se os estabelecimentos prisionais possuírem instalações hospitalares próprias, estas devem dispor de pessoal e equipamento apropriados que permitam prestar aos reclusos doentes os cuidados e o tratamento adequados.

| CONTACTOS COM O MUNDO EXTERIOR

Regra 58

2. Onde forem permitidas as visitas conjugais, este direito deve ser garantido sem discriminação e as mulheres reclusas devem exercer este direito nas mesmas condições que os homens. Devem ser instaurados procedimentos e disponibilizados locais, de forma a garantir o justo e igualitário acesso, respeitando-se a segurança e a dignidade.

| BIBLIOTECA

Regra 64

Cada estabelecimento prisional deve ter uma biblioteca para o uso de todas as categorias de reclusos, devidamente provida com livros recreativos e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizá-la plenamente.

| RELIGIÃO

Regra 66

Tanto quanto possível, cada recluso deve ser autorizado a satisfazer as exigências da sua vida religiosa, assistindo aos serviços ministrados no estabelecimento prisional e tendo na sua posse livros de rito e prática de ensino religioso da sua confissão.

| PESSOAL DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Regra 78

1. Na medida do possível, deve incluir-se no pessoal um número suficiente de especialistas, tais como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, professores e instrutores técnicos.
2. Os assistentes sociais, professores e instrutores técnicos devem exercer as suas funções de forma permanente, mas poderá também recorrer-se a auxiliares a tempo parcial ou a voluntários.

DISTRITOS JUDICIAIS DO PAÍS

DISTRITO JUDICIAL DE LISBOA

SEGURANÇA | COMPLEXIDADE GESTÃO

Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional da Carregueira	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Caxias	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional do Funchal	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional do Linhó	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Lisboa	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Monsanto	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional do Montijo	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Sintra	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Tires	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional da Polícia Judiciária de Lisboa	ALTA MÉDIA
Cadeia de Apoio da Horta	ALTA MÉDIA
Hospital Prisional S. João de Deus	ALTA ELEVADO

DISTRITO JUDICIAL DO PORTO

SEGURANÇA | COMPLEXIDADE GESTÃO

Estabelecimento Prisional de Braga	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Bragança	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Chaves	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo [Masculino]	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo [Feminino]	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Guimarães	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Izeda	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Lamego	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional do Porto	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Vila Real	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional da Polícia Judiciária do Porto	ALTA MÉDIA

DISTRITO JUDICIAL DE COIMBRA

SEGURANÇA | COMPLEXIDADE GESTÃO

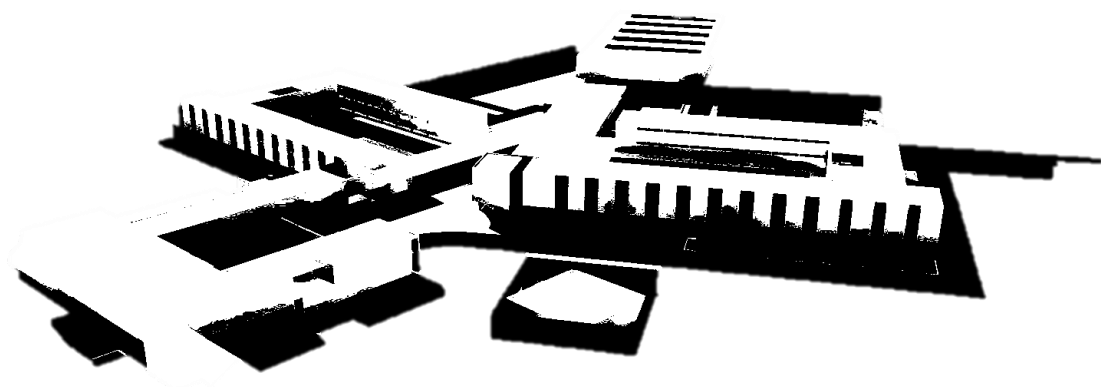
Estabelecimento Prisional de Aveiro	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Castelo Branco	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Coimbra	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Covilhã	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional da Guarda	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Leiria	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Leiria [jovens]	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Torres Novas	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Viseu	ALTA MÉDIA

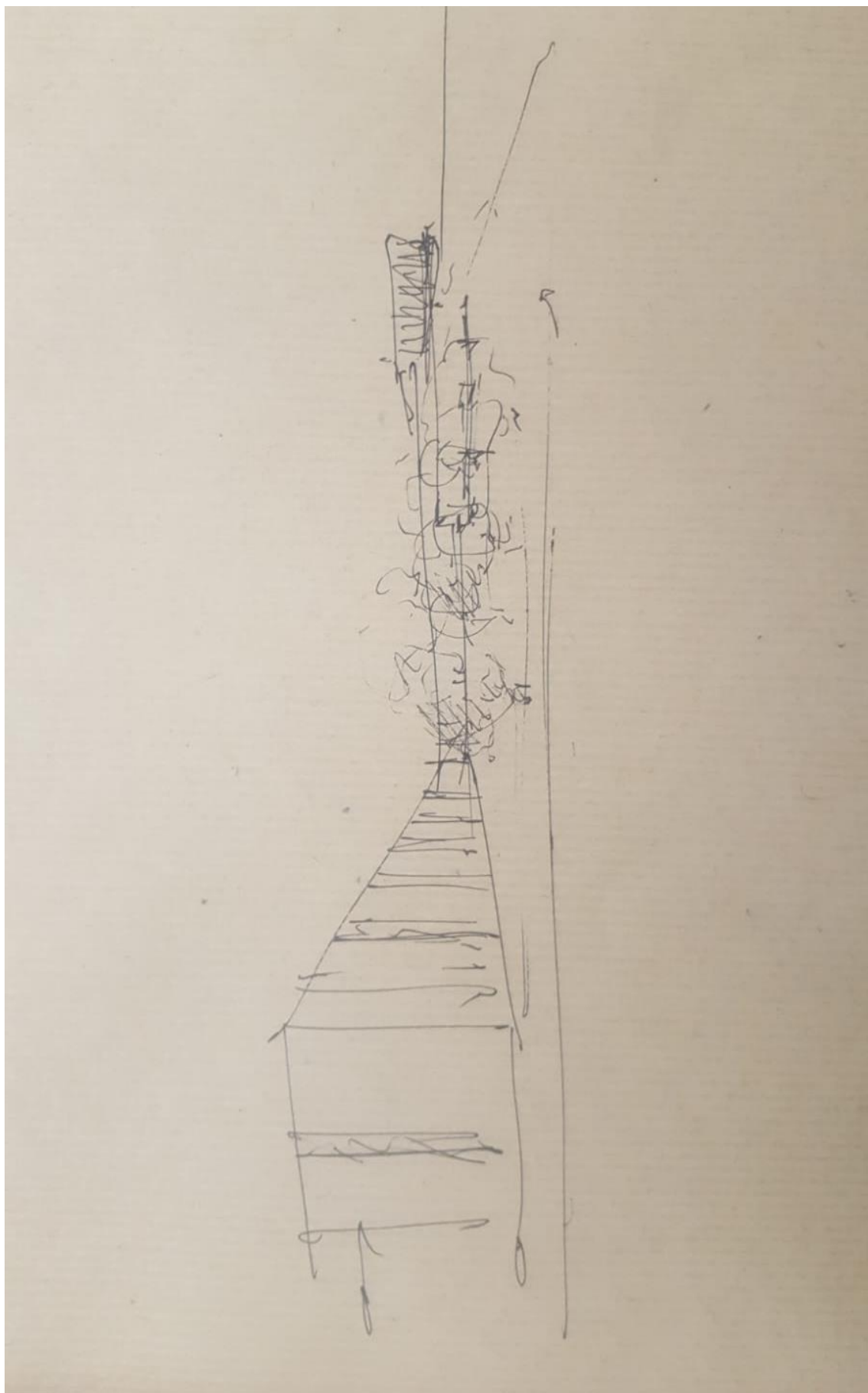
DISTRITO JUDICIAL DE ÉVORA

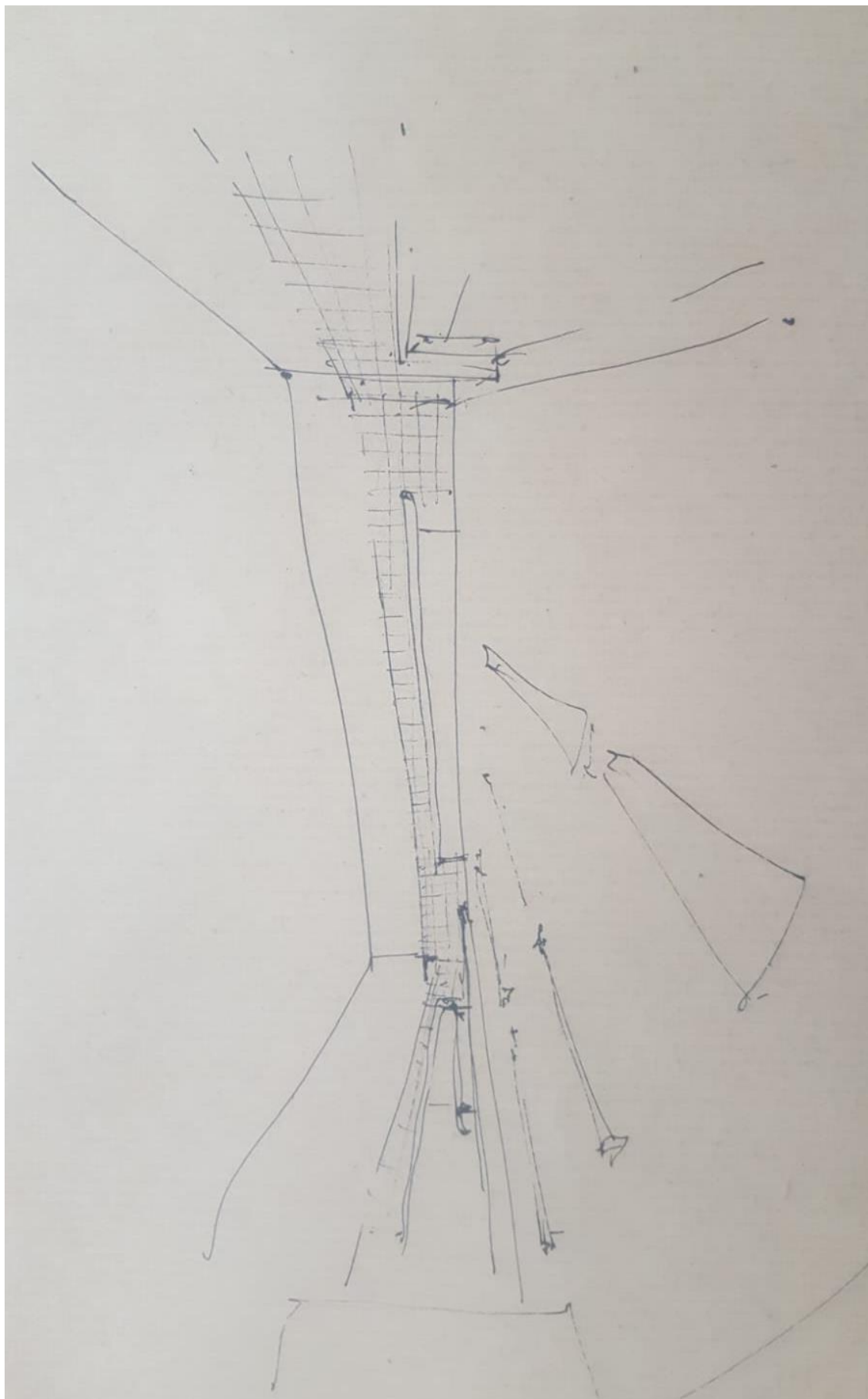
SEGURANÇA | COMPLEXIDADE GESTÃO

Estabelecimento Prisional de Alcoentre	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Beja	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Elvas	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Évora	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Faro	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Odemira	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Olhão	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Setúbal	ALTA ELEVADO
Estabelecimento Prisional de Silves	ALTA MÉDIA
Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus	ALTA ELEVADO

ESQUIÇOS

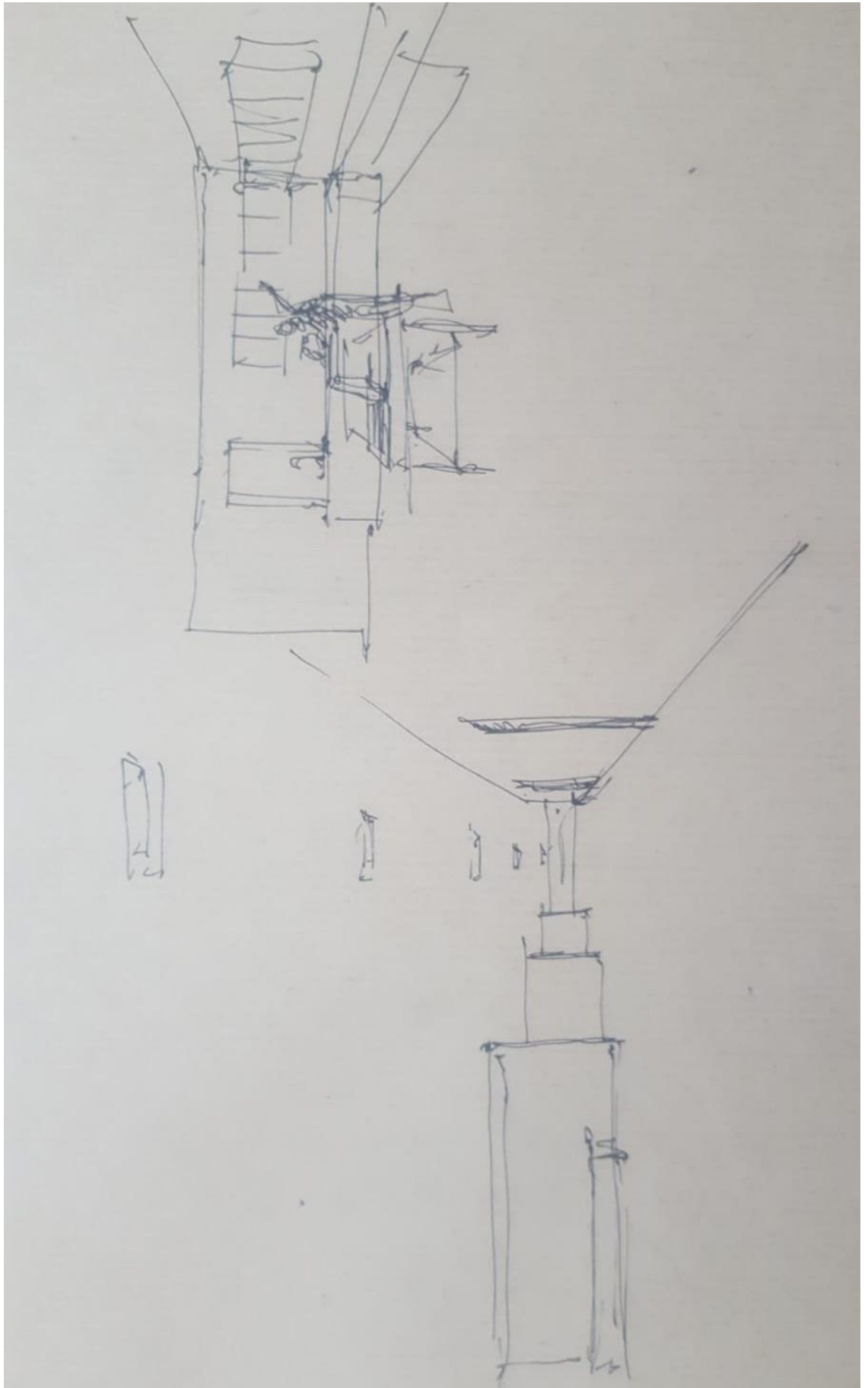


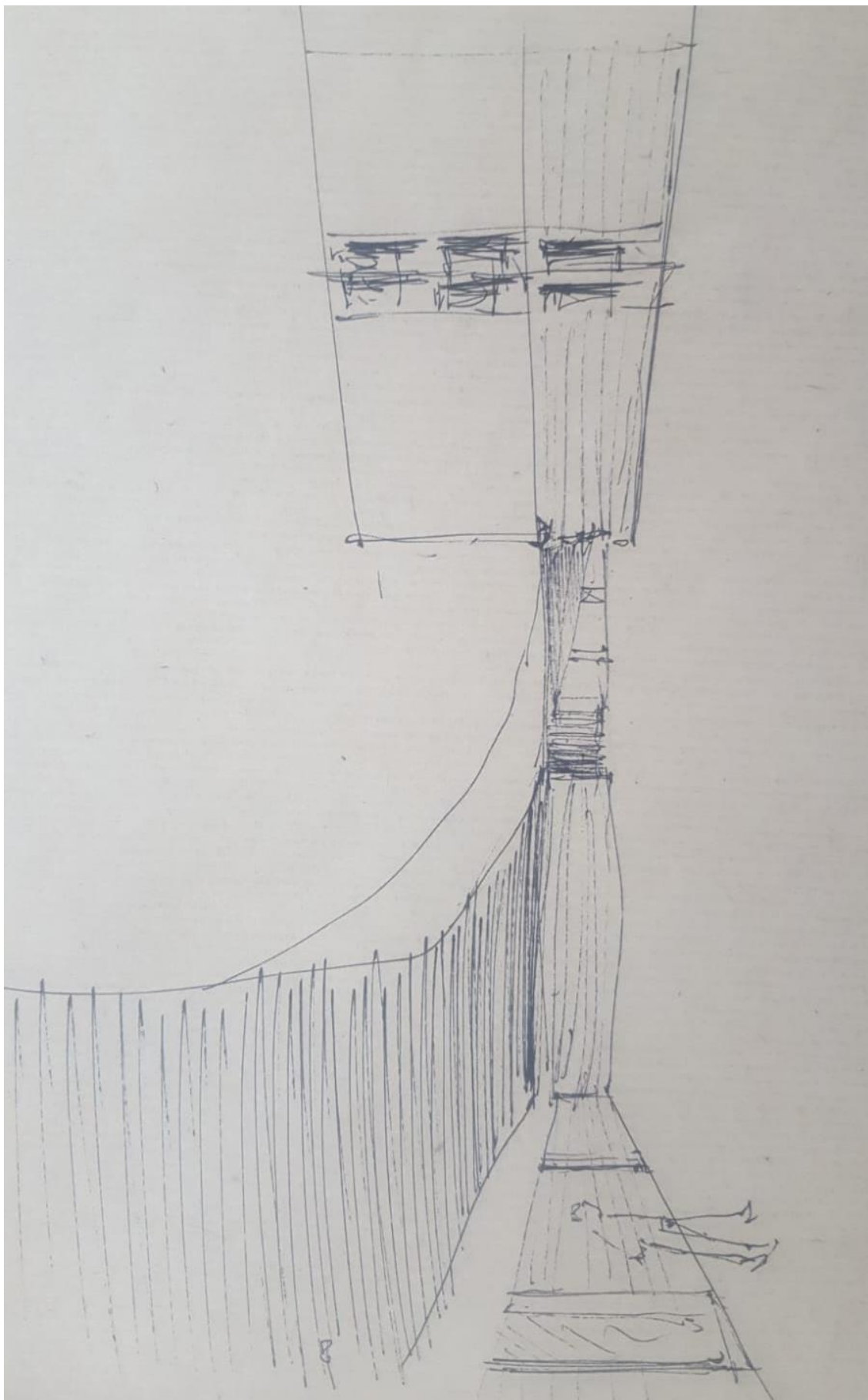


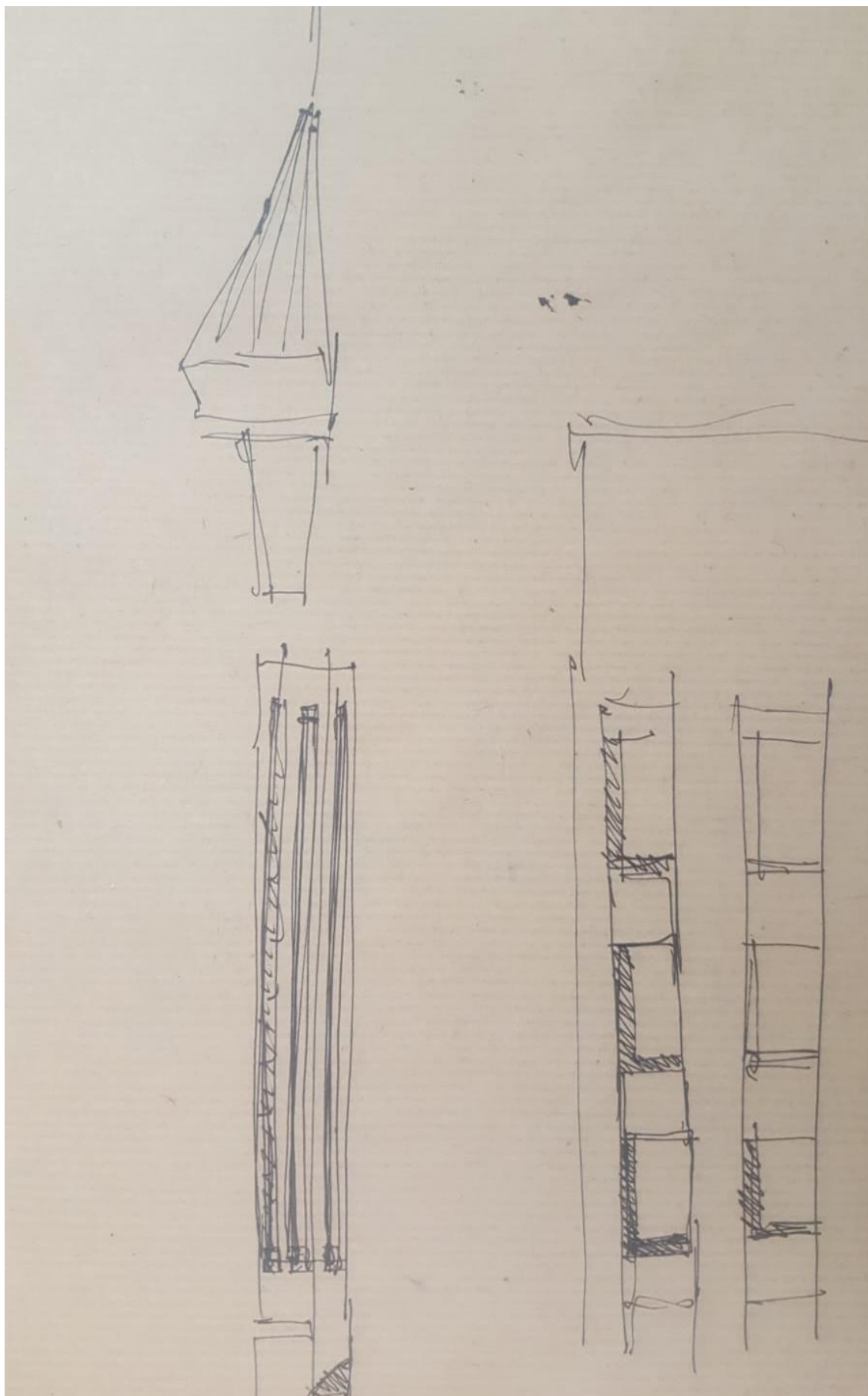


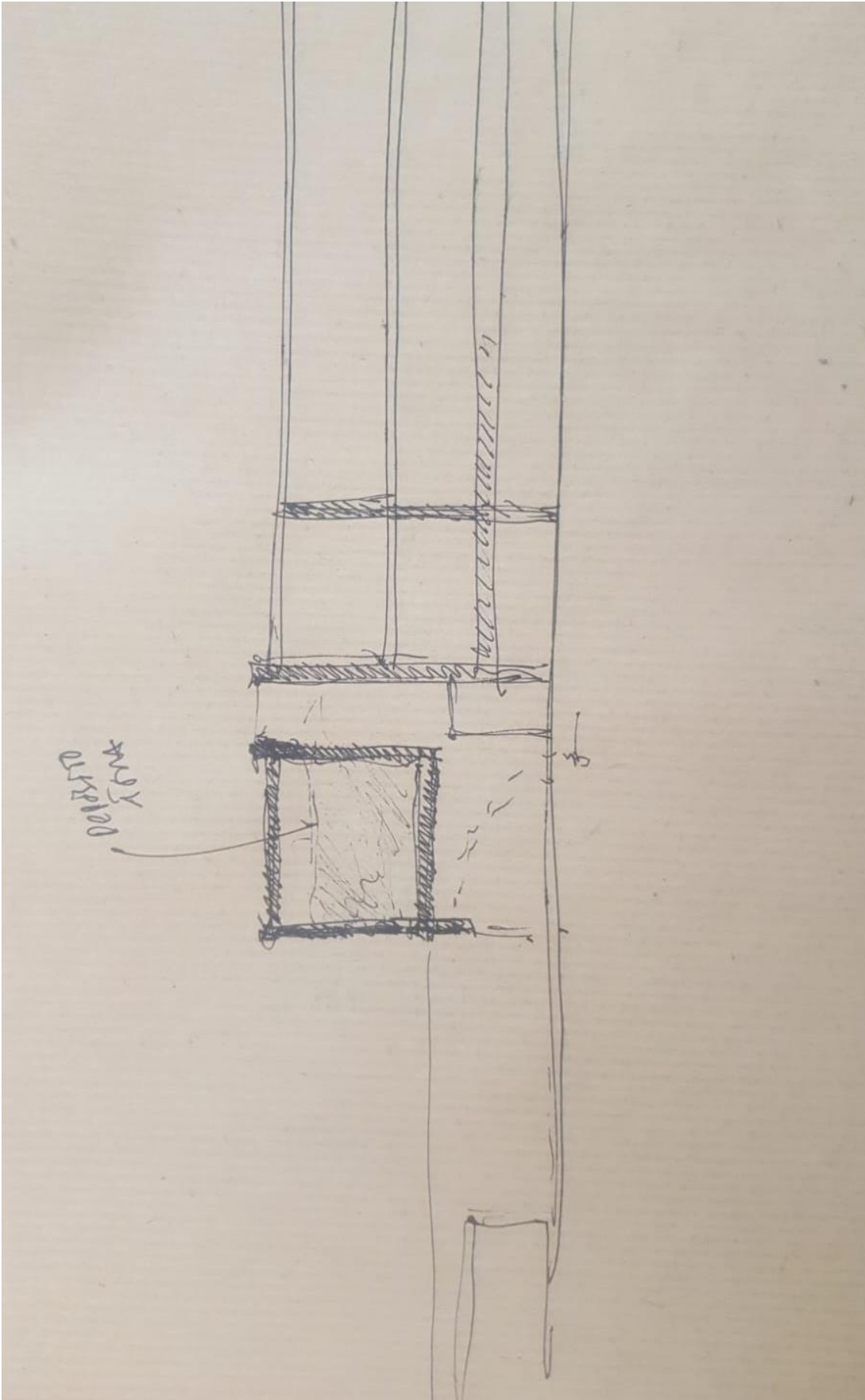


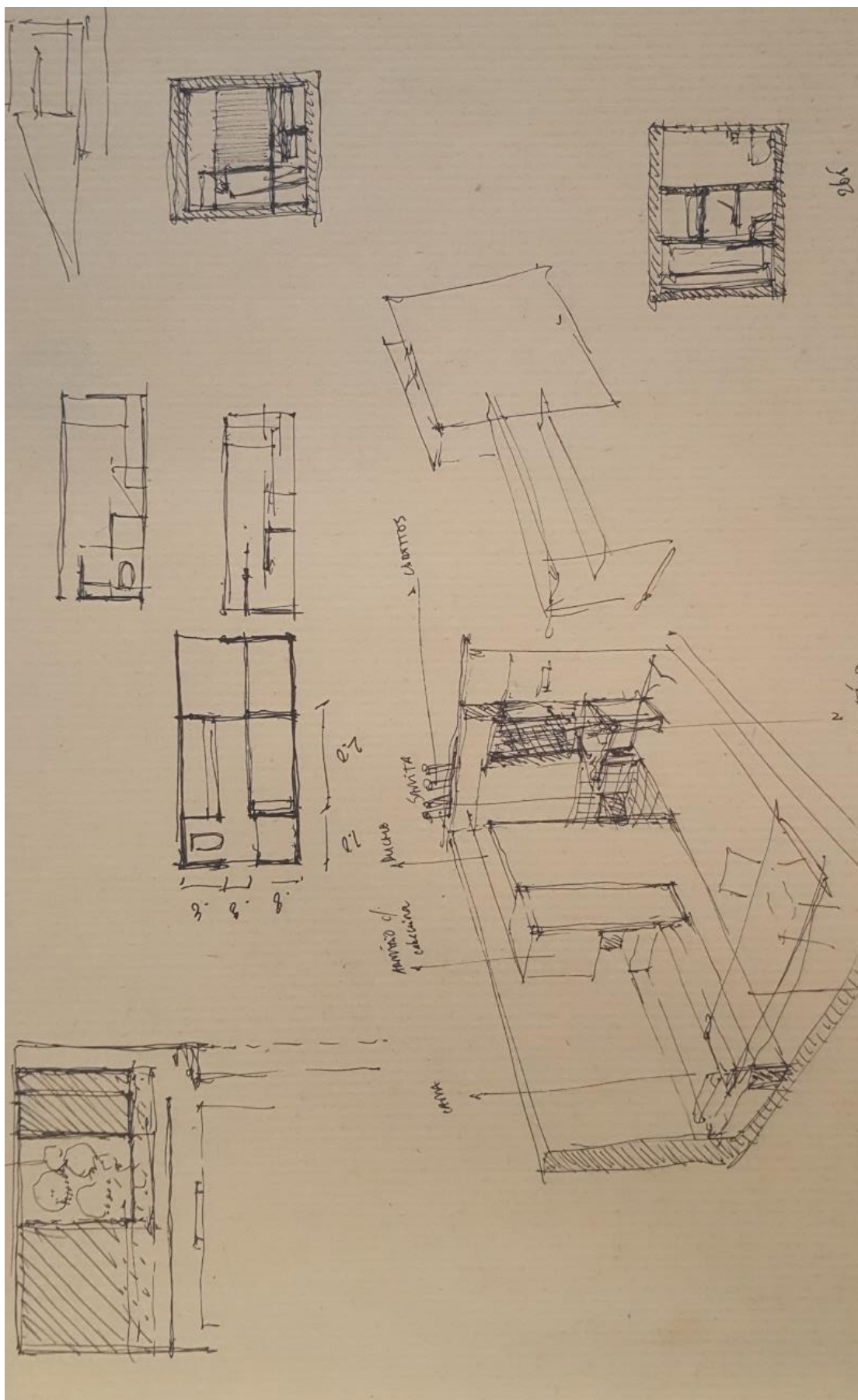


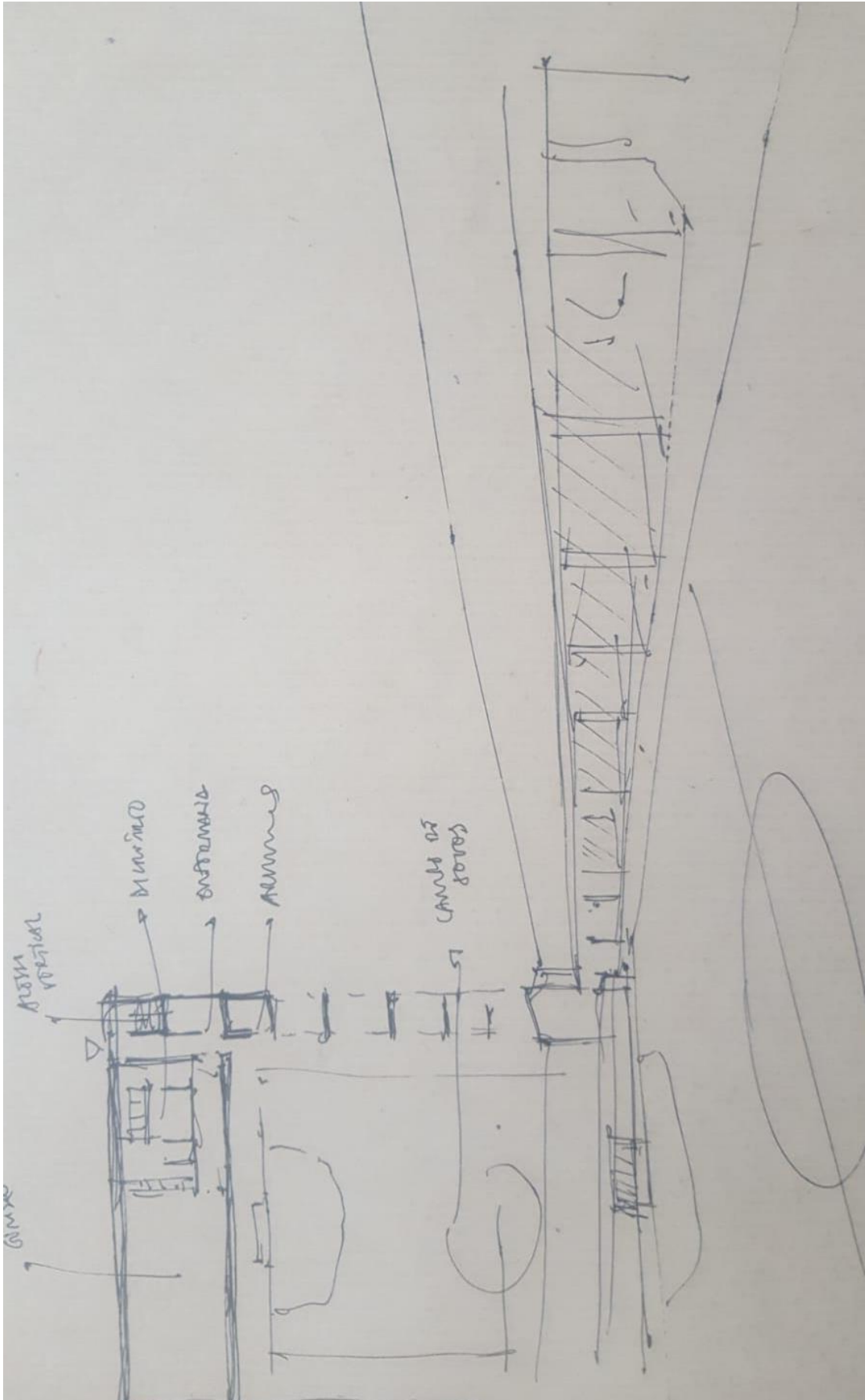


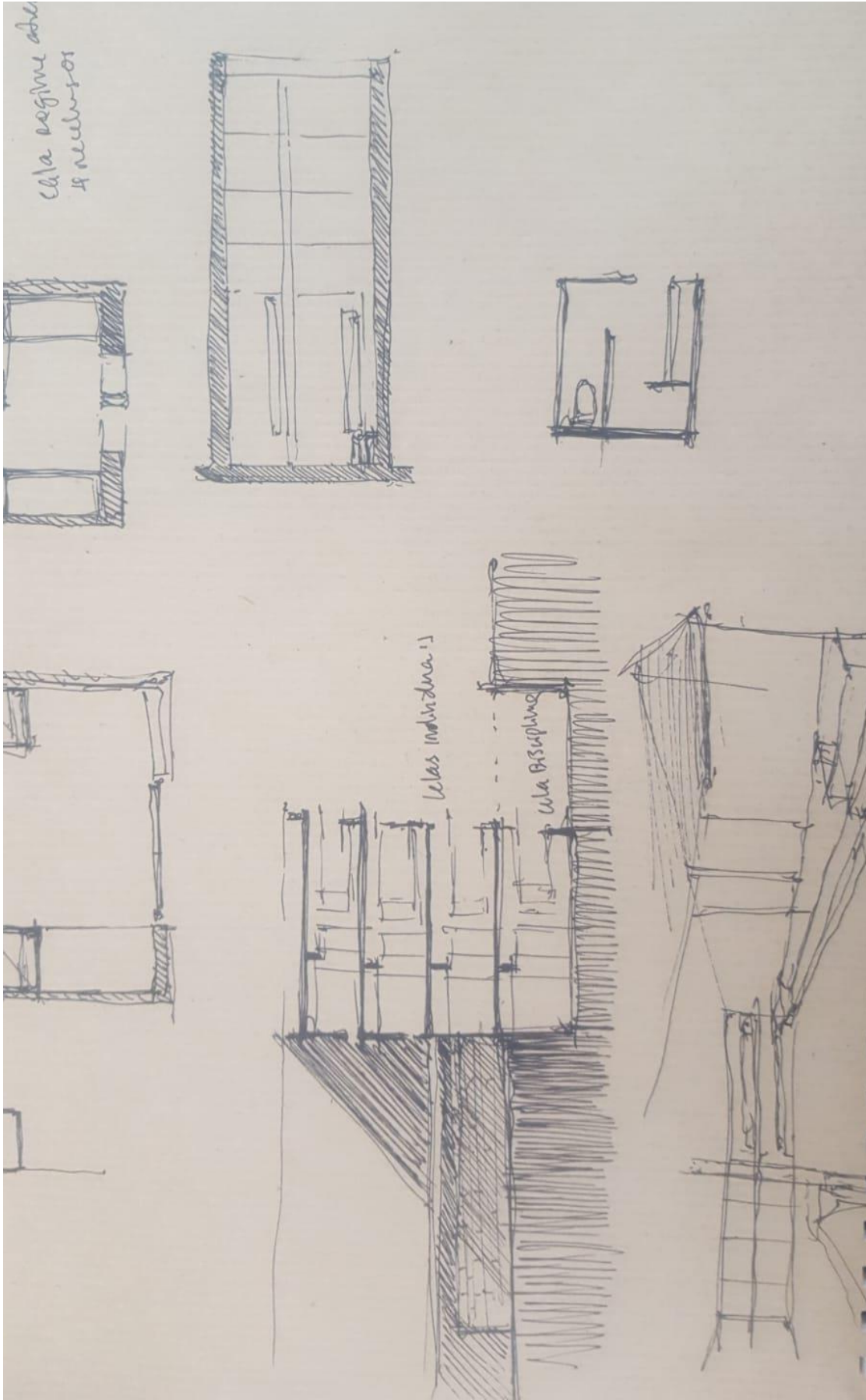


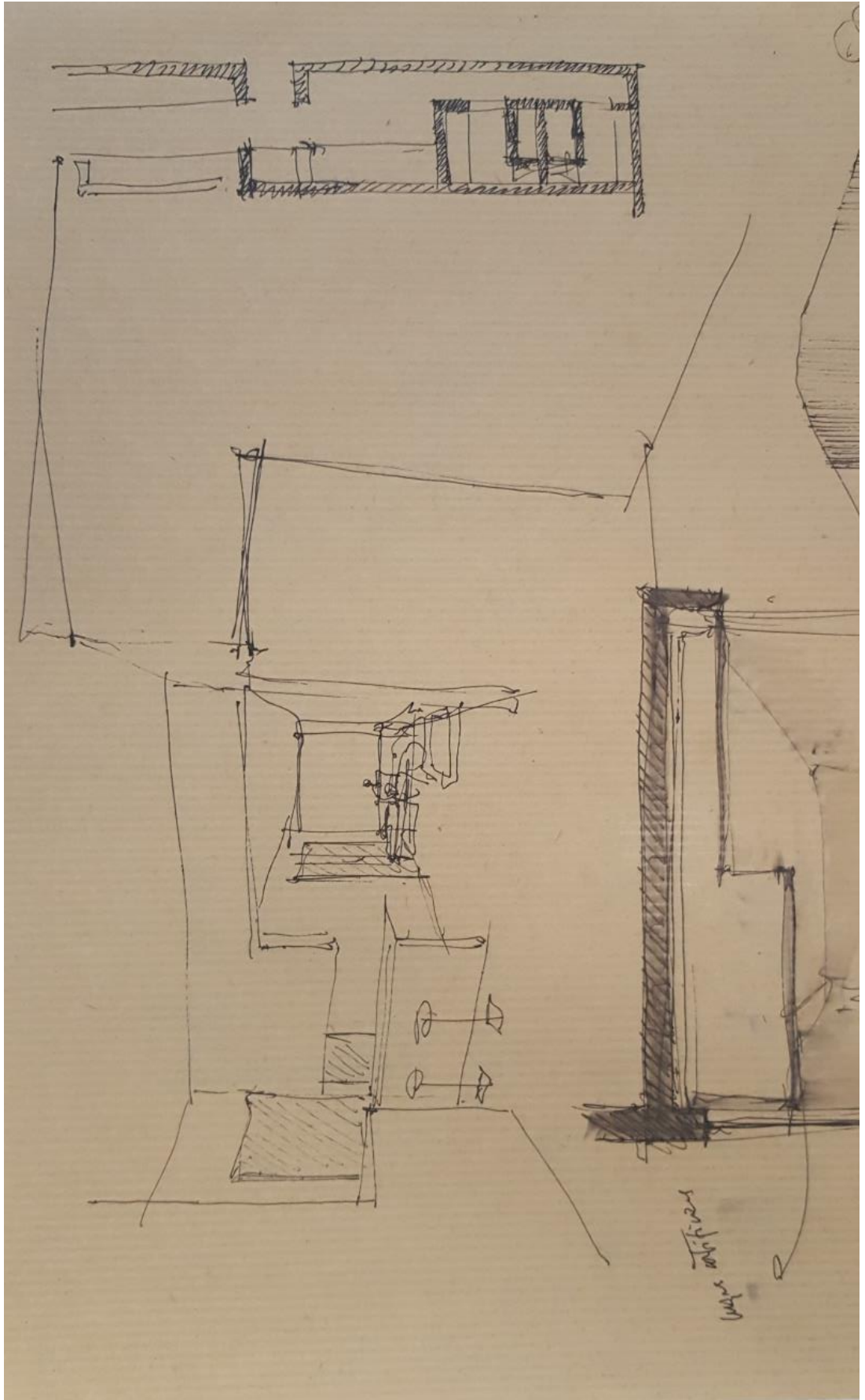


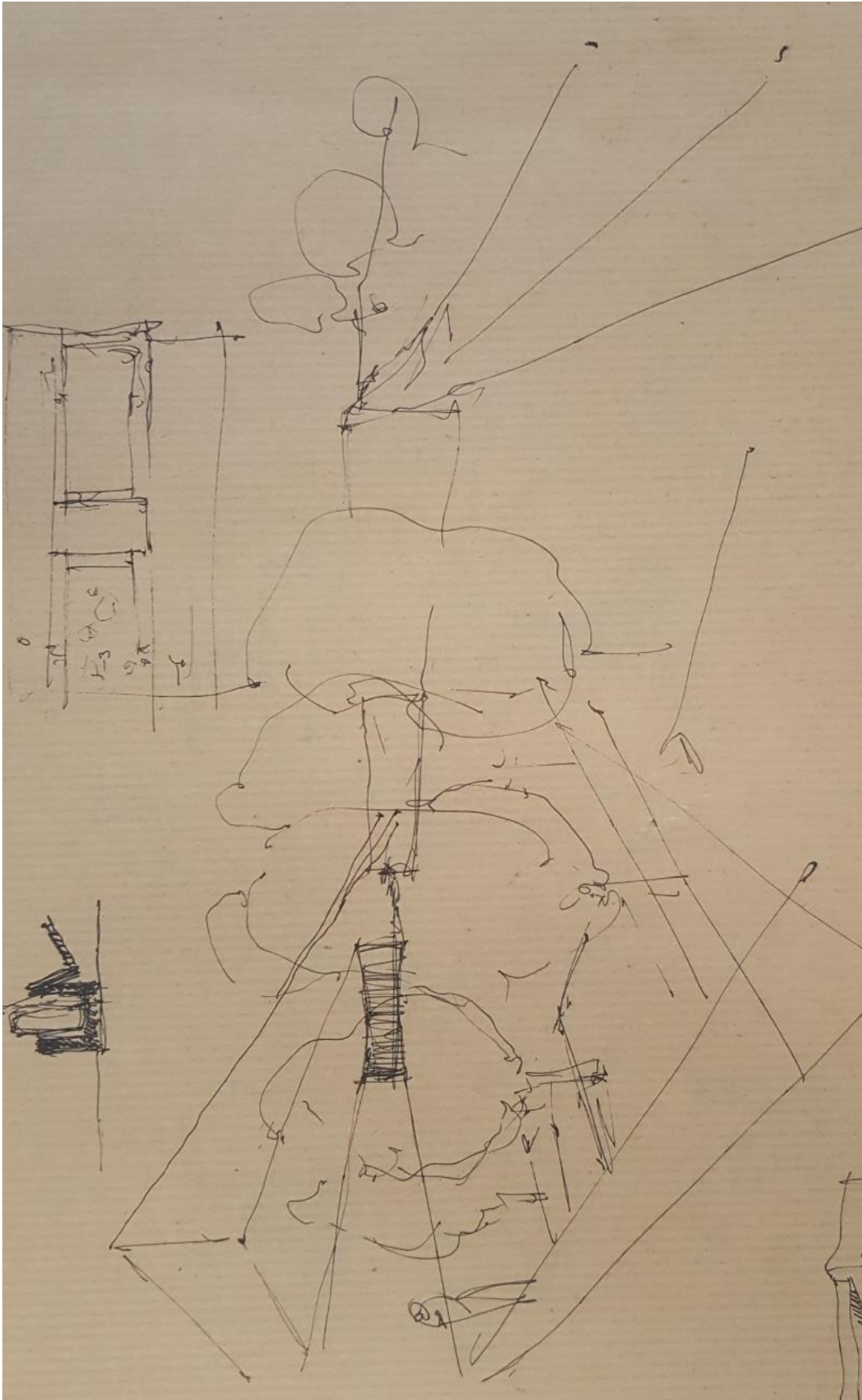


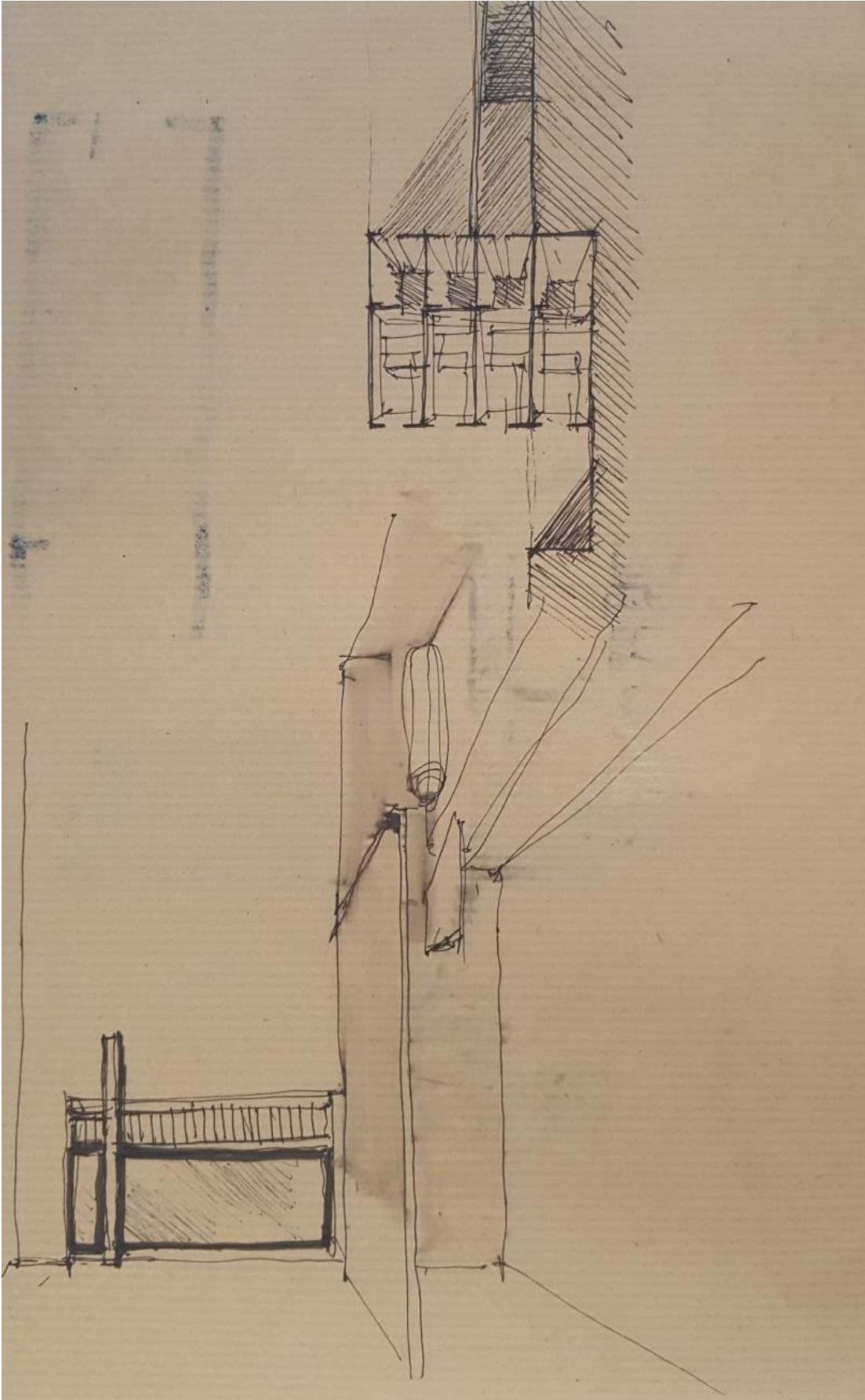


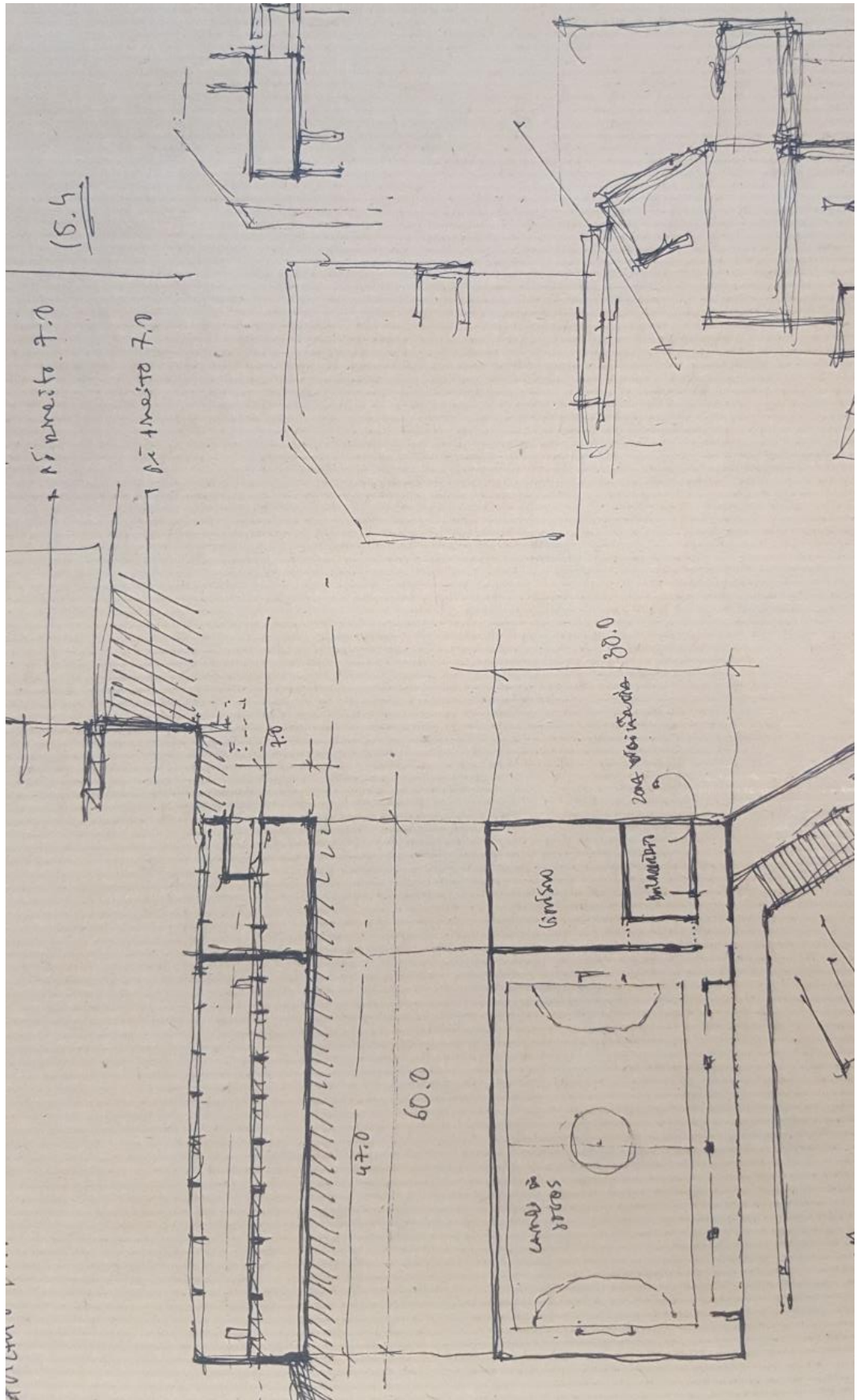


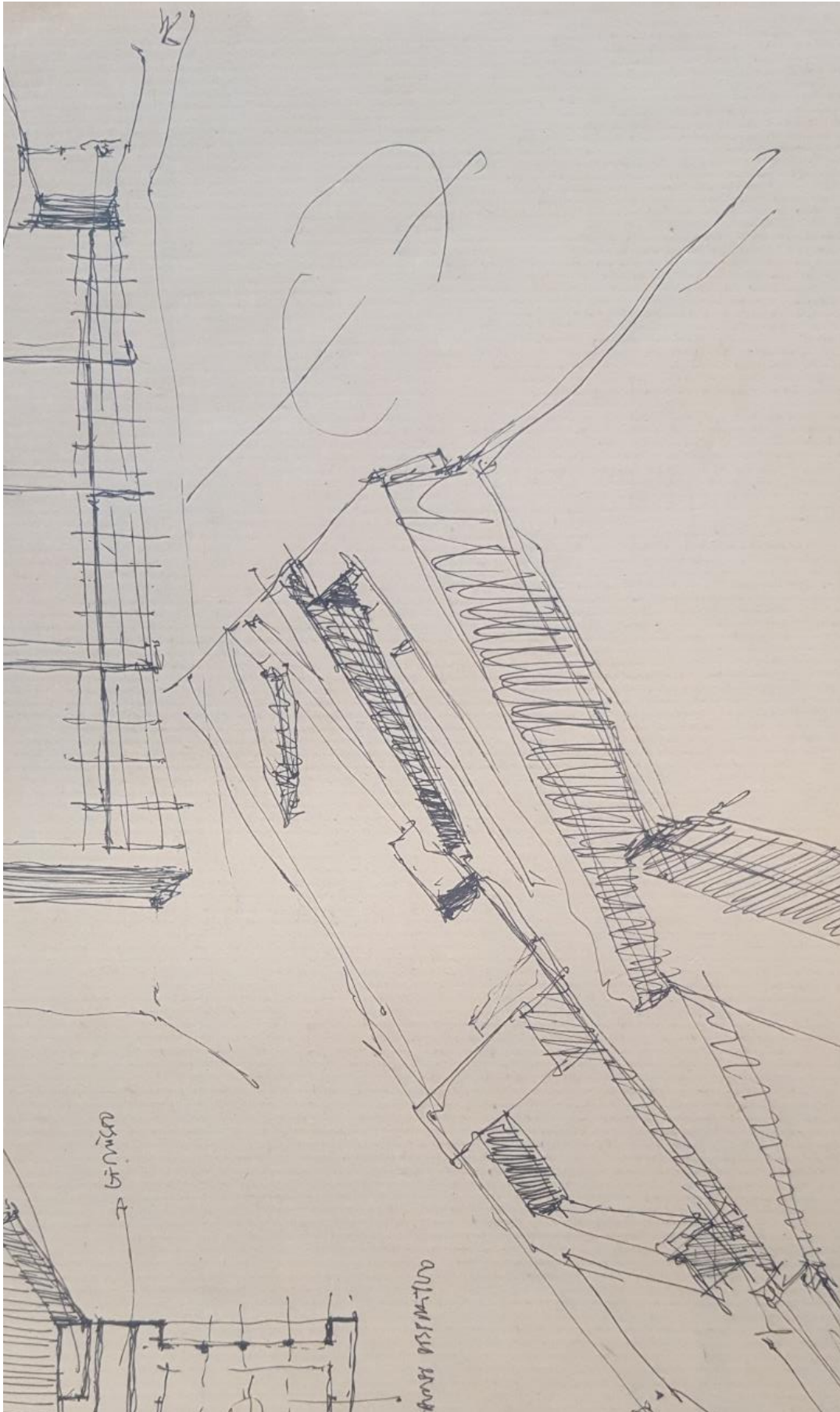


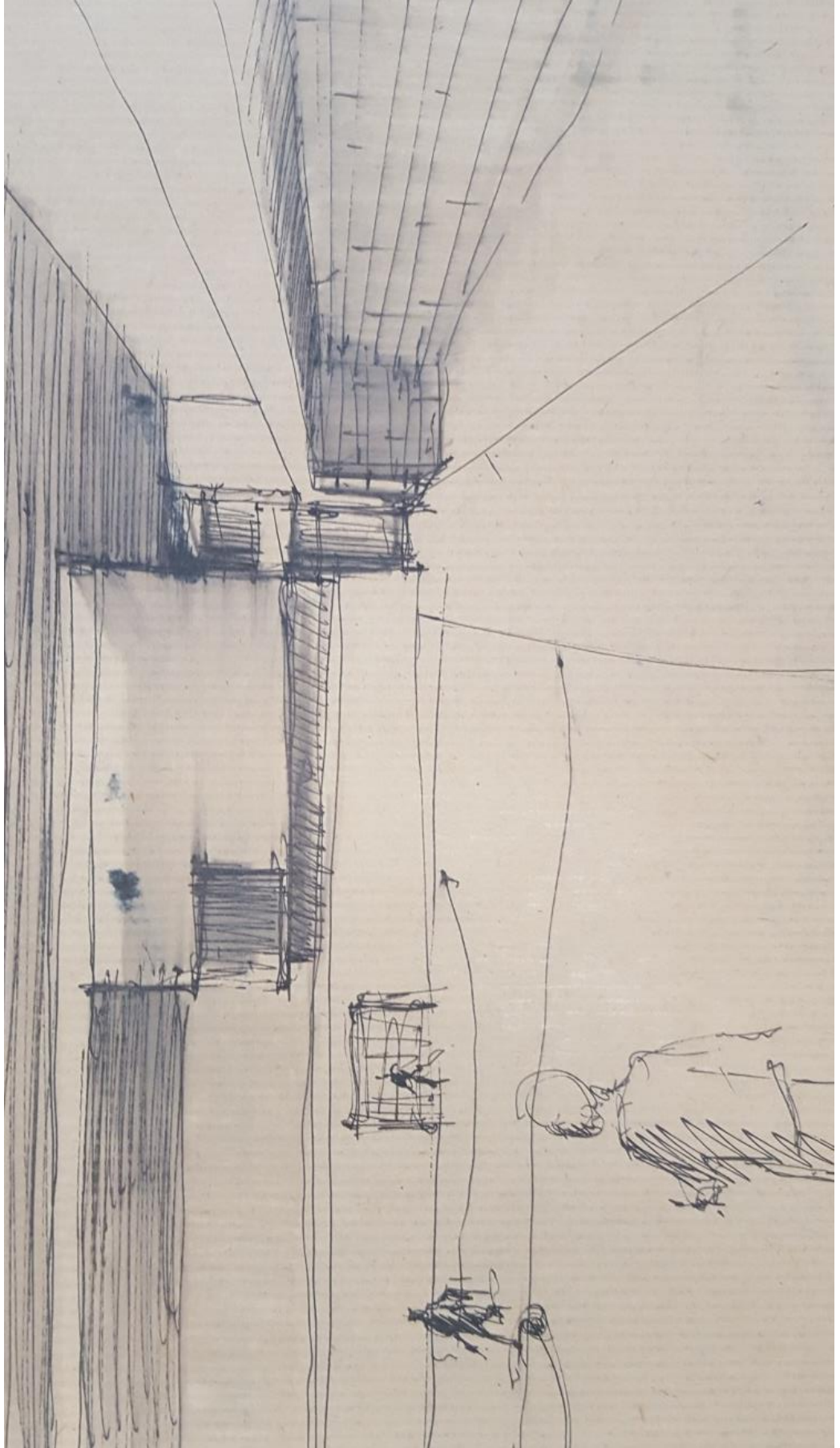


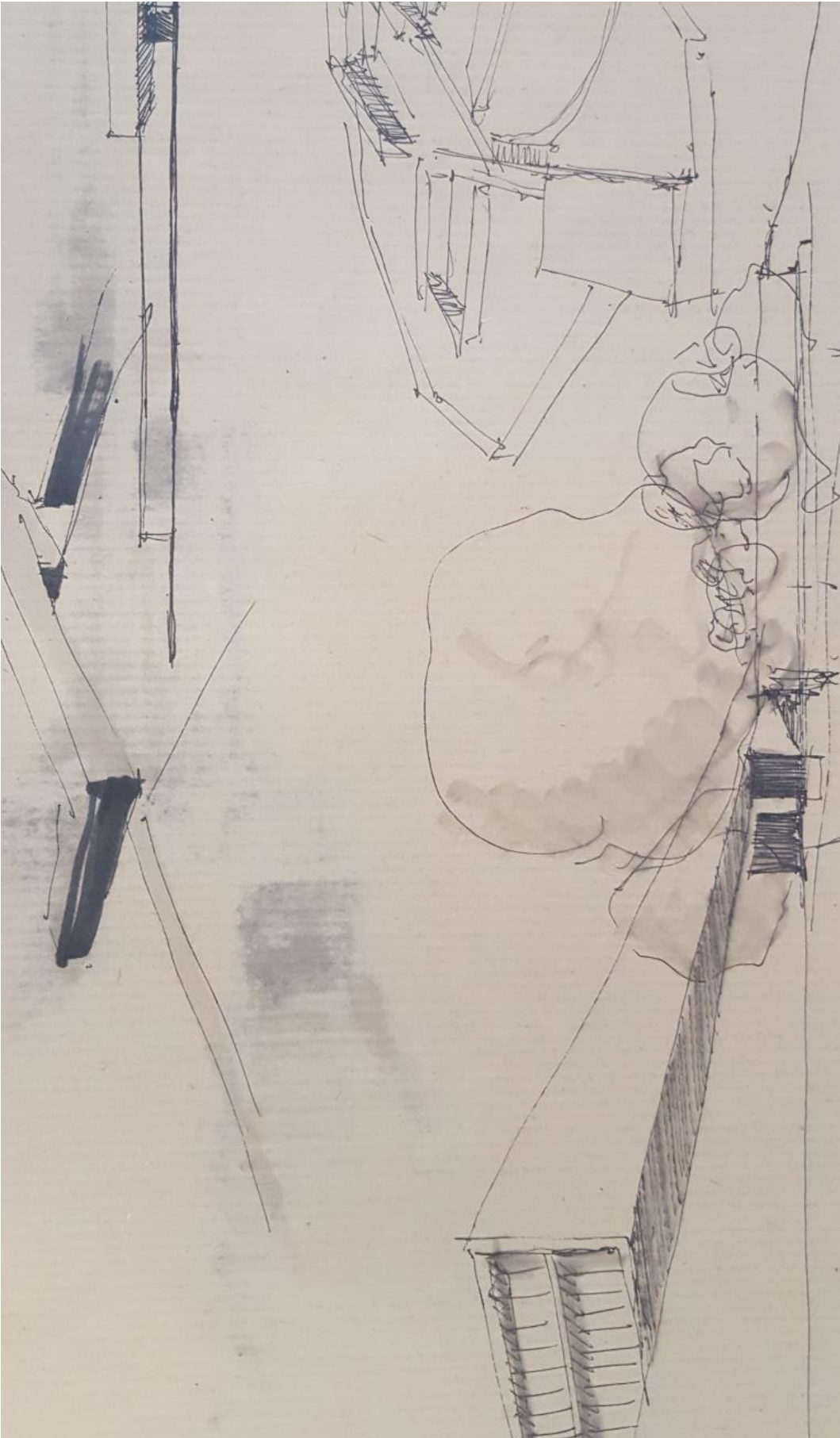


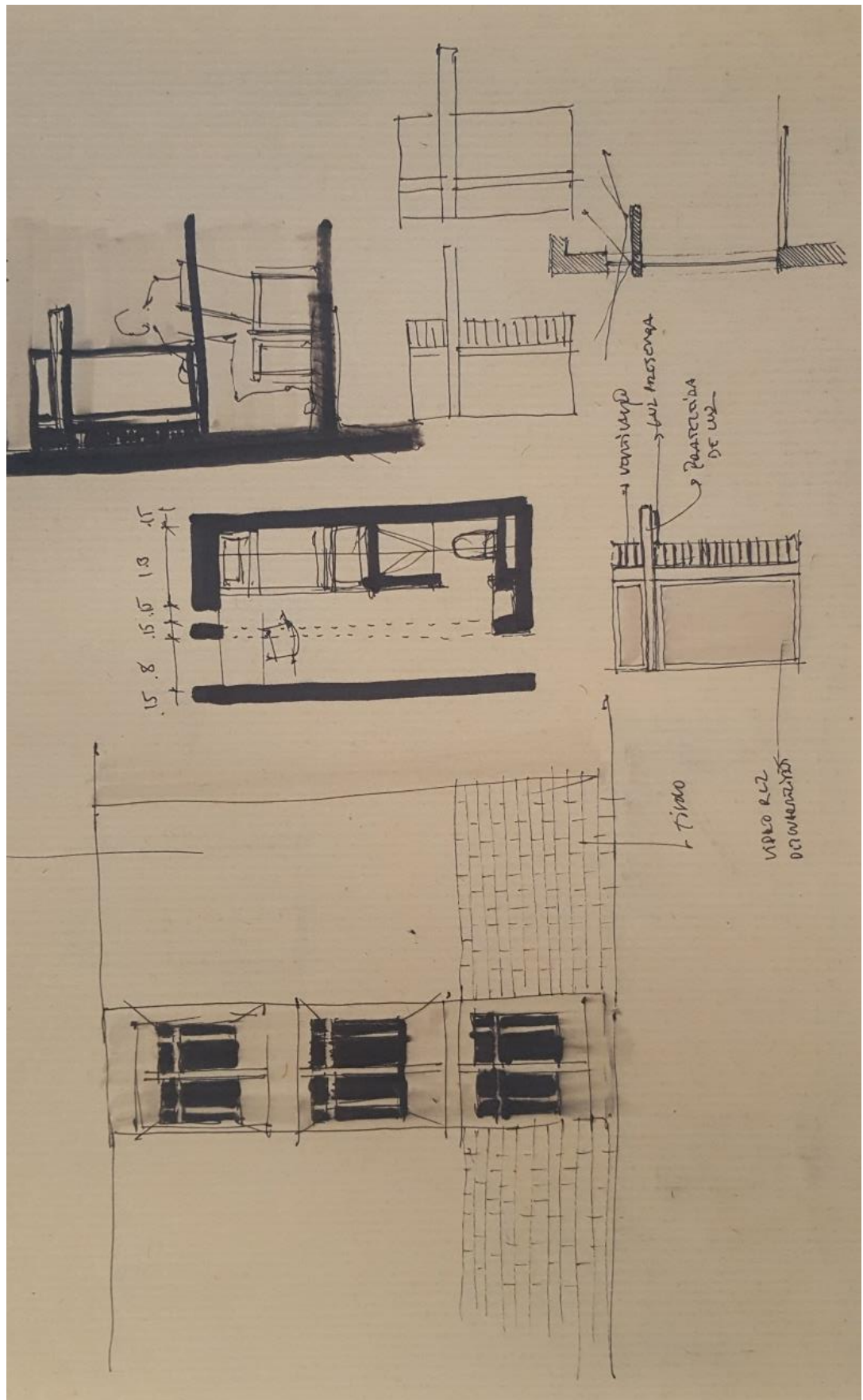


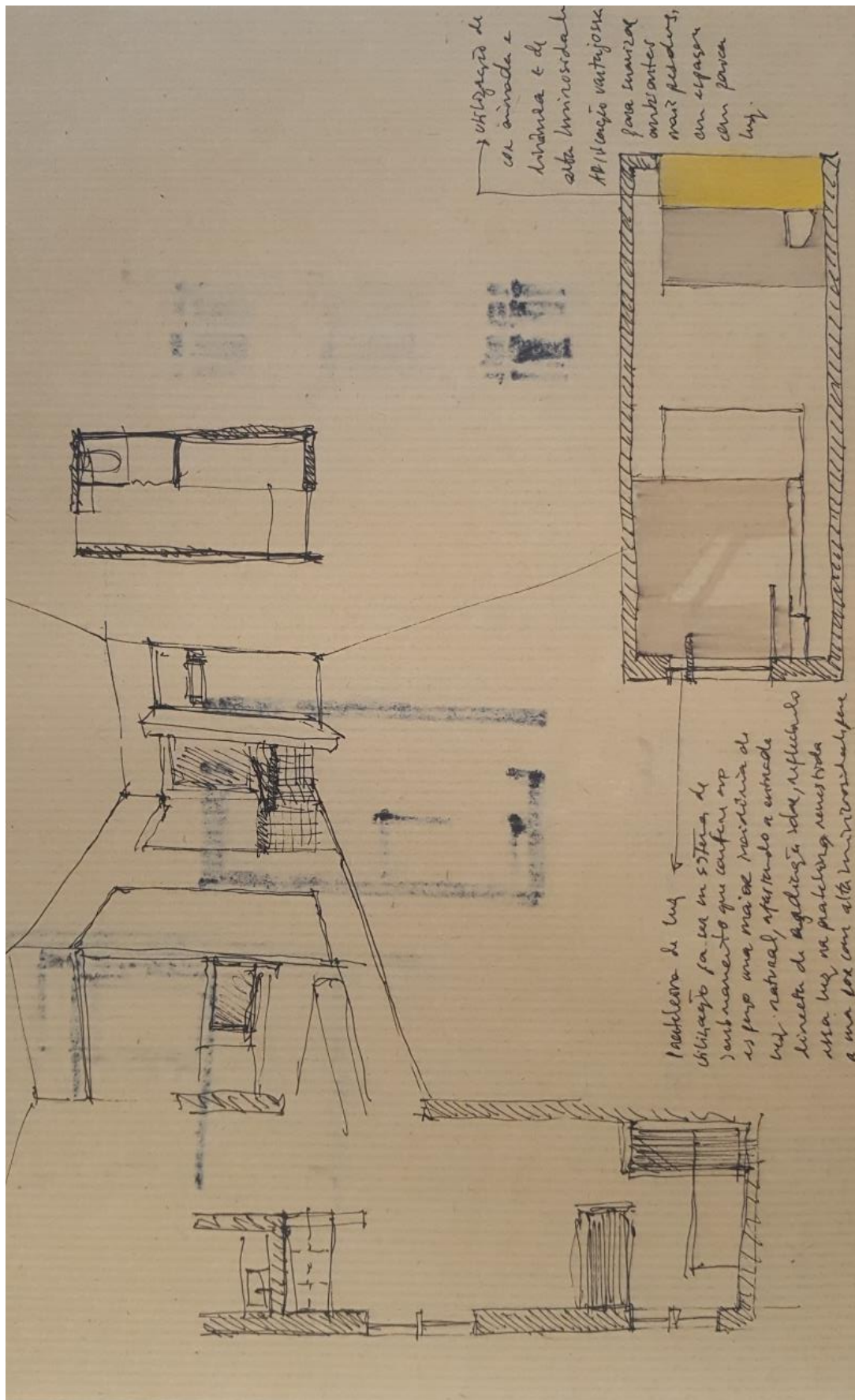


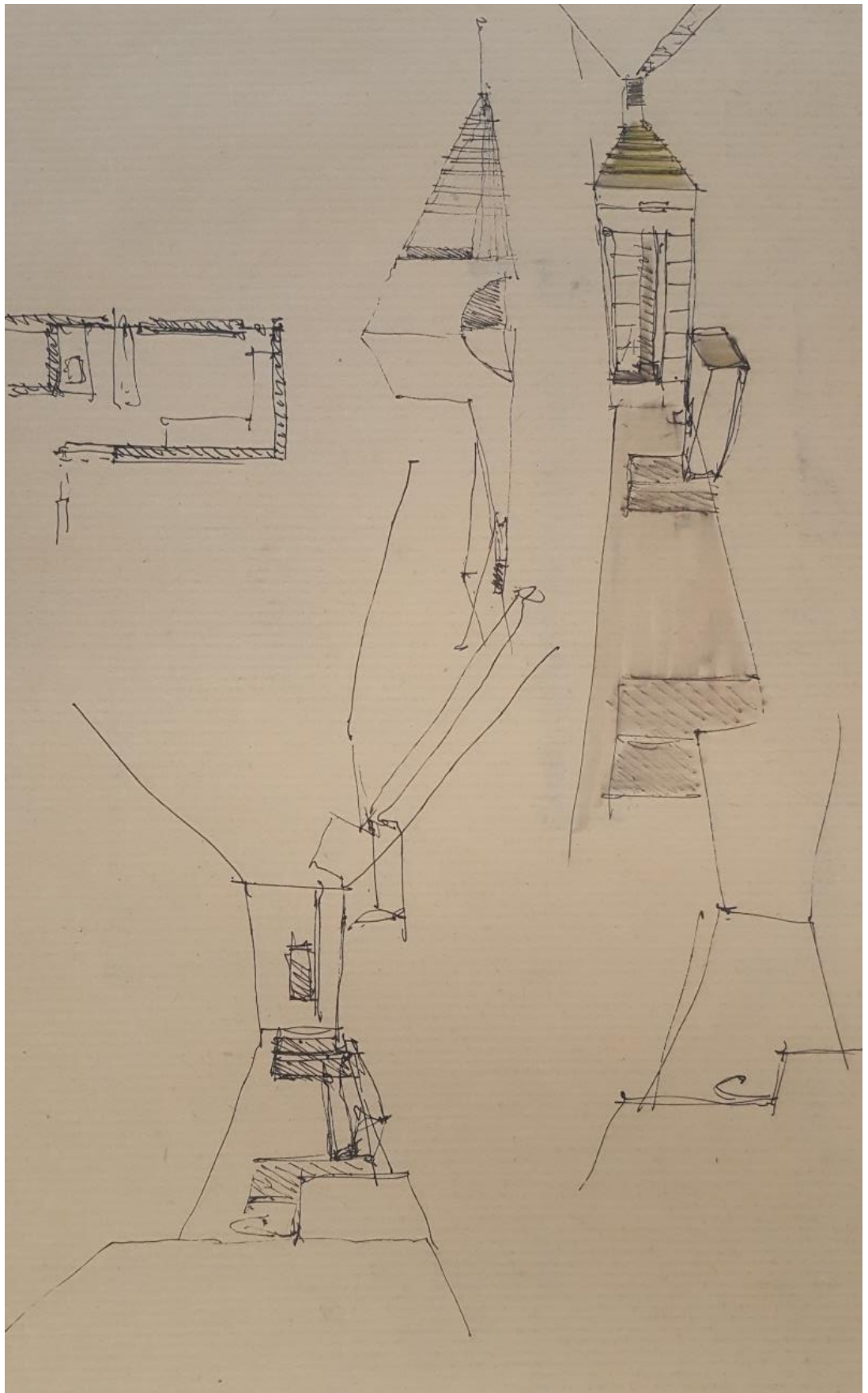


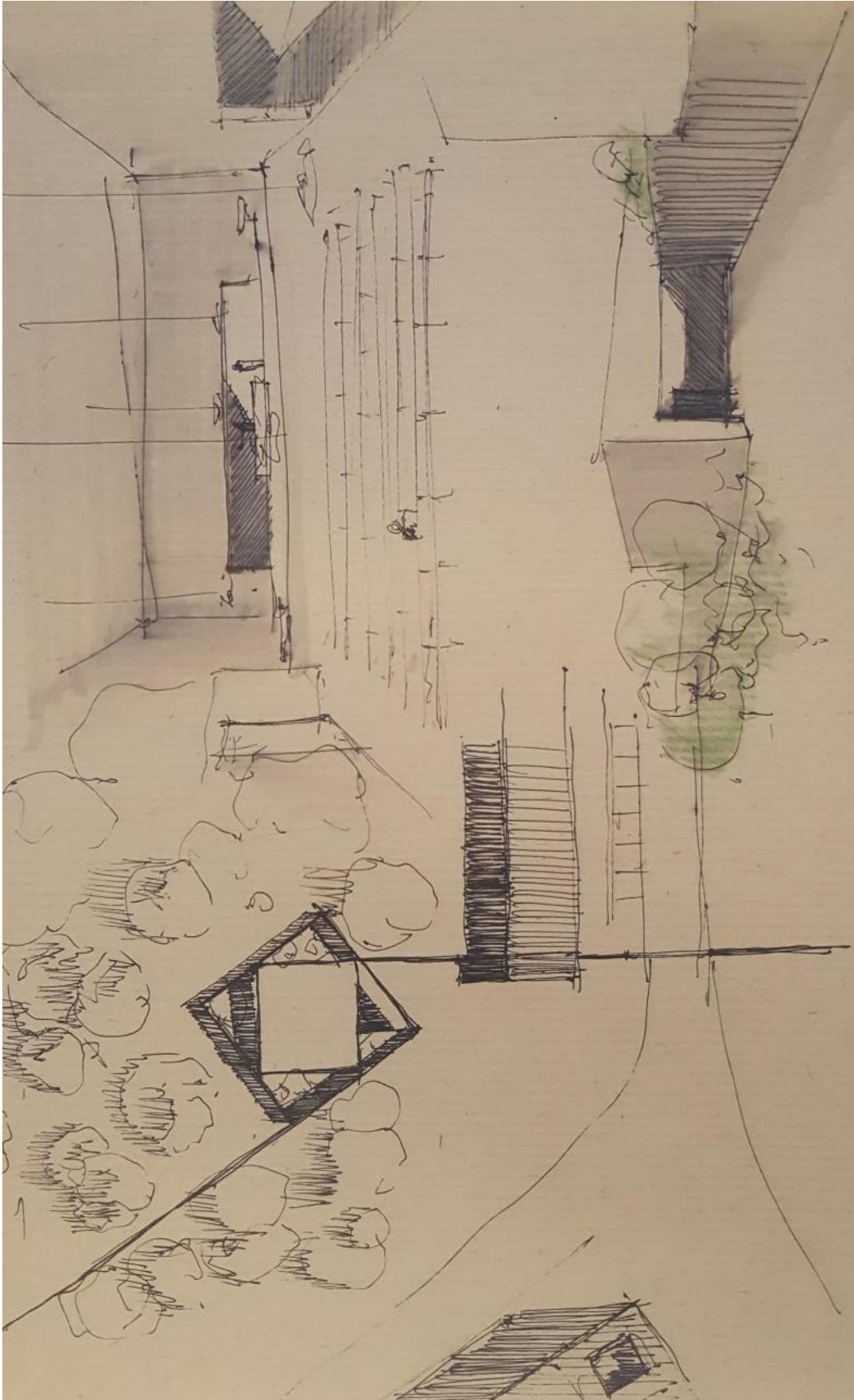


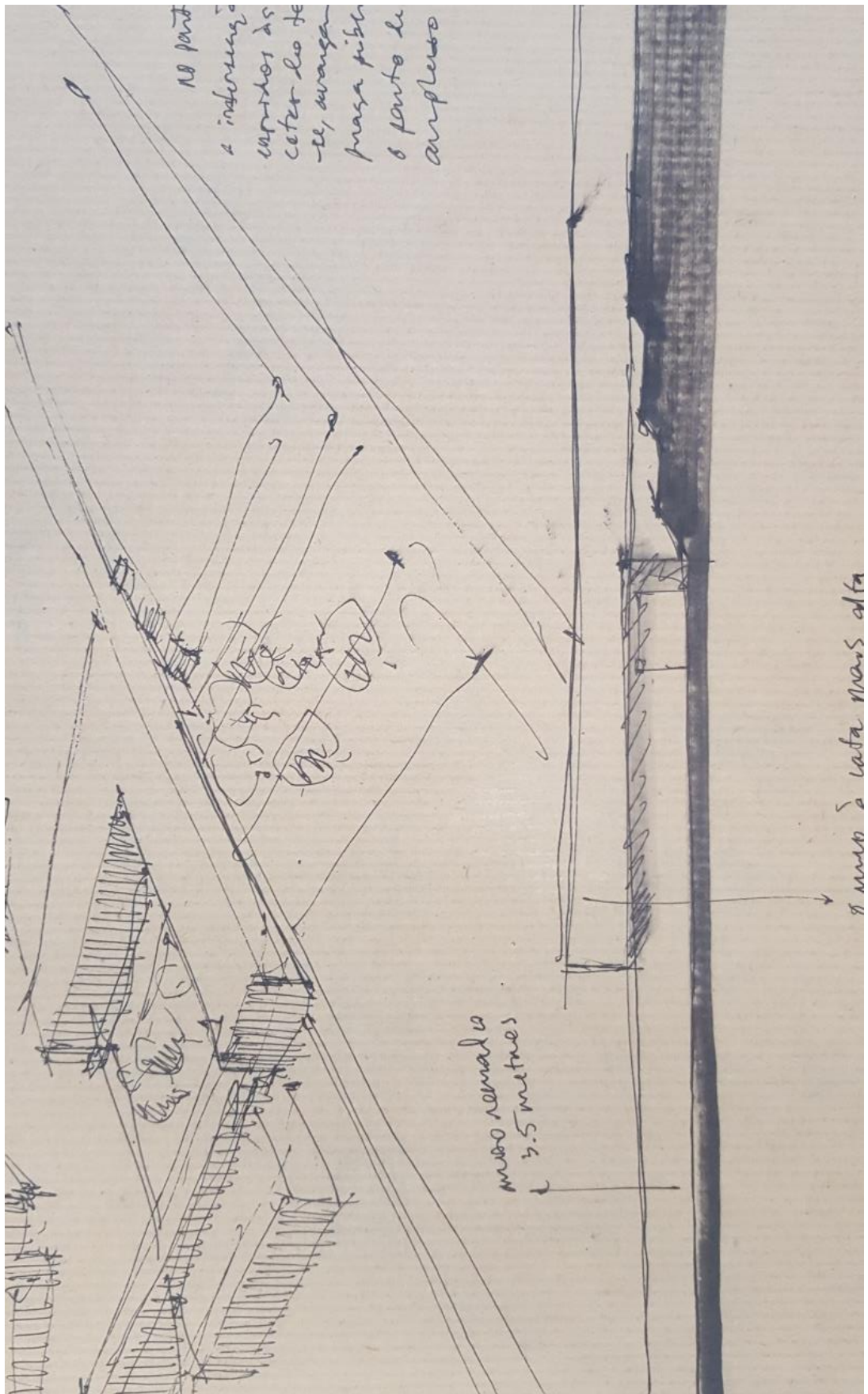


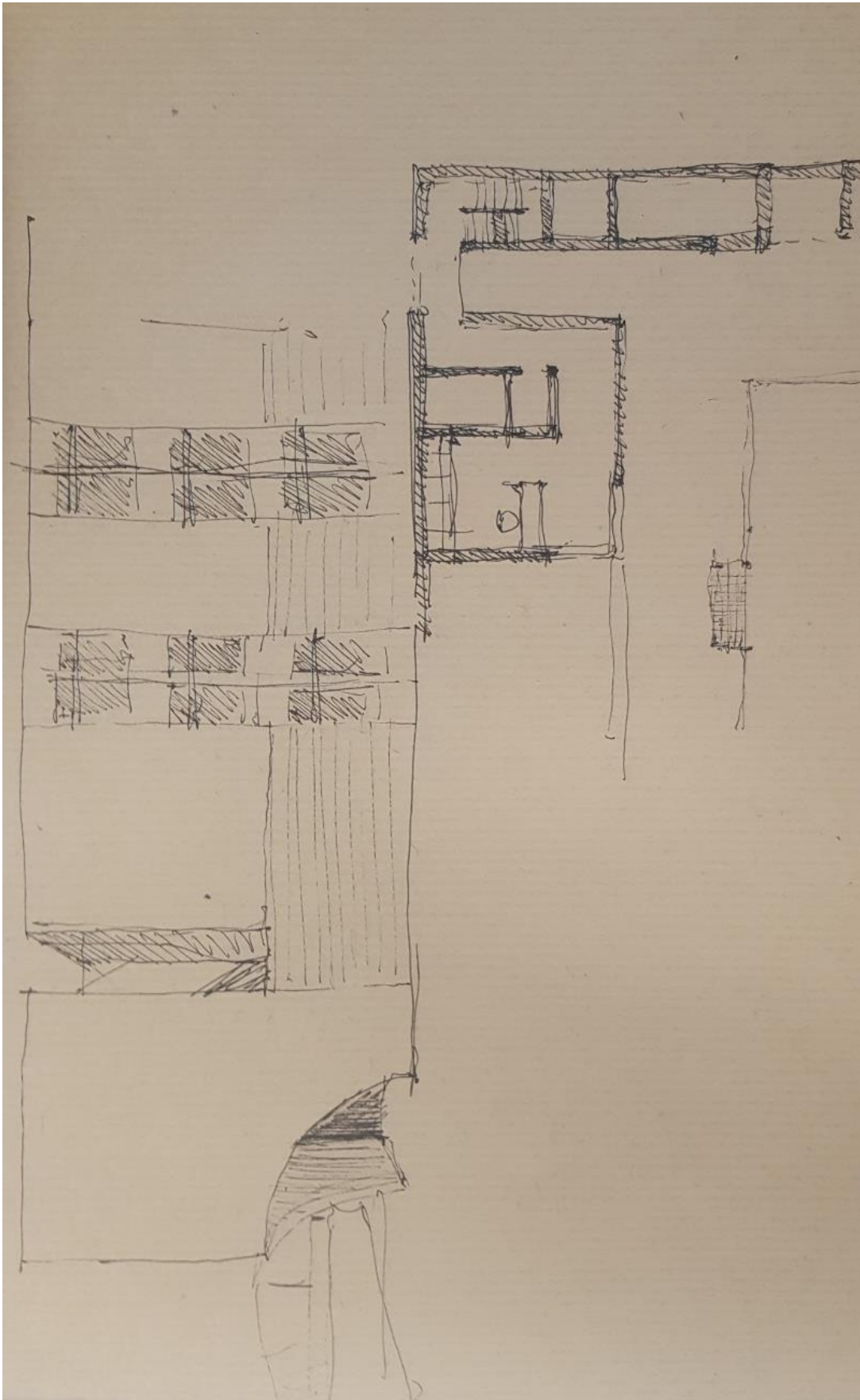










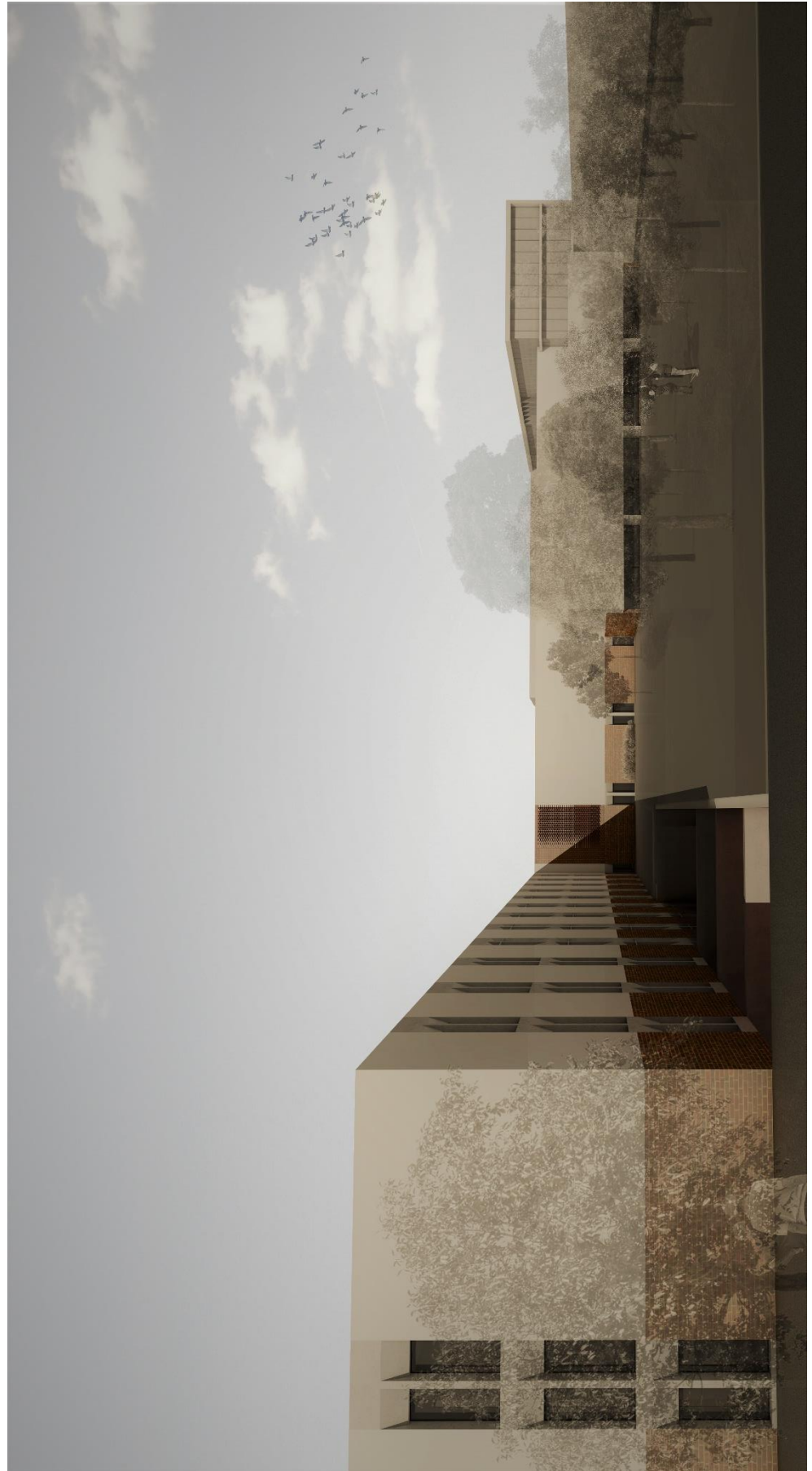




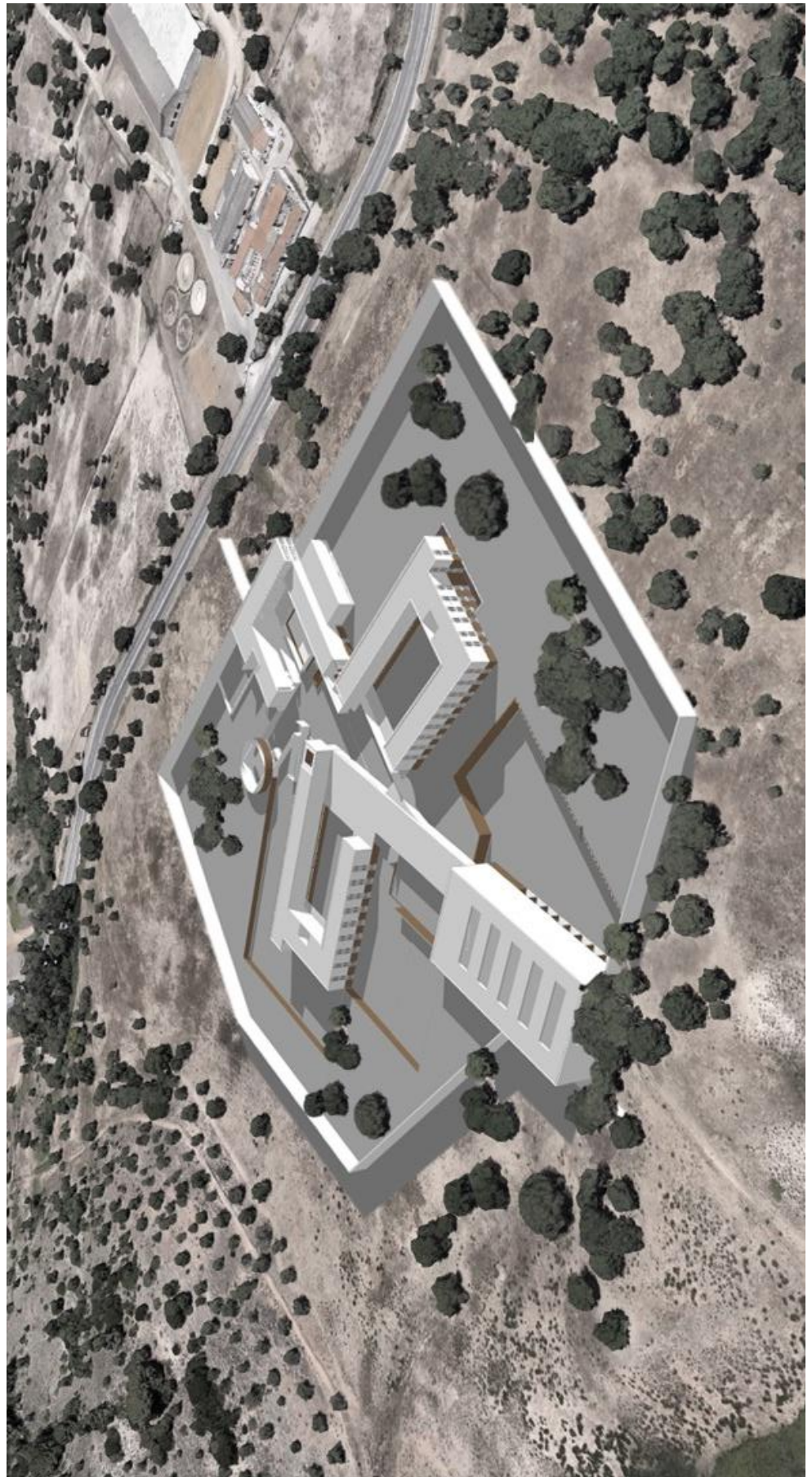
VISUALIZAÇÃO 3D

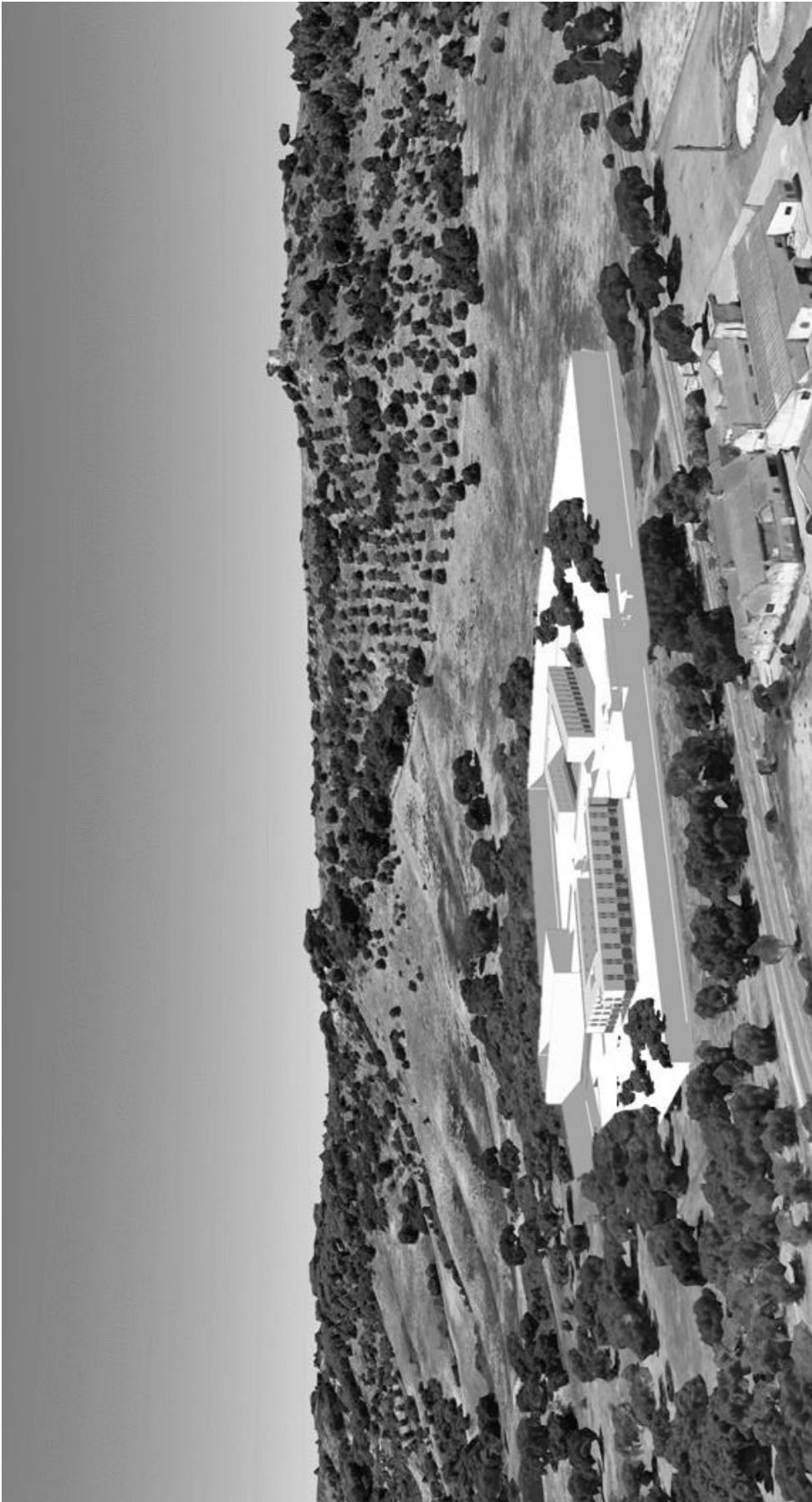


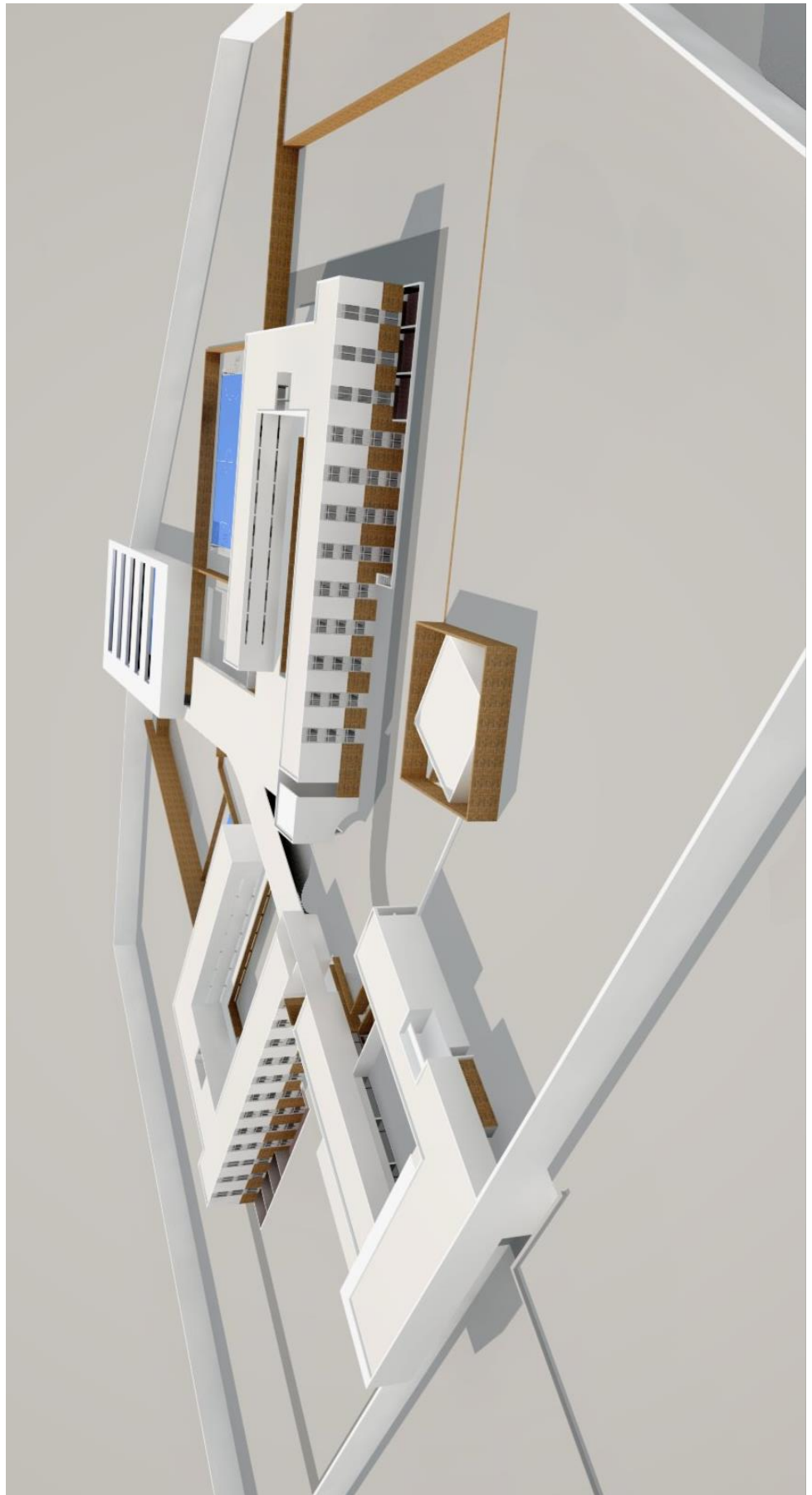




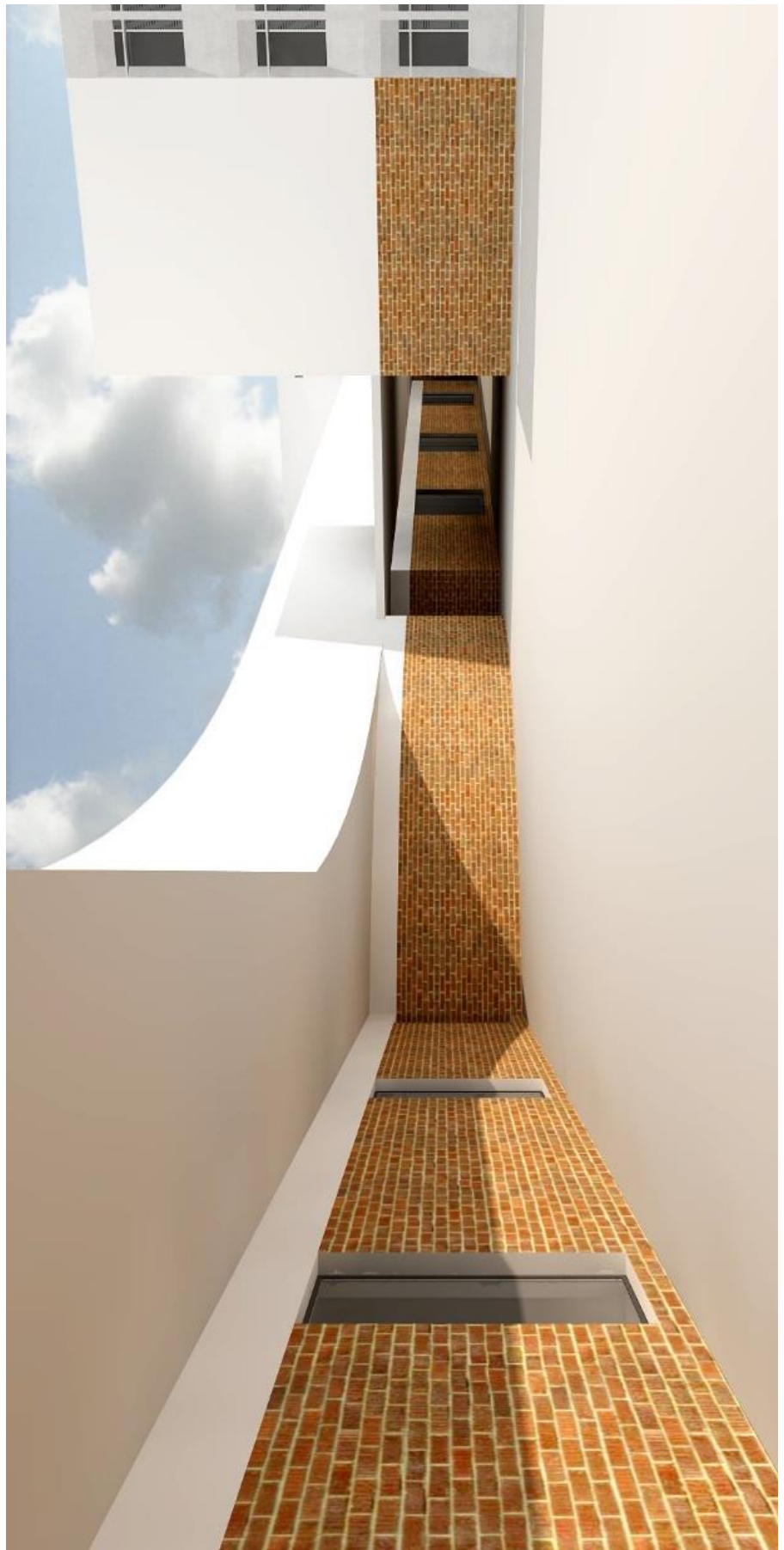


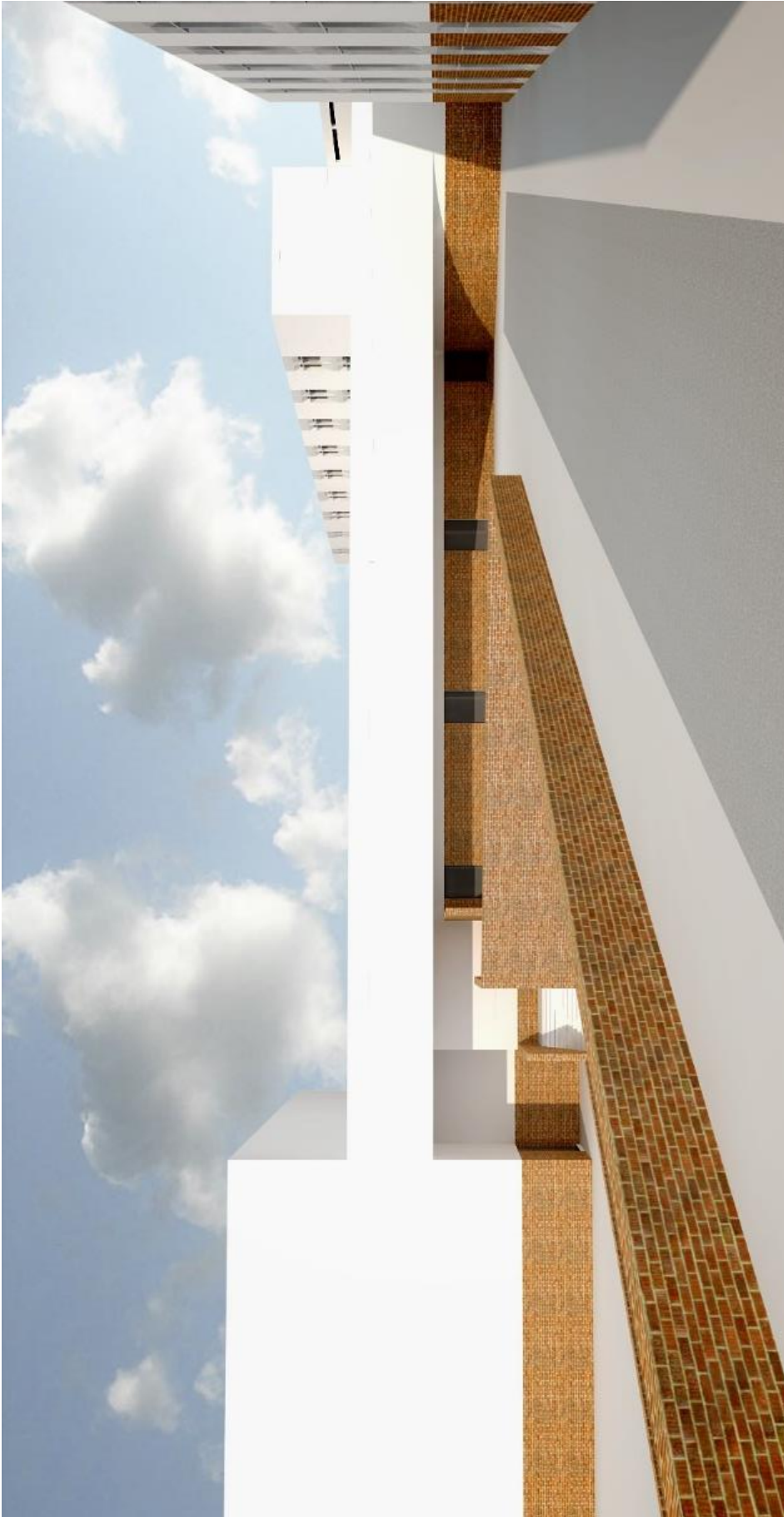






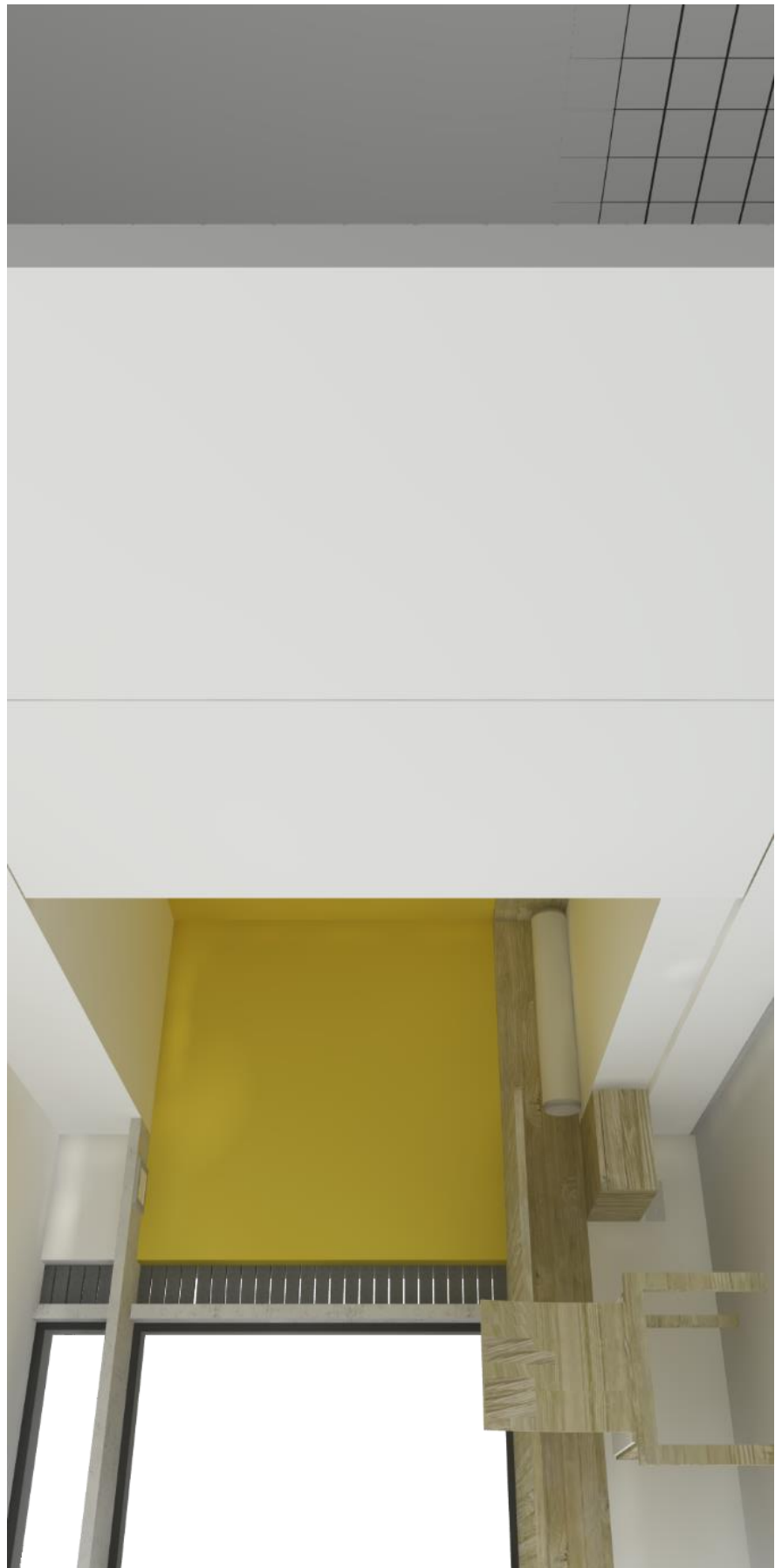






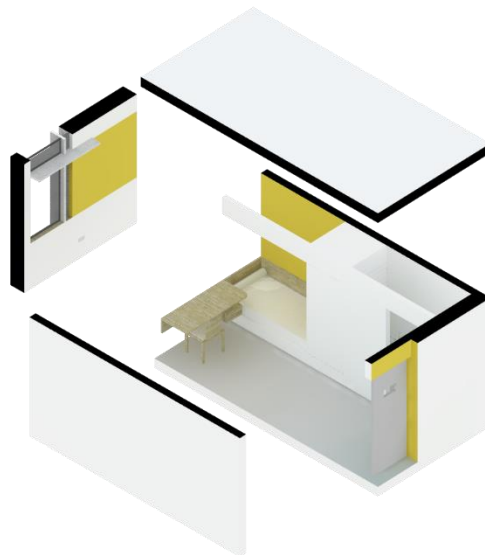
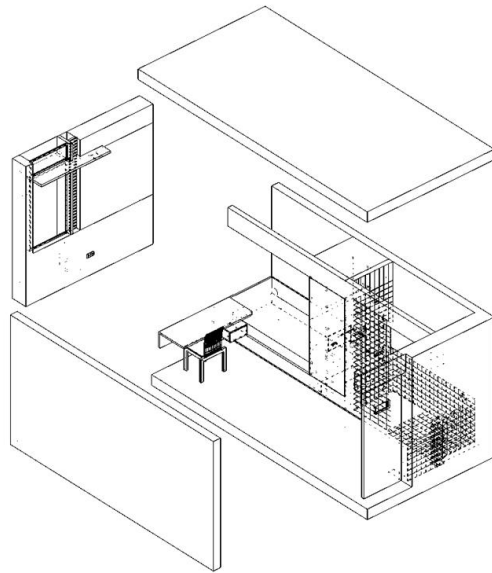






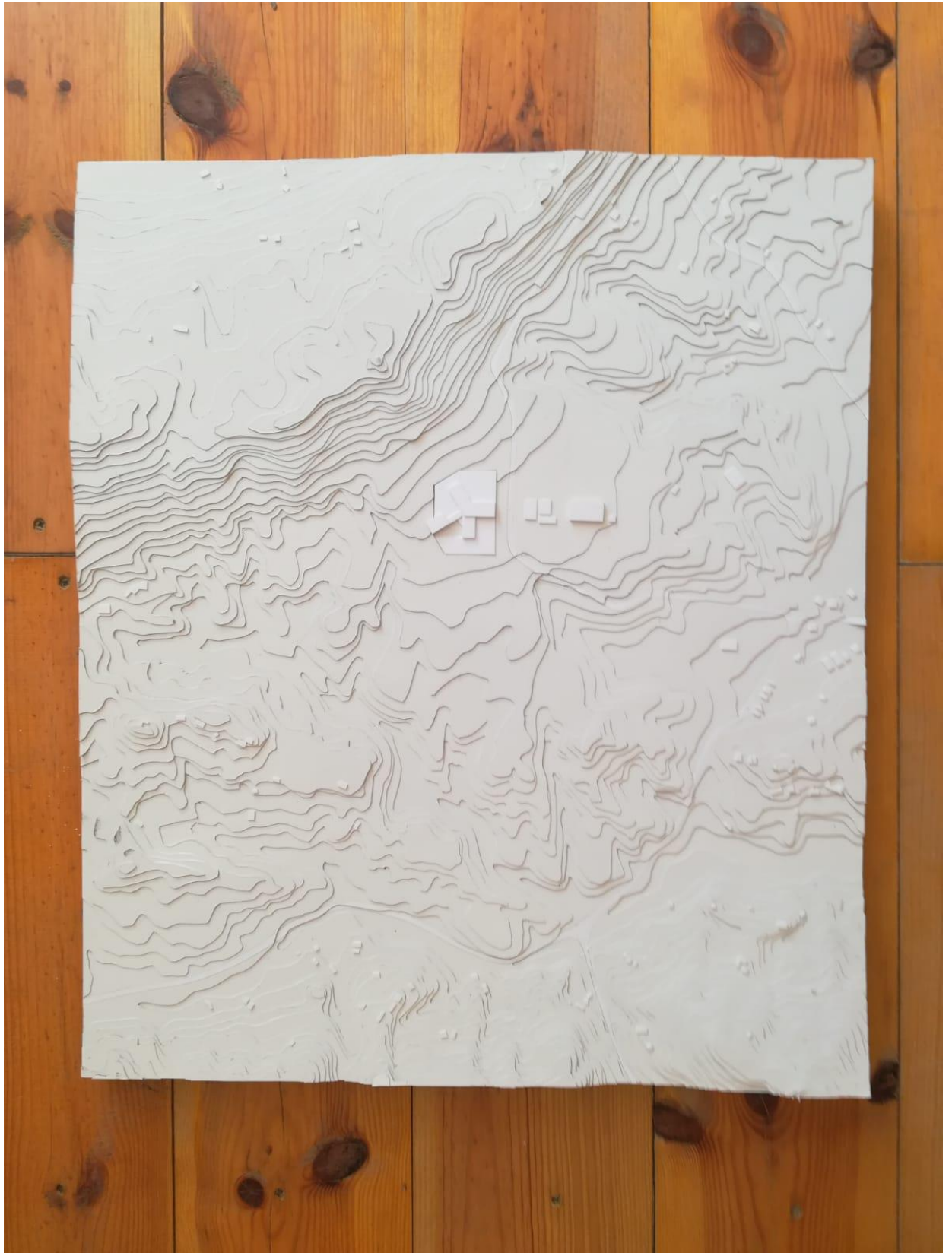


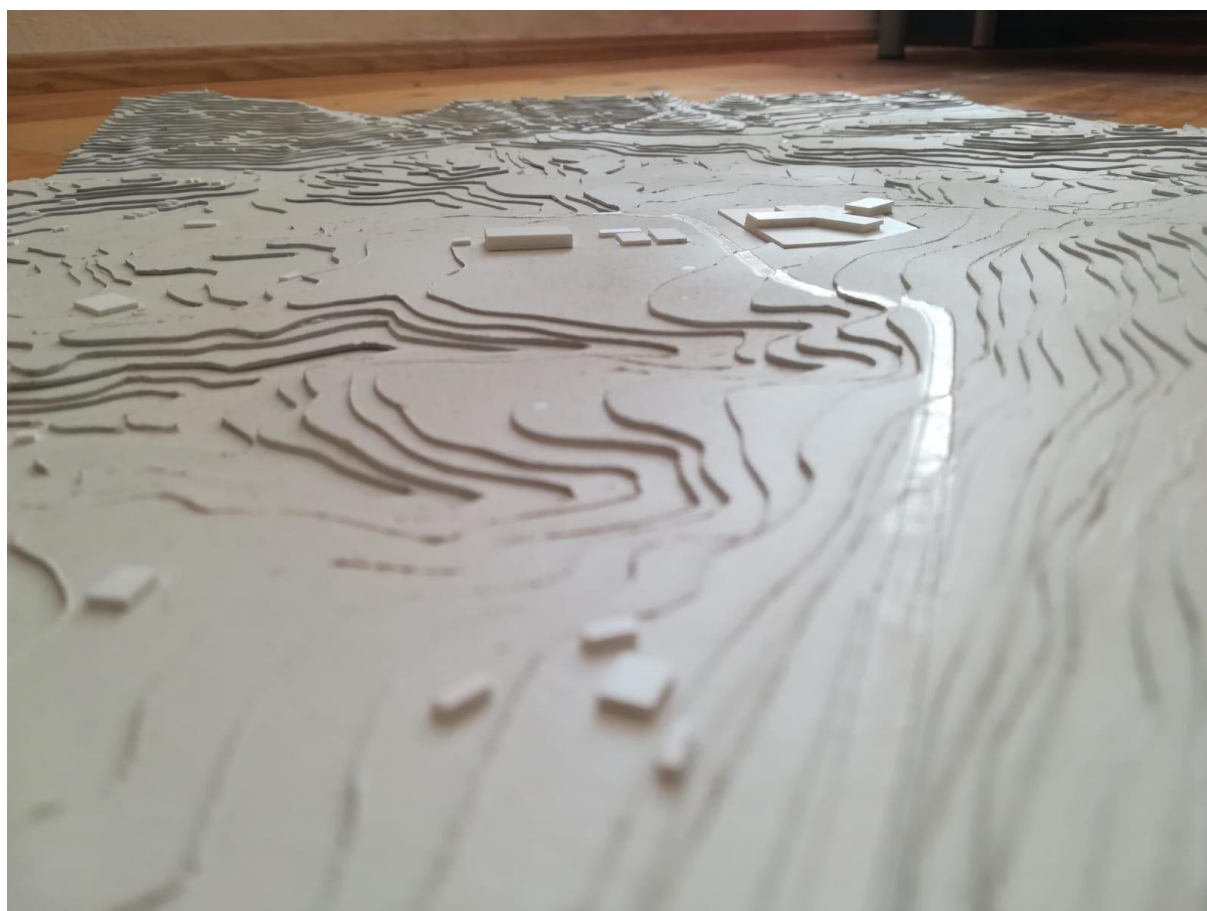


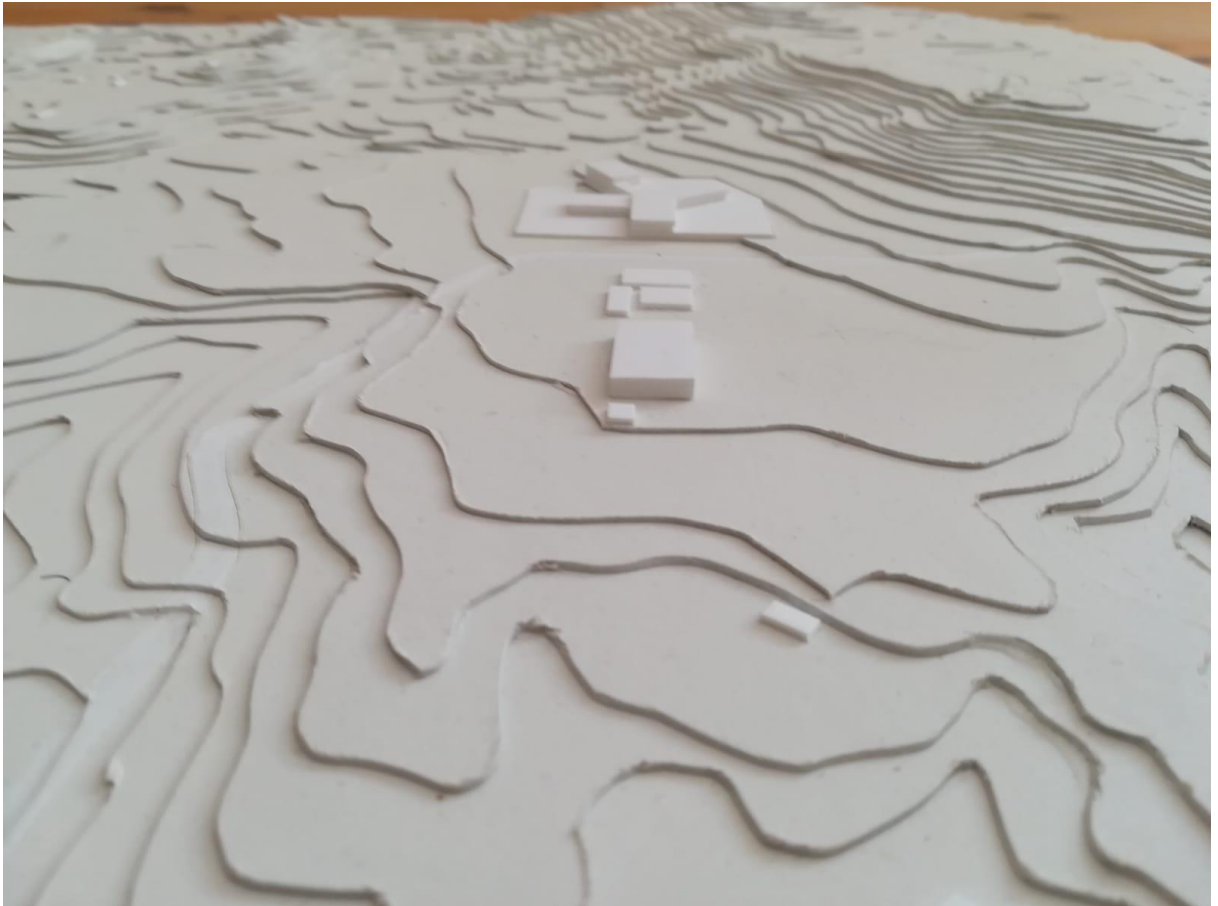
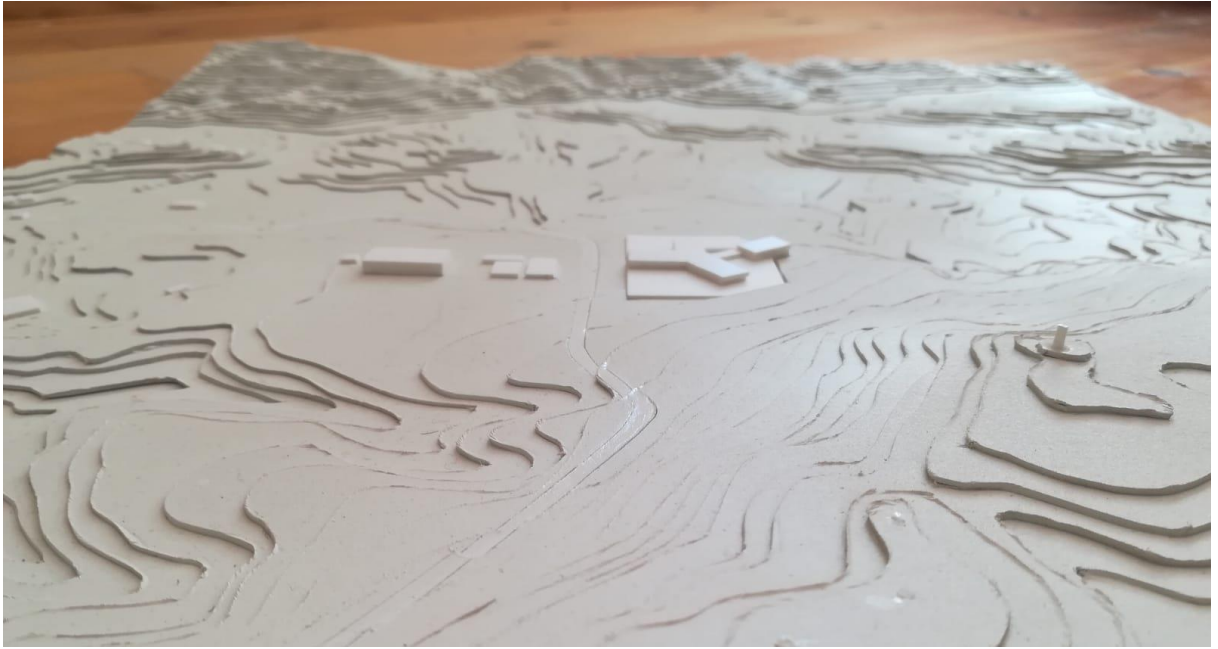


MAQUETA [1:2000]



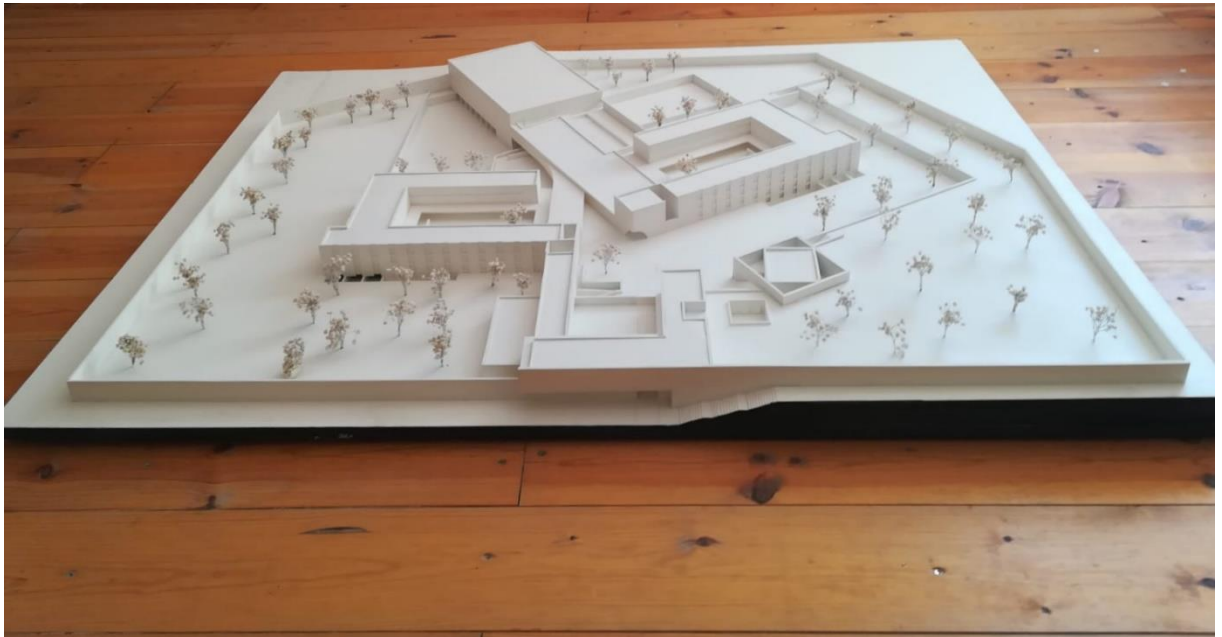






MAQUETA [1:200]







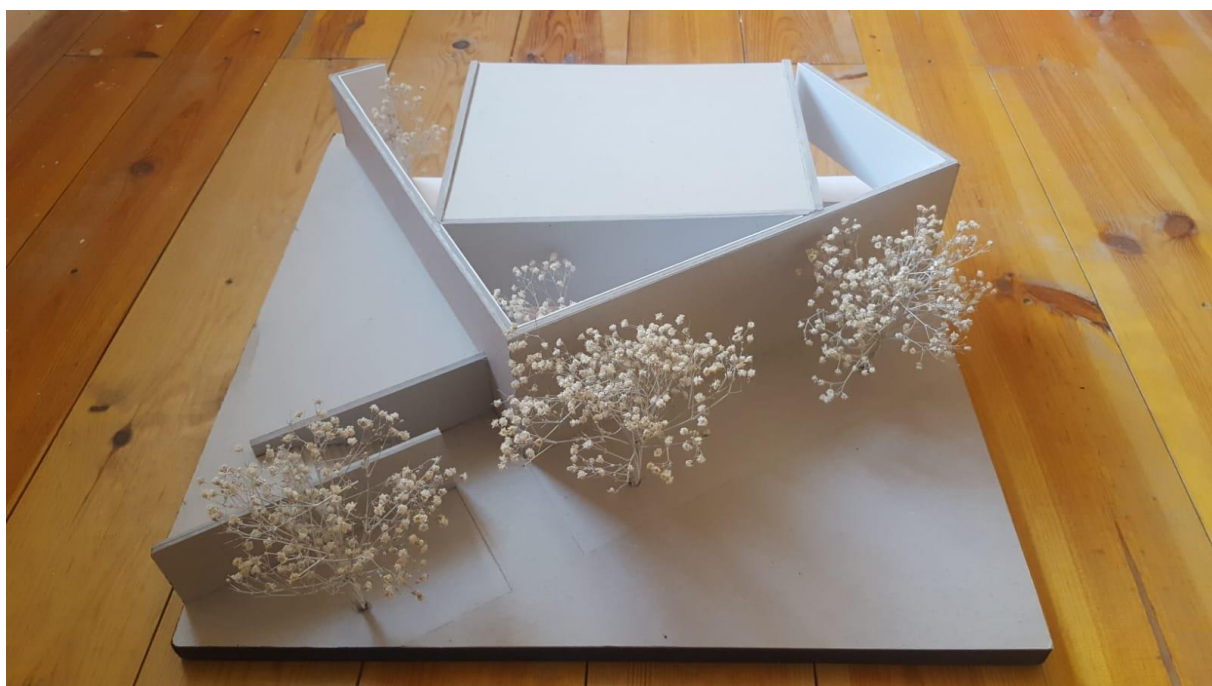


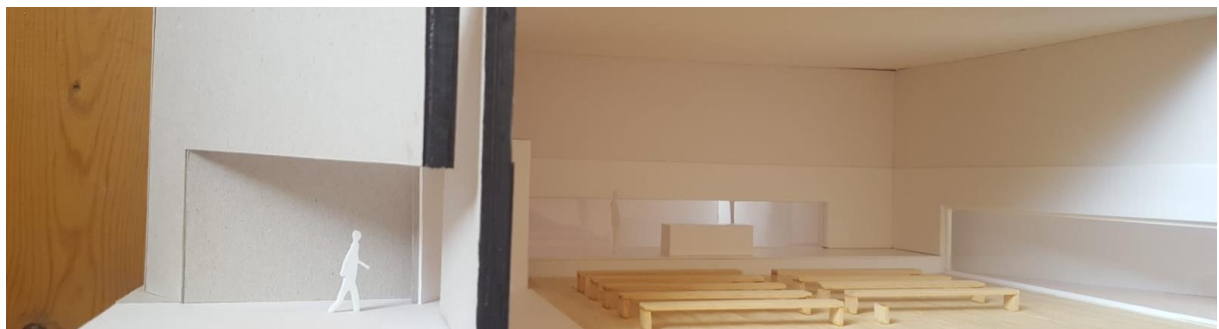
MAQUETA [1:50]





(RE)PENSAR A ARQUITECTURA NO ESPAÇO PRISIONAL
PROJECTO PARA UM NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM SETÚBAL





MAQUETAS [1:20]





(RE)PENSAR A ARQUITECTURA NO ESPAÇO PRISIONAL
PROJECTO PARA UM NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM SETÚBAL





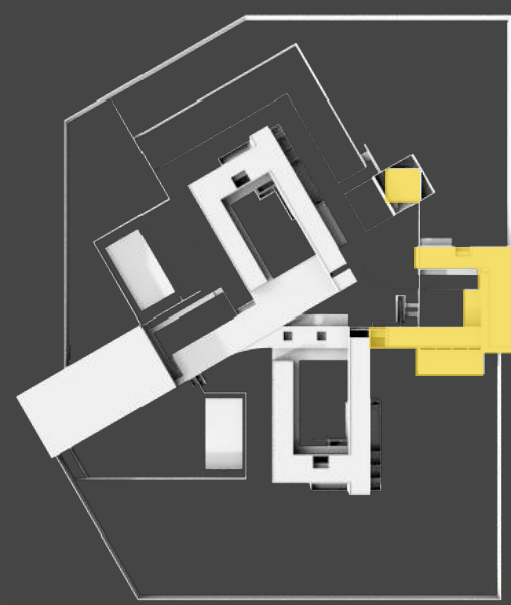
(RE)PENSAR A ARQUITECTURA NO ESPAÇO PRISIONAL
PROJECTO PARA UM NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM SETÚBAL



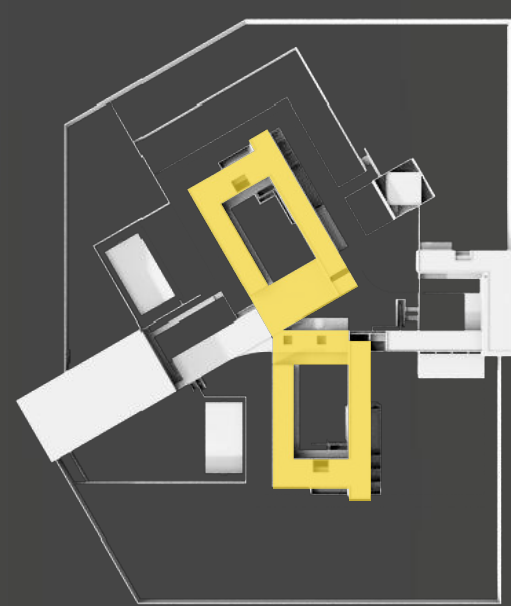
PEÇAS DESENHADAS



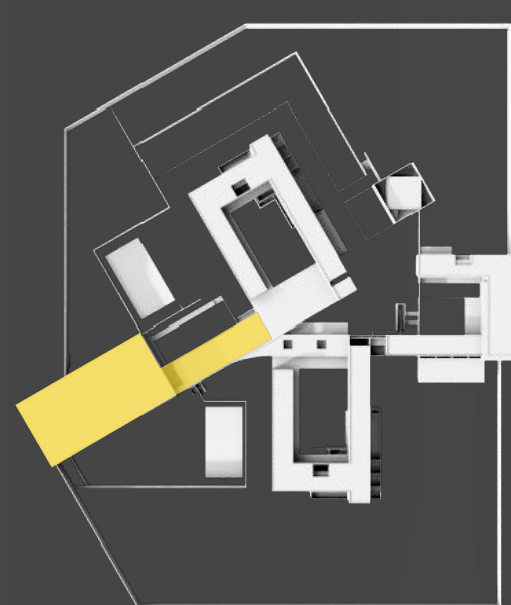
LIMITE INTERIOR/EXTERIOR



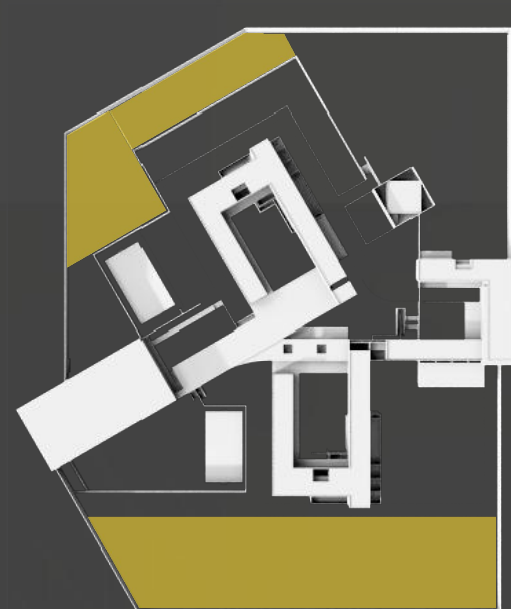
BLOCO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS



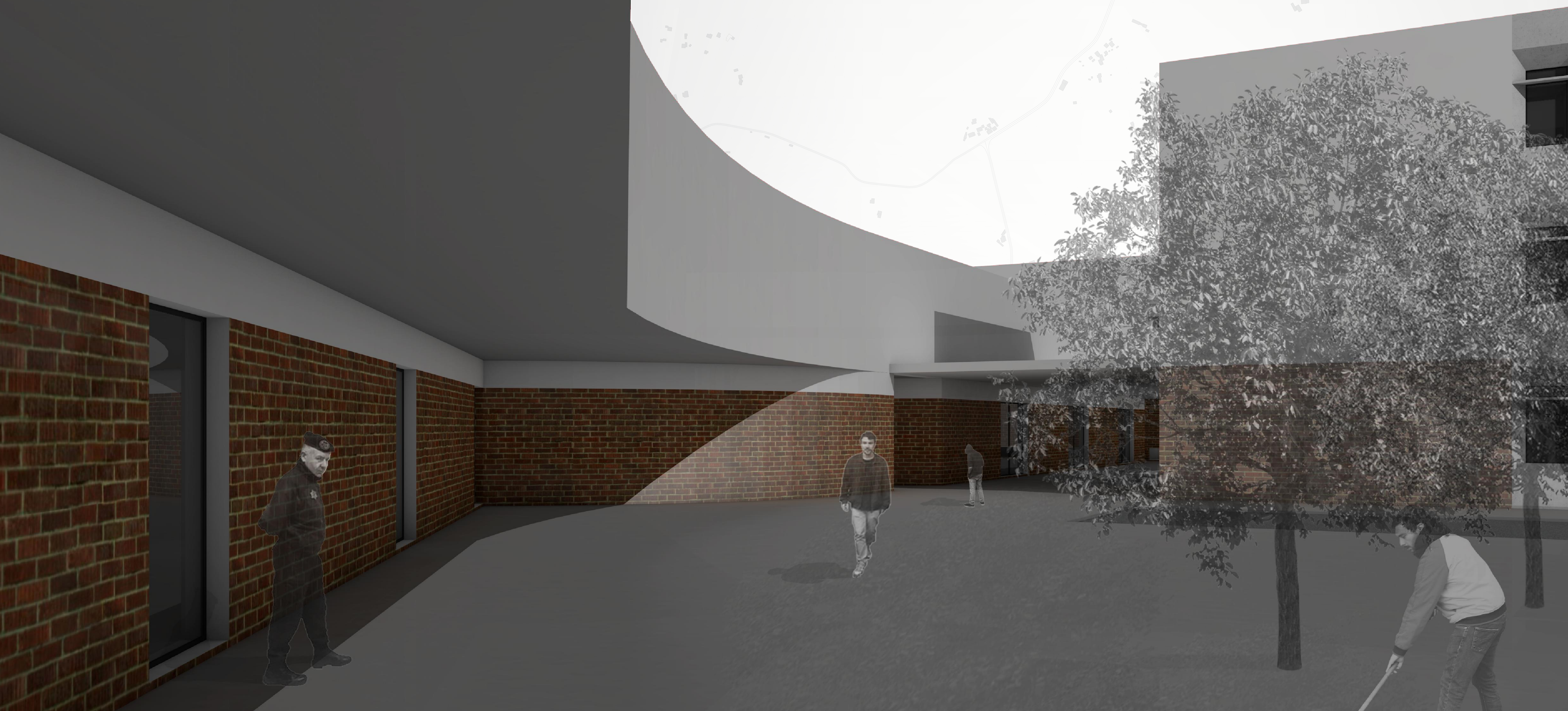
BLOCO DE UNIDADES INDEPENDENTES

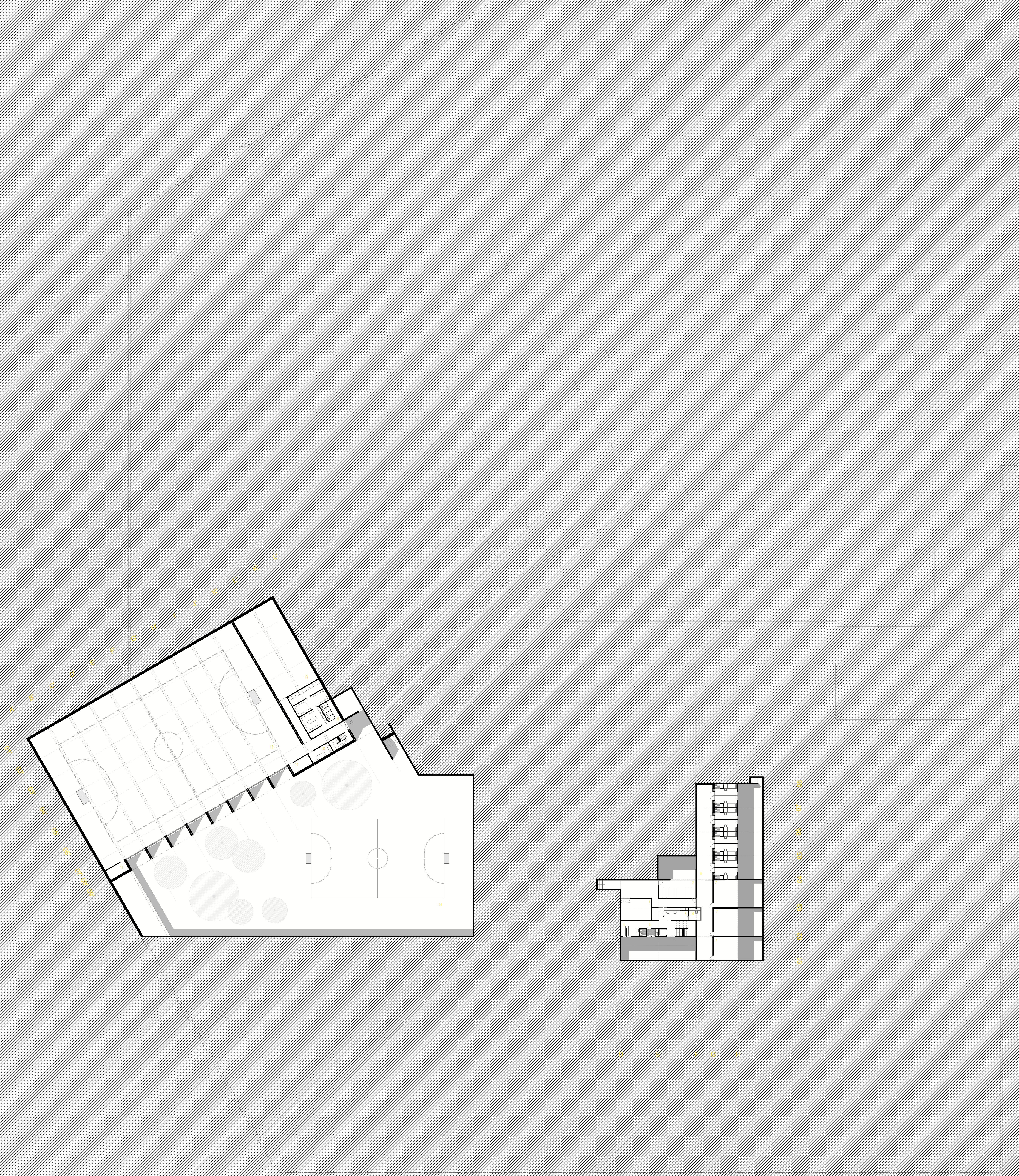


BLOCO DESPORTIVO E LABORAL



ESPAÇO DE ACTIVIDADES AGRÍCOLAS



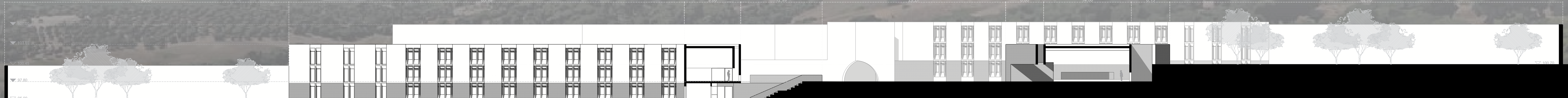


PLANTA PISO -1 | ALÇADO NASCENTE

(UNIDADE INDEPENDENTE) 1. SALA TÉCNICA 2. LAVANDARIA 3. POSTO DE CONTROLO DE ACESSOS (VIGILÂNCIA) 4. POSTO DE CONTROLO 5. ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA 6. L.S. DE APOIO 7. PATIO EXTERIOR (ALA DISCIPLINAR) 8. ALA CELAS DISCIPLINARES (PAVILÃO POLIDESPORTIVO)
9. SALÃO 10. SALA DE ENFERMAGEM 11. ARQUIVO 12. CAMPO DE JOGOS (INTERIO) 13. QUADRO 14. CAMPO DE JOGOS (EXTERIO)

PROJECTO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA
ORIENTADORES: PROF. RICARDO SILVA PINTO | PROF. JORGE NUNES
PEDRO GONÇALO QUENDERA MAURICIO

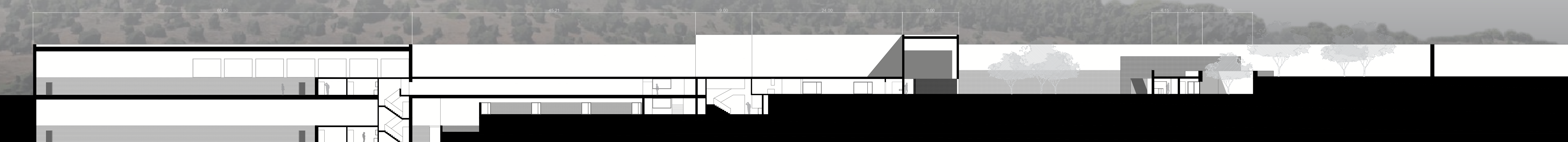
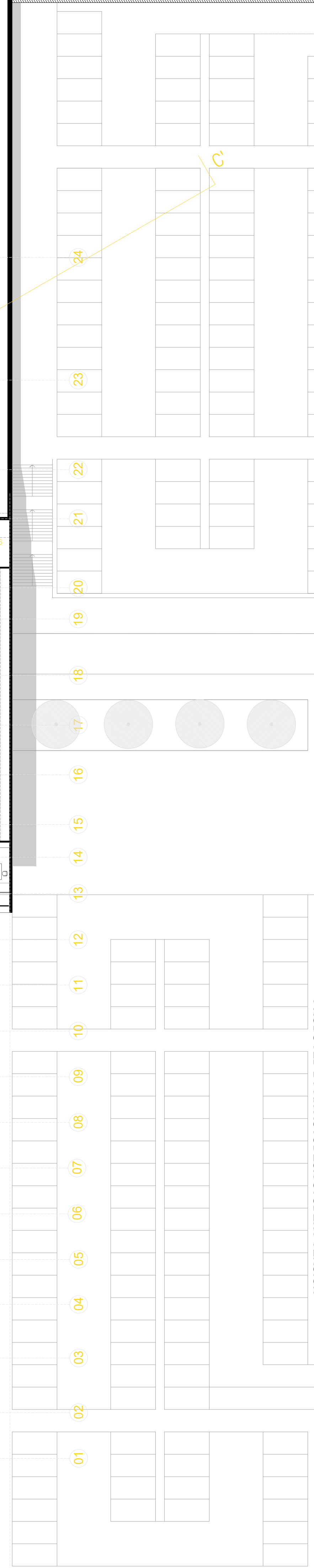
1:300

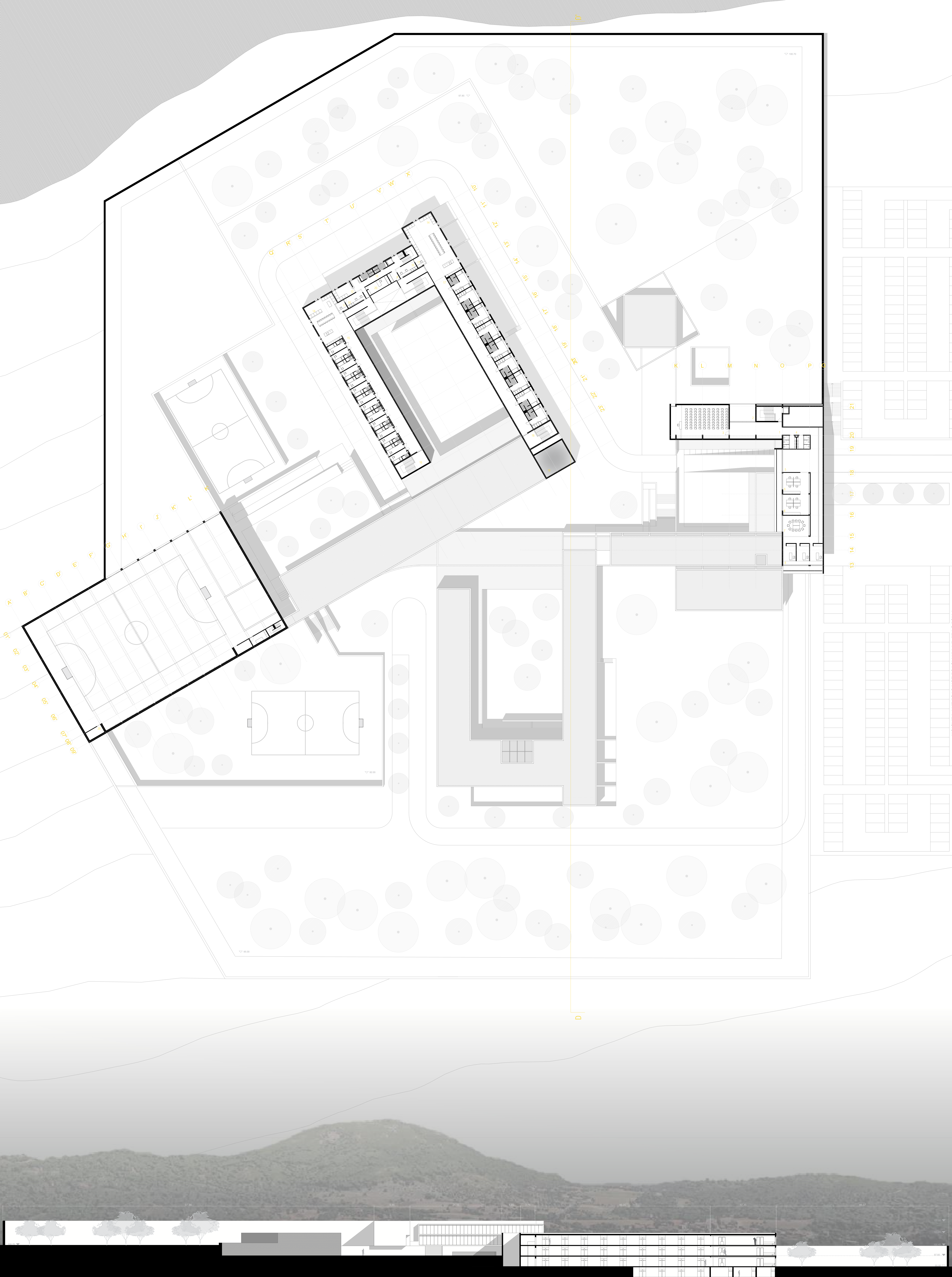




(RE)PENSAR A ARQUITECTURA NO ESPAÇO PRISIONAL
PROJECTO PARA UM NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM SETÚBAL

PROJECTO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA
ORIENTADORES: PROF. RICARDO SILVA PINTO | PROF. JORGE NUNES
PEDRO GONÇALO QUENDERA MAURÍCIO



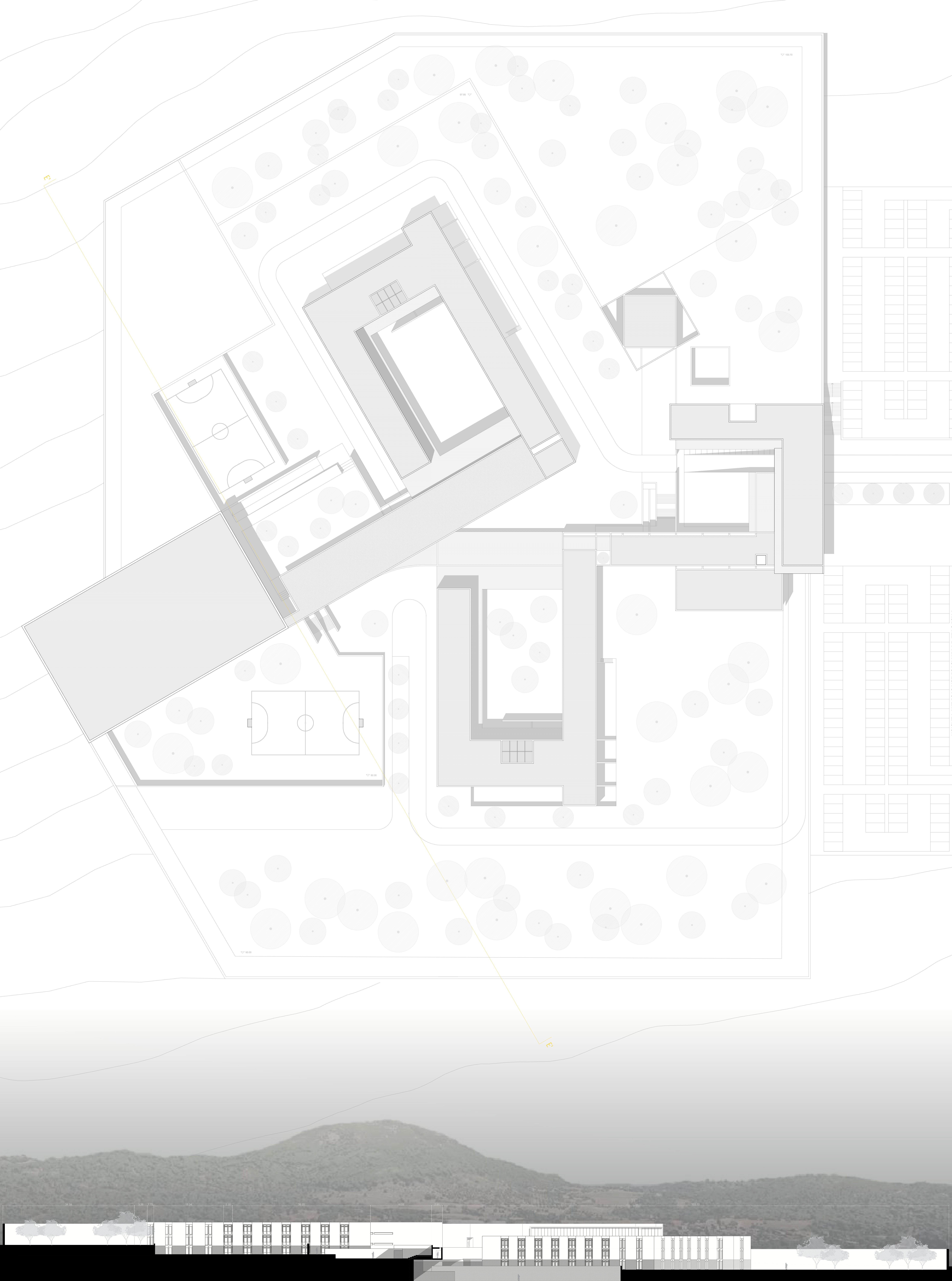


PLANTA PISO 3 | SECÇÃO DD'

(PROJ. DIRECTORIAL) 1. ÁTRIO 2. TERRAÇO 3. AUDITÓRIO 4. L.S. DE APOIO 5. ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E ESPAÇO DO WORKING 7. SALA DE REUNIÕES E SALAS DA DIRECTORIA 10. UNIDADE RECEPTIVA 11. ACESSO AO NÚCLEO DE GUARDAS 12. POSTO DE CONTROLO DE ACESSOS (VIGILÂNCIA) 13. POSTO DE CONTROLO 14. SALA DO CHEFE DE ALA 15. ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA 16. L.S. DE APOIO 17. ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA 18. ALA DE ACESSO ÀS CELAS 19. ESPAÇO DE EMERGÊNCIA 20. RESERVATÓRIO DE ÁGUA

PROJECTO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA
ORIENTADORES: PROF. RICARDO SILVA PINTO | PROF. JORGE NUNES
PEDRO GONÇALO QUENDERA MAURICIO

1:300

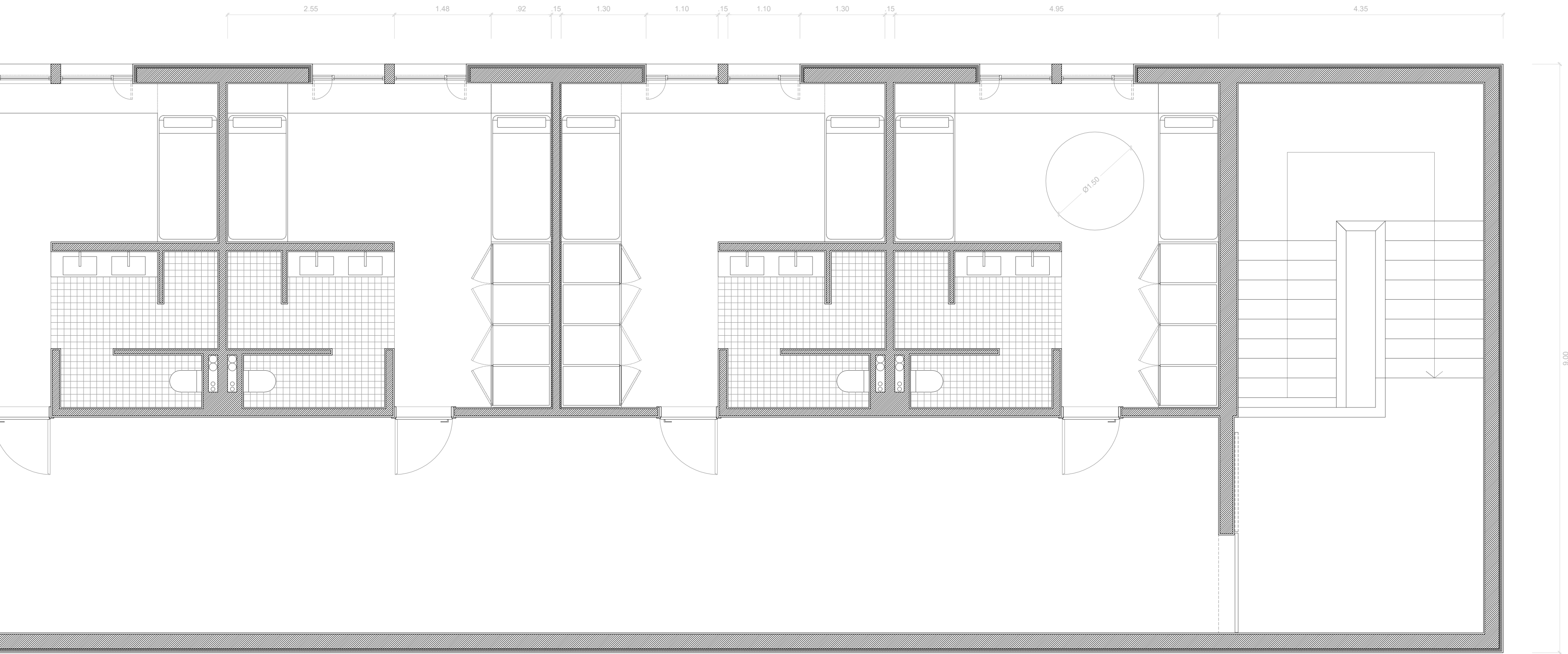


PLANTA PISO 3 | SECÇÃO EE'

(PROJ. DIRECTORIAL) 1. ÁTRIO 2. TERRAÇO 3. AUDITÓRIO 4. L.S. DE ARPO 5. ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E ESPAÇO DO WORKING 7. SALA DE REUNIÕES E SALAS DA DIRECTORIA 10. UNIDADE RECREATIVA 11. ACESSO AO NÚCLEO DE GUARDAS 12. POSTO DE CONTROLO DE ACESSO (VIGILÂNCIA) 13. POSTO DE CONTROLO 14. SALA DO CHEFE DE ALA 15. ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA 16. L.S. DE ARPO 17. ESPAÇO DE CONVIV. (EXCLUSIVO) 18. ALA DE ACESSO ÀS CELAS 19. ESPAÇO DE EMERGÊNCIA 20. RESERVATÓRIO DE ÁGUA

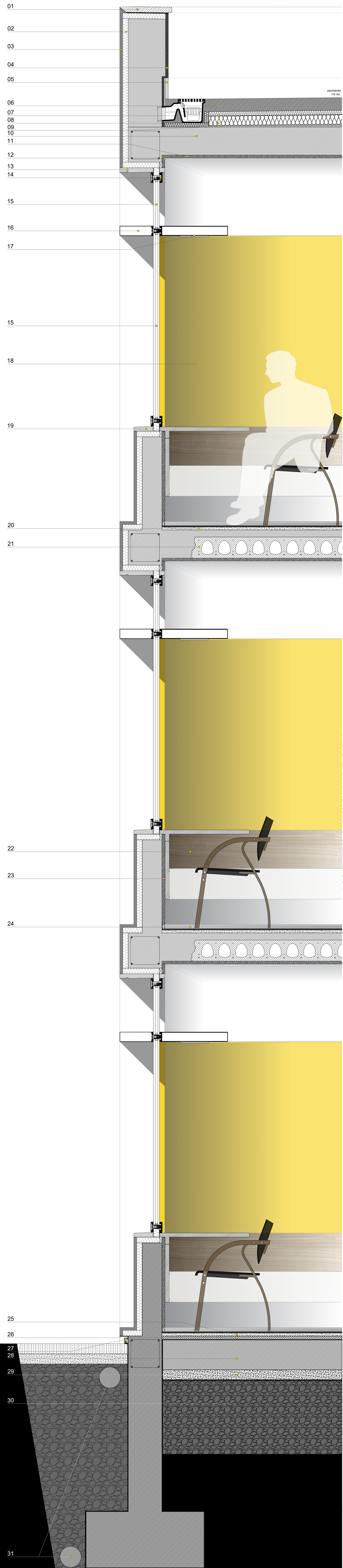
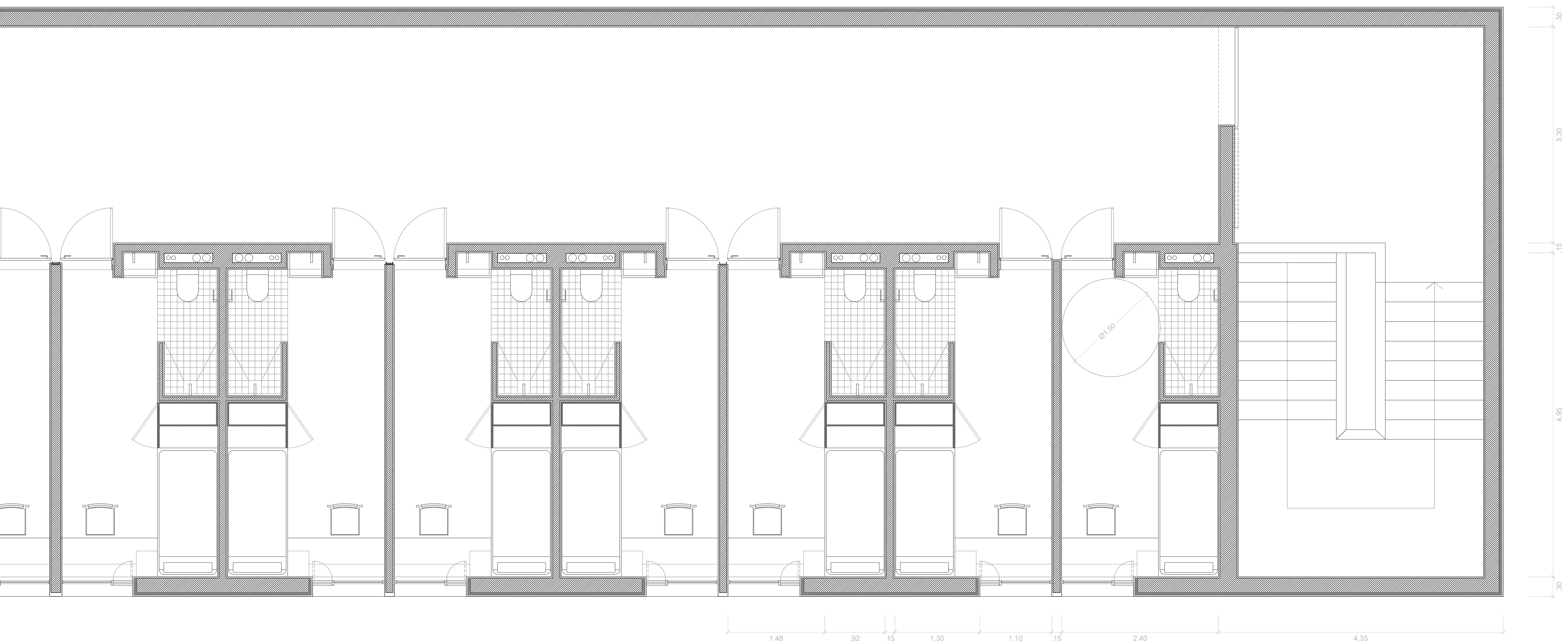
PROJECTO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA
ORIENTADORES: PROF. RICARDO SILVA PINTO | PROF. JORGE NUNES
PEDRO GONÇALO QUENDERA MAURICIO

1:300

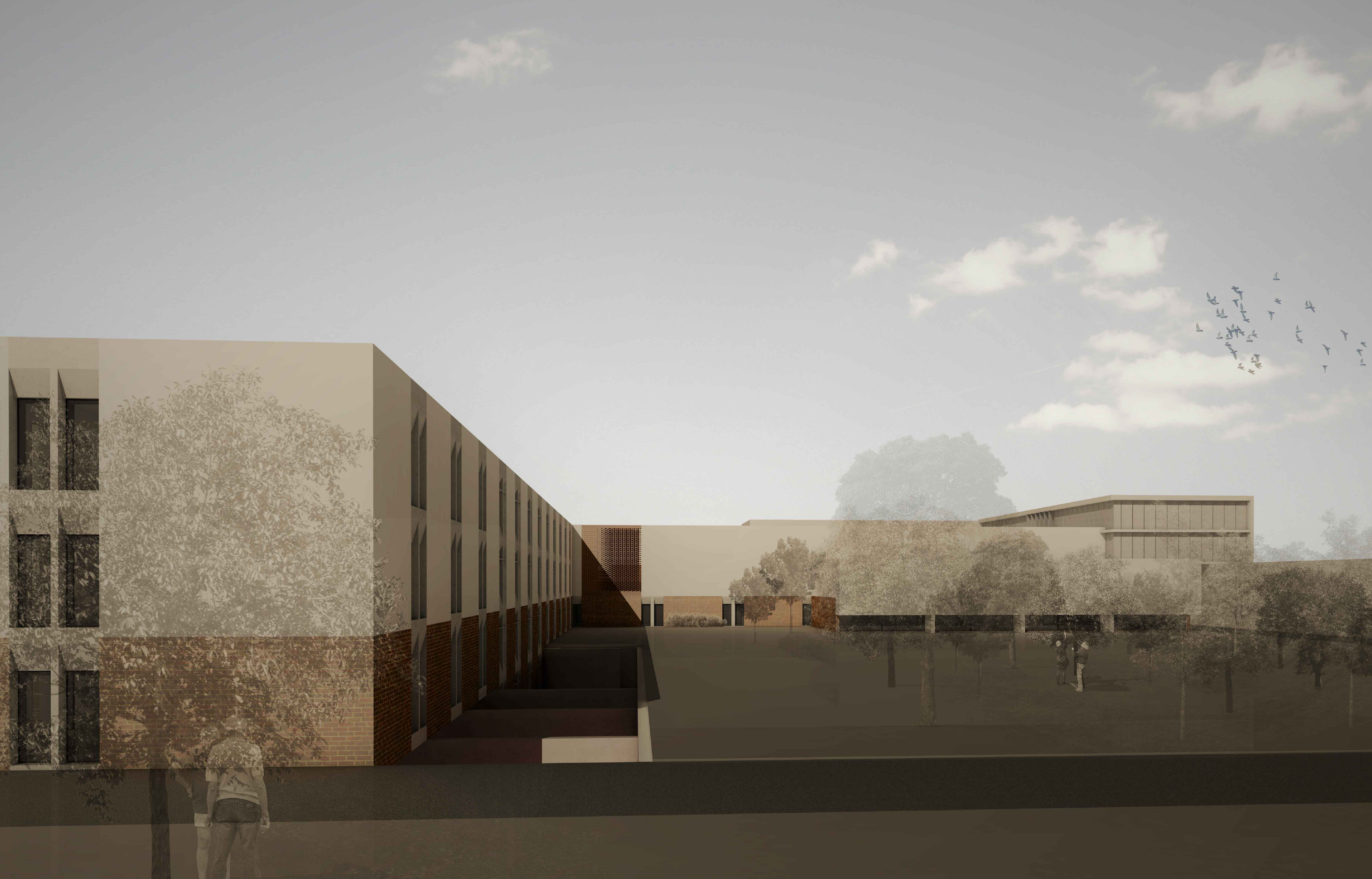


REGIME ABERTO

REGIME FECHADO



SECÇÃO PERSPECTIVA DA CELA INDIVIDUAL | AGREGAÇÃO DAS CELAS | PORMENOR CONSTRUCTIVO



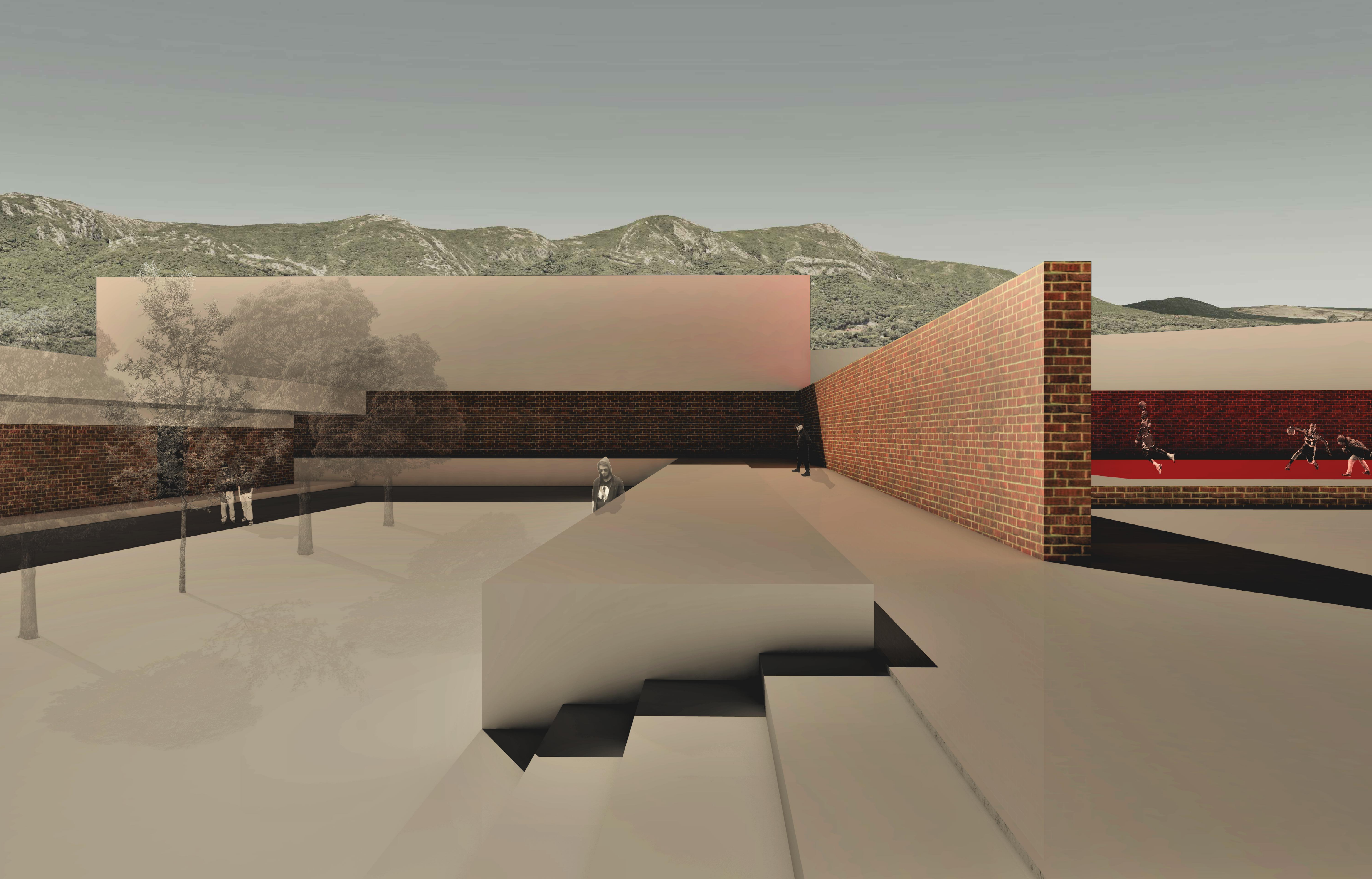
PRESPECTIVA EXTERIOR ENQUADRANDO BLOCO DE CELAS, ZONA DE VISITAS E BLOCO ADMINISTRATIVO



PRESPECTIVA EXTERIOR DO BLOCO ADMINISTRATIVO



PRESPECTIVA EXTERIOR BLOCO REGIME ABERTO E ESPAÇO ECUMÉNICO



PRESPECTIVA EXTERIOR DO BLOCO DESPORTIVO ENQUADRADO COM A SERRA DA ARRÁBIDA